

REPUBLICA
DOS
ESTADOS-UNIDOS
DO BRAZIL
Liberdade
Igualdade
Fraternidade

PÁGINAS REPUBLICANAS

Organizador

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Editora

SER
TÃO
CULT



Carlos Augusto Pereira dos Santos

Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Graduado em Estudos Sociais e História pela UVA (1990 e 2015). Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ (2000) e Doutor em História do Norte e Nordeste do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE (2008), pós-doutor em Estudos Culturais do Programa Avançado de Cultura Contemporânea PACC/UFRJ (2016). Autor de vários livros sobre história local, especialmente nas temáticas do cotidiano, cultura, história do trabalho e trabalhadores. É membro do Coletivo de Historiadores de Camocim.

PÁGINAS REPUBLICANAS

Organizador

Carlos Augusto Pereira dos Santos

Sobral-CE

2023

Editora

**SER
TÃO
CULT**



Editora
**SER
TÃO
CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico
Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial
Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial

Andreia Rodrigues de Andrade
Camila Teixeira Amaral
Cid Morais Silveira
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Maria Aparecida de Sousa
Raul Max Lucas da Costa
Telma Bessa Sales
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação e capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

P136 Páginas republicanas.\ Carlos Augusto Pereira dos Santos. (Org.). -
Sobral CE: Sertão Cult, 2023.

276p.

ISBN: 978-65-5421-049-2 - e-book em pdf
ISBN: 978-65-5421-048-5 - papel
Doi: 10.35260/54210492-2023

1. República. 2. História. 3. Período republicano. I. Santos, Carlos August dos. II. Título.

CDD 981





Sumário

O Brasil e o Ceará em páginas republicanas.....5

PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Eleitores e representação política: o alistamento eleitoral do município de Camocim-CE, 1898.....11

Carlos Augusto Pereira dos Santos

“A terra cearense era nota de contraste”: as crises sociais como retrato do descaso dos governos com o Ceará.....25

Maria Samily Vieira Ribeiro

Do espaço religioso ao espaço biológico: a beata Maria de Araújo e “O Milagre de Juazeiro”37

Bruna Karina Ferreira de Lima Melo

Entre a Literatura e a História: a Primeira República Brasileira sob o olhar de Lima Barreto, na obra “Os Bruzundangas”51

Ana Kayane Melo da Ponte

A mulher, o casamento e a perversão: a sociedade brasileira na obra O Cortiço, de Aluísio Azevedo.....63

Ana Sara Melo Rocha do Nascimento

O advento do sistema republicano e os movimentos feministas de primeira onda no Brasil (1889-1930).....83

Francisca Gomes da Silva

SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1945)

Lutas e conquistas das mulheres no período republicano brasileiro.....101

Thais Alves da Silva

As bodas de prata do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José em Fortaleza.....115

Mônica Gomes Paiva

TERCEIRA REPÚBLICA (1945-1964)

Diversidade religiosa no distrito de Amanaiara – Reriutaba-CE.....131

Francisca Andressa da Silva Rodrigues

QUARTA REPÚBLICA (1964-1985)

Apropriação e recepção das ideias feministas como forma possível de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1975-1980).....149

Francisco Guilherme Silva Oliveira

Os movimentos femininos durante a ditadura civil-militar brasileira (1970-1985).....167

Maria Antonia Silva do Nascimento

O discurso literário e as representações do movimento guerrilheiro na ditadura civil-militar brasileira na obra O Que É Isso Companheiro?, de Fernando Gabeira.....183

Leandro de Oliveira Félix

Tô Feliz (Matei o Presidente): Crise no Governo Collor (1990-1992) e os reflexos de uma sociedade indignada.....195

Denilson de Paula Silva

Blues brasileiro: a história do blues cantada pelo Brasil.....211

Filipe Gomes de Andrade

A institucionalização da memória: uma análise comparativa entre a construção das Comissões da Verdade no Brasil e no Chile pós-ditadura militar.....227

Fernanda Christina Marques Loiola

Os impactos da pandemia - Coronavírus (Covid – 19) na educação nos anos (2020/2021).....243

Milena Rodrigues Costa

Processo de ensino-aprendizagem de História do Ceará no Período Republicano (1887 a 2022) no Ensino Básico.....255

Francisco Joelson de Jesus Cosmo

A luta das periferias sobralenses por visibilidade, reconhecimento e pela ruptura do autoritarismo (2017-2022).....265

Francisca Valquíria de Vasconcelos



O Brasil e o Ceará em páginas republicanas

A República brasileira tem mais de 100 anos. Na virada do século XX para o XXI, o país ainda luta em busca de valores e instituições para a consolidação de uma democracia republicana. [...] Desde então, o Brasil conheceu muitas repúblicas e conviveu com diversos arranjos políticos. [...] Não é por acaso que, ao longo da história, foram surgindo expressões para qualificar as diferentes repúblicas que o país conheceu – velha, oligárquica, do café com leite, dos coronéis, nova, populista, sindicalista, mais uma vez nova – e que foram construídas das mais diferentes maneiras – por meio do voto, das armas, de organizações partidárias, de movimentos comunitários, de acordos, de confrontos, de mobilização social e de manifestações populares.¹

Organizar um livro é sempre uma possibilidade de se reunir artigos em torno de um tema comum. A historiografia brasileira é fecunda em exemplos de esforços dessa natureza, onde grandes projetos editoriais são organizados não somente para dar um balanço das pesquisas desenvolvidas por vários pesquisadores sobre temáticas diversas, não somente de caráter revisionista, mas também, uma oportunidade de se agregar múltiplas sínteses visando ampliar o público leitor num esforço de popularização da História, no bom sentido do termo, notadamente entre professores e estudantes do ensino médio.²

1 PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. *In*: GOMES, Angela; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena. **A República no Brasil**. Rio de Janeiro: FVG/Nova Fronteira, 2019, p. 65.

2 Neste sentido, citamos como exemplos os trabalhos **História Geral da Civilização Brasileira** (1960), por Sérgio Buarque de Holanda; **Brasil em Perspectiva** (1968), de Carlos Guilherme Mota; **50 Textos de História do Brasil** (1974), de Dea Ribeiro Fenelon; e **A História Geral do Brasil** (1990), de Maria Ieda Linhares.

Por outro lado, na sistematização deste tipo de obra, o período republicano da história do Brasil, mais especificamente, constantemente é visitado e revisitado, algumas vezes organizado por períodos cronológicos, em obras como *A República no Brasil*, de Ângela de Castro Gomes, Dulce Pandolfi e Verena Alberti (2002), e a coleção *O Brasil Republicano*,³ em cinco volumes, organizada por Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (2003), já alcançando a 10ª edição, só para ficar nestes dois exemplos. Até um *Dicionário da República* foi lançado em 2019 como um marco que procurava “promover um resgate crítico dos valores de uma tradição hoje muito esvaziada de sentido e desfigurada pelo esquecimento”.⁴

Daqui da nossa tribuna, sempre que chegamos ao oitavo período do curso de História, ministramos a disciplina de História do Brasil III (República) e procuramos saber que assuntos e temáticas os alunos estão desenvolvendo como Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's). Na grande maioria dos casos, os objetos de estudo têm um pé no período republicano, temporal e espacialmente, e enfocando temas relativos à história local.

Observando a capacidade de escrita e argumentação destes alunos, que já foram nossos alunos em semestres anteriores - 4º e 7º períodos, nas disciplinas de Historiografia Brasileira e História do Brasil II (Império) -, proponho um exercício de escrita no sentido de inculcar-lhes uma cultura de publicação desde a graduação. Nem sempre o desafio é aceito, face as demandas que o último semestre exige dos alunos, tendo de escrever artigos e monografias, finalização de estágios, dentre outras atividades.

Contudo, o esforço de organizar mais uma obra com alunos em formação (e dela participando efetivamente, não só organizando, mas escrevendo para tal) tem sido recompensador e gratificante, não somente pela sensação de se terminar um curso sendo autor de uma obra coletiva,⁵ evidenciado o

3 A Coleção **Brasil Republicano** adota uma cronologia do período republicano dividido em cinco períodos a saber: Primeira República (1889-1930) – O tempo do liberalismo oligárquico; Segunda República (1930-1945) – O tempo do nacional-estatismo; Terceira República (1945-1964) – O tempo da experiência democrática; Quarta República (1964-1985) - O tempo do regime autoritário e Quinta República (1985-2016) – O tempo da nova República. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. 5 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

4 SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (Orgs.). **Dicionário da República**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019 [orelha].

5 Livros anteriores nesta mesma perspectiva foram publicados desde 2014, tendo o período republicano como recorte: SANTOS, Carlos Augusto P. dos (Org.). **A História próxima de nós!**

seu lugar de origem ou sua temática de estudo preferida, mas partindo para outros desafios acadêmicos com algo a mais na mochila (com o devido registro no Currículo Lattes), pois, apesar da vida não se resumir a ele, é necessário em algum momento da estrada que se percorrerá academicamente.

Deste modo, os trabalhos desta obra coletiva, em sua multiplicidade e variedade, foram agrupados em cinco marcos cronológicos da história republicana já consolidados na historiografia brasileira.

Na Primeira República (1889-1930), seis capítulos discutem temas que vão desde a representação política no Ceará no século XIX através dos alistamentos eleitorais; as políticas governamentais de socorro ao estado do Ceará, seja em momentos de seca e pandemia; os discursos racialistas no contexto do ‘milagre de Juazeiro’. As relações entre história e literatura são objetos de análise nas obras de Lima Barreto e Aluísio de Azevedo, para entendermos o contexto da primeira república e o papel da mulher e do casamento naqueles tempos.

Os capítulos enfeixados na Segunda República (1930-1945) apresentam novos personagens que entram em cena no contexto republicano – mulheres e trabalhadores, atuando nos movimentos sociais a na busca de direitos e reconhecimento.

Na Terceira República (1945-1964), apresentamos apenas um capítulo que aborda como a diversidade religiosa, num Estado laico, se estrutura em Amanaiara, um pequeno distrito do município de Reriutaba-CE.

O período da Quarta República (1964-1985) está bem representado pelos trabalhos que apresentam a resistência das mulheres e de militantes políticos no contexto de autoritarismo da ditadura civil-militar. Deste modo, a recepção das ideias feministas, assim como dos movimentos feministas são discutidas durante este período. A escrita de si também se faz presente quando a resistência política pode ser analisada através da obra *O que é isso companheiro?* de Fernando Gabeira.

Na Quinta República (1985-2022) estão reunidos seis capítulos que tratam da história recente do Brasil e do Ceará, ora discutindo temáticas

Sobral: EGUS, 2014; SANTOS, Carlos Augusto P. dos. (Org.). **Nossa Gente, Nossa História.** O Ceará Republicano. Sobral: Sertão Cult, 2019 e SANTOS, Carlos Augusto P. dos. **Histórias Daqui e Dali.** Religiosidade, culturas, políticas e literatura. Sobral: Sertão Cult, 2021.

que envolvem História e Música; que nos aproxima do ensino de história; das políticas de institucionalização da memória; dos impactos pandêmicos da Covid-19 e da violência nas periferias e as políticas sociais de combate.

Os títulos e autores referentes ao que se disse acima podem ser conferidos no sumário do livro. Boa Leitura!

Camocim, centésimo trigésimo terceiro ano da República brasileira.

Carlos Augusto P. dos Santos.
(Organizador)

Primeira República (1889-1930)



Eleitores e representação política: o alistamento eleitoral do município de Camocim-CE, 1898

Carlos Augusto Pereira dos Santos¹

Introdução

No ano de 1898, quase uma década depois da Proclamação da República, tivemos eleições para presidente do Brasil e renovação dos parlamentos estaduais e municipais. Com isso, ocorreram os alistamentos eleitorais em todo o país, inclusive no Ceará, onde vivia-se uma terrível seca e a oligarquia acciolina² pouco fez para minorar os sofrimentos da população que, além da fome, foi atacada por uma epidemia de varíola. Já naquele tempo, havia quem desacreditasse da ciência e o governo de Antônio Nogueira Accioly ao invés de socorrer a população, preferia agredir e perseguir o médico Rodolfo Teófilo, que desenvolveu uma vacina e saía em campo conscientizando a população e imunizando quem lhe permitisse³.

Em Camocim, município litorâneo que nestes tempos de seca atraía levas de migrantes, a população não passava das oito mil almas⁴. Contudo, foi realizado o alistamento eleitoral no município para as eleições de 1898,

1 Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: carlos_augusto@uvanet.br.

2 Antônio Nogueira Accioly já havia governado o estado do Ceará em 1892 (de 12 de julho a 27 de agosto), nomeado pelo Governo Federal. Voltou ao governo para o quadriênio de 1896-1900, eleito por sufrágio universal.

3 Disponível em: As práticas políticas que definiram o século. Política. **O POVO Online**. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/politica/2012/01/21/noticiasjornalpolitica,2771558/as-praticas-politicas-que-definiram-o-seculo.shtml>. Acesso em: 13 set. 2022.

4 Segundo o Censo de 1900, eram 7.884 habitantes, sendo 3.844 homens e 4.040 mulheres. Fonte: IBGE.

objeto deste capítulo. Neste sentido, procurar-se-á analisar os variados aspectos que um documento desta natureza implica e suas correlações com o cenário político estadual e nacional.

A título de contextualização, nas eleições de 1898, apenas a segunda de forma direta, o paulista Campos Sales, com o apoio de Prudente de Moraes, venceu Lauro Sodré, que era o candidato apoiado pelos florianistas. Na contagem dos votos, ressaltou-se a grande margem obtida por Campos Sales, 416.723 contra 38.883 de Lauro Sodré. No Ceará, aquele obteve 28.290 votos contra apenas 10 votos deste.⁵ Embora estas tenham sido as duas candidaturas oficialmente registradas, mais de uma centena de nomes foram sufragados. Quando a parceria entre paulistas e mineiros ainda não estava estruturada no que foi convencionado como república do “café com leite”, um paraense como Lauro Sodré poderia surgir no cenário político nacional.

Na seara estadual, as eleições de 1898 foram apenas para a renovação do parlamento estadual, cujo Presidente era Gonçalo de Almeida Souto. Vale ressaltar, nessa época, a presença de religiosos na política. Somente nesta eleição de 1898, foram eleitos cinco padres: Pe. Antonino Pereira de Alencar; Pe. Antônio Fernandes da Silva Távora; Pe. Francisco Máximo Feitosa e Castro; Pe. João Aureliano de Sampaio; e Pe. Luiz de Souza Leitão.⁶ A Assembleia Legislativa era quase uma extensão da Igreja Católica no Ceará.

Por outro lado, salta aos olhos que na Primeira República (1889-1930), a representatividade eleitoral fosse tão baixa, face à propaganda republicana de inclusão do povo nos destinos do país. Para termos uma ideia, na eleição de 1º de março de 1898, o Brasil tinha cerca de 16 milhões de habitantes, com um milhão, cento e sessenta e oito mil eleitores (1.168.000). Destes, compareceram às urnas apenas quatrocentos e setenta mil (470.000) eleitores, representando míseros 2,85% da população, um índice de representatividade menor do que em determinados períodos eleitorais no Império.⁷

5 VISCARDI, Cláudia M. R.; FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. **Locus - Revista de História**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12-36, 2019. E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024, p. 20.

6 CEARÁ. Assembleia Legislativa. Memorial Deputado Pontes Neto. Os clérigos católicos na Assembleia Provincial do Ceará: 1821-1889. Coordenação, pesquisa e texto Osmar Maia Diógenes. Fortaleza: INESP, 2015: reedição, p. 36.

7 Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%A3o_presidencial_no_Brasil_em_1898. Acesso em: 17 set. 2022.

Com a segunda eleição direta para a Presidência da República, em 1898, consolida-se o arranjo político que ficou conhecida como a “política dos governadores”:

A “política dos governadores” é considerada a última etapa da montagem do sistema oligárquico ou liberalismo oligárquico, que permitiu, de forma duradoura, o controle do poder central pela oligarquia cafeeira. Esse domínio se manifestou na hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais na indicação dos presidentes da República, a chamada “política do café-com-leite”, que vigorou até a Revolução de 1930.⁸

O alistamento eleitoral

Mas, voltando ao objeto deste capítulo, como eram realizados os alistamentos eleitorais no final do século XIX? Antes, é importante frisar que o alistamento é o primeiro passo do processo eleitoral, isto é, “um procedimento administrativo cartorário e compreende dois atos inconfundíveis: a qualificação e a inscrição do eleitor”.⁹ Logicamente, pelos números apresentados anteriormente, nem todos os habitantes brasileiros tinham “qualificação” para se “inscreverem” no pleito eleitoral. As regras eram definidas anteriormente numa espécie de código eleitoral a ser observado pelos responsáveis pelo alistamento.

Em 1898 vigorava no Brasil a Constituição de 1891, que se estendeu até a Revolução de 1930. Nela estavam contidas as condições para o alistamento eleitoral: o direito ao voto somente era garantido aos homens com mais de 21 anos de idade que não fossem analfabetos, religiosos e militares. Estas condições, como se pode depreender, eram muito restritivas, o que explica a baixa representação acima referida.

8 DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. **Política dos Governadores**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/POL%C3%8DTICA%20DOS%20GOVERNADORES.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

9 Você sabe o que é alistamento eleitoral? O Glossário Eleitoral Brasileiro esclarece. **TSE**. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/voce-sabe-o-que-e-alistamento-eleitoral-o-glossario-eleitoral-brasileiro-esclarece>. Acesso em: 17 set. 2022.

O eleitorado era irrisório. [...] O direito era negado a mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos e religiosos sujeitos a voto de obediência. O eleitor devia ter ao menos 21 anos. Eram restrições brutais. As mulheres respondiam por metade da população. Os negros, recém-beneficiados pela Lei Áurea, eram quase todos iletrados. Mesmo entre os brancos, poucos liam e escreviam naquele Brasil rural.¹⁰

No dizer da historiadora Dulce Pandolfi:

Enquanto em outros países a República era associada a eleição, partidos, interesse público e imparcialidade da lei, aqui era identificada com fraude, corrupção, interesse particular e ausência do povo. A República fora implantada para acabar com os vícios do Império, mas, pelo menos nas primeiras décadas, fracassou.¹¹

Como ressaltado acima, não somente as eleições, mas os alistamentos também eram susceptíveis a fraudes. Embora esta questão da fraudulência apareça recorrentemente na historiografia da Primeira República, é preciso questionar essa prática como algo naturalizado. Para os historiadores Cláudia Viscardi e Vítor Figueiredo, mais do que os ilícitos eleitorais, a preocupação maior dos políticos era garantir o comparecimento dos eleitores às seções eleitorais, e o alistamento eleitoral era apenas a primeira etapa do processo.

Pouco alterado pelas leis, a organização das listas de eleitores ocorria por manifestação dos interessados. De 60 a 90 dias antes do pleito, o pretense votante deveria se apresentar à comissão de alistamento munido de documentos que comprovassem a sua residência na localidade por período superior a dois meses, além de preencher e assinar um requerimento. Este simples ato prestado mediante os mesários serviria como prova de que se tratava de um sujeito alfabetizado, logo, apto

10 Na primeira eleição presidencial, em 1894, Brasil teve eleitor de menos e candidato demais. **Agência Senado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/02/na-1a-eleicao-presidencial-em-1894-brasil-teve-eleitor-de-menos-e-candidato-demais>. Acesso em: 17 set. 2022.

11 *Idem*.

a votar. Já a comprovação da idade deveria ser feita com base em algum documento, especialmente a certidão de nascimento. [...] Apesar de instalada em cada região do município, não menos que quatro comissões funcionavam na tentativa de atualizar a listagem dos eleitores. Ainda assim, não era incomum que caravanas fossem organizadas para conduzir cidadãos às comissões de alistamento, o que reduziria os custos e os riscos para os candidatos de que os seus eleitores não comparecessem às urnas em data futura.¹²

Portanto, sem contestar as práticas fraudulentas promovidas nas eleições pelas elites locais, os historiadores acima referidos arrematam a questão dizendo-nos que o maior desafio era garantir o comparecimento dos eleitores, “sem o que, o controle do voto não ocorreria. Antes de garantir o resultado por meio da fraude era necessário levar o eleitor às urnas, tarefa mais difícil do que se imaginava até então”.

Dependendo da disputa política local, os períodos de alistamento eleitoral quase sempre eram motivo de denúncias de fraudes nos jornais e de batalhas jurídicas, visto que a parte supostamente lesada denunciava a exclusão dos seus correligionários nas listas de eleitores. A título de exemplo, no alistamento do ano de 1899 em Sobral, distante 120 Km de Camocim, o jornal *A Cidade* (Órgão do Partido Republicano) repercutia esses desmandos das Comissões de Alistamento e publicava as listas dos eleitores alistados e eliminados de vários municípios da região Norte do estado do Ceará.¹³ Na edição de 29 de julho de 1899, o referido jornal traz uma lista dos “ELEITORES ELIMINADOS CAPRICHOSAMENTE PELO CIDADÃO JOÃO FRANCISCO MONTE”, antecedida pelo argumento legal de 1892.

Vejamos o que diz a Lei nº 35 de 26 de janeiro de 1892:

Art. 14. A Comissão não poderá alistar sem requerimento ou conhecimento proprio, ainda mesmo que tenha o cidadão as qualidades de eleitor. Também não poderá eliminar o nome do cidadão incluído na anterior qualificação.¹⁴

12 VISCARDI, Cláudia M. R. FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. *Locus - Revista de história*, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12-36, 2019. E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024, p. 35.

13 Notícias dessa natureza podem ser verificadas neste jornal no ano de 1899 sobre os municípios de Sobral, São Benedito, Tamboril, dentre outros.

14 *Jornal A Cidade*. Sobral-CE, quarta-feira, 26 de julho de 1892, ed. 46, p. 3.

E arremata, antes de trazer a relação de eliminados: “Diz um escriptor que a imprensa é um freio as prevaricações e aos desvios dos funcionários públicos, dos agentes do poder, para os quaes ela se constitue talvez a melhor lei de responsabilidade”. Com efeito, nesta questão específica de Sobral, o presidente da Câmara Municipal leva o editor do jornal às barras dos tribunais. O jornalista se defende evocando o direito de liberdade de imprensa de “defesa dos amigos caprichosamente eliminados do alistamento eleitoral”.¹⁵

Do ponto de vista prático, os alistamentos quase sempre eram preparados “por comissões com três membros nos distritos, tendo por presidente o juiz de paz mas vogado naquela circunscrição e organizadas por comissões municipais”,¹⁶ que deveriam ter a mesma composição, tendo como presidente o juiz municipal do termo. No entanto, na maioria dos casos, a responsabilidade recaía mesmo no Intendente Municipal, espécie de prefeito da época, como foi o caso do alistamento de Camocim, presidido por Zeferino Ferreira de Veras, patriarca da família que ainda hoje tem descendentes na política camocinense.

Com relação à organização dos dados no alistamento, o documento devia constar: “o estado, comarca, município, distrito de paz e quarteirão do eleitor. Além do mais, informava o nome do eleitor, idade, filiação, estado, profissão, domicílio e o número e data do alistamento”.¹⁷ Com efeito, o alistamento eleitoral de Camocim em 1898 no seu termo de encerramento, constava:

Termo de Encerramento

Aos dez dias do mês de abril de mil oitocentos e noventa e oito nesta cidade de Camocim, Comarca de Granja, Estado do Ceará, no edifício onde funciona a Camara Municipal, ahi presente o respectivo intendente, que procedia os trabalhos alistamento “Estadual” dos Eleitores d’este Municipio, concluído os trabalhos, verificou o mesmo intendente acha-

15 *Idem.*

16 Fonte: Na primeira eleição presidencial, em 1894, Brasil teve eleitor de menos e candidato demais. **Agência Senado.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/10/02/na-1a-eleicao-presidencial-em-1894-brasil-teve-eleitor-de-menos-e-candidato-demais>. Acesso em: 17 set. 2022.

17 *Idem.*

rem-se inscriptos neste livro o nome de duzentos e trinta e dois eleitores que teem de votar nas eleições estadual e municipaes. E para constar se lavrou este termo, que vai assignado pelo mesmo intendente. Eu, Manoel Saldanha Fontanelles, secretario ad hoc, o escrevi.

O Intendente Municipal
Zeferino Ferreira de Vêras¹⁸

Vale ressaltar que em 1898, Camocim era um município jovem e ainda não completara duas décadas de emancipação, que havia se dado em 29 de setembro de 1879.¹⁹ Portanto, naquela data pertencia à Comarca de Granja.²⁰ Para traçarmos um percurso demográfico, administrativo, jurídico e religioso com relação ao município de Camocim, temos os seguintes marcos:

Entre 1838 a 1873, diversas famílias, inclusive algumas imigradas do interior, fixaram-se na região, atraídos pelo litoral, onde esperavam encontrar terras férteis. [...] De simples distrito policial, criado por volta de 1868, passou Camocim à categoria de distrito de paz, em 1878, e um ano depois a Município. A freguezia foi instalada em 1883, sob a invocação de Bom Jesus dos Navegantes. [...] Foi elevada à categoria de vila, instalada a 8 de janeiro de 1883. [...] A Vila recebeu foros de cidade a 17 de Agosto de 1889 (Lei Provincial N° 2162).²¹

Para efeito de ilustração, apresentamos a especificação da quantidade dos 232 eleitores alistados em seus respectivos distritos, bairros e localidades no quadro a seguir:

18 Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898. Fonte: portal.ceara.pro.br.

19 Lei Provincial N° 1849, de 29 de setembro de 1879.

20 Camocim só se tornaria comarca em 9 de junho de 1948 pela Lei Estadual N°213. Antes, houve uma tentativa de criação em 8 de novembro de 1943, que foi suprimida duas vezes. Foi finalmente instalada a 13 de agosto de 1948.

21 Fonte: 1° Livro de Tombo da Paróquia de Bom Jesus dos Navegantes, p. 34v-35.

Quadro 1 - Distribuição dos eleitores nos bairros e distritos de Camocim (1898)

DISTRITO	QUARTEIRÃO	LOCALIDADE	QTD. ELEITORES
Camocim	1º	Sede	18
Camocim	2º	Sede	16
Camocim	3º	Sede	57
Camocim	4º	Sede	33
Camocim	5º	Sede	01
Camocim	6º	Môreias	03
Camocim	7º	Lago Grande	07
Camocim	8º	Gurihú	16
Barroquinha	1º	Sede	25
Barroquinha	2º	Burithy	10
Barroquinha	3º	Remedio	14
Barroquinha	4º	Porteiras	13
Almas	1º	Sede	12
Almas	2º	Tuchy	07
TOTAL	-	-	232

Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898.

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Essa era, portanto, a configuração espacial da divisão dos eleitores de Camocim quando do alistamento eleitoral de 1898. Se levarmos em conta os números do censo de 1900, o número de eleitores não representava sequer 3% da população, um número irrisório de representação, mas que estava em sintonia com as taxas apresentadas no país por toda a Primeira República (1889-1930).

Dentro dessa perspectiva, o governo republicano brasileiro não conseguiu aumentar a representatividade eleitoral. Embora que na virada do século XIX para o XX, a tendência mundial fosse de “ampliação de suas franquias democráticas”, o Brasil não conseguiu acompanhar este processo, oscilando neste período “entre 0,8% e cerca de 5.0% da população total”. Para a historiografia especializada, os motivos desses baixos índices se davam pelas “imposições normativas que proibiam mulheres e analfabetos do direito ao voto”. Além disso, até 1890, critérios censitários barravam o acesso aos direitos políticos de cidadãos que não provassem ter determinada renda”.²²

22 SOUZA, Felipe Azevedo e. A dissimulada arte de produzir exclusões: As reformas que encolheram o eleitorado brasileiro (1881-1930). *Rev. hist. (São Paulo)*, n. 179, a01020, 2020 <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2020.166560>, p. 3.

Somente com a Constituição de 1891 e as reformas eleitorais posteriores buscou-se a ampliação do eleitorado, mas sem maiores sucessos. Embora tivessem anulado os critérios censitários de renda, a proibição do voto aos analfabetos, dentre outros, impediam o aumento da representatividade eleitoral.

Figura 1 - Primeira página do Alistamento Eleitoral de Camocim (1898)

Nº	Nome	Idade	Situação	Estado	Profissão	Distrito	Data da Nasc.
1	Guaritero R.						
2	Alcides José de Aguiar	39	Artilheiro por	Camocim	Artilheiro	Camocim	10 de Abril
3	Antônio Mariano da Silva Ramos	49	João José da				
4	Ernesto Gil de Sábio	18	Procurador				
5	Ernesto Lopes Galvão	50	Silveira Lopes				
6	Francisco José da Souza	50	João de Souza				
7	Gabriel Antônio d'Almeida	35	Estadista por				
8	José de Brito Gomes	49	Arcebispo por				
9	José de Costa Souza	41	Alfândega por				
10	José Gomes de Sá	33	João Gomes				
11	José de Aguiar d'Almeida	42	Artilheiro por				
12	José Evangelista de Sacramento	31	Alfândega por				
13	Joaquim Francisco de Sá	25	Joaquim de Sá				
14	José de Aguiar Galvão	31	Alfândega por				
15	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
16	José de Aguiar Galvão	31	Alfândega por				
17	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
18	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
19	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
20	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
21	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
22	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
23	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
24	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				
25	Alfândega Galvão	31	Alfândega por				

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Analisando mais detidamente o alistamento eleitoral de Camocim de 1898, pode-se fazer uma relação entre os eleitores alistados e aqueles que aparecem em outros documentos exercendo o poder político local pelo viés de suas profissões, um tópico constante do alistamento. A política, como sabemos, sempre foi expressão do poder. Contudo, nem sempre ela foi exercida como algo ligado à profissão de uma pessoa. Atualmente há quem faça disso seu principal ganha pão, honesta ou desonestamente. Isso não quer dizer também que, desde sempre, alguém não a usasse como fonte de desvios e desmandos do dinheiro público. Mas, tirando de lado o aspecto corruptor e corruptivo que o poder político pode levar, os cidadãos de antanho (nossos eleitores do fim do século XIX) muitas vezes deixavam seus afazeres para dedicar alguns dias e horas à administração do município, gerando com isso muitas desistências dos cargos e substituições de vereaa-

dores alegando seus compromissos com suas profissões, afinal de contas, eram elas que lhes davam o sustento familiar.

Nesta época, os vereadores não eram remunerados e somente 19 anos depois de ser criado o município, a Câmara Municipal de Camocim votou uma lei criando uma gratificação para o Intendente Municipal, que era escolhido entre os vereadores (Lei Municipal 462 de 12 de setembro de 1898), no valor de seiscentos mil réis (600\$000) anuais.

Deste modo, a relação dos eleitores do município de Camocim em 1898 nos informa a profissão de vários destes políticos que exerceram a Intendência ou o mandato de vereador, como por exemplo: Diogo José de Souza (Negociante); Antonio Sampaio Torres (Criador); Joaquim Ignacio Pessoa (Proprietário), Francisco Freire Napoleão (Proprietário); Laurentino Carlos Monteiro (Artista); Severiano José de Carvalho (Negociante); Serafim Manoel de Freitas (Empregado Público); Manoel Romão Sueiro (Proprietário); Zeferino Ferreira de Vêras (Negociante), dentre outros. Este último, patriarca da família Veras, exerceu várias vezes o mandato de vereador e intendente, iniciando a presença da família na política local, até hoje presente. No alistamento de 1898, tinha o título de nº 186, 63 anos, casado, eleitor do 2º quarteirão da localidade de Burithy.²³

Com efeito, o terceiro quarteirão é o maior em número de eleitores (57) e talvez por isso o mais representativo do espaço urbano do distrito sede, além de revelar a maioria das profissões desenvolvidas no espaço citadino, com destaque para os empregados da Estrada de Ferro de Sobral, com sede em Camocim, empregados públicos e negociantes em geral, dentre outras. Essa amostra pode ser visualizada pelos eleitores do terceiro quarteirão, transcrito a seguir:

23 Alistamento dos Eleitores do Município de Camocim para as eleições Estadual e Municipal procedido em 10 de abril de 1898. Disponível em: <https://portal.ceara.pro.br>.

Quadro 2 - Eleitores do 3º Quarteirão de Camocim (1898)

Nº	Nome	Idade	Estado	Profissão
Quarteirão 3º				
35	Antonio Marcolino do Prado	46	Cazado	E. Publico
36	Antonio Cavalcante d'Albuquerque	65	"	Carcereiro
37	Antonio de Lacerda Cavalcante	38	"	Artista
38	Antonio Carlos Viriato de Saboia	32	"	Negociante
39	Augusto de Britto Passos	27	"	Artista
40	Antonio Luiz de Aguiar	29	"	E. Estrada
41	Antonio Raimundo Braga Cavalcante	46	"	Industrial
42	Austreliano Fonseca Coelho	25	"	Thelegraphista
43	Custodio Archanjo Soares	66	"	Proprietario
44	Diogo José de Souza	46	"	Negociante
45	Francisco Duminsse Fiuza	48	"	E. da Camara
46	Francisco de Assis Fiuza	27	"	Lavrador
47	Felix de Souza Vianna	28	"	Artista
48	Francisco Americo de Vasconcellos	33	"	Negociante
49	Francisco Modesto de Castro	40	"	Negociante
50	Francisco Freire Napoleão	44	"	Proprietario
51	Felino Laurindo da Silveira	22	Solteiro	E. da Estrada
52	Gonçalo Ferreira de Carvalho	64	Cazado	E. da Estrada
53	Hildebrando Callado	22	Solteiro	E. da Estrada
54	Joaquim Francisco Coelho	54	Viuvo	E. Publico
55	José Antonio d'Andrade	30	Cazado	Artista
56	José Pereira do Nascimento	28	"	Artista
57	José Maximiano Brasil	42	"	E. Publico
58	José Pio Euclides Machado	30	Viuvo	E. da Estrada
59	Joaquim Oriente d'Arruda	42	Cazado	Negociante
60	José Carneiro d'Araújo	33	Solteiro	Negociante
61	João Nicolau Ferreira Cavalcante	33	Cazado	Negociante
62	José Cella	43	"	Artista
63	João Evangelista Barboza	58	"	Negociante
64	Joaquim Ferreira do Monte	75	Viuvo	E. Municipal
65	José Gomes Parente	25	Cazado	Artista
66	José Amaro d'Araújo	23	"	Artista
67	José Barboza	38	"	Machinista
68	João Julio Gomes Parentes	31	"	E. da Estrada
69	Joaquim Rodrigues Barbalho	48	Cazado	Prof. Particular
70	Dr. João Thomé de Saboia e Silva	27	"	Engenheiro
71	João Fernandes de Lima	30	"	Negociante
72	Julio Cícero Monteiro	31	Solteiro	E. da Estrada
73	Juvenal Juvencio de Medeiros	33	Cazado	Negociante
74	Manoel Pinto Soares Brandão	35	"	Negociante
75	Manoel Romão Sueiro	65	"	Proprietario
76	Manoel Luiz de Sampaio	42	"	E. Municipal
77	Manoel Rozendo de Souza	28	"	Negociante
78	Manoel Francisco de Miranda	58	Viuvo	Industrial
79	Miguel Francisco Dutra	48	Cazado	Lavrador
80	Manoel Francisco Dutra	22	Solteiro	Lavrador
81	Miguel Ferreira de Mello	27	"	Criador
82	Manoel Saldanha Fontenelles	26	Cazado	E. Publico
83	Miguel Gomes de Souza Lima	35	"	Artista
84	Manoel José de Souza	52	"	Machinista
85	Philomeno Craveiro Castello-Branco	27	"	Emp. do Commercio
86	Raimundo d'Alcantara Fiuza	25	Solteiro	Lavrador
87	Serafim Manoel de Freitas	52	Cazado	E. Publico
88	Severiano José de Carvalho	46	"	Negociante
89	Vicente Ferreira de Mello	21	Solteiro	Lavrador
90	Vicente Candido Franca Cavalcante	46	Cazado	E. da E. Ferro
91	Zeferino Celço de Carvalho Motta	37	Cazado	E. da E. Ferro

Alistamento Eleitoral de Camocim. 1898.

Fonte: portal.ceara.pro.br.

Como evidenciado anteriormente, a participação da população de Camocim nas eleições das primeiras décadas do período republicano, incluindo a sede e os distritos de Barroquinha e Almas (Amarelas), ficava em torno de 3% dos habitantes. Do ponto de vista da ocupação dos eleitores, afora aqueles que se destacaram na política local, a maioria dos eleitores eram “artistas” (alguém que tinha uma profissão fixa), empregados públicos e da ferrovia, negociantes, criadores, lavradores, proprietários e, alguns poucos, operários, pescadores e vaqueiros; o prático da barra, um marchante, além do Engenheiro da Estrada de Ferro, o Dr. João Thomé de Sabóia e Silva, eleitor do 3º quarteirão com o número 70 (hoje nome de rua em Camocim).

Na lista de eleitores podemos verificar alguns nomes conhecidos da história local, como o do empregado da estrada de ferro Júlio Cícero Monteiro, criador do Tiro de Guerra Infantil em 1912, também eleitor do 3º quarteirão sob o número 72. Ainda neste mesmo quarteirão, vamos encontrar José Cella (nº 62), de origem espanhola, também empregado da ferrovia e pai do artista plástico de renome internacional Raimundo Cela, que viveu em Camocim e também foi empregado da Estrada de Ferro. O documento também revela, pelos sobrenomes constantes, as famílias de maior poder aquisitivo do município e sua inserção política naquele tempo, como os Veras, Coelho, Cavalcante, Rocha, Soares, Carvalho, Parente, Saboia, Vianna, Araújo, dentre outros.²⁴

Considerações finais

Uma fonte como a que acabamos de analisar, é evidente, poderia suscitar outras chaves de interpretação e possibilidades de pesquisa se pudéssemos constituir sua série tipológica. Para este momento, limitamo-nos a apresentar minimamente a fonte, retirando dela apenas o que tinha de mais evidente.

Por outro lado, cabe concluir que os alistamentos eram apenas a primeira parte do processo eleitoral na Primeira República e prosseguiu neste modelo até 1930. Ele era o ponto inicial de uma filtagem que, além do alistamento, incluía

²⁴ Alistamento dos Eleitores do Município de Camocim para as eleições Estadual e Municipal procedido em 10 de abril de 1898. Disponível em: <https://portal.ceara.pro.br>.

[...] a eleição, a apuração dos votos e a verificação de poderes. Por meio desse processo consecutivo, no qual a metáfora da filtragem de candidaturas é autoexplicativa, eram escolhidos pelos eleitores os ocupantes de 10.277 cargos públicos” Tratava-se de um processo extremamente complexo, que embora restritivo, como é próprio dos regimes oligárquicos, não estava isento de contestações, instabilidades e disputas.²⁵

Num momento em que estamos intensamente envolvidos pelo processo eleitoral de mais uma sucessão presidencial, de governadores e parlamentares, as disputas, apesar de serem outras, não deixam de remeter às querelas do tempo do alistamento eleitoral feito a bico de pena, quando se procura negar e desqualificar o patamar tecnológico alcançado pelas urnas eletrônicas e apuração digitalizada das eleições, fornecendo o resultado final horas depois dos pleitos.

O lado bom de tudo isso é que, independentemente do sistema usado para a captação dos votos, ou mesmo que o interesse pela política por parte dos eleitores tenha caído,²⁶ hoje, os níveis de representatividade da população nas eleições são muito maiores do que na Primeira República. Cerca de 156 milhões de eleitores poderão votar em 2022 no Brasil, o equivalente a mais ou menos 72% da população total. E se em 1898, apenas 3% da população de Camocim foi alistada, hoje, poderão votar 47.998 eleitores, cerca de 73% da população do município.²⁷

Quando este capítulo for publicado, o processo eleitoral de 2022 terá se encerrado e restado as estatísticas, os números e as novas composições políticas eleitas e derrotadas. Mas isso, será uma outra história.

25 VISCARDI, Cláudia M. R. FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. Eleições na Primeira República: uma abordagem alternativa acerca da participação popular. **Locus - Revista de história**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 12-36, 2019 E-ISSN: 2594-8296 - ISSN-L: 1413-3024, p. 19.

26 Pesquisa quantitativa realizada em 2012 apontava “que 63% dos brasileiros tinham interesse em política, percentual que caiu a 53%”, [...] segundo o estudo Panorama Político 2022: opiniões sobre a sociedade e democracia, elaborado pelo Instituto Data Senado, com colaboração da Universidade de Brasília (UnB). Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/03/17/falta-conhecimento-do-eleitor-sobre-o-sistema-politico-apon-ta-datasenado>. Acesso em 27 set. 2022.

27 Dados obtidos através do site: <https://sig.tse.jus.br/>.



“A terra cearense era nota de contraste”: as crises sociais como retrato do descaso dos governos com o Ceará

Maria Samily Vieira Ribeiro¹

Introdução

Este capítulo pretende analisar o descaso de governos com crises sociais enfrentadas pelo Ceará, precisamente, as secas de 1877, de 1983 e, mais recentemente, o colapso do sistema de saúde brasileiro causado pela pandemia da Covid-19. Para entender como a população cearense lidou com a seca de 1877, será feito uso do romance naturalista-regionalista *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio, a partir da relação tênue entre História e Literatura. Em relação à crise 1983, o livro *Luzia-Homem: Ontem e Hoje* (1983), do Padre João Mendes Lira, será o norte. Concluindo, para falar da crise motivada pela pandemia da Covid-19 e pelo descaso do Governo Federal, matérias jornalísticas servirão de suporte devido à atualidade do tema. Os principais autores que embasam as discussões do texto são: Chartier,² Pesavento³ e Borges.⁴

Como sabemos, a literatura é uma ferramenta usada pelas sociedades há muito, a fim de transcrever em histórias narradas, particularidades experien-

1 Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: ribsamis@gmail.com.

2 CHARTIER, Roger. Literatura e História Debate. **Topoi**, n. 1, 1990.

3 PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. **Nuevo Mundo, Mundos Nuevos. Debates**, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>.

4 BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Goiás: Revista de Teoria da História**, Ano 1, n. 3, junho/2010.

ciadas pelo autor e todo o conjunto que o cerca. Particularidades essas que não têm compromisso com a verdade, mas que na literatura podem vir com a intenção de denunciar injustiças, com teor pedagógico ou não. O que não pode ser negado é que esses escritos são uma ferramenta útil para entender e conhecer características de outras sociedades, em outras temporalidades.

Destarte, sabendo da importância desses textos para a construção do conhecimento histórico, a História se apropria dessas fontes, entretanto não foi sempre assim. Como resquício do século XIX, uma época em que a razão monopolizava as ciências com uma filosofia positivista, o conhecimento histórico passou a representar uma verdade absoluta, não dando espaço para o imaginário na construção do pensamento historiográfico. Mais adiante, passa por um período de reconfiguração com pesquisas de historiadores como R. G. Collingwood, Hayden White e Peter Gay.

Enquanto à História era designado um papel mais formal e metódico, a Literatura era vista como algo mais leve, “um sorriso da sociedade”, postura essa já ultrapassada segundo Pesavento.

Tais posturas se tornam ultrapassadas pelas novas questões que se colocam aos intelectuais neste limiar do novo século e milênio. Chamemos nosso tempo pela já desgastada fórmula da “crise dos paradigmas”, que questionou as verdades e os modelos explicativos do real, ou entendamos nosso mundo pelo recente enfoque da globalização, dotado hoje de forte apelo, o que parece evidente é que nos situamos no meio de uma complexificação e estilhaçamento da realidade, onde é preciso encontrar novas formas de acesso para compreendê-la.⁵

Uma dessas novas formas de compreender o mundo seria por meio de um imaginário, oferecendo outras opções de como ver o passado, antes limitado ao documento, que segundo Paul Veyne,⁶ pode ser mera falseabilidade do real. O historiador está munido de métodos de pesquisas, fontes diversas e combinando-as se aproxima do que teria acontecido, construindo

5 PESAVENTO, *Op. cit.*, n.p.

6 Veyne, Paul Marie, 1930 V595c Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 1992, 1995, 1998.

do uma possibilidade imaginada, num tempo onde não esteve presente por meio de uma ficção controlada. A literatura dispõe desses privilégios – que são oferecidos ao historiador quando a utilizam como fonte na reconstrução de um passado.

Segundo Pesavento,⁷ “a literatura é, pois, uma fonte para o historiador, mas privilegiada, porque lhe dará acesso especial ao imaginário, permitindo-lhe enxergar traços e pistas que outras fontes não lhe dariam”. Mesclar História e Literatura seria como um “exercício imaginário de reconstrução do mundo”, deixando-as mais uma vez lado a lado como nas décadas de 60 e 70 do século XX, onde estavam empenhadas em denunciar injustiças sociais.

Na produção da História por meio de fontes literárias, os historiadores lançam mão de algo que Chartier⁸ denomina de apropriação, que é quando o objeto é adaptado pelo próprio leitor às suas necessidades; segundo Borges⁹ – referente à produção da obra – nas suas pesquisas eles voltam-se para saber quem fala, de onde fala e que linguagem usam. Por isso, contextualizar o texto (documento) com o período de sua escrita é indispensável para entender a realidade de determinada sociedade, posição social, econômica, política ocupada pelo autor, pois como defende Chartier,¹⁰ o documento é a representação do real e não pode ser desligado de sua realidade. O mesmo vale para a Literatura enquanto objeto da História, tendo o historiador que investigar, refletir, problematizar e historicizar, a fim de que perceba seus campos de tensões e o que o texto insinua.

Deste modo, a Literatura é válida para História, como documento-texto que não pode ser desvinculado da realidade. Fatores sociais são determinantes para a construção dos escritos, o que implicaria grande presença do vivido na obra. Borges¹¹ defende que o literato não cria nada a partir do nada e não se faz literatura sem contato com a sociedade. O autor diz ainda que literatura seria como um testemunho histórico. Portanto, o historiador para construir sua pesquisa, utiliza-se do imaginário da literatura ponderando com o real, no caso, o contexto social no qual a obra está inserida para torná-la matéria de reflexão histórica. Ainda é preciso

7 *Idem.*

8 CHARTIER, *Op. cit.*, p. 27.

9 BORGES, *Op. cit.*,

10 CHARTIER, *Op. cit.*, p. 62.

11 BORGES, *Op. cit.*, p. 103.

[...] centrar atenção no funcionamento da linguagem literária, na pluralidade e na instabilidade do texto, na busca de recuperar os diferentes significados e as multiplicidades de sentidos, pois não há um sentido fixo, congelado, estabelecido da obra.¹²

História e Literatura antes se viam engajadas em denunciar injustiças sociais e, hodiernamente, novamente citando Pesavento,¹³ a união das duas é vista como objeto de resposta para questões de todos os homens e em todos os séculos, entendendo assim, seus respectivos costumes – ainda que, com uma distinção entre os compromissos de cada uma com a realidade.

Dito isso, este capítulo apropria-se dos privilégios oferecidos pela fonte literária para analisar as crises enfrentadas no Ceará nos anos de 1877, 1983 e, recentemente, o colapso do sistema de saúde causado pela pandemia da Covid-19, juntamente com a negligência do Governo Federal com os municípios e estados, o que forçou a necessidade da união de estados do Nordeste no combate ao vírus.

Na elaboração deste texto, duas obras serão protagonistas. A primeira de cunho literário, o romance *Luzia-Homem* (1903), de Domingos Olímpio,¹⁴ que se passa em Sobral, em 1877, época em que uma grande seca assolou o Ceará, deixando muitos na miséria, sorte quando não morriam de fome e sede. A protagonista, Luzia, é afetada e desce do Ipu para Sobral em busca de trabalho e de cuidados para sua mãe adoentada.

Como uma forma de amenizar o impacto da seca na vida dos moradores, o governo dava início a obras, a fim de fazer proveito da mão de obra barata dos retirantes. Luzia foi uma dessas pessoas empregadas. A protagonista era a única mulher trabalhando na construção da primeira penitenciária de Sobral.

12 *Ibidem*, p. 105.

13 PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. In: **História da Educação**, ASPHE/FeE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

14 Domingos Olímpio Braga Cavalcanti foi escritor, dramaturgo, promotor, nascido em 1860 na cidade de Sobral-CE. Fez os estudos básicos na sua cidade natal e cursou Direito na Faculdade de Direito em Recife-PE, onde, segundo Herman Lima (1961), conheceu Castro Alves e Tobias Barreto. Quando formado, retornou à Princesa do Norte e foi nomeado promotor público da cidade em 1878. Entre 1878 e 1890 foi transferido para o Pará e, nesse último ano, fixou-se definitivamente no Rio de Janeiro. Em 1903 publicou sua obra de maior sucesso, *Luzia-Homem*. Morreu em 1906 de embolia cerebral.

A segunda obra, *Luzia-Homem: Ontem e Hoje* (1983), do Padre João Mendes Lira,¹⁵ é uma análise da obra *Luzia-Homem* (1903) com a perspectiva da seca que a sociedade cearenses estava enfrentando novamente em 1983. De forma crítica, o autor faz esse paralelo de 1877-1983, chamando atenção para o descaso dos governos - com olhos voltados para o eixo Sul-Sudeste - com essa “sub-raça”, que são os cearenses, segundo o autor.

“Nem o mais ligeiro prenúncio das chuvas de caju”: A seca de 1877 em Luzia-Homem (1903)

E, na gloriosa harmonia dos astros, na expansão soberba da vida universal, a terra cearense era a nota de contraste, um lamento de desespero, de esgotamento das derradeiras energias, porque o sol sedento lhe sorvera, em haustos de fogo, toda a seiva.

Olhares ansiosos procuravam, em vão o fuzilar de relâmpagos longínquos a pestanejarem no rumo do Piauí, desvelando o perfil negro da Ibiapaba. Nada; nem o mais ligeiro prenúncio das chuvas de caju.¹⁶

Devido à gravidade dos problemas gerados pela seca, tem-se uma nova compreensão. Para além de uma variante climática, problemas sociais e políticos foram pivôs para a crise social e hídrica de 1877-79. Neves¹⁷ destaca a lei de terras de 1850 - permitia a posse de terras apenas por meio da compra, privilegiando uma agricultura mercantil e expulsão dos povos indígenas de suas terras - e o boom da economia algodoeira influenciado pela Guerra de Secessão dos Estados Unidos. Através da Literatura, será visto como a seca foi percebida.

15 Padre João Mendes Lira foi um historiador da safra de sacerdotes intelectuais da cidade de Sobral, como pontua Silva (2015). Participante ativo na vida social dos sobralenses por meio da realização de batizados, casamentos, como professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e escreveu de 1970 a 1988. Figura marcante na memória dos sobralenses, nasceu em 1925 e morreu em 2005.

16 OLÍMPIO, Domingos. **Luzia-Homem**. 3. Ed. Martin Claret, 2014, p. 47.

17 NEVES, Frederico de Castro. A seca na história do Ceará *In*: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2015.

Localizada espacialmente na cidade de Sobral-CE e temporalmente no período de 1877-1879, a história do romance *Luzia-Homem* (1903), do escritor, dramaturgo e promotor Domingos Olímpio, narra as desventuras em série enfrentadas pelos retirantes, que estavam tentando sobreviver ao período de estiagem prolongada que assolou a região.

O título do romance sugere quem é a protagonista da obra. Luzia Maria da Conceição é afetada pela miséria e desce do Ipu-CE para Sobral em busca de trabalho e de cuidados para sua mãe adoentada. Ela é a única mulher que trabalha na construção da primeira penitenciária da cidade. Tem a força considerada igual a de um homem e, por esse motivo, recebe a alcunha de “Luzia-Homem”.

Não obstante ser atormentada pela população por sua força, porte físico, roupas, ser perseguida por um admirador inconveniente e mal falado por todos - o soldado Crapiúna -, a questão da seca intensificava o sofrimento. Luzia desejava ir para outro lugar, onde houvesse mar, pois acreditava que sua mãe adoentada seria curada, porém as intempéries do momento não permitiram.

Luzia viera na enxurrada, marchando, lentamente, a curtas jornadas, e fora forçada a esbarrar na cidade, por já não poder conduzir a mãe doente

[...]

A vida lhe correu bem durante seis meses. Havia trabalho e ela ganhava o suficiente para se prover quase com fartura. Mas o coração pressentia, então, com vago terror, o perigo das pretensões de Crapiúna e ela procurava, por todos os meios, evitá-lo. Seu primeiro impulso, depois que ele lhe ousara falar em termos desabridos, foi anoitecer e não amanhecer, emigrar, confundir-se nas levas de famintos.

[...]

Talvez tombasse, como os míseros, cujas ossadas alvejantes, descarnadas pelos urubus e carcarás, iam marcando o caminho das vítimas da calamidade.

E a mãe, a querida mãezinha, que era o seu tudo neste mundo?

[...]

Nessa triste conjunção, venceu o dever.¹⁸

18 OLÍMPIO, Domingos. **Luzia-Homem**. 3. Ed. Martin Claret, 2014, p. 29-30.

No terceiro volume da *Cronologia Sobralense* (2015), do total de cinco, elaborado pelo Padre Francisco Sadoc de Araújo, é possível ver o início da instabilidade causada pela seca e os temores da sociedade sobralense por não saber o que esperar. “21 de março (4ª feira): Sobralenses começam a temer uma terrível seca pela falta de chuvas até o dia da passagem do equinócio”.¹⁹

A população não estava sendo apocalíptica. A seca chegou e os retirantes encontraram em Sobral uma forma de sobreviver por meio da venda da sua mão de obra barata. Nesse período, através das páginas do jornal da cidade foi sugerida a retomada da construção do Teatro São João. “10 de junho (Domingo): Editorial do ‘Sobralense’ sugere à União Sobralense que reinicie a construção do Teatro São João, aproveitando a mão de obra barata provocada pela seca”.²⁰ Poucos meses depois, a construção da primeira cadeia pública da cidade - contexto em que se passa a narrativa do romance *Luzia-Homem* - foi noticiada pelo mesmo jornal.

30 de setembro (Domingo): “O Sobralense” noticia que a “a digna Comissão de Obras ultimamente nomeada pelo Exmo Presidente da Província resolveu a dar começo à edificação de uma grande cadeia. O local escolhido é onde esteve o antigo Curral do Açougue, ao norte da cidade, confronto ao cemitério.”²¹

O governo usou o trabalho dos flagelados, que não tinham outro meio de sobrevivência. Enquanto uns morriam de enfermidades, fome e sede, a cidade construía prédios pomposos como o Teatro, símbolo de que Sobral estava no caminho da modernidade, “sua inserção entre as cidades civilizadas”, segundo Santos.²²

Na seca de 1983, o cenário se repete. *Em Luzia-Homem: Ontem e Hoje*, o padre João Mendes Lira deixa seu parecer quanto ao descaso dos governos com os mais pobres, enquanto crescem economicamente.

19 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. **Cronologia sobralense**. 1841-1880. 2. ed. Sobral: Ecoa, 2015, p. 268.

20 *Idem*, p. 267.

21 *Idem*, p. 270.

22 SANTOS, Edilberto. F. Teatro, sociabilidades e costumes: palco e platéia das casas de espetáculos de Sobral-CE (1867-1927). XV Encontro Estadual de História do Ceará. **Anais...**, Fortaleza-CE: UECE, 2016.

Nada de novo sob o sol: a seca de 1983

Em uma análise ao romance literário supracitado, Lira discorre sobre a seca de 1983 (1979-1983) e encontra paralelos com o período de seca vivido pelos cearenses entre 1877-1879. Em dezenove capítulos o autor desenvolve suas reflexões trazendo os personagens do romance para o ano de 1983 e comenta sobre problemas de gênero, econômicos, políticos e outros, culpabilizando a seca e, conseqüentemente, quem tinha poder para evitar tal situação, o governo.

O padre ainda chama atenção que apesar de todo o progresso econômico alcançado, o descaso permanece o mesmo.

Hoje, depois de 106 anos, uma nova seca, de conseqüências imprevisíveis, castiga a Região Nordeste. Em 1983, quando o progresso penetrou em todos os nove Estados do Nordeste, quando existem os mais sofisticados meios de transporte e comunicação, o atendimento aos flagelados por parte do Governo parece ser inferior ao de 1877. O Governo atual não assumiu, realmente, o grande problema da seca, que deixou de ser um problema regional para transformar-se em Nacional.²³

Na citação acima, Lira diz que o problema da seca no Nordeste deixa de ser um problema regional para tornar-se nacional com a seca de 1983, porém, Campos destaca que, desde a grande seca do século XIX isso estava posto.

Foi também a partir desta seca [1877] que o Nordeste passou a ser identificado como *região-problema* e, apesar de não haver mudança de concepção, “o governo brasileiro passa a encarar as secas nordestinas como um problema que, embora regional, exige uma interferência federal.”²⁴

23 LIRA, Padre João Mendes. **Luzia-Homem**: Ontem e Hoje. Companhia Brasileira de Artes Gráficas, RJ, 1983, p. 12.

24 CAMPOS, Nivalda Aparecida. **A grande seca de 1979 a 1983**: um estudo de caso das ações do governo federal em duas sub-regiões do estado do Ceará (Sertão Central e Sertão dos Inhamuns). São Carlos, UFSCar, 2004, p. 9.

Desse modo, outro ponto que merece ser destacado é que de 1877 a 1950, o problema da estiagem prolongada foi creditado à falta de água e muitos açudes foram construídos, “No entanto, o que se fez foi apenas o acúmulo d’água já que não houve seu aproveitamento econômico”.²⁵ Apenas trinta anos depois de 1877 foi que medidas mais efetivas foram sendo tomadas, ainda sim, ligadas ao combate à seca, já no período republicano.

O enfoque monotemático só vai ganhar novo rumo, social e econômico, com o advento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada em 1959, com objetivo de solucionar o problema da desigualdade regional. Porém, com o Golpe Militar de 1964, a Sudene perde a autonomia. “A análise feita pela própria Sudene é que a tal política de pulverização de recursos significou o abandono da prioridade de desenvolvimento do Nordeste em prol da consecução de ambiciosas metas de crescimento setorial em outras regiões do País”.²⁶

Todos os programas criados de combate à seca, ou mesmo, de combate à desigualdade no Nordeste tiveram curta duração. Lira sabia da necessidade de planos de longo alcance para reestruturar a região.

Não adianta o Presidente Juscelino soltar de novo a frase de Pedro II e prometeu empenhar as jóias da coroa. Primeiro, porque eles não empenham mesmo, é só o gesto. E segundo, porque se empenhasse, não adiantava nada. Mil vezes se repita que não é com o auxílio de ocasião que se recuperará o Nordeste. E sim com o plano de longo alcance, com o dinheiro bem empregado; com estudos, com a educação do povo, com preparo prévio para enfrentar a calamidade.²⁷

Com uma certa distância do ocorrido, Silva e Sousa são mais enfáticos em suas análises. “A pesquisa realizada pela CPT, CEPAC e IBASE (1989) constata a ocorrência de 700.000 mortes na área afetada pela seca no Nordeste brasileiro nesse período. Em virtude desse número, utiliza-se o termo

25 *Ibidem*, p. 11.

26 *Idem*, p. 13.

27 LIRA, *Op. cit.*, p. 53.

genocídio”.²⁸ O texto de Silva e Sousa data de dezembro de 2019, mal esperavam eles que o termo genocídio, no ano seguinte, seria novamente empregado para qualificar outra situação de desalento social e de quase 700.000 mortes.

Déjà vu

Dando um salto temporal, em meados de março de 2020, iniciou-se no Brasil a tomada de medidas para combater a Covid-19. A princípio a sociedade desacreditava da gravidade do vírus, porém com os números do contágio acelerado e de mortes, era imprescindível que atitudes drásticas fossem tomadas. Em contraste com o que o mundo e o Ministério da Saúde recomendavam para controlar a pandemia, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, frequentemente, em suas redes sociais deslegitimava as medidas de segurança sanitária que estavam sendo tomadas. Inclusive, promoveu uma dança da cadeira com líderes do Ministério da Saúde, sempre que contrariado.

Devido à negligência do governo vigente (2018-2022), foram dizimadas aproximadamente 700.000 vidas, mesmo com a vacina desenvolvida, pois os e-mails de venda de vacinas foram ignorados pelo executivo.

O senador Randolfe Rodrigues, vice-presidente da CPI da Covid no Senado, revelou a omissão do Governo Federal nas compras das vacinas contra covid-19. No Twitter, ele afirmou que mais de 50 emails da Pfizer, empresa farmacêutica multinacional, foram ignorados: “CINQUENTA E TRÊS! Na investigação que estamos fazendo na CPI da Pandemia descobrimos que, na verdade, foram 53 e-mails da Pfizer que ficaram sem resposta”.²⁹

Profissionais da saúde, profissionais das ciências humanas e pesquisadores de forma uníssona caracterizaram a crise humanitária vivida no Brasil

28 SILVA, Danielle Rodrigues da; SOUSA, Jackson Araújo de. As faces da seca: As transformações socioespaciais das grandes secas no Ceará (1979-83 e 2011-16). **Conexões. Ciência, e Tecnologia**. Fortaleza/CE, v. 13, n. 5, p. 105 - 111, dez. 2019, p. 107.

29 OLÍMPIO, Victória. Randolfe Rodrigues revela que governo brasileiro ignorou mais de 50 e-mails da Pfizer. **Correio Braziliense**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/politica/2021/06/4928952-randolfe-rodrigues-revela-que-governo-brasileiro-ignorou-mais-de-50-e-mails-da-pfizer.html>. Acesso em: 28 set. 2022.

como genocídio - ações motivadas por diferenças étnicas, religiosas, sociopolíticas que colocam em cheque a existência desses grupos. “O Brasil vive um genocídio diante da pandemia do novo coronavírus, vitimando especialmente populações indígenas. A avaliação foi feita pelo médico sanitário Gonzalo Vecina Neto, ex-presidente da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária)”.³⁰

Dessa forma, os estados e municípios do Nordeste tiveram que agir de forma autônoma para proteger seus cidadãos. Desde as eleições de 2018, os estados do Nordeste se organizaram politicamente para criar um consórcio, tendo em vista as represálias que a região estava sofrendo pelo atual Presidente da República.

Após as eleições de 2018, os governadores Wellington Dias (PT) do Piauí, Renan Filho (MDB) de Alagoas, Rui Costa (PT) da Bahia, Camilo Santana (PT) do Ceará, Flávio Dino (PCdoB) do Maranhão, João Azevedo (PSB) da Paraíba, Paulo Câmara (PSB) de Pernambuco, Fátima Bezerra (PT) do Rio Grande do Norte e Belivaldo Chagas (PSD) de Sergipe, entendendo que a solução de problemas comuns se dá por meio de políticas e ações conjuntas, sobretudo agindo em parcerias com ganho de escala, melhorando sua capacidade técnica, gerencial e financeira, além de viabilizar parcerias em regiões de interesses comuns, passaram a dar uma dimensão que até então não existia aos consórcios para além dos limites territoriais dos municípios e começaram a debater a criação do Consórcio Nordeste.³¹

Em março de 2019, criou-se o Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, a fim de oferecer um serviço público para a região e de defender os direitos dos nordestinos. O Consórcio tinha pautas prioritárias e uma delas era uma boa política internacional para atrair investimentos de países como Alemanha, Itália, Espanha, França,

30 Médico vê genocídio na pandemia e diz: Não tínhamos que ter 100 mil mortes. **VivaBem Uol**. Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/08/07/medico-ve-genocidio-na-pandemia-e-diz-nao-tinhamos-que-ter-100-mil-mortes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 28 set. 2022.

31 Artigo: Consórcio Nordeste e o enfrentamento à pandemia. **PT**. Disponível em: <https://pt.org.br/artigo-consorcio-nordeste-e-o-enfrentamento-a-pandemia/>. Acesso em: 28 set. 2022.

China, Coréia e Rússia, o que durante a pandemia foi fundamental para a importação de insumos hospitalares e na compra de 37 milhões de doses da vacina russa Sputnik. O grupo do Nordeste era alvo de críticas e *fake news* do presidente.³²

O descaso do governo com essa região não é novidade, um eterno *déjà vu*. Entretanto, é inegável que os governos nordestinos, durante a pandemia, se tornaram referência mundial de combate à Covid-19. Além da criação do Consórcio, o Comitê Científico do Nordeste foi elogiado³³ e numa tentativa de disponibilizar mais profissionais da saúde trabalhando na linha de frente, a região liderou as antecipações de formaturas da área da saúde.³⁴

No Ceará, viu-se grande empenho dos seus líderes políticos, encabeçados pelo ex-governador e atual candidato ao senado brasileiro, Camilo Santana.³⁵ Presente quase que diariamente em lives via redes sociais, conversando com os cearenses, adotou uma postura firme em defesa da ciência,³⁶ do isolamento social e liderou as primeiras compras de doses de vacinas que chegaram em solo brasileiro.

Portanto, com o exemplo do Nordeste, do Ceará, especificamente, no combate à pandemia com a organização dos seus líderes, não convém manter o termo *região-problema* usado na década de 1980 para definir o território com a questão da seca. A *região-solução* é um termo melhor para ser empregado.

32 LOPES, Naian. Bolsonaro cria mais uma fake news e ataca Consórcio do Nordeste. **DCM**. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/bolsonaro-fake-news-nordeste/>. Acesso em: 28 set. 2022.

33 Comitê Científico do Nordeste se torna referência mundial no combate ao coronavírus. **Portal AZ**. Disponível em: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/30814/comite-cientifico-do-nordeste-se-torna-referencia-mundial-no-combate-ao-coronavirus/>. Acesso em: 28 set. 2022.

34 CATTTO, André. Nordeste lidera formaturas antecipadas na área da saúde para combate à Covid-19. **CNN Brasil**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/nordeste-lidera-formaturas-antecipadas-na-area-da-saude-para-combate-a-covid-19/>. Acesso em: 28 set. 2022.

35 Eleito senador pelo Ceará em 2 de outubro de 2022.

36 TRINDADE, Wãmderson. “O vírus ainda está circulando”, alerta Camilo Santana com intuito de evitar 2ª onda de contaminação. **O Povo online**. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2020/10/24/o-virus-ainda-esta-circulando---alerta-camilo-santana-com-intuito-de-evitar-2---onda-de-contaminacao.html>. Acesso em: 28 set. 2022.



Do espaço religioso ao espaço biológico: a beata Maria de Araújo e “O Milagre de Juazeiro”

Bruna Karina Ferreira de Lima Melo¹

Durante o século XIX, estereótipos desfavoráveis atribuídos à população negra, anteriormente vinculados a preconceitos de caráter místico-religiosos e à desconfiança ante as práticas culturais africanas, passaram a figurar um aspecto racial, que inferiorizava esses elementos em âmbito biológico, [...] “as representações diante de negros e mestiços ganharam seu aspecto racialista, tendo como aporte teórico uma série de argumentos vindos da Europa e que se diziam científicos”.²

A crença na inferioridade racial do negro e na sua degeneração não foi um elemento exclusivo das teorias de cunho biológico, há muito tempo que figuras demoníacas e inferiores eram constantemente representadas pela pele negra. Segundo Maurício Menon (2008), “A relação que o cristianismo estabelecerá com a cor preta e a malignidade se dá, em partes, pela conclusão de que tudo que era pagão provinha do Diabo”.³ A representação do negro enquanto fruto da inveja do Diabo, que pretendia criar

1 Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades, da Universidade Estadual do Ceará - PPGHCE/UECE. Membro do Corpus: Grupo de Estudos e Pesquisas em História dos Corpos e das Sensibilidades – CORPUS/UFRN/CNPq. Membro do Grupo de Estudos História e Documento: reflexões sobre fontes históricas - GEPHG/UFC/CNPq, Pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa da História das Práticas da Saúde e das Doenças - GEPHPSD/UFPA/CNPq. E-mail: melo.karina.his@gmail.com.

2 GIAROLA, Flávio Raimundo. O “demônio negro”: o negro maligno nas representações religiosas e raciais da imprensa de São João del-Rei (1871-1889). **Locus: Revista de História**, Juiz de Fora, v. 24, n. 2. p. 413-429. 2018. p. 414.

3 MENON, César Maurício. O diabo: um personagem multifacetado. **Revista Línguas e Letras**, Cascavel, Edição Especial, p. 217-227, 2008, p. 225.

um homem assim como Deus havia feito, foi uma visão comum durante o século XIX.

Ao longo do século XIX, o Brasil foi visto como um grande laboratório ao qual os pesquisadores europeus dedicaram especial atenção. Gustave Le Bon, Arthur de Gobienau e Louis Agassiz foram alguns dos pesquisadores que se debruçaram a estudar o fenômeno da miscigenação. Em suas análises, “a mestiçagem representava o atraso, pois o progresso estava restrito às sociedades “puras”.⁴ A miscigenação teve um forte impacto na comunidade científica porque marcou o limite de uma era em que o conceito de raça é compreendido sob a perspectiva da pureza. Pensar um povo constituído pelo cruzamento racial significou atravessar a fronteira que separa a dimensão biológica da realidade social.⁵ Em outras palavras, as leis que regiam a natureza passaram a ser utilizadas no estudo das sociedades. As interpretações baseavam-se na biologia e assumiram uma postura política de controle e “domesticação” dos corpos.

Em “O Espetáculo das Raças”, a antropóloga Lilia Schwarcz (1993) discutiu como o evolucionismo e o darwinismo formaram o corpo da discussão antropológica e etnológica dos estudiosos a partir de 1870. No Brasil, o período de inauguração dos museus pode ser considerado um importante exemplo de como o pensamento oitocentista antropológico e etnológico se institucionalizaram e exerceram importante papel como estabelecimentos dedicados à pesquisa etnográfica e ao estudo das chamadas ciências naturais.⁶

Essa conjuntura, nas décadas finais do século XIX, favoreceu a elevação da importância do conceito de raça nas discussões sociológicas. Acreditava-se que as diferenças entre as sociedades eram reflexo das diferenças naturais. Lilia Schwarcz destaca que é necessário compreender a questão racial e todo o contexto argumentativo sobre ela, que foi política, edificada em momento histórico específico, do mesmo modo o debate conceitual sobre raça, conceito complexo, muito amplo com inúmeras matizes capazes de

4 DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007, p. 89.

5 SÁ, Bruno Vivas de; COELHO, Maria Thereza Ávila Dantas; Mendes, José Sacchetta Ramos. **A Escola do Recife e o Pensamento Racial no Século XIX**. Salvador: UFBA, 2012.

6 SCHWARCZ, L. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil - 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 67.

camuflar a profundidade do assunto, [...] “entendido como um objeto de conhecimento, cujo significado estará sendo constantemente renegociado e experimentado nesse contexto histórico específico, que tanto investiu em modelos biológicos de análise”.⁷

A lei que separa os animais em espécies também separou o homem em raças. “As raças humanas, enquanto ‘espécies diversas’ deveriam ver na hibridação um fenômeno a ser evitado”.⁸ Esse foi o pensamento, conectado ao evolucionismo, que fundamentou a ideologia de uma hierarquização natural entre os homens. Nesse sentido, a humanidade seria dividida em três raças: a branca, a negra e a indígena. Se, para a biologia, o cruzamento entre espécies era visto como um fator negativo, seria igualmente prejudicial o cruzamento entre raças,⁹ sendo o mestiço um ser essencialmente degenerado, uma vez que “não tinha as mesmas qualidades do branco, nem as do índio ou mesmo as do negro. Era um ser inferior”.¹⁰ Salienta-se que essa crença era compartilhada pelas tribos indígenas, que condenavam todo e qualquer contato com outras raças.¹¹ Segundo Diwan,¹² Louis Agassiz (1807-1873) figurou no cenário internacional como um dos principais expoentes do discurso racial, ao lado de Arthur de Gouibneau (1816-1882). Para ele,

[...] qualquer um que duvide dos males da mistura das raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que a separavam, venham ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia e capacidade mental.¹³

7 *Ibidem*, p. 17.

8 *Ibidem*.

9 DIWAN, Pietra. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

10 DIWAN, *Op. cit.*

11 SCHWARCZ, *Op. cit.*

12 DIWAN, *Op. cit.*

13 AGASSIZ. *apud* SCHWARCZ, L. In: SCHWARCZ, L. **Dando nome às diferenças**. Racismo e Racistas, n° 2, p. 9-41, 2001, p. 19.

De modo muito sucinto na apresentação do estudo de Schwarcz,¹⁴ a questão racial europeia foi iniciada criticamente e seletivamente, o que viabilizou a criação de um dispositivo conservador e autoritário na definição da uma identidade nacional e na sustentação das já existentes hierarquias sociais presentes no tecido social brasileiro. Desse modo, os teóricos e intelectuais, políticos, escritores, pesquisadores conciliaram as teorias raciais, no modelo de Gobineau, no qual a mestiçagem é interpretada como uma degeneração. Uma contradição enorme, visto que, conforme exposto acima, o modelo baseado na causalidade biológica predominante naquele período, tanto nas ciências naturais quanto nas sociais, influenciou a elite, entretanto, no caso da teoria racial, desacreditou o Brasil como uma nação civilizada graças à sua enorme população mestiça.

A solução então foi investir em teses de branqueamento da população, segundo a qual a mestiçagem estaria enfraquecendo graças ao aumento do “elemento superior branco”. Então o branqueamento populacional foi uma estratégia política para pensar uma nação civilizada e capaz de eliminar os elementos “inferiores”. Assim, é possível compreender que a hierarquia natural entre as raças é baseada em preconceito, pois faz da raça branca, europeia, sem doenças ou deficiências, superior a todas as outras. Tendo sido a raça branca, sem máculas, preparada pela natureza para construir a civilização. Por isso, mais do que uma simples forma de preconceito, o discurso racial foi o modo encontrado pela comunidade científica para estudar os fenômenos sociais.¹⁵

O discurso religioso cristão também está impregnado da defesa do Brasil como um país capaz de fazer parte do mundo civilizado, portanto, deve compartilhar dos diferentes aspectos da cultura europeia, principalmente no que se refere à religiosidade. A noção do supremacismo branco, portanto, transpõe os limites materiais e chega à corte celeste.

No contexto brasileiro, onde as várias expressões de religiosidade se fundiram, o processo de romanização do catolicismo criou um clima bastante tenso, afinal o catolicismo vivenciado durante o Brasil colônia e império fora uma religião, na prática, à margem dos cânones católicos e da

14 SCHWARCZ, *Op. cit.*

15 SCHWARCZ, *Op. cit.*

própria liturgia. A “devoção” no Brasil era profundamente marcada por elementos “populares” (leia-se elementos da religião afro e indígena).

A partir do estudo do catolicismo nos finais do século XIX e início do século XX, Maria Aparecida Gaeta atenta para o confronto entre o catolicismo tridentino e o catolicismo tradicional vigente,

Em círculos concêntricos, as diretrizes ultramontanas deveriam dirigir-se a todo o universo católico, seguindo uma ordenação perfeita tal qual a solar, numa mecânica celestial irradiadora de luz e de vida. Nesse sonho unitário não se configuravam as incompatibilidades e as alteridades identitárias. Na busca do uno, diante do múltiplo social, manifestava-se a intransigência ante o plural, confrontando-se, na verdade, com o próprio lugar da história que é, por excelência, o lugar da divisão e dos choques de valores.¹⁶

Nesse sentido, manifestações como as que ocorriam em torno da Beata Maria de Araújo precisavam ser controladas e exterminadas,¹⁷ sob o risco de perdas concretas às estruturas hierárquicas, sejam elas de ordem econômica, política ou religiosa.¹⁸

Quem poderá delinear o perfil dessa alma soberanamente execrável? Quem poderá relatar as suas misérias e as suas torpezas? Quem poderá enumerar todos os males que ela, de mãos dadas com o padre Cícero, tem causado à religião, à pátria e à humanidade?¹⁹

As narrativas míticas descritas pela Beata Maria de Araújo eram variadas, e, em outros contextos, serviram para a Igreja considerar outras mulheres como santas.²⁰ Entretanto, se o mesmo ocorresse com a beata, as

16 GAETE, Maria Aparecida Junqueira. A cultura clerical e a folia popular: estudo sobre o catolicismo brasileiro nos finais do século XIX e início do século XX. **Revista Brasileira de História**, 1997, v. 17, n. 34. p. 183-202, p. 03.

17 Faz-se necessário lembrar que o Nordeste brasileiro protagonizou, naquela mesma época, que vai do final do século XIX ao começo do XX, a Guerra de Canudos, no interior da Bahia.

18 GAETE, *Op. cit.*

19 PEIXOTO, Alencar. **Juazeiro do Cariry**. 2. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2011, p. 43

20 NOBRE, Dia S. **O teatro de Deus: as beatas do Padre Cícero e o espaço sagrado de Juazeiro**. Fortaleza, CE: IMEPH, 2011, 231p.

apropriações por parte do catolicismo popular - que vinha sendo combatido - o que, talvez, poderia ser visto como uma perda de centralidade do poder e da hierarquia, pondo em risco o fortalecimento do poder clerical, operando males possivelmente irreversíveis.

Maria de Araújo protagonizou um dos eventos fundantes de Juazeiro, e foi por quase um século uma das personagens mais conhecidas no cenário religioso nordestino.²¹ Duas linhas narrativas configuraram por longos anos o campo de disputa sobre o papel da beata na história de Juazeiro.

Há aqueles que, crentes no milagre e apoiadores de Padre Cícero, descrevem Maria de Araújo como uma mulher simples, bondosa, de semblante calmo, dedicada à obra de Deus e de caráter irrepreensível, chegando a ser considerada uma santa. Já aqueles que consideravam como fruto de embuste os acontecimentos de Juazeiro, descreviam a beata como uma mulher doente, de semblante vazio e afetada por interferências de ordens satânicas, que lhe constituía personagem elementar para execução de um ardiloso plano elaborado por Padre Cícero e seu primo, o jornalista José Marrocos. Vale salientar que a sua raça era, na grande maioria das vezes, totalmente desconsiderada por parte dos crentes no milagre, sendo, entretanto, um dos elementos usados para justificar a impossibilidade da manifestação de um milagre por parte dos seus detratores.

Na obra *Juazeiro do Cariry*, do padre Alencar Peixoto, originalmente publicada em 1913, alguns meses antes da morte de Maria de Araújo, o autor tece comentários sobre Juazeiro, sua vida social, costumes, o Padre Cícero, a Beata Maria de Araújo e os acontecimentos atrelados a eles. Escrito em forma de carta, dividido em 29 partes, visa responder perguntas expressas ou subentendidas, complementar respostas, apresentar alguns diálogos e crônicas. Dentre as cartas de Alencar Peixoto,²² interessam-nos especialmente as cartas 2 (*O Embuste*), 3 (*Fiat Lux*) e 5 (*Maria de Araújo*).

A obra de Alencar Peixoto é aqui considerada como uma importante fonte para entender como os discursos cientificistas estavam presentes na sociedade e nas narrativas sobre o suposto milagre e a beata. Além de Peixoto, há uma variedade de outros autores, pertencentes ou não ao clero

21 WALKER, Daniel. **Maria de Araújo**: a beata do milagre de Juazeiro. Juazeiro do Norte: Edições IPESC, 1996.

22 PEIXOTO, *Op. cit.*

brasileiro, que se debruçam sobre o milagre e os seus personagens, privilegiamos o uso de autores contemporâneos aos acontecimentos. Dentre eles citamos, além de Peixoto, Joaquim Pimenta, “Uma mulatinha franzina, linfática, cabelo rente, feia, vulgar. Tão insignificante e tão famosa”,²³ o educador Lourenço Filho (2002),²⁴ “Maria de Araújo era uma cacodemoníaca, cujas tendências se revelaram na conduta sui generis de toda sua vida”, e o historiador padre Antônio Gomes,²⁵ que descreve Maria de Araújo em grau muito parecido ao de Alencar Peixoto.

Alencar Peixoto, em carta intitulada *Fiat Lux*, aborda os “acontecimentos” de Juazeiro como fruto de um plano que teria causado danos irreparáveis à cidade e à população: “Tramou-o ele nas trevas e nas trevas consertou com Maria de Araújo, sugestionado pelo espírito do mal que não dorme e se não cansa de, embondos, qual mais terrível, criá-los à nossa fé”. Na seqüência, ele continua a tecer considerações sobre o sangue vertido da boca de Maria de Araújo, “[...] sangue esse que das gengivas, a meu ver, fazia vir ela, e corno queria, à boca maltratada, sangue esse, finalmente, em que tantas vezes no Juazeiro se tinha transformado, ou antes, dissolvido a hóstia consagrada!!!”.²⁶

Na 5ª carta (*Maria de Araújo*), o padre descreve para seu interlocutor as feições de Maria de Araújo e como ela é desprovida de valores éticos e morais, um ser animalesco que talvez possa ser considerada mulher, mas que além de desprovida de atrativos físicos é possuidora de um capital imagético assustador, além disso, não possuía qualidades ou dotes que amenizassem suas feições.

- Maria de Araújo que deve ouçar hoje pelos seus cinquenta anos, é de estatura regular; bruduzia, triste, vagarosa, estagnada, essencialmente caquética, porque tem ela uma série ascendente de caquéticos ou tuberculosos.

23 PIMENTA, Joaquim. **A questão social e o catolicismo**. Rio de Janeiro: Livraria Carvalho. 1936.

24 LOURENÇO FILHO, Manoel Bergström. **Juazeiro do Padre Cícero**. (obra premiada pela Academia Brasileira de Letras em 1927) / Manoel Bergström Lourenço Filho – 4. ed. aum. – Brasília: MEC/Inep, 2002.

25 ARAÚJO, Antônio Gomes. O Apostolado do Embuste. **Revista Itaytera**, A. II, n. 2. Crato: Tipografia Imperial, p. 03-62, 1956.

26 PEIXOTO, *Op. cit.*, p. 32.

A cabeça que, por casa, como por toda parte, traz sempre descoberta, tem a configuração de um carregador de boi, escardado.

O cabelo que não é preto nem branco, pelo que supor-se pode ter ela quarenta e poucos anos, é cortado à escovinha. Os olhos pequenos, e sem um raio sequer de expressão que lhe ilumine o semblante, mexem-se histericamente nas faldas de uma testa estreita e protuberante.

O nariz irrompe dentre os olhos, sem base, e, levantando-se a pouco e pouco, alarga-se de asas chatas até os ossos molares achamboirados, estúpidos, nas gelhentas bochechas cavas.

Os beiços moles e relaxados deixam a descoberto em um dos cantos da cacostoma boca, à competência com a pele cor de azeitona em estado de putrefação, denegridos, os dentes laniares.

A saliência do maxilar inferior, desafiando-lhe a protuberância do frontal, semelha-se ao de um homem de Darwin. O pescoço como que quer desaparecer à forquilha que lhe formam os ombros alterando-se ao nível das orelhas sem pingentes.

Eis, meu amigo, em ligeiros traços, o transunto dessa caco-demoníaca criatura que deve ser mulher, que assim o indica a penula, a murça, a bata, o vestuário, sobretal de beata...²⁷

A preocupação em descrever Maria de Araújo utilizando argumentos que animalizam a sua feição, bem como a menção ao próprio Darwin, cria uma imagem desfigurada e animalesca com muitos detalhes degenerativos, especialmente a pele em estado de putrefação. Fazem ver a criação de uma performance onde se destaca o “homem de Darwin”. Trata-se de uma obra de Charles Darwin, publicada em fevereiro de 1871, que traz uma teoria sobre a “seleção em relação ao sexo”, uma reflexão que apresenta diversos aspectos da vida humana e animal, um estudo comparativo da anatomia, também faculdades mentais, a capacidade do uso da razão, da memória, da moral e da imaginação. Darwin colocou até mesmo hipóteses sobre como os animais escolhiam com quem ou o que fazer sexo, segundo este autor foi um estudo complementar para a pesquisa sobre transformação evolutiva. Desta feita, o autor parece saber usar as palavras e o discurso apropriado para indicar uma pessoa ainda em estágio evolutivo inferior. O uso de

27 *Ibidem*, p. 33.

palavra relacionada ao demoníaco complementa o argumento saindo do biológico para o metafísico, faz parte de uma complexa teia de interesses que perpassam e inter cruzam múltiplos discursos sobre ciência e fé. Assim, o milagre é desqualificado, não poderia ter acontecido, verdadeiramente, em um ser que divergia por completo do ideal europeizado de educação, imagem, poder aquisitivo e prestígio social.

A narrativa performática baseada em teorias evolucionistas é aprofundada na descrição posterior:

- A mulher que falamos, se, como me dizes, e eu creio, é um produto, um cruzamento das duas raças mais detestáveis, não pode deixar de ser, em todos os sentidos, uma hibridez horrível.
- De fato, amigo, é tão horrível como talvez não imagines.²⁸

O estado de saúde debilitado de Maria de Araújo foi alvo de muitas discussões. A atribuição de doenças fora constante, especialmente por parte daqueles que desacreditavam nos acontecimentos envolvendo a beata. Dentre os questionamentos feitos pela primeira comissão de verificação, instituída em 1891, respondida por todas as testemunhas, “Gosa a Beata Maria de Araújo de saúde regular?”.²⁹

Começando por Maria de Araújo, em resposta ao questionamento, a beata afirmou que sofria de incômodo no estômago, mas só vomitou sangue uma única vez, quando levou uma queda durante um dos ataques nervosos que tinha desde criança. Esses ataques já eram as primeiras manifestações de que mais tarde formariam o quadro de êxtase verificado em sua pessoa por ocasião das transfigurações.

Oitava: Sofre de alguma enfermidade? Respondeu que sofre ligeiros incommodos de estomago. Nona: Sofreu alguma vez ataques nervozos e desde quando? Ao que respondeu que desde a idade de dous annos começou a soffrer de ataques nervozos com maior e menor interrupção; tendo os ditos ataques cessado a cinco annos pouco mais ou menos.

28 *Ibidem*, p. 40.

29 *In: Cópia Autêntica do Processo Instruído Sobre os Fatos de Juazeiro*. Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo. Crato-CE.

Decima: Por occasião dos ditos ataques vomitou alguma vez sangue? Respondeu que em consequencia de uma queda motivada pelos ditos ataques, teve uma vez um escarro de sangue.³⁰

Padre Cícero, também respondendo a mesma indagação dos padres commissários, disse que ela tinha desde criança ataques nervosos, chegando ao ponto de desmaiar, além de ligeiras perturbações de estômago, vomitando sangue uma vez. Afora isto, disse, era Maria de Araújo uma pessoa forte. Os médicos Dr. Marcos Madeira e Dr. Ignacio de Souza Dias, que a examinaram, tendo o Dr. Marcos Madeira presenciado por diversas vezes a transformação da hóstia em sangue, atestaram oficialmente, de documento lavrado e de conhecimento público, que não descobriu na Beata “[...] a menor ferida, úlcera ou ferimento de natureza alguma na língua, gengivas, laringe e enfim em toda a cavidade bucal, centro de notar-se que a língua estava completamente limpa e sem ter mesmo a menor rachadura”.³¹

O diagnóstico para averiguar o estado de saúde foi além da boca, atingiu outros órgãos da jovem,

Não podemos attribuir este sangue a uma lesão de larynge ou de pulmão por isto que estes factos se reproduzem ha três annos e ella não tem soffrido na sua constituição e temperamento, alem de que não tem ella a menor tosse, febres e pelo exame que fizemos, não encontramos indicios de uma lesão interna, que podesse ser a origem de taes hemorragias. Não encontramos pois, pelos meios por nos empregados, uma explicação scientifica, satisfactoria, somos levados a crer que os factos que se tem reproduzido na beata Maria de Araújo são sobrenaturaes. E assim pensando passamos este no qual assignamos. Cidade do Crato, Estado do Ceará. 26 de Setembro de 1891. Assignados: Dr. Ignacio de Souza Dias, Dr. Marcos Rodrigues Madeira.³²

30 *Ibidem.*

31 *Ibidem.*

32 *Ibidem.*

Historicamente, este é um dos mais significativos atestados médicos sobre a saúde da Beata Maria de Araújo, pois foi emitido por dois médicos de grande prestígio social, formados no Rio de Janeiro, com reputação a zelar, e que o que é mais importante: estes médicos chegaram a examinar Maria de Araújo. Alguns outros atestados foram emitidos por médicos da região e de Fortaleza, entretanto, esses médicos não teriam examinado a jovem, basearam suas afirmações em relatos de padres contrários aos acontecimentos de Juazeiro.

Além dos médicos citados, o Dr. Fernandes Távora emitiu atestado sobre a saúde da beata Maria de Araújo, mesmo sem a ter examinado. Segundo o médico, a beata teria hemossialirréia (saliva sanguinolenta). Além do médico, o padre Alencar Peixoto, que já apresentamos anteriormente, afirmou que ela era tuberculosa; e o padre Helvídio Martins Maia, que a chamou de hemofílica. Muitos diagnósticos³³ apontaram Maria de Araújo como epilética, linfática, desequilibrada, histérica etc. A atribuição de doenças a Maria de Araújo compõe um importante elemento para justificar a impossibilidade da efetiva existência de um milagre, o sangue de uma doente jamais poderia ser confundido com o sangue de Cristo.

Sendo assim, os acontecimentos de Juazeiro não passariam de tormentos naturais, frutos do sofrimento da beata, que, como uma mulher doentia, acreditava ter sido objeto de ação divina, estando ela desequilibrada e sendo usada por forças “supra satânicas”,³⁴ com o único objetivo de aproveitar-se da caridade e da fé daqueles que não conseguiam identificar o “embuste”.

A beata Maria de Araújo, por ser, como o padre afirma, e o educador Lourenço Filho corrobora, moral e biologicamente degenerada, teria em acordo com padre Cícero suggestionados “pelo espírito do mal que não dorme e se não cansa”,³⁵ tramado um “embuste”. Sendo doente, não poderia ser santa, pois sangue de tuberculose, sangue proveniente de crises de hemoptise não pode ser sangue sagrado, tendo assim, uma explicação natural para o fenômeno, apagando a possibilidade de uma origem sobrenatural do sangue.

33 Sobre esses diagnósticos, trataremos mais adiante.

34 *Ibidem*.

35 PEIXOTO, *Op. cit.*; LOURENÇO FILHO, 2002.

Dom Joaquim José Vieira, no primeiro telegrama enviado ao Santo Ofício, apresenta Maria de Araújo como “a doentia de Juazeiro”, afirmando ser a beata “reconhecidamente doentia, pensando que fazia milagres, sacrificou-se, empregando esforços para fazer vir sangue à boca”. Desta feita, teria Maria de Araújo provocado o aparecimento do sangue na hóstia, aproveitando-se, mesmo que inconscientemente, de seu estado de saúde. Vale ressaltar que um fragmento da carta de Dom Joaquim foi posteriormente publicado em conjunto à sua Pastoral, recebendo algumas críticas por parte de Dr. Marcos Madeira, que reafirmava o atestado emitido em 1891, em que assegurava não ser verdade a alegação feita pelo bispo de que Maria de Araújo seria histérica.

A desclassificação da beata Maria de Araújo é banhada por múltiplas narrativas de cunho racista, machista, eugenista, aporofobista de latente depreciação do ser mulher, do ser negra e pobre, que aloca a beata em um cálculo de governança em que ela seria dotada de elementos constitutivos inferiores.

As narrativas de Alencar Peixoto e as atribuições de doenças por parte de Lourenço Filho, Fernandes Távora e o padre Helvídio Martins Maia sobre Maria de Araújo são como uma forma de discurso performático sobre o corpo e também como entendido no pensamento do filósofo francês Michel Foucault. Nesse sentido, discurso seria aquilo que produz, atribui e emite sentidos a determinadas coisas. Germinando no seio das instituições sociais, que estabeleceria os limites de sua fabricação a partir de determinadas relações de poder, o discurso seria fruto de uma dada historicidade, se revelando o centro da linguagem instauradora da realidade, apreendendo todo campo de sentidos e imagens nos quais os seres humanos estão inseridos.³⁶

Assim, a nosso ver, os autores citados buscam produzir uma realidade por meio de uma personagem que ao mesmo tempo tomariam como referência para sua existência. Dessa forma, torna-se pertinente pensarmos a distinção entre real e realidade da maneira como o psicanalista Jacques Lacan os define: o primeiro, a impossibilidade de simbolização, aquilo que

36 FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Graal, 1985; FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001; FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

escapa à compreensão humana, a falta total de sentido, o que não conseguimos apreender do mundo em sua totalidade, e, portanto, nos ultrapassa, possuindo uma existência própria. O segundo, seriam os fragmentos do real, extraídos pela capacidade humana de simbolizar e imaginar através da linguagem. Assim, compreendemos que o real inexistente fora da linguagem para os humanos, mas insiste em ser nomeado. A existência, então, torna-se produto da linguagem, tendo as narrativas um papel importante na construção de sentidos sobre o real que nos atravessa, fazendo parte dos elementos que constroem a realidade que o homem experimenta.³⁷ Considerando a linguagem enquanto elemento performático, enquanto uma possibilidade de leitura do mundo, de construção social do Eu e do Outro no processo de representação.³⁸ O caráter inventivo do discurso seria os modos em que o sujeito aparece como objeto de discurso ou prática que o constitui um, dentre uma série de discursos a respeito do mundo, do ser e do corpo e que embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. Nesta perspectiva, a percepção que temos sobre os sujeitos não existe fora dos significados que atribuímos.

37 ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Curitiba: Editora Appris, 2019.

38 BAUMAN, Richard. Fundamentos da performance. **Revista Sociedade e Estado**, v. 29, n. 3, set./dez. p. 727-746, 2014.



Entre a Literatura e a História: a Primeira República Brasileira sob o olhar de Lima Barreto, na obra “Os Bruzundangas”

Ana Kayane Melo da Ponte^a

A sociedade da Bruzundanga mata os seus talentos, não porque ela os desdenhe, mas porque os quer idiotamente mundanos, cheios de empregos, como enfeites de sala banal.²

Introdução

A principal fonte literária de análise da Primeira República para este texto foi o livro escrito pelo autor Afonso Lima Barreto e publicado em 1922, cujo intuito é apresentar de forma satirizada e de cunho ficcional a realidade brasileira, na criação de um país chamado *Bruzundanga*, sendo descrito com características semelhantes ao Brasil, não somente nas questões geográficas, mas também políticas, econômicas e culturais.

Na obra referida, o país Bruzundanga, assim como o Brasil, passava por um período de transição entre um regime monárquico e a implantação de uma nova Constituição, assim como uma nova forma de governo: a República. O livro é dividido em partes, capítulos que abordam alguns aspectos que regem a sociedade do período, tanto na própria população, quanto na forma de governo e na economia. Cada capítulo é abordado de maneira

1 Graduanda do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

2 BARRETO, Afonso Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Editora Principis, 2021, p. 134.

sucinta, trazendo a visão do autor a partir da sua observação como um personagem que passou algum tempo no país dos Bruzundangas.

Deste modo, a intenção da presente escrita é entender como a literatura pode auxiliar na compreensão dos fatos históricos e na própria construção historiográfica. Por outro lado, compreender que a história e a literatura podem ser trabalhadas em conjunto para ajudar no enriquecimento do saber histórico a partir de perspectivas distintas, onde a obra “Os Bruzundangas” pode ser utilizada na análise do período histórico em questão, a Primeira República.

A literatura como possibilidade de fonte histórica

Quando pensamos na relação de uma construção historiográfica e as demais áreas existentes, é notório termos acesso às grandes possibilidades geradas pela interdisciplinaridade. Assim como podemos utilizar de variadas fontes para compor a formação de uma análise histórica, todo esse processo de correlação entre a história e demais áreas fornece ao historiador uma ampla gama de informações que servem de auxílio para ampliarmos as formas de se pensar e se fazer história, utilizando-se da possibilidade de trabalhar a literatura dentro da historicidade.

Ao analisarmos contextualmente de forma separada, temos em mente a oposição na centralidade do objetivo de ambas as áreas, história e literatura, pois enquanto uma se remete ao ficcional, outro se torna factual. Embora seja instigante pensar na correlação entre ambos, graças à Escola dos Annales, que rompeu com a ideia de uma história positivista, documental e unilateral, a literatura pode ser utilizada como fonte de pesquisa para o estudo historiográfico.

Segundo Pesavento, os homens “[...] desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através das suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem e a música [...]”.³ Nesse sentido, introduzimos a literatura no contexto de uma construção histórica, servindo de apoio para o enriquecimento da produção historiográfica, pois

3 PESAVENTO, Sandra Jatayh. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. **História e literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 2

embora ela seja de cunho ficcional, é um produto de seu tempo e reflexo das condições sociais e culturais de quem a escreve, podendo apresentar acontecimento comuns.

A Primeira República, época retratada em questão na obra, serve de embasamento para a criação de uma escrita ficcional, trazendo a realidade e experiências reais, como por exemplo, se apresentar como forma de pensar o mundo na perspectiva de uma sociedade em sua temporalidade, como um produto dessa construção imaginária, que serve como ferramenta de reinterpretação para os fatos históricos. Dessa forma, pode-se analisar um contexto de uma sociedade, de uma cultura, de uma época, a partir do imaginário construído na obra, a partir da perspectiva visionária do autor e de como ele vê a realidade ao seu redor.

Quando ampliamos o conhecimento histórico para as demais áreas, como a literatura, abrimos espaço para uma construção de conhecimento a partir de visões de mundo, que, embora ficcionais, se adequam a uma realidade presenciada pelo autor, gerando um possibilidade maior de escolha de uma fonte literária, com um objetivo centrado para o estudo, de forma que sirva de auxílio para ampliar as visões de mundo e gerar uma nova concepção que servirá de análise para o historiador.

Segundo Roger Chartier,⁴ “A leitura é um destes fatos. Quando a literatura a tematiza, ultrapassa sempre as questões clássicas dos historiadores, e leva-os a construir de outro modo o próprio objeto de sua indagação [...]”. Quando o historiador seleciona uma obra literária como fonte de uma pesquisa histórica, segue os preceitos historiográficos de extrair de uma fonte imaginária, ficcional, a verdade, o fato ocorrido e narrado durante a obra, podendo estar presentes em diversos aspectos, incluindo a própria forma de pensar do próprio autor e de seus personagens dentro do contexto temporal e espacial do recorte da obra.

A possibilidade da utilização literária como forma de enriquecimento das pesquisas e análises históricas torna possível que o historiador consiga trabalhar os fatos, construir uma narrativa histórica dentro de uma documentação ficcional em conversa com a realidade, trazendo a ampliação de conhecimento através da interdisciplinaridade.

4 CHARTIER, Roger. Debate, entre literatura e história. **Topoi**, Rio de Janeiro, n° 1, p. 9.

A construção literária da obra de Lima Barreto

Compreendendo dessa forma a possibilidade de ampliação de uma escrita histórica a partir da utilização da literatura como fonte, e entendendo a adequação que os literatos tentam trazer para suas obras seguindo os conceitos de sua visão de mundo, as marcas de seu tempo e as influências que pairam no período vigente, adentramos na obra “Os Bruzundangas”, de Lima Barreto, publicada em 1922, para analisarmos como podemos entender alguns aspectos presentes durante a Primeira República no Brasil na perspectiva da construção da obra literária.

No decorrer da obra, Lima Barreto procura fazer uma produção literária com muita verossimilhança e uma correlação com alguns fatos históricos que estiveram presentes durante o período da Primeira República brasileira, principalmente as questões políticas e sociais, dando ênfase para a população mais pobre, negligenciada pela elite. O autor também se utiliza de variadas linguagens para abordar a temática proposta, como por exemplo, a utilização de ironias, tons de sarcasmos e traz como principal foco em sua obra, a crítica à república brasileira, sobre a política e seus políticos, a situação da população, assim como também apresenta as classes sociais de dominância no período e, conseqüentemente, as críticas voltadas às classe privilegiadas.

O processo construtivo da Primeira República brasileira

Ao analisarmos o contexto historiográfico do Brasil entre 1889, com a Proclamação da República, e a Revolução de 1930, que neste capítulo denominamos de Primeira República, como um acontecimento que seu deu início no fim do período monárquico brasileiro, é notória uma grande transformação em algumas esferas que faziam parte da identidade brasileira. O contexto de transição entre o Império e o período que depois se chamará de República Velha tornou-se um processo de construção de uma nova identidade, portanto apresentava a ideia de uma nova ordem social, política, cultural e econômica, modificada e adequada à nova necessidade da população brasileira, uma necessidade de mudança no cenário no qual o país se encontrava e que já não era de agrado da população.

A Primeira República, conhecida também como República Oligárquica, sofreu diversas mudanças no cenário brasileiro, que saía de uma estruturação monárquica e passava agora, em tese, a inserir mais setores da própria sociedade brasileira no contexto político do país. Durante esse período é possível notar significativas mudanças na estruturação do Brasil, com uma nova Constituição que fazia parte de uma nova política brasileira, embora essa mudança tenha mudado a estruturação do país, alguns aspectos sociopolíticos não foram rompidos com o que já se tinha familiaridade: a exploração da classe mais abastada.

O rompimento de uma organização monárquica para a iniciativa de uma construção republicana, diferentemente do que pensamos, se deu através de uma movimentação que só se tornou possível através da insatisfação dos militares, e não da população em geral, mas ainda havendo mudanças na estruturação de alguns aspectos que regiam o país, ainda eram pertinentes muitas problemáticas dentro da própria Constituição e do governo que se solidificava durante esse período. Podemos analisar esse fato através do próprio trecho narrado na obra literária para compararmos o contexto factual x ficcional:

Como sabem, a Bruzundanga foi, durante um século, império ou monarquia. Há seis ou sete lustros os oficiais do seu exército começaram a ficar descontentes e juntaram-se a outros descontentes civis, que tinham achado para resumir as suas vagas aspirações a palavra república. Começaram a agitar-se e, em breve, tinham a adesão dos senhores de escravos, cuja libertação os fizera desgostosos com o trono da Bruzundanga.⁵

A Primeira República também ficou conhecida pelo forte poder presente do coronelismo, além de ser marcada por corrupção e fraudes durante as eleições, tendo predomínio da popularmente conhecida “política do café com leite”, que atribuía a São Paulo e Minas Gerais a alternância no poder. O cenário brasileiro, durante esse tempo, ficou marcado pela força política do coronelismo e das oligarquias, e seguindo a Constituição, os governantes desse período detinham grande poder sobre a população.

5 BARRETO, *Op. cit.*, p. 42.

Segundo Maria Efigênia Lage de Resende:

[...] Os constituintes de 1891 centralizam suas preocupações na organização do poder e na definição de instância de decisão, deixando de lado os problemas sociais e de participação política tornados candentes pela abolição da escravidão.⁶

O interesse centralizado dos políticos da Primeira República estava voltado para os próprios interesses da elite, deixando a população brasileira em escanteio, como ocorrido na própria transformação ocorrida no país, da transição de uma estruturação monárquica para republicana, onde mantiveram a população de lado e tornaram o movimento de cunho militar, podendo assim centralizar o poder nas mãos das classes dominantes.

A representação da Primeira República brasileira proposta na perspectiva da obra literária

Na obra analisada, podemos perceber algumas críticas à Primeira República brasileira representada de forma ficcional, se adequando à realidade em que o país se encontrava naquele momento e a transformando num imaginário onde o cenário se passava no país chamado Bruzundanga. O livro é narrado como um diário de viagem do autor para o país, que se encontrava dentro de um contexto de uma nova ordem política, no caso, a República.

O país é retratado com dominância da elite, de um sistema escravocrata pertinente. Embora sendo retratado como um país bastante rico em recursos naturais, com um grande território, tem o predomínio da pobreza dos povos, da nobreza com a importância de seus títulos, mostrando a incompetência dos seus governantes perante ao país. Os principais títulos nobres apresentados nos textos são os adquiridos através da Medicina, Direito e Engenharia, que faziam parte da chamada aristocracia doutoral,

6 FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico**. 10ª edição revista. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). Coleção O Brasil Republicano. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018, p. 70.

onde os cidadãos se formavam no ensino superior, obtendo tais títulos considerados nobres, seguidos de privilégios. O que podemos pensar fora do contexto literário e já inserido no contexto histórico é que o período apresentou um forte coronelismo, onde as próprias oligarquias estaduais possuíam considerável presença de médicos, advogados e engenheiros, assim como transpassado na obra, trazendo essa semelhança com a república oligárquica brasileira. Por sua vez, a população de Bruzundanga transformava os títulos em um sinal de superioridade para quem os detinham, garantindo diversos privilégios para os nobres da aristocracia doutoral, como é afirmado no trecho:

A Constituição da Bruzundanga proíbe as acumulações remuneradas, mas as leis ordinárias acharam meios e modos de permitir que os doutores acumulassem. São cargos técnicos que exigem aptidões especiais, dizem. A Constituição não fez exceção, mas os doutores hermeneutas acharam uma.⁷

A Constituição era delimitada para a população da Bruzundanga, como é notório no trecho acima, embora houvesse as exceções para os detentores dos títulos de doutores, o que cabe a nós pensarmos agora no contexto factual histórico sobre os privilégios que a classe mais abastada detinha, principalmente os governantes.

Trazendo agora o pensamento para o viés político, podemos analisar o seguinte trecho da obra:

[...] O país, no dizer de todos, é rico, tem todos os minerais, todos os vegetais úteis, todas as condições de riqueza, mas vive na miséria. [...] Toda a gente começa a ficar na miséria. Não há mais dinheiro. As confeitarias vivem às moscas; as casas de elegâncias põem à porta verdadeiros recrutadores de fregueses; e os judeus do açúcar e das casas de prego começam a enriquecer doidamente.⁸

7 BARRETO, *Op. cit.*, p. 15.

8 *Ibidem*, p. 20-21.

No que se refere à comparação do trecho acima com a realidade brasileira, embora o Brasil fosse um país de grandes riquezas naturais, a população passava por uma crise econômica. O país passava por um processo de industrialização com o intuito de promover atividades econômicas, mesmo com tais iniciativas, o Brasil enfrentava uma crise econômica, aumento da inflação e da dívida externa, conhecido como crise do encilhamento, afetando toda a população.

Ainda seguindo a formação política da obra Bruzundanga, o seguinte trecho apresenta:

Em face de um país com uma população já numerosa em relação ao território ocupado efetivamente — na Bruzundanga, os seus políticos só pedem e proclamam a necessidade de introduzir milhares e milhares de forasteiros. Dessa maneira, em vez de procurarem encaminhar para a riqueza e para o trabalho a população que já está, eles, por meio de capciosas publicações, mentirosas e falsas, atraem para a nação uma multidão de necessitados cuja desilusão, após certo tempo de estadia, mais concorre para o mal-estar do país.⁹

A crítica que podemos analisar em comparação à realidade republicana brasileira está relacionada ao fluxo imigratório, com o intuito de trazer mão de obra estrangeira para trabalhar nas lavouras, em especial, no plantio do café. Tal crítica feita no trecho acima refere-se ao aumento de mão de obra estrangeira em um país que apresentava uma população em estado de miséria, atraindo mais pessoas a fazerem parte desse processo. Na figura abaixo podemos perceber um pouco da propaganda do governo no sentido de atrair o braço imigrante para a lavoura do café em plena expansão no Brasil.

9 *Ibidem*, p. 22.

Figura 1 - O Imigrante



Fonte: Imagem referente ao fluxo migratório no Brasil.

Disponível em: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/dd/Immigration_arabe_%3B_carte_couverture_-_1908.jpg.

No seguinte trecho, no entanto, observa-se o reforço desta crítica:

No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimida por chefões políticos, inúteis, incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida.¹⁰

Assim como descrito em Bruzundanga, o Brasil republicano também estava nas mãos de chefões políticos de classe alta, como já citado anteriormente. A transição da monarquia para a república trouxe algumas mudanças no âmbito brasileiro, mas não rompeu totalmente com alguns aspectos que regiam a sociedade, mantendo os políticos chefões já existentes antes e mantendo a sua falta de interesse na população mais pobre.

¹⁰ *Ibidem*, p. 22.

Além da parte política e social citada na obra, também há análises críticas em cima da economia do país imaginário, que ao compararmos com a realidade brasileira, podemos notar semelhanças, como as representadas no trecho abaixo:

Curiosos economistas que pretendem elevar o valor de uma mercadoria cuja oferta excede às necessidades da procura. Mais sábios, parece, são os donos de armarinho que dizem vender barato para vender muito... [...] Arranjando o empréstimo, está a cousa acabada. Eles, os oligarcas, nadam em ouro durante cinco anos, todo o país paga os juros e o povo fica mais escorchado de impostos e vexações fiscais. Passam-se os anos, o café não dá o bastante para o luxo dos doges, dogaresas e dogarinhas da baga rubra, e logo eles tratam de arranjar uma nova valorização.¹¹

Nesse trecho, analisamos o período da política de valorização do café durante a Primeira República no Brasil. A economia durante esse período era rural, com ênfase no café, que era a principal fonte de lucratividade do país. Na lei da oferta e da procura que se apresentava nesse momento, a produção de café excedia a procura, levando assim à baixa no preço, e a solução desenvolvida para tal problema também aparece descrita na narrativa de Lima Barreto, no seguinte trecho:

A manobra da “valorização” consiste em fazer que o governo compre o café por um preço que seja vantajoso aos interessados e o retenha em depósito; mas, acontece que os interessados são, em geral, governo ou parentes dele, de modo que os interessados fixam para eles mesmos o preço da venda, preço que lhes dê fartos lucros, sem se incomodar que “o café” venha a ser, senão a pobreza, ao menos a fonte da pobreza da Bruzundanga, com os tais empréstimos para as valorizações.¹²

Os governadores dos estados produtores de café entraram em um consenso para solucionar o problema da baixa do preço o café, surge então o

11 *Ibidem*, p. 24.

12 *Ibidem*, p. 24.

convênio de Taubaté, como descrito no trecho acima, a ideia real seguiu os mesmo padrões adotados pelos governadores dos estados da Bruzundanga: os estados comprariam a produção do café, criando assim um estoque, e o produto iria sendo colocado no mercado seguindo a necessidade de procura, elevando o preço da venda para manter a lucratividade.

A transição do período monárquico para o período republicano incitou na população brasileira uma esperança de mudança no cenário do país. Essa mudança, ocorrida com a implantação de uma nova Constituição, tornou-se responsável por transformar alguns aspectos que regiam o país, embora não por completo. Analisemos o trecho a seguir:

Quando se reuniu a Constituinte da República da Bruzundanga, houve no país uma grande esperança. O país tinha, até aí, sido governado por uma lei básica que datava de cerca de um século e todos os jovens julgavam-na avelhantada e já caduca. Os militares do Exército, iniciados nas sete ciências do Pitágoras de Montpellier, — criticavam-na da seguinte forma: “Qual! Esta constituição não presta! Os que a fizeram não sabiam nem aritmética; como podiam decidir em sociologia?”.¹³

A necessidade de uma mudança no país Bruzundanga era notória, assim como também era necessária no contexto político brasileiro da Primeira República. A nova Constituição que regia o país Bruzundanga, assim como na nossa realidade brasileira, teve influência da Constituição norte-americana.

Considerações Finais

A obra apresenta uma narrativa com diversas semelhanças ao cenário brasileiro durante o período da Primeira República, como foi possível observar. Ao utilizarmos essa fonte literária para a pesquisa histórica, percebemos que é possível trabalhar a historicidade dentro da literatura.

“Os Bruzundangas”, de Lima Barreto, se utiliza de uma linguagem satírica para apresentar críticas ao governo republicano naquele primeiro

13 *Ibidem*, p. 30.

momento, e podemos perceber tais semelhanças no decorrer da narrativa, onde o autor se propõe a descrever a realidade utilizando-se do imaginário, de personagens ficcionais e todo um contexto que se enquadra na perspectiva da escrita literária.

O período republicano brasileiro, com a transição da monarquia, sofreu diversas mudanças na estruturação do país e demais estados, e podemos analisar de forma histórica esse processo, como se deu e o desenvolvimento de alguns aspectos presentes no contexto espaço-temporal, a partir da obra abordada.



A mulher, o casamento e a perversão: a sociedade brasileira na obra O Cortiço, de Aluísio Azevedo

Ana Sara Melo Rocha do Nascimento¹

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela humidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquelle lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco.²

No decorrer do século XIX, O Brasil vivenciava uma série de mudanças no campo político, religioso e social, mudanças essas que culminaram com o golpe de 1889, que pôs fim a Monarquia de Dom Pedro II e instituiu o Regime Republicano no país. Se inicia no país, portanto, um governo provisório, chamado República da Espada, presidido por Marechal Deodoro da Fonseca. A nova forma de governo surge com a proposta de entregar aos brasileiros um poder que antes estava destinado apenas ao monarca. Nesse novo governo o povo seria soberano e responsável pelos seus representantes. Mas quem era esse povo? Onde se encontrava o proletariado e a burguesia do século XIX e de que forma eram estabelecidas as relações interpessoais? Para compreensão de parte do contexto social do país antes e durante o início do período republicano, recorreremos a uma importante fonte documental, a literária.

1 Graduada em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú. E-mail: anasara01@gmail.com.

2 AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890, p. 27.

A Literatura é uma narrativa que parte do real e permite que nós, historiadores, compreendamos parte de um passado que nos é inacessível. Para Borges, a literatura é: “uma forma de ler, interpretar, dizer e representar o mundo e o tempo, possuindo regras próprias de produção e guardando modos peculiares de aproximação com o real, de criar um mundo possível por meio da narrativa”.³ Dialogando com a realidade, a narrativa literária pode ser entendida como uma privilegiada fonte documental que permite ao historiador compreender determinada realidade cultural.

Como Borges destaca:

No universo amplo dos bens culturais, a expressão literária pode ser tomada como uma forma de representação social e histórica, sendo testemunha excepcional de uma época, pois um produto sociocultural, um fato estético e histórico, que representa as experiências humanas, os hábitos, as atitudes, os sentimentos, as criações, os pensamentos, as práticas, as inquietações, as expectativas, as esperanças, os sonhos e as questões diversas que movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico.⁴

Ademais, pensar na literatura como documento para a produção de conhecimento histórico requer também pensar sua estética, suas intenções, é necessário refletir sobre a narrativa, problematizá-la e historicizá-la, separando a verdade da ficção. Segundo Le Goff, todo documento é monumento, “[...] produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de forças que detinham”.⁵ Considerando isso, buscamos um documento literário que relatasse o mais próximo a realidade das classes menos favorecidas no final do século XIX. A obra naturalista⁶ escolhida foi *O Cortiço*.⁷

3 BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: Algumas Considerações. **Goiás**: Revista de Teoria da História, Ano 1, n. 3, junho/2010, p. 98.

4 *Ibidem*, p. 98.

5 LE GOFF, J. **História e Memória** (2 vols.). Lisboa, Edições 70, 2000, p. 545.

6 O Naturalismo surge no Brasil no final do século XIX e tem como principal representante Aluísio Azevedo, esse movimento literário se caracteriza por buscar uma narrativa fiel da realidade, baseando-se na experiência, com objetividade e imparcialidade, sendo, portanto, uma extensão do Realismo. Nesse movimento o indivíduo é apresentado como um produto do meio em que está inserido e de sua hereditariedade.

7 AZEVEDO, *Op. cit.*

Publicado no ano de 1890, um ano após a Proclamação da República, pelo romancista Aluísio Tancredo Gonçalves de Azevedo* (1857-1913), *O Cortiço* traz de forma nua e crua a realidade do Rio de Janeiro no final do Sec. XIX, a capital do Império, que no período passava por um intenso processo de urbanização com o aumento exacerbado da população, que buscando empregos e uma melhoria de vida se aglomerava em habitações coletivas. Essa locação na obra de Aluísio Azevedo estava localizada no bairro Botafogo e abrigava as classes menos abastadas. Ao longo da obra, o romancista, por meio de uma perspectiva determinista, expõe os pecados e vícios dos indivíduos que habitam esse espaço.

Imagem 1 - *Cortiço* em 1906



Foto: Augusto Malta.⁹

Os pecados capitais nessa narrativa são prefigurados nos homens que, repletos de desejos e anseios, não se deixam prender ou se limitar a valores e preceitos morais. O narrador não se prende a pudores ao relatar as incoerências e hipocrisias da sociedade fluminense. Ou seja, não há heróis, mocinhos ou donzelas nesse relato, nem podemos julgar individualmente aquilo que nos é exposto pelo narrador de forma coletiva. O cortiço, talvez o real protagonista dessa narrativa, não é uma pessoa, mas um lugar, que

8 Natural de São Luís do Maranhão (MA), Aluísio Azevedo foi o precursor do movimento Naturalista no país, além de escritor, também atuava como cartunista, jornalista e cônsul brasileiro.

9 Quinteiro, Sílvia; Elicher, Jaqueline. *O cortiço de Aluísio Azevedo: a paisagem à flor (e à cor) da pele. Páginas / paisagens luso-brasileiras em movimento*. Disponível em: <http://www.paginasmovimento.com.br/o-corti%C3%A7o-de-alu%C3%ADsio-azevedo.html>. Acesso em: 05 out. 2022.

se torna um palco para a perversão humana, nele observamos o cotidiano de uma comunidade humilde, o proletariado, composto por brasileiros, estrangeiros, construtores, ferreiros, vendedores, lavadeiras, costureiras, operários, em suma, pessoas em condições sociais desfavoráveis tentando sobreviver em uma sociedade que experimentava um intenso processo de urbanização e industrialização.

O autor relata em seu livro a ganância por dinheiro e status social, os casamentos por conveniências que representam ao homem uma chance de ascensão social e à mulher uma obrigação moral. Mostra a desigualdade social e racial, a realidade da mulher periférica e da mulher escrava, que mesmo após alcançar a liberdade continua serva de outro senhor, pois a sociedade não as permitia possibilidade de ascender socialmente; nos apresenta a burguesia, que cresce em cima do sofrimento e pobreza do proletário. Ao longo deste capítulo, abordaremos apenas algumas dessas problemáticas da sociedade brasileira do século XIX, trazidas ao leitor por Aluísio Azevedo.

Até que o dinheiro os separe: casamento por dinheiro ou obrigação?

No Antigo Regime Português, o matrimônio se constitui não apenas por questão de afetos entre cônjuges, mas para manutenção ou constituição de laços entre famílias com condições sociais semelhantes. Considerando isso, casamento nesse contexto se apresentava como um acordo comercial entre duas linhagens com os mesmos interesses. O dote nessa transação se estabelece como uma garantia econômica aos noivos, um acordo pré-nupcial, que garantiria a estabilidade material dos envolvidos.¹⁰

O plano jurídico e legal do casamento e do fenômeno dotal assume-se preponderante na análise da posição, identidade e estado femininos quer na família, como na sociedade. Neste sentido, constata-se que o dote constitui um mecanismo de relevância para entendimento dos direitos e delimitações do

10 OLIVEIRA, Flávia Manuela Rodrigues. “Prometia e dotava a ella dita esposada”: o dote de casamento como fonte para a historiografia da mulher. Universidade do Minho. Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT), 2021, p. 211-218. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/76350>. Acessado em: 20 set. 2022.

poder feminino, em contextos de transmissão do patrimônio familiar, figurados na posição da mulher como herdeira ou testamentária. Em simultâneo, como ponto analítico da formação da sua identidade legislativa no seio familiar e numa sociedade tendencialmente patriarcal, conjugada aos seus diferentes estados: de esposa, mãe, viúva ou de filha.¹¹

Destarte, um bom dote não apenas concedia à mulher uma entrada no mercado matrimonial, como também estabelecia seu valor perante a sociedade. Essa tradição envolvendo o matrimônio veio se estabelecer no Brasil por intermédio de Portugal e perdurou até o início do período republicano. Algumas obras escritas no período monárquico, a exemplo de *Senhora*,¹² do autor José de Alencar, já discutiam acerca do casamento por conveniência e a posição da mulher nesse cenário como moeda de troca do pai ou de um tutor. Em uma realidade de revolução industrial, onde se inicia um processo de urbanização e a burguesia se estabelece como uma conjuntura a ser alcançada, não é de se espantar que os casamentos também se tornem uma forma de ascender socialmente.

Na narrativa de Aluísio Azevedo, essa problemática também é considerada por meio de dois personagens portugueses: Miranda e João Romão, que buscando uma estabilidade econômica e ascensão social no Brasil, recorreram a um laço matrimonial. No caso de Miranda, o acordo comercial havia sido feito após sua chegada ao Brasil, com Dona Estella, uma mulher advinda de uma família rica e tradicional, o dote de oitenta contos de réis trouxe a Miranda a estabilidade econômica que tanto ansiava. Por meio do relato do português observamos que suas motivações para o casamento são puramente econômicas, sem nenhum sentimento de afeição pela esposa.

Mas então, ele, Miranda, que se suppunha a última expressão da ladinagem e da esperteza; ele, que, logo depois do seu casamento, respondendo para Portugal a um ex-collega que o felicitava, dissera que o Brasil era uma cavalgada carregada de dinheiro, cujas redeas um homem fino empolgava facilmente; ele, que se tinha na conta de invencível matreiro, não passava afinal de um pedaço d'asno compa-

11 *Ibidem*, p. 216.

12 ALENCAR, José de. **Senhora**: perfil de mulher (Volume 1) Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1875.

rado com o seu vizinho! Pensára fazer-se senhor do Brasil e fizera-se escravo de uma brasileira mal educada e sem escrúpulos de virtude! Imaginára-se talhado para grandes conquistas, e não passava de uma victima ridícula e soffredora!... Sim! no fim de contas qual fôra a sua África?... Enriquecera um pouco, é verdade, mas como? a que preço? hypothecando-se a um diabo, que lhe trouxera oitenta contos de réis, mas incalculaveis milhões de desgostos e vergonhas!¹³

Todavia, acordos comerciais não são garantias de felicidade e o contrato entre as partes não poderia ser rompido sem que houvesse um prejuízo por parte de um dos cônjuges. Dona Estella, logo nos primeiros anos de matrimônio, mostrou-se uma mulher adúltera. Mesmo sem amar a esposa, a traição tornou Miranda ainda mais amargurado e frustrado, o orgulho ferido o impelia a recorrer a uma separação, mas a ganância e o costume com a mordomia que aquele contrato matrimonial o oferecia, o impediam. Em uma sociedade movida pelo dinheiro e status sociais, o orgulho era um luxo grande demais para ser mantido.

Ainda antes de terminar o segundo anno de matrimônio, o Miranda pilhou-a em flagrante delicto de adulterio; ficou furioso e o seu primeiro impulso foi de mandal-a p'ra o diabo junto com o cumplice; mas a sua casa commercial garantia-se com o dote que ella trouxera, uns oitenta contos em prédios e acções da dívida pública, de que se utilisava o desgraçado tanto quanto lhe permittia o regimen dotal.¹⁴

O caso de João Romão, em relação ao casamento, não é tão diferente de Miranda. A inveja alimentada pelo status social de Barão adquirido pelo vizinho o faz ansiar por uma posição entre a aristocracia fluminense. Embora possuísse o dinheiro, fruto do lucro gerado pelo cortiço, lhe faltava o título e status que apenas um contrato matrimonial com alguém da elite poderia lhe conceder. A entrada para uma família rica e tradicional, o dote com um valor exponencial e o possível título de visconde que poderia ser adquirido após isso, foram o incentivo necessário para o cortejo à filha de Miranda.

13 AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 29.

14 *Ibidem*, p. 14.

Mas, só com lembrar-se da sua união com aquella brasileirinha fina e aristocrática, um largo quadro de victorias rasgava-se defronte da desensoffrida avidez da sua vaidade. Em primeiro logar fazia-se membro de uma familia tradicionalmente orgulhosa, como era dito por todos, a de Dona Estel-la; em segundo logar augmentava consideravelmente os seus bens com o dote da noiva, que era rica; e em terceiro, afinal, caber-lhe-ia mais tarde tudo o que o Miranda possuía, realizando-sc deste modo um velho sonho que o vendeiro affagava desde o nascimento da sua rivalidade com o visinho. E via-se já na brilhante posição que o esperava: Uma vez de dentro, associava-se logo com o sogro e iria, pouco a pouco, como quem não quer a coisa, o empurrando para o lado, até empolgar-lhe o logar e fazer de si um verdadeiro chefe da colônia portugueza no Brasil.¹⁵

Seja motivado pela ganância ou vaidade, o casamento na obra de Aluísio Azevedo é uma instituição que, baseada no dinheiro e no status, se apresenta fadada ao fracasso. A questão matrimonial abre margem para outra problemática considerada no decorrer da narrativa naturalista, o papel da mulher no século XIX.

— Uma mulher naquellas condições, dizia elle convicto, representa nada menos que o capital, e um capital em caso nenhum a gente despreza! Agora, você o que devia era nunca chegar-se para ella ..
— Ora! explicava o marido. Eu me sirvo della como quem se serve de uma escarradeira!¹⁶

Perfis de Mulher: representações do século XIX

Para compreensão do papel da figura feminina ao longo do século XIX precisamos atentar para as diferentes camadas sociais que compunham a sociedade brasileira naquele momento. A classe social em que a mulher

15 *Ibidem*, p. 321-322.

16 *Ibidem*, p. 38.

estava inserida determinava a função que ela precisava desempenhar, seja para manutenção dos bons costumes ou para subsistir.

Analisando o escrito de Aluísio Azevedo, nos deparamos com diferentes perfis de mulher: a mulher de classe, a mulher pobre e a mulher escravizada. Embora essas personagens se encontrassem no mesmo bairro fluminense, algumas até mesmo morando no mesmo cortiço, percebemos a distinção nas relações, nas expectativas e na forma como são vistas e tratadas por outros personagens da trama. Destacaremos algumas dessas individualidades.

— Você quer saber? affirmava ella, eu bem que percebo quanto aquelle traste do senhor meu marido me detesta, mas isso tanto se me dá como a primeira camisa que vesti! Desgraçadamente para nós, mulheres de sociedade, não podemos viver sem o esposo, quando somos casadas; de forma que tenho de aturar o que me cahio em sorte, quer goste delle quer não goste!¹⁷

O trecho acima, retirado do livro *O Cortiço*, consiste em uma fala da personagem Dona Estella, esposa de Miranda. Oriunda de uma família de muitas posses, na narrativa de Aluísio, representa entre os perfis de mulher, a mulher de elite. Em sua fala a personagem expõe toda sua frustração com o matrimônio e com o papel que dispunha em sociedade, um papel de dependência e submissão a um contrato matrimonial e a uma figura masculina.

Por este motivo, as mulheres no período colonial são tidas como passivas e manobráveis, elas estariam no jogo de interesses, no trânsito entre o pai que as entregava e o marido que a recebia, como um bem, doado e recepcionado, em uma sociedade em que obediência e submissão eram tidas como qualidades, quando eram os sujeitos do sexo feminino que as portava.¹⁸

17 *Ibidem*, p. 38.

18 CUNHA, Karolina Dias da. As mulheres brasileiras no século XIX. **Anais do Encontro Nacional do GT-Gênero/ANPUH**. Vitória, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2019, p. 4.

Parte de um jogo de interesses, a mulher de classe tinha uma importante função a desempenhar em uma sociedade religiosa e patriarcal: ser uma boa esposa e ter muitos filhos. Restringindo-se à vida privada, casa e igreja, a mulher parte da alta sociedade desempenha um papel de suporte, sendo instruída desde o início por escolas, tutores e por suas mães a servir seu marido.

Para muitos grupos dessa sociedade do século XIX, as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas, não havia a necessidade dela obter conhecimentos além daqueles que ajudasse a consolidar a sua moral e os bons princípios, o que contava não eram seus desejos, mas sim sua função social, o pilar de sustentação do lar. Por isso era importante que essas mulheres fossem ensinadas desde pequenas a serem doces, amáveis e submissas os pais e depois aos maridos.¹⁹

O casamento era um objetivo, que dignificava a mulher perante a corte, e o seu dote, nesse cenário, a impunha um valor atraente para possíveis pretendentes. Essa prática de dotes, restrita às famílias abastadas, que possuíam patrimônios e desejavam mantê-los, teve início no Brasil colonial. Todavia, no que se refere às mulheres pobres, a realidade se apresentava de forma divergente.

Destoantes do ideal de mulher da sociedade elitista e patriarcal, as mulheres sem posse e marginalizadas atuavam não apenas no espaço doméstico, mas também na zona urbana, como lavadeiras, costureiras, curandeiras, alcoviteiras, algumas recorriam ao meretrício. No livro *O Cortiço* observamos essa realidade nas diversas moradoras que, sendo viúvas, casadas, solteiras ou amancebadas,²⁰ buscam no cotidiano formas de adquirir uma renda que garantisse sua sobrevivência.

Segundo Karolina Dias:

Para as mulheres pobres o casamento não tinha o mesmo sentido, que poderia ser de imposição, desejado ou imaginado por moças que pertenciam segmentos sociais elevados,

19 *Ibidem*, p. 4.

20 Termo utilizado para definir as mulheres que residiam ao lado de seu companheiro, mas sem estarem casados.

pois não era o único local para as relações sexuais e afetivas, não tinham apenas um fim procriativo, a virgindade e a honra para as meninas pobres não eram tão imprescindíveis, poderiam encontrar outros parceiros e estabelecer firmes relações, essa diferenciação de postura, estava relacionada com uma organização familiar muito comum no Brasil de tantas diferenças. [...] **Na maioria dos casos as moças pobres sofriram inúmeras violências morais e físicas**, como a perda da virgindade e a difusão desse fato, abalando drasticamente a sua honra, eram incentivadas por familiares ou amigos mais próximos, como padrinhos e tios, para apresentar queixas nas delegacias, não encontravam nos braços do poder jurídico as soluções que ansiavam, claro que muitas moças pobres do século XIX, **a virgindade, o casamento, a honra, eram valores que deveriam ser alcançados, mas se não alcançassem, devido aos entraves de suas vidas, e muitos eram eles, não seria o fim, nem a eterna infelicidade, seus costumes e condições de sobrevivência apresentavam-se com maior força diante dessas decepções**²¹(Grifo nosso).

Ao longo da narrativa de Aluísio Azevedo tomamos conhecimento dessas violências direcionadas ao corpo e emocional das mulheres de classes menos abastadas. Seja no assédio disfarçado de brincadeiras, no marido que espanca a esposa à luz do dia; no português que, encantado por outra mulher, abandona a família pela amante; na mulher que, traída, se entrega ao vício; na menina que cresce negligenciada pela família; na mocinha que, encantada pelo luxo, se deixa levar pela cortesã rica e tem sua inocência perdida por meio de um estupro. A violência também está presente na descrição das meninas brasileiras, mulatas, que desde novas são objetificadas e colocadas em uma posição de lascívia.

A filha tinha quinze anos, **a pelle de um moreno quente, beiços sensuaes, bonitos dentes, olhos luxuriosos de macaca. Toda ella estava a pedir homem**, mas sustentava ainda a sua virgindade e não cedia, nem a mão de Deus Padre, aos rogos de João Romão, que a desejava apanhar a troco de pequenas concessões na medida e no peso das compras que Florinda fazia diariamente à venda²² (Grifo nosso).

21 CUNHA, *Op. cit.*, p. 5.

22 AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 49.

É sabido que essas violências e relatos escritos pelo autor maranhense, infelizmente são um retrato da sociedade fluminense do século XIX e permanece sendo um retrato deste século. O corpo feminino nesse contexto de miséria e decadência, além de alvo de desejo por muito homens, também se torna uma alternativa considerada como meio de sobrevivência. A prostituição na obra é apresentada como uma possibilidade válida para as meninas pobres que desejavam mudar de vida. Leonie, a personagem cortesã que visita esporadicamente o cortiço por ser madrinha de uma das moradoras, sempre é descrita com luxo e muitas riquezas, as moradoras ficam empolgadas com suas visitas, suas roupas, os seus presentes e a sua liberdade.

— Não sei, filha! pregava depois a mulata, no pateo, a uma companheira; seja assim ou assado, a verdade é que ella passa muito bem de bocca e nada lhe falta: sua boa casa; seu bom carro para passeiar á tarde; theatro toda a noite; bailes quando quer e, aos domingos, corridas, regatas, pagodes fora da cidade e dinheirama grossa para gastar a farta! Emfim, só o que afianço é que esta não está sujeita, como a Leocadia e outras, a pontapés e cachações de um bruto de marido! E' dona das suas acções ! livre como o lindo amor! Senhora do seu corpinho, que ella só entrega a quem muito bem lhe der na veneta!²³

No entanto, o luxo e as riquezas não são as únicas características preponderantes da cortesã nesta narrativa, a perversão e o vício estão intrínsecos à personagem. No século XIX, as relações sexuais no âmbito conjugal tinham muitas vezes o único objetivo de gerar filhos, os homens buscavam mulheres castas para casar e construir uma família na vida privada, enquanto na vida pública buscava o prazer em prostitutas. Em uma sociedade que preza pelos bons costumes e pela família, os bordéis e as cortesãs de luxo tinham um importante papel a desempenhar.

Um luxo direcionado aos aristocratas e a quem mais pudesse arcar com os custos, essas mulheres eram em grande parte advindas de famílias humildes ou órfãs que encontraram na prostituição uma forma de melhoria

23 *Ibidem*, p. 153-154.

de vida. Observamos esse cenário sendo descrito no livro *Lucíola*, de José de Alencar, onde a protagonista, depois de inúmeras tentativas de conseguir dinheiro para arcar com o tratamento da família, que estava doente, se vê vítima de abuso sexual por um homem rico, e quando seu pai descobre ela é expulsa de casa e obrigada a entrar na vida de prostituição.²⁴ Isso também ocorre na obra de Aluísio Azevedo, como uma realidade que tendia a se repetir, enquanto meninas pobres fossem negligenciadas e desamparadas pela família e sociedade.

Pombinha abria muito a bolsa, principalmente com a mulher de Jeronymo, a cuja filha, sua protegida predilecta, votava agora, por sua vez, uma *sympathia* toda especial, identica a que noutro tempo inspirara ella própria á Leonie. **A cadeia continuava e continuaria interminavelmente; o cortiço estava preparando uma nova prostituta naquella pobre menina desamparada, que se fazia mulher ao lado de uma infeliz mãe ébria**²⁵ (Grifo nosso).

No que diz respeito à mulher negra, o debate é bem mais complexo, pois além de uma questão de gênero e econômica, existe também a questão racial. No século XIX, tanto as mulheres negras escravizadas, quanto as livres estavam inseridas em uma sociedade escravista e repleta de hierarquias sociais. A cor da pele era um fator determinante de relações e na forma como eram tratadas em sociedade. No período da escravidão, o negro era visto como mercadoria, comprado para cumprir a vontade do homem branco. Após a abolição da escravatura, esse mesmo homem branco tenta apagar o negro de sua história, de suas terras, ocorre uma tentativa de branqueamento no Brasil, o negro deixa de ter valor de mercado e passa a ser visto como algo indesejável para a sociedade.²⁶

Independentemente do espaço rural ou urbano, a mulher negra sofreu com a presença do trabalho escravo, subjugando-a além do gênero e da raça, ao estigma da escravidão, que

24 ALENCAR, José de. **Lucíola**: um perfil de mulher. Rio de Janeiro: Tipografia Francesa Arfvedson, 1862.

25 AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 344.

26 MIRANDA, Karoline Nascimento. Mulher negra, trabalho e resistência: escravizadas, libertas e profissões no século XIX. **Epígrafe**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 83-96, 2019, p. 84.

impactou e racializou as relações de trabalho patrão-empregada quando em situações de forra e, inclusive, perdurando após a abolição. O tratamento senhorial nas relações de trabalho onde está inserida a mulher negra são resultado de uma estrutura, um fenômeno de longa duração que coloca a trabalhadora em papel diretamente servil a seu patrão, principalmente no que tange aos serviços domésticos.²⁷

Apesar de ter sido publicado dois anos após a Lei Áurea,²⁸ na obra *O Cortiço* a escravidão ainda é uma realidade bem vívida na sociedade brasileira, o que nos leva a crer que os acontecimentos relatados durante a obra, embora se tratem do final do século XIX, ainda relatam vivências anteriores a 1888. Considerando isso, a personagem Bertoleza é apresentada no início da narrativa ainda na condição de escrava que trabalha para garantir sua carta de alforria. No entanto, seu caminho se cruza com João Romão, que naquele momento da história era apenas um vendeiro. Após esse encontro, a vida dos dois personagens muda completamente, a realidade desses dois indivíduos tão diferentes nos é contada por meio de uma dualidade envolvendo ascensão e estancamento social. O que nos apresenta outra problemática do século XIX:

Mobilidade social: uma realidade possível?

Bertoleza é que continuava na cepa torta, sempre a mesma crioula suja, sempre atrapalhada de serviço, sem domingo nem dia santo; essa, em nada, em nada absolutamente, participava das novas regalias do amigo; pelo contrário à medida que **elle galgava posição social, a desgraçada fazia-se mais e mais escrava e rasteira**. João Romão subia e ella ficava cá em baixo, abandonada como uma cavalgadura de que já não precisamos para continuar a viagem. Começou a cahir em tristeza²⁹ (Grifo nosso).

27 *Ibidem*, p. 91.

28 A Lei nº 3.353, sancionada no dia 13 de maio de 1888, pôs fim à escravidão no Brasil.

29 AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 221-222.

No trecho acima, percebemos o contraste de posição entre Bertoleza e João Romão em determinando ponto da narrativa, mas antes de nos aprofundarmos nesse momento da história, vamos compreender como tudo começou e a que ponto o contraste econômico desses dois personagens se tornou tão evidente.

Inicialmente, os dois personagens são apresentados na história na condição de vizinhos, João Romão um imigrante português que comandava uma venda no bairro de Botafogo morava ao lado de uma mulher chamada Bertoleza, que trabalhava como quitandeira.³⁰ Com esse trabalho ela conseguia se manter e acumular o dinheiro necessário para conquistar sua carta de alforria. Depois da perda repentina de seu companheiro, a cafuza se vê sozinha e é nesse momento de fragilidade que o português vê na desgraça alheia uma forma de se dar bem. Oferecendo sua amizade e passando a ser seu confidente e amante, Romão passa a tomar conta da vida de Bertoleza e de toda sua economia, inclusive aquelas destinadas à compra de alforria.

— Você agora não tem mais senhor! declarou em seguida à leitura, que ella ouviu entre lagrimas agradecidas. Agora está livre! De ora avante o que você fizer é só seu e mais de seus filhos, se os tiver. Afiliiu se o captiveiro de pagar os vinte mil réis a peste do cego!

— Coitado! A gente se queixa é da sorte! Elle, como meu senhor, exigia o jornal, exigia o que seu!

— Seu ou não seu, acabou-se! E vida nova!³¹

No entanto, o cativeiro não acabou, pelo contrário, Bertoleza só havia mudado de senhor. A carta de alforria entregue a ela pela mão de Seu João não era verdadeira, foi apenas um jeito que o taverneiro encontrou de se beneficiar das economias da amiga e ainda mantê-la ao seu lado como amante, caixeira e criada. A partir disso, observamos a crescente ascensão do capital do português, com o dinheiro destinado à carta de alforria e as demais economias da amiga por quem estava responsável.

30 Vendedora ambulante, Bertoleza vendia alimentos na rua.

31 AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 10.

João Romão ingressara sem recursos financeiros em nosso país. Porém, à custa não somente do trabalho penoso e da árdua economia que exercia em seu cotidiano, como também graças às suas artimanhas de explorar o trabalho alheio por muito pouco, trapacear nas pesagens de sua venda, roubar na calada da noite materiais de construção com os quais construiu o cortiço, conseguiu sair da pobreza. À medida que se afastava desse status econômico, menos tolerava os pobres. Em sua perspectiva, estes assim o eram por que não haviam se esforçado o suficiente ou não eram tão espertos para sair dessa condição. João Romão estava impregnado com a ideologia da culpabilização da vítima: era pobre quem merecia sê-lo. Sobretudo, quem não havia incorporado o espírito capitalista: o de trabalhar e produzir muito e poupar mais ainda.³²

Enquanto imigrante, João Romão se estabelece no Brasil com o único propósito de aumentar seus bens e reduzir tudo a moeda, vivendo com o objetivo de acumular capital e fazer crescer seus negócios. O relacionamento recente com Bertoleza permitiu a ele essa conquista de capital e a construção de uma propriedade que trouxe muito lucro, o cortiço. Enquanto isso, Bertoleza, “recém-alforriada”, se restringe ao espaço da cozinha, sempre descrita na narrativa fazendo algum trabalho, seja cozinhando, servindo ou lavando. Sua vida se resumia ao espaço doméstico, a servir os clientes da taverna de São Romão, a personagem não aparece interagindo com mais ninguém além dele, nem usufruindo do fruto de seu trabalho, sem momentos de lazer ou descanso. A labuta e o serviço parece ser a única realidade que conhece e dispõe, mesmo que acredite ser livre.

Como já foi ressaltado no início do capítulo, um dos objetivos de Romão era se estabelecer na aristocracia fluminense, ao descobrir que seu vizinho Miranda havia conquistado esse espaço com a compra do título de Barão, ele passou a invejar e ansiar por essa conquista.

Só o acúmulo de capital já não parecia tão atraente, se continuava entre os necessitados, se permanecia passando por privações apenas para não gastar demais.

32 BAHIA, RYANNE F. MONTEIRO. Quando a pobreza toma corpo: análise sociológica de *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo. *Baleia Na Rede - Estudos em arte e sociedade*, v. 9, n. 1, 2012, p. 265.

Sim senhor! aquelle taverneiro, na apparencia tão humilde e tão miserável; aquelle sovina que nunca sahira dos seus tamancos e da sua camisa de riscadinho de Angola; aquelle animal que se alimentava peor que os cães, para pôr de parte tudo, tudo, que ganhava ou extorquiou; aquelle ente atrophiado pela cobiça e que parecia ter abdicado dos seus privilégios e sentimentos de homem; aquelle desgraçado, que nunca jamais amara senão ao dinheiro, invejava agora o Miranda, invejava-o de veras, com dobrada amargura do que soffrera o marido de Dona Estella, quando, por sua vez, o invejara a elle.³³

Cercado de frustrações, o português percebe que de nada adianta possuir riquezas se não estava entre os que usufruíam dos privilégios, se permanecia entre os mais pobres, se tudo o que conhecia da aristocracia era o que via na casa do vizinho, as festas, as sedas, os amigos e os títulos, todo ambiente aristocrático lhe era interessante e se torna seu novo objetivo. Objetivando conquistar o capital simbólico, reconhecimento e prestígio, observamos uma mudança gradativa no personagem, não apenas internamente, como também externamente. Novas roupas, um novo corte de cabelo, novos costumes, passou a usufruir do seu capital acumulado com o lucro advindo da pedreira, cortiço e taverna. Aos poucos ele passa a compor o seletto grupo de capitalistas fluminenses, só lhe faltava um fator importante a ser considerado, um matrimônio com alguém da aristocracia, mas nessa ascensão social havia um empecilho a ser encarado. Enquanto João Romão galgava um espaço de privilégio e reconhecimento, sua companheira de luta e responsável por suas conquistas permanecia no mesmo local, socialmente inerte.

E Bertoleza bem que comprehendia tudo isso e bem que estranhava a transformação do amigo. Elle ultimamente mal se chegava para ella c, quando o fazia, era com tal repugnância, que antes o não fizesse. A desgraçada muita vez sentia-lhe cheiro de outras mulheres, perfumes de cocotes estrangeiras, e chorava em segredo, sem ânimo de reclamar os seus direitos.
Na sua obscura condição de animal de trabalho, já não era amor o que a mísera desejava, era somente confiança no

33 AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 163-164.

amparo da sua velhice, quando de todo lhe faltassem as forças para ganhar a vida³⁴ (Grifo nosso).

Como destacado no tópico acerca dos perfis de mulher, a sociedade do século XIX se constituiu como uma sociedade escravista e repleta de hierarquias sociais. Nesse cenário, a mulher negra ocupava a posição mais baixa da sociedade, oprimida não apenas por sua cor, mas também pelo seu gênero. Como descrito no trecho acima, “na sua obscura condição de animal de trabalho”, mesmo que acreditasse estar livre, a personagem continuava a atuar no papel de criada e amante, nunca assumida, nunca considerada, nunca vista.

Escondia-se de todos, mesmo da gentinha do fregue e da estalagem, envergonhada de si própria, amaldiçoando-se por ser quem era, triste de sentir-se a mancha negra, a indecorosa nodosa daquela prosperidade brilhante e clara.

E, no entanto, adorava o amigo; tinha por elle o phantasma irracional das caboclas do Amazonas pelo branco a que se escravizam, dessas que morrem de ciúmes, mas que também são capazes de matar-se para poupar ao seu ídolo a vergonha do seu amor. O que custava aquelle homem consentir que ella, uma vez por outra, se chegasse para junto d'elle ? Todo o dono, nos momentos de bom humor, affaga o seu cão... **Mas qual! o destino de Bertoleza fazia-se cada vez mais estreito e mais sombrio; pouco a pouco deixara totalmente de ser a amante do vendeiro, par ficar sendo só uma sua escrava.** Como sempre, era a primeira a erguer-se e a última a deitar-se; de manhã escamando peixe, á noite vendendo-o a porta, para descalçar da trabalhadeira grossa das horas de sol; sempre sem domingo nem dia santo, sem tempo para cuidar de si, feia, gasta, immunda, repugnante, com o coração eternamente emprenhado de desgostos que nunca vinham a luz. Afinal, convencendo-se de que ella, sem ter ainda morrido, já não vivia para ninguém, nem tão pouco para si, desabou num fundo entorpecimento apathico, estagnado como um charco podre que causa nojo³⁵ (Grifo nosso).

34 *Ibidem*, p. 293.

35 *Ibidem*, p. 294.

O sucesso de João Romão não lhe era estranho, pois como homem branco e imigrante, já era esperado que em algum momento ele alcançasse outro *status*, afinal, o estrangeiro vinha ao Brasil com o único objetivo de enriquecer e essa era uma realidade possível. Porém, para Bertoleza isso nem ao menos chegava a ser cogitado, tudo o que a mulher esperava era que pelo menos em sua velhice tivesse o amparo do homem que cresceu graças ao suor do seu trabalho, graças à sua dedicação cotidiana.

Todavia, tal como o homem branco que depois da abolição da escravidão tenta apagar o negro de sua história, João Romão após abusar de todo o dinheiro, suor e do corpo de sua companheira, tenta apagá-la de sua vida: “apagai-o rapidamente, como quem tira da pelle uma nódoa de lama!”.³⁶ Pois em sua concepção:

[...] **ella era a sua cúmplice e era todo o seu mal** - devia, pois, extinguir-se! Devia ceder o logar á pallida mocinha de mãos delicadas e cabellos perfumados, que era o bem, porque era o que ria e alegrava, porque era a vida nova, o romance solfejado ao piano, as flores nas jarras, as sedas e as rendas, o chá servido em porcelanas caras; era emfim a doce existência dos ricos, dos felizes e dos fortes, dos que herdaram sem trabalho ou dos que, a puro esforço, conseguiram accumular dinheiro, rompendo e subindo por entre o rebanho dos escrupulosos ou dos fracos³⁷ (Grifo nosso).

O relacionamento entre um português e uma mulher negra no século XIX não poderia ter sido escrito de forma mais verossímil. O desfecho dessa narrativa se mostra perceptível desde o início da história, quando João Romão convida Bertoleza para morarem juntos e logo em seguida resolve enganar a cafuza com uma carta de alforria falsa. Ficou subentendido que o vendeiro nunca teve intenção de libertá-la, apenas queria lhe manter em sua cozinha, como sua serva e amante. Depois de fazer uso de todo seu trabalho, extorqui-la o máximo que pôde, ele decidiu que ela não lhe servia mais. A cor negra não combina com o luxo, com a aristocracia, com os privilégios que gostaria de usufruir, pelo contrário, ela se torna um empecilho em sua

³⁶ *Ibidem*, p. 322.

³⁷ *Ibidem*, p. 323.

trajetória de ascensão e ele não via a hora de substituí-la por uma mulher branca e advinda de uma família rica e tradicional. O relacionamento dos dois personagens pode ser entendido como um retrato do que representou a abolição na sociedade brasileira, depois do fim da escravidão, o trabalho exercido por meio da escravidão foi substituído pelo trabalho assalariado, mas aos negros libertos, não lhes foi entregue nenhuma compensação, auxílio do Estado ou oportunidade para ascender socialmente. Eles foram deixados à margem, e houve até mesmo tentativas de apagamento, de fingir que a escravidão, que o negro não faz parte da história deste país.

Em suas narrativas, Aluísio Azevedo, por meio do movimento naturalista, denuncia a forma como a sociedade brasileira se divide, por classes, privilégios e em cima da desigualdade social e racial. *O Cortiço* é um importante retrato do Rio de Janeiro marginalizado, a capital do Império, que não era apenas um lugar de bailes e romances juvenis, mas também um lugar de cortiços, injustiças, violência, promiscuidade, vícios, um local de abandono e de morte.

O Regime Republicano se instaura neste mesmo país, um ano após o fim da escravidão, esse sistema político se estabelece com a promessa da democracia, um governo sem privilégios no qual todas as pessoas seriam vistas e tratadas como iguais, possuindo plenos poderes para escolher seus representantes políticos. Um governo que surge em oposição a uma monarquia católica, conservadora, aristocrática e escravocrata. A República surge com a proposta de um novo alvorecer:

A igualdade não é como pensam muitos e como gritam nossos adversários,- o nivelamento de todos, a negação das faculdades e aptidões de cada um. Isto de igualdade apenas teria o nome; seria o rebaixamento das aptidões até as nulidade, ou a elevação da nulidade até as legítimas aptidões; seria romper com o modo de ser real das cousas, quebrar a ordem da natureza. A igualdade é o reconhecimento do direito que tem cada um a desenvolver-se e aperfeiçoar-se e atingir a altura que os seus meritos lhe destinam. E' também por consequência, a negação fundamental de todos os privilégios, ou direitos innatos: de casta de família, etc., etc.³⁸

38 ASSIS BRASIL, J. F. **A República federal**. São Paulo: Leroy BookWalter, p. 38-39, 1988.

No entanto, caro leitor, é bem sabido que nem todas as promessas se realizam, para a conquista de direitos iguais e perdas de privilégios, ainda houve muitas lutas, algumas que ainda estão ocorrendo neste momento. Então fica a reflexão, se esse novo alvorecer vai ser ou não alcançado durante o período republicano, já é algo que só os próximos capítulos deste livro responderão. Boa leitura!



O advento do sistema republicano e os movimentos feministas de primeira onda no Brasil (1889-1930)

Francisca Gomes da Silva¹

Introdução

A partir do século XIX, de modo mais significativo, as mulheres começaram a ocupar espaços que até então eram restritos aos homens. O rompimento com concepções socialmente construídas de que o sexo feminino não detinha capacidades mentais tais quais as do sexo masculino, prontamente foram sendo estabelecidos na medida em que as mulheres avançavam para além da esfera privada. Essa quebra de silêncio, promovida ao longo das décadas, logo possibilitou a formação de questionamentos que visavam debater o quanto a opressão masculina moldava a experiência social das mulheres.

Já em fins do mesmo século, a existência de movimentações promovidas por mulheres em prol de direitos políticos e sociais marcaram uma série de ações que se agrupam numa “primeira onda” de feminismos pelo mundo. A partir das três primeiras décadas do século XX, a luta pelo sufrágio feminino ganha destaque nessas ações e se torna um movimento organizado e, não obstante, começa a se manifestar no Brasil através de personalidades que geralmente possuíam condição social privilegiada, tinham acesso e dialogavam com essa onda de feminismos que vinha acontecendo tanto na Europa como nos Estados Unidos.

¹ Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e estudante pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina – GEHGAL. E-mail: franciscagomeshist@gmail.com.

Em confluência com todas essas ações reivindicatórias por direitos políticos e sociais que as mulheres vinham estabelecendo em diferentes países, o período de transição entre os séculos XIX e XX no Brasil é marcado pela queda da Monarquia e instauração da República. Momento esse, que se caracterizou por uma atmosfera de movimentações ideológicas que permearam e mobilizaram diversos setores da sociedade em busca de “imaginar” um novo Brasil – diga-se, um país de formação ainda idêntica em muitos aspectos, no que diz respeito às estruturas políticas de organização social implementadas e mantidas desde o período colonial. É dentro dessa atmosfera que as mulheres começam a reivindicar direitos políticos com mais constância e a luta pelo voto feminino no Brasil começa a ser postulado no meio social.

Inerente a esse cenário, a historiadora Margarida de Souza Neves, ao conceituar o cenário de reformas estruturais promovidas no período, destaca que ao mesmo tempo em que a queda da Monarquia e instauração de um novo sistema político oportunizou, por meio da elaboração de uma nova Constituição, formas efetivas de mudanças nas antigas estruturas de organização social, o fenômeno caracterizou-se, em especial durante toda a Primeira República (1889-1930), como um sistema surpreendentemente limitado nesse sentido. Na visão da autora, a necessidade de expansão da cidadania e a construção de uma democracia que atendesse a realidade social brasileira não casou-se com o desejo imediatista dos antigos mandatários elitistas que viam no republicanismo uma nova roupagem à ascensão de uma nova era econômica.

Sem dúvida o golpe militar do 15 de novembro de 1889 modificaria a Constituição do Estado brasileiro e suas instituições. Mas, tal como na acepção astronômica da palavra, a República, revolucionariamente instaurada, terminaria por ser mais uma das transformações sem mudanças substantivas da história brasileira. Concluído o movimento circular no plano político, a sociedade voltaria ao ponto de partida sem grandes convulsões. Sob novas formas, os antigos e os novos Donos do Poder [...] manteriam firmes as rédeas do mando.²

2 NEVES, M. de. S. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: *Im*: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico**. 10ª edição revista. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). Coleção O Brasil Republicano. Volume 1. Rio de Janeiro, 2018, p. 23.

Essas questões marcaram, num primeiro momento, grande parte das linhas oficiais do feminismo no Brasil, tanto pela manutenção de uma cidadania limitada, que potencializou a necessidade de construção de um movimento organizado de mulheres, como pela ascensão de novas formas de exploração econômica as quais a classe feminina estava intimamente subordinada. E o combate a essa subordinação se dava principalmente na necessidade dessas mulheres passarem a se manifestar politicamente cada vez mais, na luta por direitos trabalhistas e de denúncia do sistema de exploração que atingia o sexo feminino no mundo do trabalho.

Neste sentido, objetiva-se com este artigo, traçar como essas manifestações, antes isoladas, começaram a se agrupar consolidando vertentes organizadas e a principiarem capacidade de atuação política no meio social da época, uma vez que, no processo de transição de regime político e criação da estatuinte não houve avanços notórios nas relações de direito à cidadania feminina no Brasil. Também observando de forma geral como essas ações se agruparam em diferentes tendências feministas e os reflexos desse movimento no Estado do Ceará.

A República e a formação dos perfis de mulheres que marcaram a primeira onda de feminismo no Brasil

A instauração do sistema republicano no país na forma tardia como se deu – se levarmos em consideração os demais países do cone sul –, já detinha consigo por meio da elite (em especial pela classe intelectual e política), moldes de adequações estruturais (política, econômica, sociais e culturais) advindos de países da Europa e até mesmo da América, como os Estados Unidos, se nos detivermos nos exemplos “bem sucedidos”. É a partir desse olhar exteriorizado, que a historiadora Maria Efigênia Resende aponta em que aspectos a formulação da Constituição republicana de 1891 foi realizada. Para ela, esse espelhamento veio alinhado justamente a interesses já difundidos entre a classe política do período.

O modelo da Constituição republicana de 1891 é a Constituição dos Estados Unidos da América. Com ele, enquadra-se o Brasil na tradição liberal norte-americana de organização federativa e do individualismo político e econômico.

[...] Nesse aspecto, a Constituição dos Estados Unidos funcionará menos como uma inovação e mais como reforço para justificar e consolidar o individualismo que se reafirma na primeira Constituição da República.³

Para o historiador cultural Marcos Napolitano, esse período se tratou de um momento histórico que carregava consigo o emblema de realizar mudanças substanciais em todas as esferas sociais. Essas tensões foram marca recorrente nas dimensões culturais e artísticas, que sofreram fortes influências do que o historiador aponta como um empenho em “superar os males de origem do Brasil”.⁴ E para isso, requeria-se voltar olhares para questões estruturais, profundamente enraizadas em solo brasileiro.

Foi dentro dessa necessidade de repensar que as linhas republicanas de pensamento político surgiram em busca de refletir o melhor modelo para equacionar os problemas da nação. Logo imagina-se que questões acerca da integração de classes marginalizadas na nova ordem social e econômica que emergia e pautas sobre a universalização do voto seriam questões de primeira ordem, porém, no que concerne às mudanças efetivas ocorridas nesse primeiro momento da República brasileira, essas questões logo foram sendo suprimidas.

Após seu estabelecimento, o que se vê nada mais é do que uma modelação dessas questões em correntes de maior peso que já vinham sendo muito bem servidas, ao seu modo, pelas conjunturas anteriores de governo, que serão justamente as frentes de valores conservadores e oligárquicos.⁵ Mantendo-se na prática o cerceamento de direitos políticos das mulheres, negros e pobres, uma vez que, para as mulheres apenas a domesticidade lhes dava valor; e pobres e negros se encontravam majoritariamente fora dos requisitos, enquanto analfabetos. Como reflexo dessas questões, podemos verificar em censo realizado em 1872 que, dentre a população total, de pouco mais de 10 milhões de habitantes, apenas uma margem

3 RESENDE, M. E. L. de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucília de Almeida. (Orgs.). **O tempo do liberalismo oligárquico**. 10ª edição revista. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. Primeira República (1889-1930). Coleção O Brasil Republicano. Volume 1. Rio de Janeiro, 2018, p. 65.

4 NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**: da queda da Monarquia ao Fim do Estado Novo. Coleção História na Universidade. São Paulo; Editora Contexto, 2016, p. 41.

5 *Ibidem*, p. 17.

de aproximadamente 1.564.481 indivíduos sabiam ler e escrever. Quando analisados sob a perspectiva de sexo e raça, os dados se tornam ainda mais reveladores. Somente 1.012.097 homens livres e 550.981 mulheres livres eram alfabetizados. Esses números, quando se considera a realidade dos escravizados, diminuem consideravelmente. Os números giram em torno de 958 escravizados e 445 escravizadas que sabiam ler e escrever.⁶

Para a historiadora Céli Regina Jardim Pinto, as mudanças nas estruturas sociopolíticas promovidas pela transição de regime político passaram longe de realmente privilegiar os termos instituídos a partir da Constituição de 1891, marcando-se mais como um governo de coronéis oligárquicos.

Na República brasileira que se institucionaliza a partir desta Constituição estava muito longe de ter qualquer semelhança, na prática, com os princípios liberais que a Carta estabelecera. Nascida de uma luta da oligarquia rural contra o centralismo monárquico, seus partidários eram na verdade muito mais federalistas que republicanos. O federalismo em um país rural recém-saído da escravatura, com uma imensa população de pobres, sem uma tradição de valorização do trabalho e de valores igualitários, foi completamente incapaz de ser base para a construção de uma cidadania republicana. Nestas condições, o que regeu o Brasil até a década de 1930, foi um pacto entre coronéis regionais liderados pelas duas mais fortes oligarquias estaduais do país: a de São Paulo e a de Minas Gerais.⁷

Mas cabe evidenciar que esse cenário caracterizava-se por sua pluralidade de alianças e interesses. Napolitano retoma essas questões evidenciando que houve uma série de aproximações entre correntes de pensamentos sobre a melhor maneira de proceder acerca dos problemas estruturais da sociedade brasileira no período, uma vez que, para o historiador, o cenário de ordenamento político daquele primeiro momento da República pode ser delineado a partir de três principais correntes que buscavam “imaginar” o novo Brasil que nascia ali. Essas três correntes se delimitavam pela

6 DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICAS. Quadros Gerais, 1-2; Censo, 1872.

7 PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 16-17.

composição entre, uma liberal – esta formada basicamente por oligarquias organizadas nas imediações de partidos republicanos regionais; outra positivista – que tinham como maior constitutivo de força e defensores o Exército, ligado a alguns núcleos civis de classe média e alta; e como última corrente, existia o grupo que era composto por setores médios dos grandes centros urbanos – pequenos funcionários do setor de serviços públicos e trabalhadores qualificados – que se alinham, justamente, aos ideais mais radicais do republicanismo. Sobre essa dinâmica, ainda segundo Napolitano, esses sistemas de ideologias intercalavam entre si na medida em que seus interesses estivessem em jogo.

Nos agitados anos iniciais da República, as três principais correntes republicanas experimentaram alianças e dissidências entre si. Ora positivistas e jacobinos se uniam nas críticas às oligarquias liberais que eram contrárias a reformas sociais mais profundas que distribuísem riquezas e fortalecessem a indústria; ora positivistas e liberais se aproximavam para controlar o ímpeto daqueles que defendiam uma participação popular mais ampla na vida política.⁸

Tais fissuras entre alianças e dissidências que ocorriam entre essas associações políticas pelo poder e até mesmo no interior de cada uma, intermediaram o aparecimento de importantes manifestações de grupos marginalizados do cenário político ou até mesmo excluídos totalmente. Essas fissuras gerada em meio a esse processo e simultaneamente às mudanças sociais que vinham ocorrendo, sinalizou e intensificou cada vez mais as pautas que o movimento das mulheres reivindicava no cenário político da época. Pois foi justamente no seio dessa elite oligárquica, que se efetivam as vozes que moldariam em grande parte o movimento feminista no Brasil pelo voto. Ainda de acordo com Celi Pinto,

No interior da oligarquia, a tensão relevante no que diz respeito ao feminismo é a derivada de núcleos familiares de pais cultos: famílias de muitas posses algumas vezes produziam filhos eruditos, detentores de títulos universitários. Praticamente sem exceção, é dentro desses núcleos familia-

8 NAPOLITANO, *Op. cit.*, p. 21.

res diferenciados que surgiram as principais vozes femininas contrárias à opressão da mulher. Não havia nessas famílias condutas éticas diversas ou formas alternativas de pensar o papel da mulher, mas o ambiente distinto que possibilitou às filhas o acesso ao mundo culto da leitura e da valorização da educação.⁹

É necessário salientar que o perfil dessas primeiras manifestações, organizadas ou não, partiam de uma base de personalidades femininas que detinham privilégios devido à sua posição social e se dedicavam, de certa forma, a debater o estado de alienação da mulher na conjuntura social de fins do século XIX e início do XX. Também podemos afirmar que não era um movimento de tendência única, pois no contexto geral de mudança de regime e das relações sociais que, de modo geral, se instalaram no país (principalmente no cenário econômico), surgiram além da luta política pelo sufrágio feminino, linhas de resistência à opressão masculina relacionada ao mundo do trabalho. Neste caso, percebe-se a formação de outro perfil de atuação ligado às tendências que marcaram o feminismo de primeira onda no Brasil, que não só se ligavam à luta pelo direito de atuação política.

Entretanto, é interessante como ponto de reflexão compreender que, apesar de terem havido linhas diversas de manifestações cujas as mulheres de modo geral foram participantes ou protagonistas, é através da relação com as mulheres de elite que ocorre a “saída” de uma postulação tida como marginal das atividades feministas para serem encaradas como uma atividade conveniente à elite.¹⁰

É nessa perspectiva de especificidade do processo de evolução das pautas feministas no meio social que ocorre o atrelamento de personalidades às tendências organizadas que vieram a surgir nas primeiras décadas do século vinte. Tais aspectos constitutivos, que envolvem justamente a delineação de diferentes vertentes de feminismos, nos levam a melhor interpretar as linhas de pensamentos que moldaram as ações do movimento das mulheres no Brasil durante os anos iniciais da Primeira República.

9 PINTO, *Op. cit.*, p. 17.

10 HAHNER, June E. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937**. Tradução: Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo; Editora Brasiliense, 1981, p. 26-28.

Os movimentos feministas

Podendo ser conceituado de forma mais geral como “um conjunto diverso de manifestações”,¹¹ o movimento feminista de primeira onda no Brasil marca-se, na concepção de Céli Regina Jardim Pinto, como uma ação que esteve mais ligada à atividades de mulheres intelectuais.

O feminismo daquele período esteve intimamente associado a personalidades. Mesmo quando apresentou algum grau de organização, esta derivava do espaço pessoal de alguma mulher que, por sua excepcionalidade, na maioria das vezes intelectual, rompia com os papéis para ela estabelecidos e se colocava no mundo público na defesa de novos direitos para as mulheres.¹²

A primeira manifestação de uma imprensa feminista no país se formalizou parcialmente no início da segunda metade do século XIX, por meio da circulação de alguns periódicos. Em suma, a maioria desses jornais destacava a necessidade de subsidiar a mulher na busca de sua emancipação moral e, conseqüentemente, seu desenvolvimento social. E assim como os movimentos sociais em outros países buscavam o progresso em todos os âmbitos sociais, o mesmo deveria acontecer na sociedade brasileira. Tinham como principal bandeira, nesse primeiro momento, a concepção de que a emancipação moral das mulheres só seria possível através do direito de acesso livre à educação e também de forma mais excepcional – por justamente se caracterizar como assuntos tabus ainda –, a denúncia da objetificação do sujeito feminino.¹³

Ainda segundo Céli Regina Jardim Pinto, durante todo o movimento de primeira onda, as mulheres mantiveram suas atividades de forma bem expressiva por meio de vários veículos de comunicação.

11 PINTO, *Op. cit.*, p. 13.

12 *Ibidem*, p. 14.

13 HAHNER, *Op. cit.*, p. 35.

As atividades de mulheres feministas em jornais foram bastante expressivas e espalharam-se pelo país, pois na época, além do jornais que circulavam nas capitais, havia um número incontável de pequenos jornais, tanto de interesse geral como de associações, sindicatos, grêmios literários ou que tratavam de assuntos específicos. Esses jornais algumas vezes tinham à sua frente uma ou duas pessoas, que dedicavam suas vidas para mantê-los em circulação. Isso acontecia em um país onde mais da metade da população vivia no campo, e sua grande maioria era analfabeta. No caso das mulheres os índices de analfabetismo eram ainda mais alarmantes, mas mesmo assim os jornais de diferentes tamanhos e alcances tinham importância para divulgar notícias e construir opinião.¹⁴

Foi através de jornais que muitas feministas brasileiras lançaram esforços para se debruçarem por diversos assuntos em prol da emancipação da mulher. Passeavam entre as esferas das relações familiares, do acesso à educação, trabalho assalariado, do *status* legal das mulheres e, principalmente, o direito ao voto.¹⁵ E em paralelo a todas essas questões que puderam ser verificadas ainda no século XIX, as discordâncias de ideais eram constantes. Percebe-se, nesse primeiro momento do movimento das mulheres, diversas linhas de pensamentos no que diz respeito ao papel da mulher na sociedade. Havia mulheres que reivindicavam uma liberdade completa (educação e trabalho), até superior à masculina, e outras que apenas buscavam uma liberdade limitada que envolvia o direito à educação, apenas para um melhor desenvolvimento das atividades maternas e como “dona do lar”. Delineando neste sentido, um feminismo voltado para a elevação e manutenção dos supostos papéis naturais da mulher.

Apesar das divergências, ainda nos anos finais do século XIX, as mulheres conseguem apoio para levarem a pauta de direito ao voto para ser debatida na Assembleia Constituinte de 1891, marcando tal feito como a primeira ação oficializada em prol do sufrágio feminino no Brasil.¹⁶

Embora tenha sido recusada pela Assembleia, a proposta contou com o apoio de importantes figuras do cenário político da época. A exemplo, no-

14 PINTO, *Op. cit.*, p. 30-31.

15 HAHNER, *Op. cit.*, p. 62.

16 *Ibidem*, p. 26.

mes como Epitácio Pessoa, Hermes da Fonseca e Nilo Peçanha, que viriam posteriormente a serem eleitos presidentes da República.¹⁷ Tal aspecto nos leva a perceber um delineamento com as questões postuladas anteriormente, ou seja, quando a causa sufragista começa a ganhar aceitação, embora que limitada, entre os setores da elite brasileira.

Uma vez negado, o direito ao voto feminino no processo de criação da Constituinte Republicana, ocorre, em 1910, a fundação do primeiro partido feminino na história do país. Para Céli Regina Jardim Pinto, a criação do Partido Republicano Feminino (PRF) estabeleceu um forte apelo simbólico, uma vez que as mulheres enquanto classe nem sequer eram vistas como dotadas de qualquer direito político.

Esse pequeno partido merece atenção especial pela ruptura que representou. Se não por outra característica, simplesmente pelo fato de ser um partido político composto por pessoas que não tinham direitos políticos, cuja atuação, portanto, teria de ocorrer de fora da ordem estabelecida. [...] As fundadoras do partido poderiam ter criado um clube ou uma associação, mas preferiam organizar um partido, tomando assim uma posição clara em relação ao objetivo de sua luta, isto é, se tornarem representantes dos interesses das mulheres na esfera política.¹⁸

Dentre as linhas manifestativas que se desenvolveram em prol do feminismo no contexto de transição entre os séculos XIX e XX, é possível a verificação de algumas vertentes que podem ser inseridas como atuantes, seja de forma organizada ou apenas como ações desenvolvidas de forma isolada, por alguma intelectual que buscava discutir as relações de gênero no período.

As sufragistas se destacaram como o movimento mais sólido, consistente, organizado e também mais conservador em suas pautas. Esse grupo, representado em grande maioria por mulheres que pertenciam a nichos da classe alta e classe média alta brasileira, tem como personalidade principal a figura da feminista Bertha Lutz (1894-1976). É por meio dessa vertente

17 PINTO, *Op. cit.*, p. 15.

18 *Ibidem*, p. 18.

que após o enfraquecimento e fim do primeiro partido feminino (PRF), surge a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF). Ambos partem de uma iniciativa política que buscava pautar a necessidade de se conquistar a cidadania feminina. Sobre essas vertentes, é interessante o que diz Céli Regina Jardim Pinto.

[...] se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.¹⁹

Esses pontos se interligam justamente com a relação de um feminismo de elite que vem sendo pautado, ao longo desta discussão, como um dos principais perfis que marcam a primeira onda do movimento no Brasil.

Contemporânea a essa primeira face do movimento das mulheres, é notória a atuação das mulheres anarquistas no que diz respeito à emancipação feminina. Para a historiadora Samanta Colhado Mendes, o conjunto de mulheres que integraram esse grupo denunciava a opressão masculina como massiva em todos os aspectos da vivência feminina. Composta em suma pelo proletariado feminino e intelectuais de esquerda,²⁰ essa vertente se moldou pela crítica radical das dominações sociais que prevaleciam no período.

Para elas a luta significava aprendizagem na prática, vivência da solidariedade e construção de métodos de ação. Mas foram além ao discutir papéis impostos às mulheres; as diferenças de classe entre elas, que levam à condições de vida e opressões diferentes; a exploração dos corpos das mulheres dentro das fábricas, seja devido as extenuantes e cansativas jorna-

19 *Ibidem*, p. 26.

20 A intelectual feminista anarquista Maria Lacerda de Moura se consagra como a personalidade que mais se destacou a frente das pautas que modelavam um feminismo anarquista na primeira metade do século XX.

das de trabalho, seja pelos inúmeros abusos sexuais que denunciavam em suas ações, greves e em artigos de jornais; observavam a maternidade como ato consciente e fruto da escolha feminina, não destino natural e “divino das mulheres”, o que significa, em última instância, controle sobre o próprio corpo. Nesse sentido, propuseram e discutiram amplamente o amor livre e/ou plural, assim como denunciaram o papel nocivo do casamento burguês, que com os padrões, aprisionaria as mulheres à dependência econômica e às frivolidades das cerimônias e da moral capitalista. Negavam o sufrágio como meio de libertação, afirmando que ele só perpetuaria e legitimaria a exploração e, mesmo com o voto das mulheres, elas votariam pela própria opressão em um sistema que as mantém sem acesso à educação, instrução, cultura e lazer. Assim, a libertação das mulheres seria fruto de sua própria ação e passaria, necessariamente, por sua emancipação intelectual e até econômica.²¹

Esse grupo de mulheres libertárias surgiu dos efeitos colapsantes, que foi a ascensão da classe burguesa durante o período. As ditas ações progressistas ganhavam contornos rápidos e se perfilavam nas linhas do capitalismo a largos passos, envolvendo como mão de obra barata milhares de mulheres e crianças.

Mas para além desses movimentos organizados, também havia manifestações em prol da emancipação feminina por meio de atividades isoladas, estas não detinham interesses em debater diretamente sobre direitos políticos, mas buscavam pautar a importância da educação da mulher como forma de emancipação da dominação alienante dos homens. Pautavam assuntos como o divórcio e questionavam a dominação masculina dentro dos ambientes domésticos, além de falarem sobre sexualidade feminina.

Todas essas questões, que moldaram direta e/ou indiretamente a criação desses embates e o surgimento de linhas divergentes dentro do movimento das mulheres, possibilitaram que elas tivessem uma visão mais ampla sobre suas necessidades. Sendo a partir dessas margens de diferentes concepções que se estabeleceram nesse primeiro momento, que se percebe no Brasil a evidenciação de diferentes espaços de luta pela emancipação da mulher.

21 MENDES, S. C. As mulheres anarquistas no Brasil (1900-1930): entre os esquecimentos e as resistências. *Revista Espaço Acadêmico*, nº 210, p. 63-75, 2018.

A cearense Henriqueta Galeno e a *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF)

No conjunto de todas as questões apresentadas, é importante compreendermos que a luta das mulheres no contexto de transição entre os séculos XIX e XX, não esteve presente apenas nos centros urbanos do Sudeste do país. Interligado ao cenário nacional de transformações políticas e sociais, também ocorreram no Estado do Ceará manifestações em prol da emancipação feminina. A imprensa, assim como desempenhou importante papel na capital, foi um dos principais veículos onde as mulheres cearenses que eram economicamente favorecidas recorreram para debater as relações de gênero no meio social.

Partindo de um contexto onde as mudanças que vinham sendo experimentadas tinham como base principal questionar as relações que insistiam em afirmar as fronteiras que definiam e reforçavam padrões de feminilidade e masculinidade, no Ceará se destacaram personalidades femininas que não diretamente se identificavam como feministas, mas que buscaram atuar e debater sobre relações de gênero. Muitas dessas mulheres seja por meio de organizações ou de forma autônoma, procuraram promover ações que centraram-se na situação social da mulher muito ligadas numa crescente em nível nacional de luta por direitos políticos.

Segundo a historiadora Larissa Almeida Custódio da Silva, detentora de um dos poucos trabalhos que buscam debater sobre o feminismo de primeira onda no Estado do Ceará, ocorre, em 1904, a criação da *Liga Feminista Cearense*, presidida por Alba Valdez.²² Segundo a historiadora, a fundação estava ligada à ideia de demonstrarem que as mulheres, enquanto sujeito coletivo, tinham capacidade de se mobilizar e de se organizar em favor de suas causas.

22 Alba Valdez, era o pseudônimo utilizado por Maria Rodrigues Peixe. Nasceu em 12 de dezembro de 1874, em São Francisco de Uruburetama, hoje Itapagé. Foi professora, escreveu e publicou em periódicos, livros e revistas, como também participou de importantes instituições intelectuais e literárias, sendo a primeira mulher a conquistar uma cadeira na Academia Cearense de Letras. A título de aprofundamento ver dissertação de mestrado: SOUZA, Keyle Samara Ferreira de. **Alba Valdez: A palavra das mulheres na história da literatura e da imprensa cearense.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Letras – PPGL – da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa – PB 2019.

A Liga Feminina Cearense fora fundada como uma resposta e para fins de afirmação prática não somente do potencial intelectual das brasileiras, como também de sua capacidade de mobilização e organização enquanto classe, grupo, associação de intelectuais que periodicamente se reuniam em prol da causa.²³

Apesar de todo esse expoente, essas mulheres de modo geral não buscavam, enquanto organização, se associar à luta pelo direito ao voto e nem a qualquer militância feminista na conjuntura da época devido à forte pressão social que essas ações desencadeariam, num Estado ainda majoritariamente rural e profundamente patriarcalista.

Pela escassez de estudos que buscam pensar esse primeiro momento do feminismo no Ceará, é muito difícil inserir essas manifestações femininas presentes na imprensa cearense nas vertentes organizadas que se destacavam em maior peso e grau nas regiões centrais do Brasil, traçar o perfil dessas mulheres e como cada uma buscou atuar ao seu modo na luta por direitos políticos e sociais em fins do século XIX e início do século XX no Estado do Ceará. Mas nesse fio, a literata e feminista cearense Henriqueta Galeno²⁴ reflete a expansão do poder de organização das sufragistas brasileiras. Tendo participado do *II Congresso Internacional Feminista*, organizado pela *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* (FBPF), em 1931, a intelectual volta como representante do movimento sufragista no Estado.²⁵

Tendo forte influência dentre a elite cearense, Henriqueta Galeno se insere dentre muitas outras personalidades que buscaram debater sobre a emancipação feminina na realidade cearense. Filha de Juvenal Galeno, também intelectual cearense, Henriqueta, segundo a historiadora Évila

23 SILVA, Larissa Almeida Custódio da. **Feminismos de primeira onda no Ceará**: paradoxos e possibilidades a partir das disputas pelo voto feminino na imprensa (1900-1933). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, p. 21-22, 2019.

24 Henriqueta Galeno que viveu entre os anos de 1887 e 1964, foi uma educadora que atuou no cenário patriarcalista da primeira metade do século XX, destacando-se pela dedicação à literatura e ao feminismo. Foi uma das principais expoentes na representação e desenvolvimento do feminismo no Ceará, cujo ápice foi representado no 2º Congresso Internacional Feminista, no Rio de Janeiro, em 1931. A título de aprofundamento ver: SA, **Évila Cristina Vasconcelos de. Educadora Henriqueta Galeno**: Biografia de uma literata e feminista (1887-1964). Dissertação (Mestrado Acadêmico ou Profissional em 2018) - Universidade Estadual do Ceará, 2018.

25 *Ibidem*, p. 33.

Cristina Vasconcelos de Sá, assim como Bertha Lutz, viveu uma vida de mulher solteira e voltada a intelectualidade.

Docente, solteira e católica, Henriqueta Galeno não atuou apenas no mundo letrado e pedagógico, mas também foi ativa e pioneira ao defender concepções pessoais que coadunavam com a ampliação da participação sociopolítica feminina, identificadas com sua participação nos principais movimentos culturais e políticos da época. Com a inserção da mesma no mundo letrado, através de suas participações em agremiações literárias e jornais, percebe-se que a referida educadora seguiu caminhos diferentes da maioria das mulheres fortalezenses do seu tempo, ampliando espaços destinados as mulheres.²⁶

Apesar de integrar a vertente sufragista de Lutz, Henriqueta Galeno, entendia que as mulheres não deviam se prender apenas ao anseio pelo direito de votar, mas sim, ir além. Defensora da igualdade de gênero em todos os âmbitos sociais, a intelectual acreditava que os limitantes que inferiorizavam as mulheres nas esferas da vida política, econômica, intelectual, social e cultural era um constitutivo criado socialmente pelo sexo forte.

Considerações finais

Em maior e menor grau, vemos que o advento do sistema republicano no país revelou dicotomias diversas que pautam a noção de reformas políticas no Brasil. O fato de o direito ao voto ter sido concedido em nível nacional às mulheres após a instauração do Estado Novo, por Getúlio Vargas, consagra apenas em parte todo um movimento em prol da emancipação e direitos políticos que as mulheres vinham travando desde a segunda metade do século XIX.

É inegável que a conquista de direito ao voto tem um poder simbólico que dignifica a luta das mulheres no Brasil, mas é importante não perdermos de vista a concepção de que o exercício do direito à participação feminina na política permaneceu segregacionista e limitado.

26 *Ibidem*, p. 14.

Segunda República (1930-1945)



Lutas e conquistas das mulheres no período republicano brasileiro

Thais Alves da Silva¹

Preciso sempre lembrar as situações degradantes que viveram as mulheres durante séculos e a luta persistente que travaram para, finalmente, conseguirem se firmar como cidadãs. É claro que muito ainda falta a ser conquistado, mas olhando para trás vemos o quanto já se caminhou.

Augusto C. Buonicore²

Introdução

Este breve capítulo tem como objetivo falar um pouco sobre como as mulheres eram excluídas e como eram vistas na sociedade, frisando a sua desenvoltura na República e revivendo, mesmo que brevemente, algumas das conquistas alcançadas pela luta feminina, destacando o grande marco, que foi o direito ao voto e espaços nos meios da educação, política e afins, e construção da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, atualmente extinta, no entanto, na primeira república foi um grande aliado para as conquistas da classe feminina, e o grupo político exclusivamente composto por mulheres, que também foi e é um grande aliado das lutas feministas, o Partido Feminino Republicano.

1 Graduanda de Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

2 BOUNICORE, Augusto C. **As Mulheres e o Direito Político no Brasil**. Posfácio ao livro Voto Feminino & Feminismo de Diva Nolf Nazario, Imprensa Oficial.

Uma trajetória

O papel feminino na sociedade sempre foi uma pauta bastante discutida e delicada, pois durante toda a construção social foram criadas também diversas visões de como deveria ser a mulher “ideal” e quais comportamentos elas deveriam seguir, no entanto, as forças femininas se uniram e vêm proporcionando diversas mudanças nessas visões antigas e machistas.

Com a Declaração dos Direitos dos Homens, proclamado em 26 de agosto de 1789, esse momento ficou reconhecido como o fundador dos direitos a igualdade e liberdade, sendo a época em que acontecia a grandiosa Revolução Francesa, que desencadeou muitas mudanças, e mesmo com todas as modificações que estavam acontecendo, as mulheres permaneciam em uma posição de exclusão, em especial em relação aos direitos políticos.

Na democracia da Antiga Grécia já existia esse caráter de restrição das mulheres diante da esfera política, ou seja, esse espaço era voltado diretamente para os homens, tornando-se notório como essa restrição dos espaços é algo contínuo que vem de séculos, sendo uma das barreiras que a luta feminista vem tentando exterminar ao longo dos anos.

No Brasil, durante a primeira república não existia um grupo de mulheres dedicadas à política, muito menos mulheres públicas, pois para a época “A mulher, se pública, era prostituta”³. No entanto, existia “A mulher Educadora”, grupo de mulheres anônimas, idealizadas como pessoas que apresentavam mais afeto do que racionalidade e assim seriam as pessoas ideais para exercer a função de educadoras para as crianças, como também “impor a família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época”.³

Urge manter a mulher o seu sexo: orientá-la para profissões que correspondam devidamente ao seu impulso sexual; dar-lhe posição social que lhe torne desnecessária a aspiração ao mando; educar os dois sexos para amor, de modo a prevenir o desejo da prostituição e da promiscuidade; tornar a maternidade função pouco penosa, pela hygiene physica e mental.⁴

3 CASTELLANI, Lino Filho. **Educação Física no Brasil**. A História que não se conta. Capinas: Papirus, 1988.

4 PORTO-CARRERO, Júlio. **Educação sexual**. R. J., ABHM, 1929, p. 164.

Ou seja, as mulheres deveriam se manter em seu posto de apenas donas de casa e repassar esse pensamento para as crianças, de como cada uma deveria se comportar perante a sociedade, e quais obrigações eram destinadas a cada sexo, como também salientar para as meninas a maternidade como uma função enquanto esposas, e como aquela fase não era dolorosa e difícil, sendo assim, romantizando-a, criando o pensamento de que as mulheres eram destinadas apenas a essas tarefas, vindo também do ideal iluminista este pensamento da mulher como um ser inferior.⁵

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atribuído desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade.⁶

Em outros termos, as mulheres eram consideradas seres incapazes de realizar outras funções na sociedade, e não tinham capacidade intelectual o suficiente para frequentar uma universidade ou exercer cargos de relevância. Em vista disso, pela falta de espaço nas universidades, escolas, trabalhos e afins, muitas famílias enfrentavam dificuldades financeiras, e com isso algumas meninas acabavam adentrando no mundo da prostituição como uma forma de conseguirem dinheiro para sobreviverem e ajudar a família, como retrata José de Alencar em seu livro *Lucíola*, publicado em 1855, onde é possível perceber a visão da sociedade em uma época anterior a da República, mas que não deixa de ser semelhante, e nesta breve obra podemos ver uma sociedade machista, como as mulheres deveriam ser e se comportar, além dos julgamentos.

5 CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas**. O Imaginário da República no Brasil, São Paulo. Cia das Letras, 1990.

6 SOIHET, Raquel. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol. 5, n 1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ, p. 9.

O acesso ao ambiente escolar

A luta pelos direitos das mulheres vem sendo até hoje uma caminhada com muitos obstáculos e muitas críticas, tendo como motivos iniciais a luta pelo acesso às escolas, universidades, direito ao voto, fazer parte do meio político e afins. Estes foram alguns dos motivos que levaram as mulheres a lutarem, o sonho em adentrar estes meios, que até pouco tempo não lhes eram ofertados. Apenas em meados do século XIX que as mulheres começaram a frequentar as escolas, no entanto, apenas as que possuíam boas condições financeiras puderam estudar, até que em 1879, Dom Pedro II abriu as portas das instituições e as mulheres puderam ingressar no ensino público. Em 1887 formou-se a primeira mulher médica através das universidades brasileiras, foi ela a Dra. Rita Lobato, nascida no Rio Grande do Sul, e tinha como objetivo central atender a classe feminina, como também acabar com os pensamentos de que mulheres não poderiam assumir tais postos, sendo símbolo de grande vitória e conquista da classe feminista. Esta representação causa comoção na comunidade feminina, dando mais motivos para continuar nesta luta de inclusão e fazendo com que cada vez mais tenhamos mulheres formando-se e ocupado os espaços, além de aflorar em outras mulheres o sonho de mudar sua realidade.

Então, com toda a modificação que as estruturas vinham tendo, aos poucos as mulheres iam alcançando seus objetivos, ingressando em outros meios e se tornando símbolo de força. Em 1901, foi então decidido que o magistério seria uma profissão feminina, pois as escolas já se encontravam completamente de portas abertas para as mulheres. Esta profissão também não causava medo na sociedade, já que se tratava de uma atuação que não apresentava riscos à moral feminina e por estar ligada à maternidade, pois a atuação das mulheres formadas no magistério era em escolas do ensino primário, ou seja, foi relacionando aquela profissão como algo natural das mulheres, um dom, sendo também adequada às exigências da moral republicana.

Mesmo com essa conquista, os homens ainda buscavam desvalorizar a mulher e sua profissão. Na época, o magistério ainda não obtinha muito destaque, e isso era o suficiente para que fosse diminuído também, mas para aquelas que não tinham acesso a nada antes, além da casa e igreja.

Esta conquista, por mais que fosse diminuída e desdenhada pelos demais, significava muito para aquelas que estavam lutando pelas mudanças.

Encaradas como um sexo frágil, as mulheres, mesmo diante desses avanços, ainda eram vistas como as pessoas que deveriam estar e casa, cuidando do lar, então, conseqüentemente o seu trabalho também era visto como algo passageiro, e por quaisquer outras situações deveriam voltar ao lar e cuidar de família e casa, “de modo a não as afastar da vida familiar, dos deveres domésticos, da alegria da maternidade, da pureza do lar”.⁷ Ou seja, seu papel principal diante da visão da sociedade, ainda não havia sido mudado, causando desânimo, como também dando mais força para conquistar espaço.⁸

Com isso, o primeiro período republicano se deu por um misto de comoções entre o velho e o novo, urbano e rural, foi uma época de grandes movimentações, e que as mulheres estavam ativas e dispostas a lutar para mudar suas posições, causado medo nos homens, pois eles estariam deixando de ser vistos como o centro e detentores das escolhas. “De fato, não só a política não era coisa de mulher, como a própria educação não era para a mulher. Percebe-se que nesta época, ela não tinha lugar no mundo político e nem tão pouco fora de casa”.⁹

O marco da conquista feminista: o direito ao voto

Ainda durante a Primeira República, teremos uma grande voz feminina que destravou grandes obstáculos para o avanço das modificações em prol das mulheres e seus direitos. Bertha Lutz (1894-1976) foi uma das pioneiras pela luta do direito ao voto, filha do cientista Adolfo Lutz e da enfermeira Amy Fowler. Bertha foi uma mulher educada na Europa e formada em Biologia. Ainda fora do Brasil, ela fez contato com a campanha sufragista inglesa, e ao retornar ao Brasil em 1918, tornou-se ingressa através do concurso público como bióloga do Museu Nacional, sendo a segunda mulher a conseguir um cargo público.

7 LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo, Editora Contexto, 2002, p. 443.

8 CARVALHO, *Op. cit.*, 1990.

9 *Ibidem*, p. 92-93.

Imagem 2 - Bertha Lutz discursando no 45º aniversário da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (Agosto de 1967)



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Bertha_Lutz.

Ao lado de outras mulheres pioneiras na luta pelo direitos femininos, iniciaram a busca pelo direito ao voto, como também pelo ingresso das mulheres nas esferas políticas, ou seja, ter mulheres como representantes dentro dos parlamentos. Em 1919, nasce o a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, que foi um importante movimento na busca dos objetivos. Com todo o crescimento do movimento feminista e da Liga Feminista no Brasil, Bertha foi escolhida para representar as feministas brasileiras na Assembleia-Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, nos Estados Unidos, no entanto, mesmo com toda essa movimentação, destaque e visibilidade que as feministas e suas pautas vinham alcançando, passaram-se dez anos para que então conseguissem o direito ao voto, no governo de Getúlio Vargas, em 1932, quando houve a nova promulgação que dava às mulheres o direito ao voto. Contudo, apesar de ser uma grande vitória, ainda foram mantidas grandes restrições, permitindo o voto a apenas uma parcela das mulheres.

E foi então em 1932 que aconteceu um dos momentos mais esperados pelos grupos feministas, o direito ao voto. No século XIX, o voto feminino já vinha sendo discutido dentro dos grupos políticos, tanto que foi incluído na primeira Constituição Republicana (1891), no entanto, por haver uma ambiguidade na escrita do texto final que citava o voto feminino, os

poderes legislativo e judiciário interpretaram da maneira que atendessem aos seus interesses, resultando novamente na exclusão das mulheres dos processos políticos e eleitoral.

Então, em 24 de Fevereiro de 1932, no governo de Getúlio Vargas, com a promulgação do novo código eleitoral, as mulheres puderam ser incluídas e fazer parte das escolhas políticas, porém, nem todas poderiam votar, pois haviam sido estabelecidos alguns critérios para a plenitude do direito: autorização do marido, deveriam ser funcionárias públicas remuneradas, além do código não impor a obrigatoriedade do voto, como exigia dos homens.¹⁰

Visto isso, a Federação Brasileira pelo Partido Feminino festejava uma das suas principais conquistas, como também já se organizava para equiparar essa brecha que tinha no novo código eleitoral, buscando promover a importâncias das mulheres estarem votando e delas serem parte obrigatória e necessária para as escolhas de quaisquer políticos. Trabalhar um eleitorado feminino era um assunto que vinha tomando força, pois com a conquista do direito ao voto, era também a oportunidade para que se desse início ao projeto de incluir mulheres nos partidos e esferas políticas representando a classe, seus interesses e direitos.

Em 1934, o direito ao voto é estendido a todas as mulheres, sem haver restrições. A luta passou agora para conscientizar as mulheres da importância de que todas providenciassem sua documentação para que pudessem exercer esse direito, buscando fazer diferença na realidade delas e do país.

Atualmente, com todos os avanços que as mulheres têm conquistado, é importante se manterem atentas, pois como bem destaca a autora Simone de Beauvoir, “Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”.¹¹

10 “Os homens maiores de sessenta anos e as mulheres em qualquer idade podem isentar-se de qualquer obrigação ou serviço de natureza eleitoral”. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Código Eleitoral. Rio de Janeiro, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 02 out. 2022.

11 BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. 4ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1949, p. 29.

Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

A organização da Federação foi muito importante para o desenrolar das lutas e vitórias femininas, estando sempre presente e lutando pela igualdade de gênero, ela foi uma grande aliada a todas aquelas mulheres que buscavam mudanças e seus direitos, como também participar de outros meios, não sendo apenas mais uma mulher que cuida do lar e da família.

Criado por mulheres de classe média e com escolaridade alta, o grupo era composto por Jeronyma Mesquita, Cassilda Martins, Esther Ferreira Viana, Bertha Lutz, Stella Durval, Evelina Arruda Pereira e Berenice Martins, dentre outras. Bertha é um exemplo para as mulheres feministas, pois foi uma mulher muito ativa que lutou pelos direitos políticos e civis das mulheres brasileiras, se tornando grande símbolo para os grupos feministas.

Durante toda a caminhada pelo sufrágio das mulheres brasileiras, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino foi de suma importância, dando suporte, voz, apoio, buscando sempre destaque e chamar a atenção da imprensa, que até pouco tempo atrás não dava a mínima atenção às lutas femininas, até que tomaram grandes proporções, sendo impossível ignorá-las.

Mesmo após a aprovação, a Federação manteve a luta para que o voto feminino não caísse no esquecimento. O movimento seguiu pressionando para que o congresso mantivesse dentre de seus assuntos a pauta feminina, além de dar continuidade à luta pelas mudanças de visões diante das figuras femininas e para que cada vez mais espaços sociais fossem ocupados por mulheres. Por isso, a importância de se ter sempre os grupos e movimentos militantes dos direitos femininos, para que não haja nenhuma possibilidade dessas lutas caírem no esquecimento e para não haver nenhum retrocesso do que já foi conquistado.

Destinado a promover mudanças, nascido no berço pro-sufragistas, desde o começo o grupo se mostrou obstinação para conquistar seus objetivos. Em 18 de novembro de 1922, foi realizada a I Conferência pelo Progresso Feminino, cujo objetivo central era discutir sobre o voto e as condições de trabalho. Esses momentos eram constituídos por mulheres que representavam as causas e por políticos que eram favoráveis ao voto feminino, dentre os quais o Vice-Presidente da República, Estácio Coimbra, e os Senadores Lau-

ro Muller e Lopes Gonçalves, cuja influência permitia que pudessem contribuir para alcançar as metas. No entanto, mesmo com toda a repercussão e com a ajuda de figuras masculinas da política, ainda não se havia construído uma pressão sobre o poder legislativo, que em sua maioria era composto por representantes contrários ao direito ao voto feminino.

Seguindo a caminhada de lutas e movimentações, em 1927 é conquistada uma vitória: o governo do estado do Rio Grande do Norte inseriu um artigo à Constituição estadual que supria as lacunas ao voto feminino. Apesar dos votos das mulheres terem sido considerados nulos pelo Tribunal Eleitoral do estado, essas conquistas contribuíram bastante para que futuramente as mulheres tivessem o tão sonhado direito de votar em escala nacional, podendo candidatar-se e eleger representantes. Com o final da década de 1920, a FBPF já tinha construído um grande grupo composto de associações profissionais com mulheres de vários núcleos e estados, ou seja, estavam se expandindo e construindo um grande grupo para ter forças e mais voz.

Em 1930 a FBPF realiza seu II congresso, e posteriormente, em 1932, o voto feminino é conquistado. Mesmo com toda a sua grandiosidade e importância para a conquista de muitos direitos pelos quais a classe feminina lutava, apesar da Federação estar sempre mais ligada às mulheres de classe média, seus feitos e conquistas puderam alcançar todas as classes.

O Partido Feminino Republicano

Com a Proclamação da República brasileira em 1889, as mulheres ainda lutavam por seus direitos plenos, no entanto, as privações de direitos políticos, trabalho, era um assunto que sempre vinha a ser discutido pela imprensa. Com uma década de mudanças diante da urbanização e com uma educação para todos, foi impossível não haver mudanças nos comportamentos das mulheres. Os costumes estavam sendo modificados gradualmente, e assim, devido às novas demandas sociais, em 1910, fundou-se o Partido Feminino Republicano, uma sociedade composta exclusivamente por mulheres.

Ainda no ano de 1910, aconteceu uma reunião no Rio de Janeiro que englobava as professoras, donas de casa, escritoras, quando assinaram a ata de fundação de um partido político que visava representar as mulheres e suas

causas, sendo uma organização que lutou pelo sufrágio feminino, sendo considerado um grande passo para a inclusão das mulheres no mundo político.

Tendo como pioneira e organizadora-chefe a professora Leolinda de Figueiredo Daltro, uma grande educadora que foi símbolo das lutas em prol dos direitos das mulheres e dos indígenas, apesar de não ter assinado a ata de fundação do partido, foi um grande pilar para as mulheres republicanas. O estatuto do partido foi publicado em 17 de dezembro de 1910 no Diário Oficial. Transcrevemos o documento na íntegra face sua importância para compreendermos essa participação da mulher na política:

Art. 1º De acordo com o art. 72, §8º da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, fica fundado o Partido Republicano Feminino, que obedecerá ao seguinte programa: §1º Congregar a mulher brasileira na capital e em todos os estados do Brasil, a fim de fazê-la cooperar na defesa das causas relativas ao progresso pátrio.

§2º Pugnar pela emancipação da mulher brasileira, despertando-lhe o sentimento de independência e de solidariedade patriótica, exaltando-a pela coragem, pelo talento e pelo trabalho, diante da civilização e do progresso do século.

§3º Estudar, resolver e propor medidas a respeito das questões presentes e vindouras relativas ao papel da mulher na sociedade, principalmente no Brasil, pleiteando as suas causas perante os poderes constituídos, baseando-se nas leis em vigor.

§4º Pugnar para que sejam consideradas extensivas à mulher as disposições constitucionais da República dos Estados Unidos do Brasil, desse modo incorporando-a na sociedade brasileira.

§5º Propagar a cultura feminina em todos os ramos do conhecimento humano.

§6º Estabelecer entre as congregadas o interesse pelas questões, progressivamente, desde o lar até a agricultura, o comércio, a indústria, a administração pública e as questões sociais.

§7º Combater, pela tribuna e pela imprensa, a bem do saneamento social, procurando, no Brasil, extinguir toda e qualquer exploração relativa ao sexo.

§8º Fundar, organizar e regulamentar, dirigir e manter instituições de utilidade geral e outras de proveito exclusivo,

cujos cargos sejam preenchidos, tanto quanto possível, pelas sócias do partido, podendo-se desde já mencionar as de instrução, de educação, de beneficência, de assistência geral, de crédito mútuo, de cultura física, de diversões etc.

Art. 2º O Partido Republicano Feminino é uma instituição social de progresso individual, comum e geral; durará por espaço ilimitado no tempo; será constituído de número ilimitado de pessoas do sexo feminino domiciliadas no Brasil, sem distinção de nacionalidade nem de religião, e terá sua sede na capital do Brasil. [...]

Art. 11 Os destinos do partido ficarão entregues a um grande conselho deliberativo composto da comissão administrativa, das diretorias das diversas seções e instituições fundadas pelo partido e das comissões especiais.

Art. 17. A comissão administrativa, que é a única competente para executar as deliberações do conselho deliberativo, nos limites das suas atribuições, será composta de presidente, três vice-presidentes, três secretárias, duas tesoureiras, uma bibliotecária, uma arquivista, três procuradoras e uma zeladora. [...]

Art. 19 A orientação suprema político-social e a ação geral do partido ficarão entregues a uma chefe suprema, que é a própria presidente do conselho e da comissão administrativa auxiliada por uma secretaria geral e uma procuradoria geral.
§1º À presidente cumpre representar o partido em juízo ou fora dele e, em geral, em suas relações para com terceiros. [...]

Art. 24 O patrimônio do partido será ilimitado e representado por apólices ou títulos representativos de valor, móveis, biblioteca, distintivos, jóias, mensalidades e propriedades diversas que venha a possuir [...].

Art. 28 As sócias do Partido Republicano Feminino não respondem, subsidiariamente, pelas obrigações que a administração contrair, expressa ou intencionalmente, em nome dele.¹²

12 Arquivo Nacional, fundo FBPF; Diário Oficial, (17/12/1910); MELO, H.; MARQUES, T. Partido; Registros de Sociedades Civis, 1º Ofício de Títulos e Documentos, 18/8/1911.

As Mulheres Republicanas Cearenses

Durante a luta pelo direito ao voto feminino, houve grupos de mulheres cearenses que se engajaram, fazendo viagens ao Rio de Janeiro para participar de eventos da Federação Brasileira pelo Progresso Feminina (FBPF), em 1931, atitude que colaborou para que o assunto estivesse exposto nos periódicos dos jornais da capital, Fortaleza, assim chegando em mais mulheres e causando comoção para uma maior mobilização do movimento.

Adila Morais aponta que os movimentos feministas tenham se “insinuado” em solo cearense. Devido às secas, as mulheres tomavam a frente de suas famílias e tornavam-se as chefes enquanto os filhos mais velhos e o marido migravam para outros estados em busca de melhores condições. É notório que sob esse ponto de vista o feminismo nasceu em berço, lares, cidades pobres, diferente daquele defendido por Bertha Lutz, que teve todo um apoio e estrutura familiar e financeira, no entanto, nenhuma das formas desvalida a outra, pois os caminhos no final se encontram e possuem o mesmo propósito: a defesa dos direitos das mulheres.

Em 1986 foi criado no Ceará O Conselho Cearense dos Direitos das Mulheres, que já demonstra como as mulheres cearenses vinham se posicionando perante uma sociedade opressora, e com essas movimentações, ainda no ano de 1986, através de reivindicações acerca de pautas femininas que se encontravam em alta, foi instalada uma Delegacia Especializada de Defesa da Mulher de Fortaleza (1986), e posteriormente acontecendo a implementação do Centro de Orientação Jurídica para Atendimento às Mulheres em Situação de Violência Doméstica - COJEM (1989). Então, vemos um Ceará que sempre esteve em luta pelos direitos das mulheres, sendo notória a preocupação com as pessoas que sofriam de violência doméstica.

O Conselho Cearense dos Direitos das mulheres colaborou muito para termos mulheres em locais de falas e para que as vozes femininas do Ceará fossem ouvidas e que mudanças chegassem para todas. Mesmo o grupo sendo composto por mulheres de classe média e com elevado nível de instrução, todas as conquistas que elas conseguiram foram benéficas para todas as classes de mulheres.

Portanto, vemos que a história de lutas e superação de barreiras impostas às mulheres ainda está em progresso, no entanto, o sentimento de vitória é sentido e celebrado. Muitas conquistas ainda estão por vir, e todas aquelas que diante de muito esforço foram alcançadas não devem ser deixadas de lado ou deixar de ser celebradas, pois mesmo no século XXI, dito um século moderno e contemporâneo, os direitos das mulheres ainda são cercados de muitos obstáculos e deve haver cuidado para que não ocorram retrocessos.



As bodas de prata do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José em Fortaleza

Mônica Gomes Paiva¹

Círculo Operário Católico de Fortaleza: uma breve abordagem da sua origem

O Círculo Operário de Fortaleza foi fundado em 1915 durante o arcebispado de D. Manuel da Silva Gomes com princípios bem definidos, recebendo inspirações do movimento católico italiano com a fórmula de Toniolo,² que trazia entre seus temas “o trabalho cada vez mais dominante” como tratamento para as questões sociais.³

Junto à fórmula do italiano, que encabeça os princípios do circulismo, existiu o direcionamento da política de Vargas ao trabalhador, conferindo apoio ao movimento religioso em questão. A política trabalhista, que envolvia a criação do Ministério do Trabalho, o sindicalismo e a propaganda

1 Mestranda em História Espacialidade e Cultura – UECE, pós-graduada em Ensino de História (FATENE) e Educação Pobreza e Desigualdade Social (UFC). Professora da rede municipal do Ensino do Município de Santa Quitéria-CE.

2 A figura de Giuseppe Toniolo, cuja fórmula “O trabalho cada vez mais dominante; A natureza cada vez mais dominada foi instituída como um dos seis princípios da organização circulista no Brasil. Ainda sobre o movimento, Jessie Jane V. Sousa (2002, p. 77) afirma que “que cresceu durante o pontificado de Leão XIII e que há pouco foi redescoberto pelos historiadores, não se impôs por causa da influência dos principais dirigentes da opera, opositores da idéia de que a democracia política fosse fundamental para que as reformas sociais se efetivassem”. Sobre a obra de SOUSA ver referência bibliográfica em SOUSA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

3 SANTOS, Jovelina. *Círculos Operários no Ceará: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963)*. Coleção Mundos do Trabalho. Fortaleza: Nudoc / UFC, 2007, p. 26-27. 2007.

fortaleceu ainda mais o papel da Igreja no combate ao comunismo. Dessa forma, o catolicismo e o governo de Vargas convergiam para um viés autoritário, em busca de um Estado forte, condenando as práticas do liberalismo, acentuando uma crise sobre uma sociedade que precisava ser tutelada pelo Estado e pela Igreja. Essas questões foram apresentadas na encíclica *Rerum novarum*, de 1981.⁴

A imprensa católica teve um papel importante na propagação da doutrina cristã, dirigida, especialmente, aos trabalhadores na tentativa de desvincular o capital e o trabalho e de eliminar o discurso classista. Nessa época, os periódicos classificados como “boa imprensa”, que atuaram na defesa da ordem e da moral cristã, tiveram os movimentos religiosos como porta-voz dessas práticas disseminadoras de uma educação para os operários.⁵ A exemplo dessas práticas formadoras é que situo o Círculo Operário do Ceará, observando a atuação dessa entidade a partir da imprensa escrita em circulação da época, especificamente o jornal *O Nordeste*, situado em Fortaleza.

Assim como na cidade de Fortaleza, o jornal *O Nordeste*⁶ cobria os eventos do C.O.C., em especial o Círculo Operário de São José, outros periódicos acompanhavam as representações dos movimentos circulistas nas cidades do interior do Ceará já na década de 1930 e 1940, como é verificado no “jornal *Correio da Semana*,⁷ portanto, é um jornal católico a serviço da ‘boa imprensa’. O Círculo São José de Sobral chega a ter espaço cativo nele”.⁸

4 RENGEL, Simone Aparecida. “PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS EM CRISTO” Trabalhadores Católicos e o Círculo Operário de Florianópolis (1937-1945). Florianópolis. 2009.

5 SANTOS, Jovelina. **Círculos Operários no Ceará**: “Instruindo, educando, orientando, moralizando” (1915 – 1963). *Coleção Mundos do Trabalho*. Fortaleza: Nudoc/UFC, 2007.

6 Jornal Católico fundado em 1922, Fortaleza-CE.

7 Jornal Católico fundado em 1919, Sobral-CE.

8 SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos. “Se todos os mezes houvesse um 19 de março, quem era que falava mais em comunismo”? O circulismo católico como fenômeno associativo no Noroeste do Ceará. In: SANTOS, Carlos Augusto Pereira dos; MELO, Francisco Dênis (Orgs.). **Correio da Semana**: um jornal centenário (1918- 2018). Sobral, CE: Sertão Cult, 2021, p. 123.

As festividades do circulismo e as simbologias

Procuramos captar a memória social impressa pelo Círculo Operário do Ceará no imaginário dos trabalhadores durante o Estado Novo a partir do periódico *O Nordeste*. Nesse sentido, utilizamos as contribuições do conceito de *representação*, de Roger Chartier,⁹ para compreender como as matérias publicadas pelos Círculos Operários Católicos dos Trabalhadores de São José em Fortaleza se projetavam na construção social dos operários nesse período. É nessa relação de apadrinhamento que os COCTSJ constroem identidades entre os operários, numa relação intrínseca que combinava em suas práticas representativas poder, fé e moral.

Aqui, o campo das representações evoca as memórias coletivas do movimento circulista, que ao tratar de pautas sociais, trabalhistas e religiosas, emite discursos de identidades e lutas de um grupo social por ele representado. Para dialogar com a memória e o seu papel na História, abordamos Jacques Le Goff,¹⁰ aportando a memória coletiva usada por Maurice Halbwachs¹¹ e a Identidade e Memória de Joel Candau.¹²

Halbwachs trata a memória coletiva como um quadro de analogias onde “é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo”.¹³ Assim, a memória produzida pelos trabalhadores do Círculo Operário de São José parte de similitudes que caracterizam as mesmas práticas vividas por essa associação. Os elementos que dão identidades a esses sujeitos “se particularizam e refletem em certa medida as personalidades de seus membros”. Mesmo que outros trabalhadores sejam substituídos, permanece o elemento estável do grupo, simbolizado por uma corrente de ideias, conservando as condições de existência do COSJ. Sendo assim, o movimento religioso em questão desenrola um quadro de si “tomando consciência da identidade através do tempo”.¹⁴

9 CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre as incertezas e inquietude*. Tradução Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2002.

10 LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: **Memória e História**. Campinas: Unicamp, 1990.

11 HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: **Vértice/Revista dos Tribunais**, 1990.

12 CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

13 *Ibidem*, p. 88.

14 *Ibidem*, p. 87.

Utilizamos Le Goff para uma análise que transpassa a leitura documento/monumento. Ela busca ampliar as fontes para que se “venha a modificar a imagem do passado, dando a palavra aos esquecidos da história, tem inteiramente razão e sublinha um dos grandes progressos da produção histórica contemporânea”.¹⁵ O autor nos leva a compreender os atores sociais em seus níveis cotidianos. É nesse lugar social que inserimos os trabalhadores do Círculo Operário de São José. Procuramos com isso resgatar como se revela a memória e história a partir do documento em que viveram esses sujeitos num dado momento específico de suas tradições.

Outra característica semelhante entre os jornais católicos é a coluna destinada ao operário e aos eventos festivos que envolvem a classe. Antes de elucidar as transformações ocorridas durante o Estado Novo na coluna dedicada ao trabalhador pelo jornal *O Nordeste*, consideramos importante destacar a página destinada ao trabalhador do jornal *Correio da Semana* de Sobral:

O jornal destinava espaço para uma coluna denominada *Pelo Círculo São José. Chronica*, noticiando as sessões da associação, os eventos religiosos em que o círculo participava e o cotidiano da entidade, algumas vezes com uma linguagem leve, irônica e hilária.¹⁶

A *Página Operária*, do jornal *O Nordeste*, se destacara como principal veículo divulgador do COCTSJ. A página foi ganhando forma e representação, finalizando a primeira fase da sua edição em dezembro de 1939 e ressurgindo em sua segunda fase no ano de 1940, por ocasião das comemorações das *bodas de prata* dos Círculos Operários do Ceará. A página do periódico atuou como órgão oficial dessa associação, que seguia os preceitos da moral-cristã e dizia se preocupar com a formação sociocultural e econômica do operário cearense.¹⁷

No ano de 1938, o Círculo Operário de São José não tinha uma página representativa no *O Nordeste*. Ele se mostra em 1939 com a *Páscoa dos Operários*¹⁸ e com o reconhecimento de sua ausência em movimentos

15 LE GOFF, *Op. cit.*, p. 52.

16 SANTOS, 2021, p. 123.

17 **O Nordeste**, 1939.

18 Matéria publicada pelo jornal **O Nordeste** em 30 de março de 1939.

celebrativos e na imprensa católica. O mesmo aconteceu com o calendário comemorativo de Vargas, onde associações religiosas, como *Marianas*,¹⁹ ganharam destaques representativos nas celebrações periódicas em lugar das festividades dos trabalhadores.

Para compreender as ausências comemorativas circunistas e dos trabalhadores no calendário festivo do início do Estado Novo, recorremos a Joel Candau (2011)²⁰ no intuito de “refletir sobre a significação de acontecimentos não comemorados”. Essas datas ganharam simbologias a partir de 1939, quando as celebrações direcionadas às massas trabalhadoras passaram a fazer parte da estratégia política de Vargas. Lindercy de Souza Lins (2006) confirma a premissa do revelar das celebrações e comemorações do calendário a partir de 1939 ao citar Kocher:

Ressurge publicamente em grande estilo, totalmente modificado no seu conteúdo, no ano de 1939. Plenamente amadurecida a política estatal para a classe operária, o 1º de maio passa a ser utilizado como símbolo desta. A tônica da colaboração de classe passa a ser a ideologia dominante expressada na data.²¹

Diante dos preceitos religiosos pregados pelo Estatuto do Círculo,²² impregnados na rotina laboral e no convívio cristão, reconhecemos nos espaços celebrativos ambiência que expressa as relações de cooperação como o

19 No Brasil, as Congregações Marianas existiram no período colonial, sobretudo nos Colégios da Companhia de Jesus, e praticamente desapareceram com a expulsão dos jesuítas, em 1759. Em 1870, foi fundada novamente uma Congregação Mariana, agregada à Prima Primária, em Itu, São Paulo, e, a partir de então, tiveram elas notável crescimento em todo o País, quer em Paróquias ou em outros ambientes. Em 1927, iniciou-se o movimento federativo com a primeira Federação Estadual, em São Paulo. Em 1937, criou-se a Confederação Nacional com sede no Rio de Janeiro. Foi o Brasil, nesta época, o líder, em todo o mundo no número e crescimento de Congregações e Congregados. No jornal *O Nordeste*, a Congregação ocupava destaque quinzenal com página própria.

20 CANDAU, 2011, p. 150.

21 LINS, Lindercy Francisco Tomé de Souza. **Um dia, muitas histórias...** Trajetória e concepção do primeiro de maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo. Fortaleza: UFC, p. 111-112. 2006.

22 O modelo dos estatutos dos círculos operários teve por base os estatutos do Círculo Operário Pelotense. Seu objetivo é coordenar a atividade de seus sócios a fim de alcançar uma real elevação econômica, cultural e social das classes trabalhadoras. Constituem-se assim como uma organização de caráter econômico-social, e de direito civil, não sendo, portanto, associação de direito eclesiástico, como a Juventude Operária Católica (JOC). FONTES: BRANDÃO, B. **Movimento**; CÍRCULO OPERÁRIO. **Anual**; WIARDA, H. **Movimento**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>.

elemento fortalecedor das interações sociais, ao passo que pode significar segregações espaciais e sociais pela polarização das classes envolvidas. Sendo assim, as comemorações e celebrações são capazes de conectar grupos e classe por semelhança, onde o movimento coletivo festivo por meio da associação do Círculo Operário pode representar um importante elo de resistência e de afirmação da oposição à cultura dominante.²³

As representações do movimento dos círculos operários por meio das atividades culturais e sociais criam no imaginário do trabalhador a construção coletiva da identidade. Para a compreensão dessa interface de ligação entre o movimento circulista e o trabalhador, enquanto paládio dessa classe, recorremos a Roger Chartier (1988),²⁴ no intuito de desvendar os discursos intencionáveis e com práticas sociais imbuídas de autoridade velada nos ritos, festividades e associativismo.

As normas que regem os trabalhadores do COCSJ por meio de uma disciplina moral e de sua formação pautada em ensinamentos cristãos fazem parte de seus princípios norteadores, evitando que as famílias dessa classe possam seguir outras doutrinas religiosas. Aliados a esses princípios de caráter religioso e político, a Igreja e o Círculo Operário atuaram também nos aspectos sociais e culturais, numa provável tentativa de afastar esse trabalhador de atividades de lazer que o desviassem do seio católico.²⁵

Nas datas festivas, o circulismo cearense era sempre enaltecido com especial relevo para o fato de ter sido essa experiência, pioneira no Brasil. Assim, é que nas comemorações do aniversário do Círculo Operário de Fortaleza, em 14 de fevereiro, o orador oficial faz o histórico da agremiação, sem esquecer os agradecimentos a D. Manoel e o padre Guilherme Waessen, primeiro Assistente Eclesiástico deste Círculo e, na opinião de alguns, “o fundador do Círculo Operário mais antigo do Brasil”.²⁶

23 GODINHO, Paula. A celebração como mecanismo de reiteração de uma cultura resistente: o caso do Couço (1958-1962). In: **Etnográfica**. Lisboa: Centro de Estudos de Antropologia Social, v. 4, nº 1, p. 129-152, maio, 2000. Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N1/Vol_iv_N1_129-152.pdf

24 CHARTIER, R. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

25 LIMA, Ana Cristina Pereira. **“OBREIROS PACÍFICOS”**: O Círculo de Operário e Trabalhadores Católicos São José (Fortaleza, 1915-1931). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2009 (Dissertação de Mestrado em História Social), 2009.

26 SANTOS, 2007, p. 64.

Figura 1 - Representantes do clero e memória circulista, COSJ - homenageados das noites da Semana Operária de 1940



Foto 1 – D. Manuel; Foto 2 - Pe. Guilherme; Foto 3 – Sr. José Agostinho.

Fonte: Jornal *O Nordeste*, 14 fev. 1940.

As comemorações contaram com representações operárias das diversas categorias e sindicatos. Seus nomes provocaram efervescência nas noites com as temáticas e as reivindicações de luta. Cada grupo ou ala manifestava seus agradecimentos aos dirigentes do governo ou da Igreja. Contudo, os anseios contidos nos discursos desses operários durante a Semana, revelava a essência comemorativa por essa classe. No jornal, ilustraram as páginas nomes da classe clerical, representada na primeira imagem por D. Manuel, arcebispo metropolitano e fundador do Círculo Operário de São José e, na segunda, o jornal traz o padre Guilherme Waessen, primeiro assistente eclesiástico do Círculo Operário de São José. Entretanto, aparece uma terceira foto que estampa a saudosa memória da classe operária, representada pelo sr. José Agostinho da Silva, exercendo o cargo de presidente do Círculo de São José e responsável pelo seu crescimento.²⁷

Os ritos festivos consagravam a importância do movimento circulista para a classe trabalhadora. A semana que antecedia o 14 de fevereiro, data de fundação do Círculo Operário de São José, era repleta de ações com a participações de entidades católicas ligadas ao movimento e com categorias representativas e organizadas delegações das principais cidades do interior. O evento contava com ampla divulgação nos principais jornais do estado.

²⁷ *O Nordeste*, 15/02/1940, p. 1.

Figura 2 - Convite ao Operariado da Semana Operária



Fonte: Jornal *O Nordeste*, 01/02/1940.

O convite do evento trazia a posição de destaque do cinema na construção social desse trabalhador. Entre a programação do cinema da Semana Operária destacaram filmes direcionados às famílias operárias no cine São José. O cinema preenchia as intenções da Igreja em Fortaleza ao proporcionar o lazer ao trabalhador, assim como reafirmar os preceitos morais cristãos por meio da cinematografia. É preciso lembrar da consonância no ideário de censura que havia para os filmes durante o Estado Novo. Nesse sentido, os filmes passavam por uma apreciação prévia de assistentes eclesiais do circulismo, de forma a garantir a instrução das boas práticas católicas nessa semana tão importante para o operário.²⁸

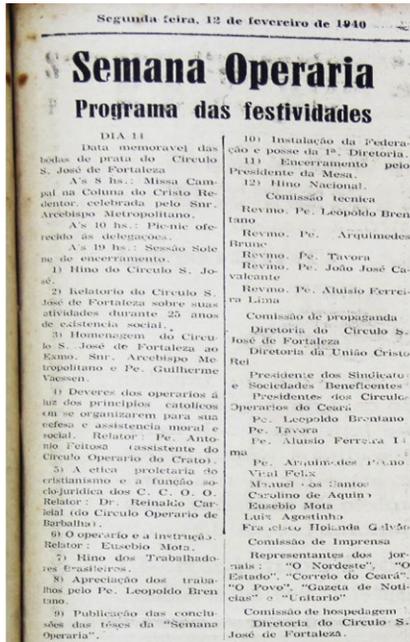
As diversas representações circunistas: pluralidade nas clivagens

Pensar o circulismo é pensar sua multifacetada formação social, de gênero, de espaço, entre outras tantas interfaces políticas e culturais. É assim que parecia tratar a agenda do Círculo Operário de São José ao homenagear as diversas categorias filiadas ao movimento. E para consolidar as análises das matérias do jornal, Chartier (2002) nos convida a “decifrar diferentemente as sociedades, penetrando o dédalo das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular [...] e

28 O CONVITE. *O Nordeste*, 02/02/1940.

considerando que não há prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações [...]”.²⁹

Figura 3 - Programação da Semana Operária em comemoração as Bodas de Prata



Fonte: Jornal O Nordeste, 12/02/1940.

As celebrações ocorreram no edifício do “Círculo”, na praça Cristo Redentor, apresentando uma pomposa ornamentação pela descrição do impresso. Representantes do Estado, do clero e das classes trabalhistas, além de sindicatos filiados ao Círculo da capital e do interior. Após o canto do Hino do Círculo Operário de São José, a celebração começa com pronunciamentos do padre responsável pelo evento, pe. Aluizio Ferreira, e em seguida, os padres de Pernambuco e da Paraíba homenagearam o evento. Por último, tiveram a palavra os representantes dos operários, o sr. Vital Felix, e o pe. Leopoldo Bretano, presidente da Confederação Nacional dos Operários Católicos. Em seguida, o arcebispo, D. Manuel da Silva Gomes, encerra a sessão abençoando os trabalhos. Após as manifestações dos representantes da mesa a orquestra do maestro Silva Novo e duas bandas de música - a do Círculo e a banda Mignone de Jardim - animaram a festividade.³⁰

29 CHARTIER, *Op. cit.*, p. 66.

30 *O Nordeste*, 15/02/1940, p. 1.

As leituras das atas e dos relatórios eram feitas durante as celebrações, destacando o papel do Círculo. No último dia comemorativo, 14 de fevereiro, foi lida a ata do dia da fundação do Círculo até a presente data. A leitura mostra que a associação socorreu 6.230 sócios, despendendo a quantia de 35:810\$000. Aqui demonstra o aspecto assistencialista da associação na aplicação de recursos, conforme está descrito no Estatuto.³¹

A fundação da Federação dos CCOO marcou o encerramento da Semana comemorativa, cuja diretoria foi constituída pelos operários Carolino Aquino, na função de presidente, que há 26 anos é associado ao COSJ; Francisco Chagas, secretário geral, e Vital Felix, que assumiu o cargo de diretor do Departamento de Sindicalismo.³²

A programação da semana operária tivera pautas que atendiam à diversidade não somente de acordo com organizações sociais prévias, mas identificadas a partir de códigos compartilhados, como é o caso da figura da mulher trabalhadora, que atravessa uma sociedade, dando sentido ao seu mundo.³³

Figura 4 - Semana Operária tem pauta dedicada às operárias



Fonte: Jornal *O Nordeste*. Fortaleza, 12 fev. 1940, p. 4.

Nesse aspecto, as homenagens às operárias marcaram o dia 11 de fevereiro de 1940 com a entrada dos representantes das diversas delegações operárias femininas. Após o cântico do Hino do “Círculo” e da leitura da ata e de telegramas, o sr. “Luiz Agostinho, 1º secretário da ‘Semana’, pronunciou em seguida sobre a significação do importante congresso, referindo-se por fim, a homenagem prestada naquela noite às mulheres operárias”.³⁴

Nos discursos da solenidade, os palestrantes homenagearam as operárias nos diversos campos simbólicos nos quais a mulher transmuta. Já que

31 *O Nordeste*, 15/02/1940, p. 1.

32 *O Nordeste*, 15/02/1940, p. 3.

33 CHARTIER, *Op. cit.*

34 *O Nordeste*, 11/02/1940.

a Igreja, Estado e a sociedade civil elaboram preceitos morais modernos, mas inculcados política e culturalmente, primeiro, vamos trazer uma rápida abordagem da condição da mulher na luta pelos direitos políticos e trabalhistas evidenciados no governo de Vargas, iniciando pelo direito ao voto no novo código eleitoral de 1932, quando a mulher começou a marcar presença na imprensa, abrindo passagem para uma reformulação dos direitos trabalhistas, como a conquista da licença maternidade, direito ao descanso para concessão do direito à licença-maternidade; proibição do trabalho da mulher grávida durante quatro semanas antes e após o parto; proibição do trabalho feminino em subterrâneos e outras atividades perigosas e insalubres; igualdade salarial para ambos os sexos, desde que no desempenho das mesmas funções.³⁵

Em segundo lugar, temos a Igreja, que enquanto defensora dos direitos dos trabalhadores, parecia ter ficado presa ao modelo eclesial, onde o modo de vida masculino e feminino deveria obedecer a uma hierarquia para não confundir os papéis e não permitir que o comunismo entrasse no cotidiano familiar e nas classes trabalhadoras. No entanto, o círculo operário atuou na fiscalização de direitos dessas classes. É preciso evidenciar que o poder da Igreja por meio do COCJS não está sendo minimizado ou romantizado, contudo, as práticas circunistas atuaram, segundo Lima (2009) a favor das discussões em torno de alguns direitos trabalhistas, como equidades e ganhos salariais e descanso semanal.

A fala da Ana Cristina Pereira Lima³⁶ é condizente com a do padre Jonas Barros, que ao elencar a valorização da figura operária em sua palestra para a “Ala feminina no círculo operário”, traz em sua fala a importância dessa categoria em constituir um núcleo feminino representativo naquele Círculo Operário, impondo a filiação da mulher operária ao círculo para a valorização e fortalecimento do movimento. A Ala compunha um movimento próprio, que mais à frente tornou-se de natureza sindicalizada, mudando a nomenclatura para Sindicalização Operária Feminina Católica.³⁷ Essa luta por adesões operárias ao movimento é percebida na matéria trazida pelo jornal por meio da fala da operária representante:

35 DECRETO nº 21.417A, 17/05/1932.

36 LIMA, *Op. cit.*

37 SANTOS, 2007.

Ouviu-se, após, a palavra entusiástica da operária Josefa Araújo, que teve expressões de homenagem àqueles que, pelo seu esforço e abnegação, tem concorrido para a manutenção da S. O. C. F.” Aproveitou a oportunidade para apelar para o Governo no sentido de que lhes sejam concedidos auxílios, sugestão que foi calorosamente aplaudida[...].³⁸

A fala da operária Josefa Araújo pode revelar o ponto ápice das representações, da simbologia e da memória coletiva aportadas no campo da Micro História. Mesmo não tendo acesso à narrativa produzida pela operária, é possível captar os anseios e a luta por meio dos escritos revelados no jornal. Seu pronunciamento é imbuído de trajetórias e de reivindicações documentadas, recuperando a memória coletiva do monumento.

Desse modo, problematizar os documentos ajuda a aglutinar múltiplos olhares, num *alargamento* que permite a entrada de minorias de trabalhadores, pois já não se sedimenta a história dos grandes homens.³⁹ É o caso da participação do operário Eusébio Mota na “Semana”, que trouxe como tema “O operário e a instrução”, condensando as principais aspirações do trabalhador cearense no setor educacional, onde é possível verificar a cobrança de uma política pública direcionada ao ministro da educação a favor dos filhos dos operários.⁴⁰

Para finalizar as diversidades categóricas de representações, transitamos pela agenda da “Semana Operária” e analisamos como fora pensada a programação que conecta o trabalhador, a trabalhadora e a família em signos culturais e sociais para fortalecer as matrizes cristãs. Cada elemento, como hinos, cinemas, teatros, palestras, homenagens e ritos imprimem as representações que os sujeitos constroem de si mesmos para outros numa construção do real, na medida que define as identidades.

Jovelina Silva Santos consegue trazer uma ampla dimensão da doutrina e costumes do Círculo Operário:

Ainda que os princípios doutrinários que integravam o projeto político pedagógico dos Círculos Operários fossem veiculados no material de propaganda e divulgação do ideá-

38 O Nordeste, 11/02/1940.

39 LE GOFF, *Op. cit.*

40 O Nordeste, 15/02/1940.

rio circulista, era através da vivência nas diversas atividades que eles assumiam os valores que davam substrato à prática circulista. Eram, portanto, as festas, as celebrações, as campanhas e os ritos que consolidavam os valores morais que preconizavam o projeto de recristianização dos trabalhadores. E por meio destas, o circulista construía seu referencial em relação a qualquer outra forma associativista.⁴¹

As diversas representações feitas dentro de um mesmo grupo atuam como verdadeiros códigos compartilhados e se inter cruzam nos campos simbólicos, entendidos aqui como o trabalhador e o círculo operário. A transcendência de identidades é construída no universo das sociabilidades, estabelecidas nas festas e nas (re) memorações na culminância do evento em que o COCSJ programou para o trabalhador e como uma espécie de auto condecoração.

Considerações Finais

Por mais que saibamos os interesses da Igreja em atrair fiéis trabalhadores, utilizando-se dos diversos artifícios que perpassam os perigos comunistas e cruza a linha do apadrinhamento das leis trabalhistas, é bem verdade que esse último mantivera suas propostas e diretrizes na defesa dessa classe na luta pelos seus direitos. Com seus esforços, o circulismo, embora tenha se esvaziado em décadas posteriores, cumpriu fielmente sua missão junto ao trabalhador, mesmo quando as alianças com o Governo pareciam estar solidificadas.

Contudo, essa luta não partia apenas da tutela do movimento operário, mas sim das diversas categorias que se filiavam e se abasteciam de uma autonomia política, ganhando fala e atos diante das representações. Dentro desse universo, as identidades vão se estruturando e coletivizando uma realidade social. Assim, as reivindicações trabalhistas partiam tanto dos próprios operários como daquele movimento que fortaleceu sua luta e historicizava suas memórias.

⁴¹ SANTOS, 2007, p. 151.

O delineamento da memória coletiva, a partir de relatos de trabalhadores, constitui os lugares simbólicos como as comemorações.⁴² Essas (co)memorações e (re)memorações remetidas pelo 25º aniversário do Círculo Operário de São José evocam simbologias não apenas de caráter político, mas das sociabilidades. As atividades festivas oportunizavam as práticas de lazer, promovendo o contato entre trabalhadores de diversos espaços, atuando nas políticas de identidades carregada pelas práticas, costumes que mesmo sendo a Igreja a porta-voz dos trabalhadores, estes conquistaram autonomia nas representações dos eventos circulistas.⁴³

Por fim, a promoção do calendário festivo do COCSJ “repousa numa comunidade de crenças que tem como objetivo seres imateriais; estas associações estabelecem entre seus membros laços invisíveis, e se interessam sobretudo pelo homem interior”.⁴⁴ Diante disso, é necessário que haja uma luta de preservação dessa memória, já que não está condicionada ao lugar, mas às construções sociais trazidas por essa Semana Operária, e que hoje, só nos resta reconstruir os escritos dissipados desses trabalhadores.

Fontes Impressas

CONVITE AO OPERÁRIO. *O Nordeste*, Fortaleza, 02 de fevereiro de 1940.

PROSSEGUEM, COM ÊXITO, OS TRABALHOS DA “SEMANA OPERÁRIA”. *O Nordeste*, Fortaleza, 12 de fevereiro de 1940.

PROGRAMAÇÃO DA “SEMANA OPERÁRIA”. *O Nordeste*, Fortaleza, 10 de fevereiro de 1940.

ENCERRROU-SE, ONTEM, A “SEMANA OPERÁRIA” COMEMORATIVA DAS BODAS DE PRATA DO “CÍRCULO SÃO JOSÉ”. *O Nordeste*, Fortaleza, 15 de fevereiro de 1940.

PROGRAMA DAS FESTIVIDADES. *O Nordeste*, Fortaleza, 10 de fevereiro de 1940.

42 LE GOFF, *Op. cit.*, p. 248.

43 LIMA, *Op. cit.*

44 HALBWACHS, *Op. cit.*, p. 139.

Terceira República (1945-1964)



Diversidade religiosa no distrito de Amanaiara - Reriutaba-CE

Francisca Andressa da Silva Rodrigues¹

Introdução

Este capítulo busca analisar a constante dinâmica das filiações religiosas no Brasil e entender o processo de desenvolvimento da religiosidade no distrito de Amanaiara, município de Reriutaba-CE.² A partir disso, é possível fazer reflexões sobre a diversificação religiosa, com um olhar analítico de características regionais e demográficas dessa pequena população com base na sua variedade, pois esta é de grande ajuda para compreender o curso de modificação na composição religiosa do Brasil.

Dessa forma, antes de discorrermos sobre a diversidade religiosa de Amanaiara e seus elementos culturais, buscaremos entender a origem da palavra “cultura”. Originalmente ela foi usada nas línguas europeias para significar o cultivo de algo, mais especificamente agricultura ou pecuária. Segundo John B. Thompson,³ esta concepção é do século XIX e seu significado acabou sendo estendido ao desenvolvimento humano. No entanto, se torna independente da primeira referência, e nos séculos seguintes é usado como sinônimo de “civilização”.

1 Acadêmica do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA.

2 Localiza-se na microrregião de Ipu, mesorregião do Noroeste Cearense, a população total do município é de 19.460 habitantes, e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) municipal é de 0,653, de acordo com a última estimativa do IBGE. Sua área é de 383,119 km², representando 0.257% do estado e 0.0257% de toda a região. Veja mais em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/teriutaba/historico>.

3 THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.

A mudança decisiva aconteceu no fim do séc. XIX, com a incorporação do conceito de cultura à nova disciplina emergente=antropologia. [...] O estudo de cultura estava agora menos ligado ao enobrecimento da mente e do espírito no coração da Europa e mais ligado à elucidação dos costumes, práticas e crenças de outras sociedades senão as europeias.⁴

Portanto, o termo descreve o desenvolvimento das pessoas de índole refinada e ordenada, tornando as pessoas “cultas”, daí nascendo uma “civilização”, melhorando as qualidades físicas e intelectuais, através das obras de ensino e artísticas, opondo-se assim a selvageria à barbárie. Vale ressaltar que no senso comum a palavra costuma carregar esse significado ainda hoje. Em outras palavras, “cultura” é a forma como uma pessoa se relaciona com a sua realidade, considerando seus valores simbólicos e as diferenças desses valores de povo para povo, de nação para outra, de acordo com a história-sociedade em que se encontra.

Em complemento ao argumento anterior, FERRETI nos fala que:

A cultura popular se exterioriza em grande parte através de festas religiosas. As festas religiosas populares são ocasião para o pagamento de promessas e momentos de lazer em que se desenvolvem laços de solidariedade nos meios populares. A festa religiosa ocorre em determinados momentos do calendário da comunidade e se repete periodicamente. Constitui oportunidade para expressar a capacidade de organização, a criatividade popular, à devoção, o lazer e para se constatar o sincretismo religioso. Nas festas a comunidade se revitaliza, se recria, se encontra e se vê como um todo. Em algumas regiões como no Nordeste do Brasil e no Maranhão as festas populares são importantes e freqüentes, ocorrendo ao longo de quase todo o ano civil. [...] As festas constituem elemento básico para se compreender o simbolismo e a mentalidade popular. Para entender sua continuidade nos dias, atuais é importante conseguir informações sobre a presença de festas com participação popular em alguns momentos da história da região. [...] Considera

4 *Ibidem*, p. 170.

religião e festas, tema fundamental na sua vida diária, como se pode constatar na realidade cotidiana destas populações.⁵

A religião, por sua vez, tem uma grande influência humanitária, não somente como um sistema de ideias, mas como uma conexão exata e eficaz, como um sistema de forças, pois há intermediação entre as relações humanas envolvendo toda a comunidade. Assim se fez com que ideais provindos da Europa, mais precisamente da Revolução Francesa, que se baseava em um conceito de liberdade e igualdade, logo seria de grande impacto para o país e outras nações, servindo de modelo de organização nova do Estado e sociedade no início do século XIX.

Conforme a História nos repassa, tais ideais individualistas, democráticos e com um teor republicano foram acesos pelos clarões do Iluminismo e dão forma e consistência aos traços ainda não vistos para a noviça República que surge na América do Norte no entardecer do século XVIII.

Mas, para garantir o sucesso na decisão a se tomar, o indivíduo recorre ao uso da liberdade, uma condição que indefere qualquer ser vivo a um grau de interdependência na qual não se tem bloqueio de uma força moral ou física. O crítico suíço literário, historiador da filosofia, Jean Starobinski, em seu livro *A Invenção da Liberdade (1994)*⁶ faz com que entendamos a complexidade da gênese ideológica da Revolução Francesa, usando um imaginário estético que nos fala que o século XVIII inventa a liberdade e seu conceito, porém não se pode fazer uso total dela, na qual feitas tais tentativas fracassadas e outras até triunfantes estariam modestamente reservadas para novas experiências do século seguinte. Usando tal denominação, o efeito da liberdade se torna propício principalmente em um novo mundo chamado Brasil, este que se tornará cenário de experiência para múltiplas religiões durante todo o século XX.

5 FERRETTI, S. F. Religião e Festas Populares. In: XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas en America Latina, 2007, Buenos Aires. **Anais da XIV Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina**. Buenos Aires: Centro Invest. Etnograficas Univ. Nac. San Martin, 2007, p. 1-2.

6 STAROBINSKI, Jean. **A Invenção da Liberdade**. São Paulo: EdUNESP, 1994.

Brasil e sua identidade

Ter sua própria identidade é quando se refere à criação de um significado único que damos a nós mesmos e aos nossos relacionamentos individuais, que criamos com o mundo em geral. É notório que o Brasil possui como uma de suas características ser um dos países mais desiguais do mundo, mantendo um grau de nivelação inexistente em distribuição espacial, gênero e raça; mas que apresenta um resultado de diversos acontecimentos históricos que contribuíram para sua identidade: deixou de ser colônia, aboliu arduamente a escravidão, derrubou o regime monárquico e implementou a República, que em suas fases distintas promoveu modernização, logo após tivemos industrialização e urbanização, isto tudo sem mudanças incontestáveis na religião católica, pois recebeu de uma forma totalmente conduzida e obrigatória das mãos dos portugueses em 1500. A religião hegemônica prevaleceu inatacável do poder majoritário por cerca de 500 anos.

Durante o período chamado Idade Média, os ateus eram raros. Eram tão poucos que não ser religioso era quase como ser considerado portador de uma doença contagiosa, tendo de viver escondido. Muitos que revelaram que os não cristãos foram queimados na fogueira para não poluir a conduta dos inocentes cristãos. Porém, com o avanço da ciência, o universo começou a ser definido de acordo com o ceticismo e o feitiço foi quebrado. Assim, uma pessoa sem religião não é mais considerada um paradoxo.

No entanto, a hegemonia religiosa da Igreja Católica Romana nos tempos imperiais, que tinha o privilégio da religião estatal, não era pacífica. Embora hegemônica, teve de passar a conviver com outras religiões concorrentes, pois se viu repreensiva em seu território gradualmente, sendo alvo de outras religiões, principalmente por sua maior rival, o grupo religioso provindo da Reforma Protestante. Destes, o que mais perturbou não foi tanto a conquista dos seguidores de seu rebanho, mas a série de novas ideias que carregava, pois o início da República trouxe de tudo um pouco, de denominações protestantes históricas ou tradicionais, algumas com um desenvolvimento completo em manter seus princípios em um novo espaço.

Outro abismo religioso foi aberto pelo surgimento do espiritismo no Brasil, vindo da França na segunda metade do século XIX, sensibilizando algumas elites por suas ideias religiosas racionalistas e evolucionárias, e de-

pois, com uma fortaleza do pensamento liberal, popular, filosófico e científico relacionado aos mandamentos morais cristãos sintetizados de Alan Kardec,⁷ em geral entre os membros da alta sociedade brasileira.

Não é habitual um país ter sua religião consideravelmente mudada. Por exemplo, no continente europeu, a Turquia se modernizou, mas não abandonou ideais mulçumanos, a Rússia, após viver uma grande revolução e acontecimentos sangrentos, não deixou de ser católica ortodoxa. A América Estadunidense foi palco de imensas transformações sociais e econômicas, mas continuaram predominantemente protestantes, e por fim no continente mais populoso e de maior extensão territorial, sobretudo no Japão, que mudou inteiramente seu modo de viver após a revolução Meiji, não alterou sua doutrina religiosa. E assim por diante.

O corpo social brasileiro foi profundamente marcado por ações, ensinamentos e dogmas católicos da Igreja Apostólica Romana. Nestes últimos 200 anos, o Brasil passou gradualmente por intensas e variadas transformações de cunho social, mas a religião herdada dos colonizadores lusitanos se manteve presente no cotidiano da maioria da população.

O Brasil é considerado o maior país católico do mundo entre os dez maiores países do globo terrestre, e que se continuar mantendo tais tendências deve deixar de ser em pouco mais de vinte a trinta anos um país com fortes mudanças de hegemonia católica, sem batalhas sangrentas e sem traumas, mas não será uma revolução silenciosa, se impondo que na concepção de que sua crença terá suas concordâncias na sociedade.

Amanaiara e sua doutrina religiosa

Ser visto auxiliando nos trabalhos da Igreja garante o *status* de uma pessoa considerada firme em suas práticas, com uma vida fundamentada na fé e devoção ao Santíssimo e/ou padroeiro, que no caso de Amanaiara, é São José o santo que roga e protege. O distrito recebeu três denominações ao longo de sua história: *Lago do Mufumbo*, *Sinimbu* e *Amanaiara*. O primeiro nome, Lago do Mufumbo, foi associado à presença significativa da plan-

⁷ Influyente autor, educador, e tradutor francês. Hippolyte Léon Denizard Rivail sob o pseudônimo de Allan Kardec notabilizou-se como o codificador do espiritismo. Disponível em: https://www.ebiografia.com/allan_kardec/. Acesso em: set. 2022.

ta característica da caatinga, mofumbo, na localidade.⁸ Já o nome *Sinimbu* deveu-se à locomotiva de mesmo nome que primeiro passou pela comunidade. Embora Sinimbu signifique “*pequeno vilarejo*” em tupi-guarani, a máquina em questão foi uma homenagem a João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que na época da fundação da Estrada de Ferro de Sobral era presidente do Conselho de Estado.⁹

O memorialista local, Francisco José Neto, rememora a seguinte história, segundo as narrativas dos moradores mais antigos de Amanaiara:

[...] pois naquele tempo existia muita locomoção por parte dos índios em regiões próximas à serra da Ibiapaba, inclusive em nossas terras vizinhas: Santa Cruz (atual Reriutaba), Pires do Ferreira (atual cidade de Pires Ferreira), Terra da Índia Tapuia (atual distrito de Tapuio em Cariré) e Cachoeira de Ipu, dali iam para os outros estados como andarilhos.¹⁰

Segundo Oliveira,¹¹ posteriormente a localidade passou a chamar-se Amanaiara, também uma palavra oriunda do tupi-guarani, com tradução livre de “terras das chuvas”.¹² Popularmente, sem levar em conta o caráter toponímico, Amanaiara foi e é muito conhecida como a “Terra do já teve”, expressão que significa, em resumo, tudo o que se desenvolve ou já desenvolveu a “cidade” acabou por ter fim, “pois tudo nela já teve bem dizer foi uma cidade por 24 horas”.¹³

8 Mofumbo (*Combretum Leprosum*) é uma **árvore brasileira nativa da caatinga, no Nordeste, desde o Piauí até a Bahia, e no Pantanal Mato-grossense** (nos cerradões e matas semidecíduas). O nome mofumbo é comum no Nordeste. No Mato Grosso do Sul é conhecida como carne-de-vaca. Fonte: <https://www.raizerplantasparaabelhas.com.br/mofumbo-combretum-leprosum-melifera-e-medicina>. Acesso em: 13 out. 2022.

9 João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (1810-1906) nasceu em São Miguel dos Campos, Pernambuco, e faleceu no Rio de Janeiro. Político da ala liberal no Império, ocupou diversos cargos políticos e exerceu a magistratura. Governou as províncias de Alagoas e Bahia. Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Lins_Vieira_Cansan%C3%A7%C3%A3o_de_Sinimbu. Acesso em: 13 out. 2022.

10 Francisco José Neto, 50 anos, autônomo. Entrevista realizada pela autora em Amanaiara em out. de 2021 em sua residência.

11 OLIVEIRA, Francisca Nayara de. **A História de Amanaiara Através das Memórias de seus Moradores**. 2012 31 fls. Trabalho de Conclusão de curso em História. Instituto de Estudo e Pesquisa Vale do Acaraú-IVA.

12 *Ibidem*.

13 Francisco José Neto, 50 anos, autônomo. Entrevista realizada pela autora em Amanaiara em out. de 2021 em sua residência.

Nas entrevistas concedidas foi possível compreender que o desenvolvimento do distrito foi grande, mas de pouca duração, pois a maioria dos empreendimentos instalados se tornam desinteressantes para o público depois de momentos da inauguração, e com isso a freguesia foi ficando pequena e o negócio local foi correndo o risco de fechar as portas e ser levado à falência, conforme é relatado abaixo por um dos nossos entrevistados:

[...] se Amanaiara tivesse agora tudo que já teve era uma outra cidade bem mais avançada que a própria Reriutaba, já teve feira livre que tinha tudo pra vender, uma fábrica de algodão e nesta época não havia tanto desemprego, mas como meio de sobrevivência tinha as chapeleiras, tinha a venda de chapéus de palha que as mulheres ficavam até altas horas da noite fazendo os chapéus pra depois vender e ir pra Princesa do Norte no trem de passageiros e cargas; tinha Teleceará, um posto do Banco do Brasil, duas serrarias, casa paroquial com freiras e dois padres, vários pontos de comércio como o do Neném Monte, delegacia, uma cadeia pública, um cartório onde se realizava casamentos e tirava as certidões de nascimento, três colégios (um estadual com professor do estado, municipal e particular), duas farmácias, duas lojas de tecido, duas padarias, um correio, já teve o mercado público com bastante movimento, dois matadouro de bois, uma rádio, dois hotéis, sorveteria, o clube e lar da juventude, que era um ponto de lazer de várias famílias e de jovens, tinha como tradição o chitão e as festas concludentes, teve também a parada de 7 de setembro, uma das maiores comemorações da região, e o tríduo de São Francisco também [...].¹⁴

Em adição às informações da fala anterior, o entrevistado menciona que Amanaiara já foi município. Por força da Lei Estadual n.º 6.964, de 19 de dezembro de 1963, desmembrou-se do município de Reriutaba. Mas, por dificuldades de desenvolvimento no novo município, foi regida uma nova Lei Estadual n.º 8.339, de 14 de dezembro de 1965,¹⁵ a partir da qual o município de Reriutaba readquiriu o extinto município de Amanaiara como distrito. Por isso o ditado denominando a antiga cidade de “Terra do já teve”.

14 *Idem.*

15 Dados obtidos através do site: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/riutaba/historico>. Acesso em: set. 2021.

Portanto, o processo de emancipação e a volta à condição de distrito de Amanaiara ocorreu no contexto em que o país passava por grande ebulição política, que marcou a Terceira República. Talvez numa pesquisa posterior se possa compreender como os efeitos do Golpe de 1964 possam ter influenciado na anulação da condição de município de Amanaiara. Por enquanto, nosso foco é a diversidade religiosa presente no lugar.

A diversidade religiosa em Amanaira

No distrito, no eixo católico existe a festa do padroeiro São José, bem aclamada e recebida pelo povo, quando fiéis de todos os locais se fazem presentes em seus dez dias de festejos. A capela é considerada uma das mais lindas da paróquia e está localizada na Rua Santa Isabel, nº 457, defronte da Praça Vicente Pinto de Mesquita.¹⁶

Os fiéis acompanham tudo que podem, com força na fé de conseguir alcançar as graças pedidas. Vicente Eufrásio, um membro importante e presidente do Apostolado da Oração, tece grandes elogios sobre a organização da capela de São José, conforme destaca neste comentário a seguir:

[...] A organização da capela de São José é bem organizada. É administrada pelo pároco e um grupo de ministros. As pastorais são bem distribuídas: a catequese de primeiras Eucaristias, o terço dos homens as segundas feiras, o terço das mães que oram pelos filhos as terças feiras, terço das crianças as quartas feiras, ministros Extraordinário da Sagrada Comunhão, Apostolado da oração, Pastoral do dízimo, do canto, da liturgia. As missas acontecem aos domingos ou quando necessário.¹⁷

No mês de janeiro há reuniões com grupos do clero, corpo diretivo e alguns membros da comunidade para definir o tema e o subtema da festa. Em fevereiro, são realizadas celebrações no entorno da Igreja e nas ruas de Amanaiara. A comunidade é dividida em setores como o Centro, Bela Vis-

16 Foi um importante político de Amanaiara, que ganhou essa homenagem para nomear a praça da capela.

17 Vicente Eufrásio Cordeiro, teólogo, historiador especialista em história geral, escritor amanaiaense. Entrevista realizada pela autora em Amanaiara em set. de 2022 em sua residência.

ta, Mangueira I e II; Santa Rita I e II; São João; 19 de março, do Campo, sendo cada setor coordenado por um grupo de ministros, incentivando assim a comunidade a participar da festa de seu santo. No dia 19 de março acontece o momento mais esperado pela comunidade cristã e voluntários devotos, que são pessoas da própria comunidade, ou das regiões adjacentes, organizados em pastorais de São José. A festa acontece com a procissão final nas ruas do distrito, a passeata da banda de música e, logo depois, fechando, a missa de encerramento com a equipe do coral com o cântico do padroeiro. Por questões culturais, há uma harmônica recepção com a maioria da comunidade.

Até o desenvolvimento do pentecostalismo, os protestantes geralmente se referiam a si mesmos como “crentes” e, portanto, também eram reconhecidos externamente. Como pentecostais adotaram o mesmo título, protestantes tradicionais começam rejeitá-lo por causa da dissidência e, talvez ainda mais, porque pensaram neles como símbolos de atraso religioso. O nome “crente” é ordenado principalmente entre os especialistas da Assembleia de Deus e da Igreja de Cristo no Brasil, mas do uso de senso comum, o indivíduo que segue o protestantismo é chamado por “crente”. Atualmente, todos os protestantes usam a denominação “evangélico” e eles mesmos o aceitam.

Na religião protestante temos várias igrejinhas espalhadas com seus respectivos pastores. Destacaremos duas, pois sua regência é feita por filhos amanaiareses. As demais igrejas e pastorados são de organização do distrito sede de Reriutaba. Com um maior público temos a Convenção Batista Nacional (CBN), que representa um grupo de aproximadamente 2.700 igrejas com mais de 400.000 membros que se reúnem em espírito de comunhão e cooperação com uma doutrina comum, visão compartilhada e estrutura organizacional.¹⁸ Seu ano de fundação foi 1967 como uma organização para a Renovação Espiritual das Igrejas Brasileiras, sob a orientação de brasileiros, daí a escolha do nome nacional. A missão é de ser uma igreja saudável, centrada em Cristo, conduzida pela Palavra, frutificando e refletindo a imagem do Senhor Jesus Cristo em nossa atitude de cuidar uns dos outros e expandir o reino de Deus. O logotipo incorpora os elementos

18 Dados obtidos através do site: <https://cbn.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em: set. 2022.

básicos da CBN: Revitalização, Atividades, Cooperação e Unidade na Diversidade, sob regência do Pastor Gonçalo Avelino.¹⁹

A respeito da organização do seu templo espiritual o pastor Gonçalo nos repassa que se localiza na Rua São Vicente de Paula, SN; os cultos acontecem sempre às 19 horas, divididos em quatro dias semanais: segunda, quarta, sexta e aos domingos; cada dia com seus propósitos iniciais, sobretudo a aproximação de sua fé ao Cristo, incluindo outros departamentos que são exercidos na igreja: Nossos cultos: Segunda culto nos lares, Quarta culto de oração, sexta Estudo Bíblico e Domingo culto de celebração, todos os cultos às 19h; Temos uma Banda Verdade e Vida e Departamentos de Homens, Mulheres, Jovens e Crianças.²⁰ Outras atividades são desenvolvidas em sua base missionária localizada na Rua Raimundo Chaves, SN, nas quais, reuniões e comemorações, tendo um trecho gramado ao ar livre que até casamentos e suas recepções já aconteceram neste espaço.

Posteriormente temos a igreja Assembleia de Deus. Em si, segue sendo a maior representante e bem intensa no mundo dos protestantes, sua mensagem é levar às pessoas que Jesus salva, cura, batiza com o Espírito Santo e em breve voltará. A fundamentação da igreja é sucesso na divulgação do Evangelho através do uso de novas tecnologias para levar as pessoas a um encontro pessoal com Cristo (Evangelho), a crescer na fé e comunhão (Correção), à liderança (Empoderamento) e a pleitear e testemunhar a Palavra de Deus para alcançar outros (Extensão) no Brasil, para outros países e regiões que falam português e para comunidades lusófonas que estão espalhadas em vários países do mundo, até os confins da terra. A igreja se posiciona como uma congregação de fé, serviço e adoração cujo objetivo principal é proclamar o Evangelho de Cristo e promover o povo de Deus espiritual, moral e socialmente.

A Igreja Assembleia de Deus, antes chamada de Templo Central (1995), antiga igreja localizada próxima à CE-329, trecho que liga Amanaiara em direção a Cariré, e seu novo prédio fica localizada na Rua Bela Vista, SN, que, segundo o pastor regente, obteve muitas modificações, desde o novo

19 Gonçalo Avelino de Souza, 66 anos, aposentado e exercendo o Pastorado, Bacharel em Teologia e Docente Superior, entrevista realizada pela autora em Amanaiara em set. de 2022 em sua residência.

20 Pastor Gonçalo possui uma Associação em Reriutaba, UNIER - União das Igrejas Evangélicas em Reriutaba. Entrevista realizada pela autora em Amanaiara em set. de 2022 em sua residência.

endereço. Quanto ao número de frequentadores de 2008, seu ano de ápice aos dias atuais, conforme explanado, os dias de culto não possuem um padrão como as outras instituições, objetivando tornar algo mais livre para novas participações de pessoas próximas ou de outra cidade e até outros pastores para pregarem o evangelho. Na igreja, os encontros acontecem às terças,²¹ quintas²² e domingos,²³ com início às 19 horas e finalizando no máximo às 20 horas e 30 minutos, por questões de segurança pública e de saúde dos fiéis, pois com a crise da pandemia de Covid-19, enfrentou algumas adversidades, como evasão das atividades e financeiro em queda, sob regência do Pastor Ribeiro, que faz o seguinte comentário sobre posições estruturais de sua igreja:

[...] A Assembleia de Deus em geral é basicamente o mesmo de outras igrejas irmãs, tem uma hierarquia, começa com o pastor, vai para o evangelista, presbítero, diácono, auxiliar de trabalho, e entre esses aí tem o missionário. A autoridade máxima de uma igreja depois de Jesus, é o próprio pastor, não temos bispos, cardeais e etc. Sendo assim o pastor é a autoridade máxima e ao mesmo tempo é o mínimo, como pode se entender isso, pois quando você vai ao culto, se senta, e ele vai orar, cantar, pregar o evangelho, e você automaticamente vai só engolindo as informações, exerço esse papel com muito orgulho a quase 30 anos de pastorado, passando muito vezes em Rio de Janeiro e São Paulo. Sinto-me satisfeito em saber que eu e minha família fizemos um grande feito aqui, pois fomos os percursores assembleianos com mais de 80 pessoas em cada culto, em que na nossa pequena igreja em que nem tinha lugar para tanta gente [...].²⁴

21 Aqui são repassadas as orientações gerais, tratamentos de vivência na sociedade, pregação do evangelho etc.

22 Culto público, onde é dada abertura aos evangélicos e visitantes a falarem sobre algum testemunho, pregarem suas orações, mas tudo isso acontece com a presença do pastor, para que não venha acontecer nenhum desentendimento.

23 Pregação do evangelho, porém no primeiro domingo do mês é feito o culto da ceia, em que são comemorados os ensinamentos e vida de Cristo.

24 Antônio Osdilio Ribeiro, 54 anos, exerce o Pastorado há 26 anos, é Bacharel em Teologia e possui pós-graduação Lato Sensu em Aconselhamento e Psicologia Pastoral. Entrevista realizada pela autora em Amanaiara em set. de 2022 em residência.

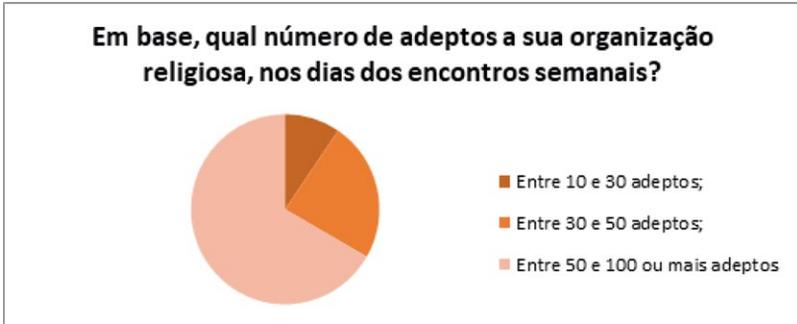
É argumentado na entrevista realizada que, embora atualmente seja uma das muitas denominações dedicadas a levar crianças, jovens e adultos a Cristo, os primeiros missionários da igreja saíram em campo sem credenciais para demonstrar sua chegada às atividades do país, e somente pela fé seu projeto pôde ser executado, sem qualquer apoio logístico, isto com o uso da palavra, pelo fato de levar boas novas ou boas notícias ao nosso próximo, pois com a orientação do pastor traz esperança, paz, e que faça ter uma visão de mundo com mais entendimento e aceitação, como se comportar em meio à sociedade e na família, como tratar as pessoas, agradar a Deus dentre muitos outros aspectos.

Portanto, a intenção da Assembleia de Deus é aproveitar suas experiências durante as missões que caracterizam suas origens e atendem à aparente necessidade de organização e apoio, se torna assim capaz de reconhecer que a Assembleia de Deus não é a única igreja, pois o mais importante é manter sua fé viva em sua própria igreja, e esta não é material, e sim espiritual. Destaco aqui um dos comentários feitos pelo irmão evangelista e muito presente nos cultos, Vicente Flávio.

[...] A igreja funciona como uma empresa de ônibus funciona tanto cheia, lotada de passageiros, pois nem sempre o ônibus vai lotado, às vezes ele vai com duas ou três pessoas, mas tem que praticar a sua via. O evangelho funciona assim como uma grande rede, vai sendo agregado, anunciado e as pessoas vão aderindo, vão aceitando Jesus, mas, por exemplo, os jovens vão aos poucos deixando de frequentar, pois precisam trabalhar, algumas famílias se mudam, e não se fazem tão presentes na igreja onde puderam se identificar, mas mesmo assim há um público favorável que faça acontecer as atividades da igreja que vai se movendo junto com os departamentos da igreja sendo eles os das crianças, jovens, mulheres, homens e etc. Conforme é nos dito em 1 Coríntios 3:16-17, que: Não sabeis vós que sois o templo de Deus e que o Espírito de Deus habita em nós? Se alguém destruir o templo de Deus, Deus o destruirá; porque o templo de Deus, que sois vós, é santo. E isso nos faz refletir em que somos o nosso próprio templo [...].²⁵

25 Vicente Flávio Ribeiro. 51 anos, autônomo. Entrevista realizada pela autora em Amanaiara em set. de 2022 em residência.

Uma pequena pesquisa realizada entre membros importantes de cada comunidade de oração aponta que o seu público de fiéis varia entre 50 a 100 ou mais adeptos nos dias dos encontros semanais, e isso retrata uma boa frequência religiosa e uma fé bem viva.



Como religião fundamentalmente espírita temos a Umbanda, uma doutrina que apesar de possuir no Brasil cerca de 400 mil seguidores, é vista com maus olhos e com pouquíssimos centros de encontro, na qual pais e mães de santo se sentem até intimidados em expressarem sua fé em meio a tanta intolerância religiosa de seres que se dizem humanos e racionais, mas que condenam outra forma de adoração a um divino superior, pois há muitas pessoas que antes de conhecerem a religião expressam uma visão negativa em relação a ela. Em Amanaiara, a visão preconceituosa de algumas pessoas não é diferente, mas não impede que os adeptos da religião de matriz africana manifestem sua fé. Destacamos aqui um pai de santo dentre outros quatros precursores da Umbanda, por este ser bem receptivo e procurado por seus ideais religiosos por pessoas do município e localidades vizinhas, e sempre está disposto a falar sobre sua religião a quem o procura em busca de mais conhecimento a respeito. Falamos de Francisco José Neto, que responde quando perguntam o porquê de não ter um centro umbandista no distrito: “Não tenho ponto certo de exercer minha fé, posso trabalhar em casa, na sombra de uma árvore, na mata, na calunga,²⁶ ou no meio da rua, meus orixás estão comigo do raiar ao pôr do sol”.²⁷

É de fato interessante e encantador ter uma prosa com este mestre, que teve bastante preparo na Comarca do Castelo do Piauí, onde foi

26 Denominação usada pelos umbandistas para se referirem ao cemitério.

27 Francisco José Neto, umbandista, em conversa informal com a autora.

autorizado o seu desenvolvimento de Umbanda aprovado pelos trabalhos de candomblé pelo senhor bacharel, Francisco de Oliveira Pinto, que representa essa comarca, por linha conseguida por orixás, territorialmente reconhecida pela comarca de Castelo A1, com aprovação do Grau 33 da irmandade das umbandas da cidade de Castelo no Piauí. Em sua declaração, emitida pelo Castelo A1, permite ao senhor Francisco o direito de exercer a Umbanda de Candomblé territorialmente em todo o Brasil. Portanto, com autorização do senhor bacharel representante da comarca, pelo senhor Pajé da tribo Saperê Maué, e pelo maior pai de santo do Brasil e seu mentor, senhor Bitá do Barão,²⁸ grande nome e precursor da Umbanda na cidade de Codó, no Maranhão, Francisco José Neto exerce sua religião.

A palavra “umbanda” pertence à palavra Kimbundu de Angola, que significa “a arte de curar”; baseia-se em três conceitos básicos: luz, caridade e amor. É de fato uma religião nacionalista que se adapta a cada dia pela população e que vive um momento histórico social de aceitação, e ainda se constrói através da diversidade rica em cultura, pois contém uma porcentagem de ideias do Candomblé afro-brasileiro, dos nativos do país, do Kardecismo francês e, como cereja do bolo misto, tem o sincretismo com a Igreja Católica.

Em seu universo, acredita na existência de um Deus onipotente, que pode ser chamado de Olorum, Zambi, ou mesmo Deus, onde, como na Igreja Católica, não tem representação visível. Mas não é respeitado por seitas, seu trabalho é apenas criar o mundo e as fundações religiosas. Somente os que estão abaixo dele são adorados, pois são eles que se comunicam com ele. Os cultos baseiam-se na incorporação, em que o médium se dirige até a mesa central,²⁹ chama suas entidades através dos pontos³⁰ cantados, logo os espíritos são cultuados e prestam auxílio aos adeptos que recebem instruções dos guias. Estas entidades se dividem em diversas linhas e falanges, podendo se representarem como caboclos, pretos velhos, erês, exus e pombas giras que trabalham sem distinção com o bem e o mal.³¹

28 O babalorixá Wilson Nonato de Sousa, conhecido como Bitá do Barão, de origem codoense, ganhou fama mundial, atraindo políticos e artistas famosos.

29 Onde estão firmadas velas brancas e coloridas acesas com as intenções dos consulentes, imagens das entidades moldadas em gesso e outros itens para uso na gira.

30 Os pontos são cantigas cantadas que servem para louvá-las, chamar e despedir das entidades e suas linhas, e que podem ser acompanhadas pelo instrumento musical atabaque.

31 Na umbanda não existe essa divisão entre o bem e o mal, como a visão de mundo dos católicos. Para eles, o bem e o mal andam de mãos dadas, pois um é o complemento do outro.

Nesta perspectiva, os orixás são uma analogia aos santos. Nesta visão, os orixás se tornam mais próximos das pessoas do que de Deus e que se tornam mediadores entre o profano e o sagrado. Segundo Renato Ortiz, “Assim, a possessão é a principal característica do culto, que permite a descida dos espíritos do reino da luz, da corte de Aruanda,³² subindo a serra dos homens”.³³

Considerações Finais

Embora não seja mais a religião do Estado, a Igreja Católica Romana continua com dominação em todos os aspectos, de fato, na vida no Brasil, não tendo perdido o papel formal de seu poder religioso. Então ela continuou com autoridade em assuntos de interesse na vida do país, sejam políticos, econômicos ou morais, seu clero é livre para intervir na conduta dos cidadãos, mas que apesar do conceito de pluralidade de religiões, a doutrina católica é ainda majoritariamente a religião dos brasileiros. Um exemplo de sua grande predominância é o uso do calendário anual religioso católico e de como é inserido na legislação do país com meses que atribuem nomes que dão alusão a imperadores romanos, e o calendário obriga membros de outras religiões – evangélicos e umbandistas – a observarem festas e feriados que acabam por não fazerem parte de sua devoção.

A diversidade religiosa pertence a uma fusão de diferentes culturas com uma base cultural mais ou menos consolidada. No período colonial no Brasil, a cultura portuguesa e religião cristã popular com adição de festas, e um certo fatalismo mouro, costumava ir substituindo as religiões indígenas, mais panteístas do que fetiches, depois fascinar as religiões africanas, reduzindo seu espaço, forçando-as a tomar a forma de sincretismo. Então, com base cultura ibérico-católica-pop, estabeleceu-se uma cultura festiva, mágica e fatalista, e que começa a regular todas as formas de religião, exceto a do seu conquistador em solo brasileiro.

32 Como é chamado o céu onde vivem os orixás.

33 ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**: umbanda e sociedade brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Quarta República (1964-1985)



Apropriação e recepção das ideias feministas como forma possível de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1975-1980)

Francisco Guilherme Silva Oliveira¹

É difícil estabelecer uma definição precisa do que seja feminismo, pois este termo traduz todo um processo que tem raízes no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.²

Introdução

Durante 21 anos, o Brasil vivenciou um de seus momentos históricos mais sombrios, ocasionando reflexos para o cotidiano de milhares de brasileiros que perderam a liberdade de expressão durante esse período. A ditadura civil-militar teve como principal objetivo a construção de um sistema autoritário, que visava a participação dos militares em cargos administrativos, reduzindo de maneira efetiva o posicionamento político da população, utilizando a violência, a censura e o exílio como ferramentas de controle social e para a garantia de uma continuidade de governo.

1 Acadêmico do Curso de História, na Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, e estudante-pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Gênero e América Latina - GEHGAL. E-mail: guilhermesilvagt21@gmail.com.

2 ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é Feminismo**. São Paulo: Brasiliense/Abril Cultural, 1985, Coleção Primeiros Passos 20, p. 7.

Pode-se analisar a ditadura como uma resposta contrária ao sistema democrático, embora sua concretização só tenha sido possível a partir do apoio das massas, como forma de validação política. Com a implantação do sistema autoritário, a sociedade sofreu consequências significativas, sua estruturação mudou drasticamente a partir das desigualdades sociais influenciadas pela ascensão capitalista. As autoras Amelinha Teles e Rosalina Santa Cruz Leite analisam a mudança da sociedade no período da ditadura, no seguinte trecho:

A ditadura investe no crescimento acelerado do capitalismo e do setor da indústria, se até o golpe de 1964 dois terços da população brasileira viviam na área rural; logo em seguida, esta situação se inverte. Com o operariado submetido ao arrocho salarial, aos acidentes de trabalho cada vez mais numerosos e as péssimas condições de vida, o país avançou de maneira fantástica para a expansão capitalista, tornando a oitava economia mundial. As capitais brasileiras começaram a receber, sem a infraestrutura necessária um contingente de massas provenientes do campo que passou a procurar constantemente as cidades para garantir a sua sobrevivência. Cresceram as periferias e subúrbios, favelas e cortiços.³

Com esses fatores, as divisões sociais foram acentuadas pela perspectiva econômica, construindo a insatisfação de boa parte da população, que sofria no cotidiano com a inflação, desemprego, jornada altíssima de trabalho, péssima remuneração e violência. Não faltavam fatores para o descontentamento. Em meio à repressão, os movimentos de resistência se formaram almejando a melhoria de vida, tendo como objetivo principal a redemocratização. A partir disso é importante destacar o posicionamento de grupos específicos na resistência, tendo como exemplo a atuação política realizada por muitas mulheres, que trouxe impactos efetivos na sociedade do período, como salientam Luane Flores Chuquei e Alef Felipe Meier:

3 TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. **Da Guerrilha à Imprensa Feminista: A construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)**. São Paulo: Intermeios, 2013, p. 29 (Coleção Entregêneros).

As mulheres brasileiras que viveram a época da ditadura civil-militar foram responsáveis pela conquista de alguns direitos que até aquele momento eram esquecidos, ou ainda, não eram reconhecidos pelo governo ditatorial, e também pela extrema sociedade machista e patriarcal. Ao falar do processo de redemocratização em nosso país, deve-se sempre lembrar-se das mulheres, de todas as trajetórias por elas vivenciadas e dos caminhos percorridos até chegar ao Brasil (ainda não ideal) que se tem hoje.⁴

Os autores afirmam que ao falar do período de redemocratização é necessário destacar a importante movimentação realizada pelas mulheres, refletindo de maneira dialética com a temporalidade, no sentido de refletir sobre as conquistas adquiridas a partir das lutas e reivindicações, e para além disso, analisar como foi a recepção do feminismo na ditadura e como ele pode ser analisado na atualidade.

A concretização da ditadura civil-militar no Brasil

Durante a história da República brasileira, o temor ao comunismo e à ideia de mudança política e social se caracterizaram como alternativas para a concretização de possíveis projetos de governo. Essas perspectivas podem ser notadas de forma mais concreta no governo de Getúlio Vargas, que trouxe como base para suas ações, a ideia de mudança econômica olhando a crise na qual o país se encontrava em 1929 com a queda da bolsa de valores de Nova York e o temor advindo principalmente do reflexo construído com a revolução Russa de 1917, e a possível ameaça de um sistema comunista no Brasil.

Na década de 1960, com a renúncia de Jânio Quadros, o país iniciou um período com grande instabilidade política, refletido com o governo parlamentarista exercido pelo então presidente João Goulart. Uma das principais propostas do governo de Jango era a reforma agrária, algo que não agradou a oposição política do país. Para além dessa proposta específica, o projeto que visava o golpe de Estado já estava sendo elaborado

⁴ CHUQUEI, Luane Flores. MEIER, Alef Felipe. Mulheres na ditadura civil-militar: violações, lutas e conquistas através dos movimentos sociais. Salão do conhecimento, ciência para a redução das desigualdades. **XXIII Jornada de Pesquisa**, 01 a 04 de outubro de 2018, p. 2.

com participação financeira dos Estados Unidos. Para a realização efetiva do golpe, era necessário um apoio das massas populares como forma de validação da ação que viria a ser realizada, ou seja, os militares, juntamente com financiamento norte-americano, tinham como principal necessidade a organização de adeptos para a tomada do poder, e isso só seria possível por meio de movimentações que expressassem aceitação a essa “nova” proposta e a negação do governo vigente.

Com isso, os militares construíram narrativas ideológicas que pudessem atingir camadas populares específicas, utilizando em boa parte dos discursos a ideia de preservação moral de princípios construídos historicamente e inseridos dentro do espaço familiar, além de destacar a necessidade iminente de mudança, tendo em vista o “espectro comunista que assombrava o país”. Nessa perspectiva, transferiram a responsabilidade para a população, no sentido de atribuírem a salvação do país, a partir da movimentação política em torno da queda de João Goulart. As mulheres assumiram um papel muito importante no apoio ao golpe, pois elas se movimentaram em prol da conservação dos princípios que até então eram as bases ideológicas, tendo a vida privada como principal materialização ligada à família, como uma das argumentações utilizadas para conseguir movimentar milhares de mulheres em diversas partes do país, inclusive no estado do Ceará. A autora Amélia Teles⁵ destaca a importância das marchas pela família para a realização do golpe civil-militar:

A partir desse momento, os conspiradores golpistas aceleraram seu trabalho para derrubar João Goulart. Passaram a ter a necessidade urgente de mobilizar as bases sociais que deveriam dar sustentação política e “legitimação” às suas ações golpistas contra a democracia vigente. Precisavam de demonstração de massa e, para isso, lançaram mão das mulheres. Milhares delas foram utilizadas para saírem as ruas, em defesa das forças de direita, engrossando a Marcha com Deus pela Família e a Liberdade. Quinhentas mil “marchadeiras” em São Paulo, 200 mil em Minas e assim por diante.⁶

5 Ativista feminista e ex-presa política no período da ditadura, tendo participação na imprensa alternativa de esquerda.

6 TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**. São Paulo: Editora Alameda, 2017, p. 58.

Com a concretização do golpe civil-militar, o país entrou num dos períodos mais sombrios de sua história, houve diversas mudanças estruturais na sociedade, que influenciaram diretamente na vida de milhares de brasileiros entre os anos de 1964 e 1985. Com a implantação dos Atos Institucionais, a democracia foi de forma gradual evaporando do cotidiano popular, seja pelo autoritarismo que centralizava o poder na ótica militar, enfraquecendo a participação dos governadores nas decisões políticas, ou pela censura e violência, que eram as maneiras utilizadas para se conseguir o controle social.

Nesse período, qualquer forma de expressão que se inclinasse para noções contrárias ao que era proposto pelo sistema autoritário era reprimido de forma violenta, em muitos casos o exílio era destinado aos/às “rebeldes” que representassem uma ameaça ao projeto construído. Eram efetivados atos violentos, como a tortura, em pessoas que não tinham a intenção de se contrapor à ditadura, eram violentados física e psicologicamente apenas por exporem a ideia de liberdade.

A ideia de liberdade, representava nessa perspectiva o fim do regime autoritário, que teve em seus 21 anos, cinco presidentes militares que se sucederam no poder (Humberto Castello Branco, 1964-67; Costa e Silva, 1967-69; Emílio Médici, 1969-74; Ernesto Geisel, 1974-79 e João Baptista Figueiredo, 1979-85). Para refletir sobre o período da ditadura civil-militar, é necessário de antemão analisar a situação estrutural na qual a sociedade se encontrava pós golpe. A partir desse recorte, vale ressaltar a importante discussão entre campo e cidade, no sentido de que essa reflexão vai dar suporte para análises sobre os movimentos de resistência que ganharam força no período.

Um dos principais focos da política produzida na ditadura foi a intensificação no processo industrial, algo que de fato impactou a vida no campo. As migrações das populações inseridas na zona rural em direção às cidades foram enormes, ocasionando superlotação nos espaços. Utilizando-se da narrativa de que as habitações na cidade juntamente com o trabalho fabril proporcionariam uma melhoria de vida para as famílias, aos poucos um sistema de dominação e exploração trabalhista foi se desenvolvendo. Os centros das cidades eram locais cuja moradia era destinada para as camadas sociais que possuíam poder econômico, deslocando as populações de baixa

renda para os locais mais afastados e periféricos, uma herança possivelmente do período imperial.⁷

Com o impulsionamento da indústria, a principal pauta a ser discutida era a mão de obra, algo que o processo de migração para as cidades sustentava muito bem, com a quantidade enorme de trabalhadores vindos do campo, as indústrias se utilizavam da competitividade trabalhista para comprar a força de trabalho por valores mínimos. Nesse sentido, o processo de produção e remuneração pelo que foi produzido é algo basilar para se pensar no projeto que visava uma mudança econômica. O dito “milagre econômico”, conquistado na ditadura é reflexo da relação entre explorador e explorado, enquanto os proprietários se apropriavam da maior parte do capital produzido, os trabalhadores vendiam sua força de trabalho por valores que minimamente sustentariam sua subsistência, sem falar da jornada excessiva de trabalho.

Nesse sistema, as mulheres sofreram sérias exclusões, na maior parte das vezes sendo inseridas exclusivamente no âmbito doméstico. A vida pública, que estava intrinsecamente ligada à ideia de trabalho, caracterizava-se como local puramente masculinizado e as participações das mulheres nesses espaços eram entendidas, na ótica patriarcal, como abandono à família. Para além da questão ideológica, as mulheres trabalhavam jornadas maiores do que a dos homens, tendo seus salários menores em comparação aos trabalhadores masculinos. A participação feminina nesses espaços representava para além de uma remuneração financeira, uma libertação da vida privada, no sentido de que na atuação imposta ao lar, limitavam-se às possibilidades de inserção em outros espaços para além da família.

Com o aumento da desigualdade social e econômica surgiram diversos movimentos contra o regime autoritário, em muitos casos tendo apoio de partidos políticos de esquerda. A luta armada no Brasil foi um dos exemplos de resistência ao governo. Várias pessoas enxergavam nessa posição mais radical de ação uma forma mais efetiva para se concretizar o comba-

7 As autoras Lília M. Schwarcz e Heloísa M. Starling, na obra *Brasil: uma biografia* (2015), destacam que em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, criou-se a necessidade de residir a coroa portuguesa juntamente com sua frota em locais centrais e com estruturas que suprissem tais requisitos. Com isso, as populações que habitavam nesses locais de outrora foram transferidas para locais com deformidades territoriais, possivelmente como forma de distinção social, dando início as periferias.

te ao autoritarismo. Com o fracasso da luta armada, outros movimentos sociais ganharam força no país, contendo em suas bases contradições na delimitação das lutas específicas e gerais.

O conceito de feminismo na ditadura

O feminismo, em sua totalidade, foi recebido de forma negativa dentro da sociedade da época, encarando essa movimentação como responsável pela perda da feminilidade das mulheres. Encabeçadas pela ideia de família e imbuídas de ideologias patriarcais, várias críticas foram lançadas em torno da atuação do feminismo enquanto movimento político, atribuindo a influência internacional como modelo de ação, dando a entender que no contexto não existiam desigualdades entre homens e mulheres, “era coisa do exterior”, acentuando dessa forma uma possível alienação das mulheres brasileiras ao se apropriarem dos ideais feministas. Pensando nisso, a autora Cynthia Sarti destaca as formas pelas quais se ocasionou a eclosão do feminismo no Brasil:

Embora uma confluência de fatores tenha contribuído para a eclosão do feminismo brasileiro nos anos 70 - como o impacto do feminismo internacional e mudanças efetivas na situação da mulher no país a partir dos anos 60, que punham em questão a tradicional hierarquia de gênero -, o feminismo no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, depois da derrota da luta armada e no sentido da elaboração política e pessoal desta derrota.⁸

O termo “feminismo” não era bem visto por boa parte das mulheres, que enxergavam em tal atribuição uma negatividade no status social. Embora boa parte das mulheres visassem pautas que se aproximavam das feministas, muitas não se consideravam pertencentes ao movimento, construindo uma clara distinção entre à própria relação de pertencimento. De

8 SARTI, Cynthia A. O início do feminismo sob a ditadura no Brasil: o que ficou escondido. Texto preparado para apresentação no **XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association)**, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 24-26 de setembro de 1998, p. 3.

forma reflexiva, o feminismo busca desconstruir as estruturas sociais que estão imersas no patriarcado, enxergando a necessidade de mudança que priorize o fim das desigualdades desenvolvidas nesse sistema. A autora Maria Amélia Teles realiza uma discussão muito objetiva sobre as atividades e pretensões do feminismo no seguinte trecho:

Em seu significado amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.⁹

Na citação acima, fica notório que o movimento feminista, para além de uma resistência, caracterizou-se como um projeto de mudança social, no sentido de construir uma sociedade mais igualitária na qual o patriarcado deixe de ser um modelador de relações e comportamentos. Para a realização de tal projeto, era de suma necessidade o enfrentamento de questões que pudessem, de forma efetiva, concretizar essa pretensão revolucionária. Para isso, as autoras Mirta Henault, Peggy Morton e Isabel Larguia destacam:

[...] una revolución no puede ser llamada como tal si no transforma las formas tradicionales de la vida cotidiana que involucran la esclavitud de las mujeres en el hogar conservándolas en la servidumbre doméstica e impidiendo su desarrollo cultural como sujetos autónomos.¹⁰

As autoras analisam o projeto da revolução feminista, destacando a necessidade de se combater a escravidão feminina destinada à vida privada, ou seja, só a partir da desconstrução dos pensamentos tradicionais operantes na sociedade, que destinam as mulheres exclusivamente ao âmbito doméstico e limitam suas atuações em diversos espaços, será concretizada uma mudança expressiva nas estruturas sociais, dignas do termo revolução. Outro ponto que deve ser analisado se inclina para a própria visão política sobre os movi-

9 TELES, *Op. cit.*, p. 22.

10 HENAULT, Mirta; MORTON, Peggy; LARGUIA, Isabel. **Las Mujeres Dicen Basta**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Mujer, 1970, p. 24.

mentos feministas na ditadura, sejam eles pensamentos de direita ou esquerda. A autora Cynthia Sarti, analisa justamente essa recepção do feminismo na década de 1970:

O feminismo foi se expandindo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Conviveu com a diversidade, sem negar sua particularidade. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina. A imagem feminismo versus feminino repercutiu inclusive internamente no movimento, dividindo seus grupos como denominações excludentes. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 70, a convicção de que os problemas específicos da mulher (não se falava em gênero na época) não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio.¹¹

Nessa perspectiva, ser feminista na ditadura trazia na própria definição da palavra uma inclinação burguesa, mulheres que se distanciavam da ideia patriarcal de feminilidade, obtendo na própria resistência de esquerda certas caracterizações que minimizavam suas atuações em pautas específicas. Com essas caracterizações pejorativas, as mulheres integrantes do feminismo precisavam de certa forma ampliar o movimento, tendo como objetivo chegar aos locais periféricos, que tinham a maior concentração populacional. Muitas dessas mulheres que residiam em áreas mais afastadas dos centros das cidades sofriam por terem de se sujeitar a duplas jornadas de trabalho, pois além de trabalharem nas fabricas, exerciam o trabalho doméstico. Boa parte da população feminina não conseguia emprego, por isso a importância simbólica do trabalho enquanto “libertador social”, pensamento propagado pelo capitalismo e defendido pela religiosidade. Dentro desse próprio pensamento sobre o trabalho é posta uma diferenciação sobre os objetivos dos feminismos.¹² Cynthia Sarti enfatiza o seguinte pensamento:

11 SARTI, *Op. cit.*, p. 6.

12 Não existe apenas um feminismo em forma universal, os diferentes movimentos produzidos assumem maneiras e pautas prioritárias.

Parece haver um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 70. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investindo em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito e à redistribuição de poder entre os sexos. Foi a corrente que posteriormente buscou impactar as políticas públicas, utilizando os canais institucionais criados dentro do próprio Estado, no período da redemocratização dos anos 80. A outra vertente preocupa-se sobretudo com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Manifestou-se principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência. Neste grupo ressoava a ideia de que o “pessoal é político”.¹³

Com os reflexos das caracterizações pejorativas sobre o feminismo, alguns movimentos na ditadura focaram na reivindicação por trabalho como pauta prioritária, enxergando nela a possibilidade de concretização social da igualdade. Enquanto outros movimentos se utilizavam de objetivos mais específicos, como aborto e sexualidade, para conscientização da população em torno dessas discussões importantes para as mulheres no período.

Nessa perspectiva, as próprias reivindicações feministas tiveram participações de outros polos, como os partidos políticos e a Igreja Católica. As pautas trabalhistas sendo alicerçadas pela política de esquerda do país, enquanto a Igreja seguia a mesma linha de apoio, contudo, negando de forma efetiva as narrativas e discussões propostas sobre sexualidade, nos bairros onde se concentravam as reuniões. Amélia Teles destaca essa discussão:

Essas mulheres começaram a ter contato com feministas, que passaram a frequentar os bairros, vinculados a grupos políticos de esquerda ou ao trabalho de paróquias. Se assuntos como aborto, sexualidade e lesbianismo são polêmicos, o que dizer daqueles anos que precederam 1980? Mas as mulheres da periferia começavam a se sensibilizar por seus

13 SARTI, *Op. cit.*, p. 7.

problemas específicos, cada vez mais agravados pelas condições de vida e trabalho.¹⁴

As condições péssimas de trabalho, nesse sentido, assumem papel importante de conscientização, proporcionando um olhar mais atento sobre a realidade. Com a inflação alta e as dificuldades encontradas no cotidiano, essas populações começaram a entender a importância da participação política para a melhoria na condição de vida. O contato com o feminismo foi muito importante, pois a partir dos encontros realizados, novas perspectivas de reflexão foram se construindo, entendendo essas construções como necessidades do período.

Com essas discussões, é notório que existia um confronto na formulação das prioridades a serem trabalhadas, enquanto as mulheres entendiam que a situação política vigente exigia que realizassem mais discussões entre si, sobre pautas específicas, os partidos políticos e a Igreja Católica não entendiam da mesma forma, pois o interesse maior era o fim do autoritarismo. Mesmo com o apoio restrito, a Igreja Católica e os movimentos feministas entendiam a importância dessa aliança contra a ditadura, tendo o processo de redemocratização como objetivo macro. Cynthia Sarti analisa essa relação no trecho abaixo:

Essa atuação conjunta marcou o movimento de mulheres no Brasil e deu-lhe coloração própria. Envolveu, em primeiro lugar, uma delicada relação com a Igreja Católica, importante foco de oposição, diante do vazio político deixado pelo regime militar. As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na Teologia da Libertação. Isto colocou os grupos feministas politizados em permanente enfrentamento com a Igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário.¹⁵

14 TELES, *Op. cit.*, p. 86.

15 SARTI, *Op. cit.*, p. 5.

Essas ações refletem diretamente a ambiguidade de opiniões sobre a concretização de alianças políticas, muitas feministas consideravam tais movimentações como submissão, tendo em vista pautas que não trariam retorno algum para o movimento feminista. Pensando nisso, existia o feminismo autônomo, no qual os objetivos da luta eram prioritariamente uma decisão do movimento, sem possíveis alienações, utilizando como exemplo a não ser seguido, os movimentos pela família realizados antes do golpe.

As feministas entendiam que a sociedade da época deveria reformular suas estruturas para que se pudesse viver de maneira mais igualitária. As alianças feitas no processo acentuaram a diferença de objetivos, na própria resistência de esquerda, enquanto os trabalhadores se movimentavam em torno da diminuição da jornada de trabalho e da melhoria salarial, as pautas importantes para as mulheres enquanto uma posição política frente às desigualdades existentes eram postas como fatores que levariam à separação das massas, pois o principal objetivo era o fim da ditadura. Com o fim da luta de classes todos os problemas seriam resolvidos. Constituiu-se uma discussão em torno do foco das mobilizações, pondo em análise o que seria mais importante para a realização do projeto de redemocratização. A autora Rose Marie Muraro analisa essa discussão da seguinte forma:

O embrulho teórico parecia sem saída. Havia os marxistas dizendo que a luta de classes englobava todas as outras e que, uma vez erradicada a sociedade de classes, automaticamente todas as outras contradições se resolveriam, e, do lado oposto, os outros. As feministas americanas e europeias provaram que a opressão da mulher era anterior à sociedade de classes e que seria a base de todas as outras opressões. E, o que era pior, perpassava todas as classes sociais, e até a sociedade socialista. Nenhuma de nós conseguia engolir aquilo de luta de classes, pois experimentávamos na carne que na luta prática o comando e as decisões estavam com os companheiros homens, e o trabalho pesado, arriscado e cotidiano, mas silencioso e sem reconhecimento, continuava com as mulheres.¹⁶

16 MURARO, Rose Marie. **Os seis meses em que fui homem**. 8ª. ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020, p. 30.

As feministas, nesse sentido, não acreditavam que a movimentação macro em torno de preceitos marxistas ligados à superação da competitividade ou em termos mais teóricos, no fim da luta de classes, se concretizaria em uma mudança significativa naquilo que para elas está em uma esfera para além das classes, naquilo que fomenta as sociedades e evidencia as desigualdades nos próprios movimentos que basilarmente defendem a bandeira de igualdade e liberdade. Com isso, a solução que estava ao alcance dos grupos feministas era a realização da libertação da mulher em nível de consciência, para posteriormente se concretizar uma mudança na realidade da sociedade, uma vez que o capitalismo, juntamente com o pensamento patriarcal, oprime de maneira efetiva as mulheres, impossibilitando-as de atuarem em papéis mais ativos nos espaços públicos. Cynthia Sarti reflete sobre essa questão analisando a relação das pautas feministas juntamente com o período autoritário da seguinte maneira:

Na prática feminista brasileira ainda nos anos 70, mesmo nos grupos que se autodenominavam feministas, atribuiu-se ao contexto de autoritarismo o principal impedimento para a emergência de questões de gênero, que rompiam com a unidade pretendida pela política de alianças. No entanto, com os olhos de hoje, pode-se ver que a urgência da resistência aos constrangimentos e à violência a que foi submetida a sociedade brasileira pela ditadura militar, que implicou numa intensa atuação política de oposição, borrou questões intrínsecas ao feminismo como luta emancipatória que não dizem respeito à conjuntura específica em que se manifesta este movimento.¹⁷

Para a autora, o autoritarismo da ditadura civil-militar teve impacto decisivo no que se refere às lutas específicas das mulheres, pois, para ela, as necessidades construídas em torno da redemocratização colocaram em segunda prateleira a luta emancipatória das mulheres. Nessa mesma linha de análise, a autora Cecília Mesquita, dialogando com outros referenciais,¹⁸ reflete sobre essas questões:

17 SARTI, *Op. cit.*, p. 8.

18 GOLDBERG, Anette. **Feminismo e Autoritarismo**: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. Tese de Mestrado, UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

Goldberg coloca também a questão da especificidade do feminismo brasileiro, que surgiu como possibilidade de expressão política em meio à repressão da ditadura militar, ao mesmo tempo em que foi muito limitado por esse contexto político, uma vez que as questões específicas da mulher dividiam espaço com as questões gerais da sociedade, consideradas mais legítimas e urgentes, principalmente entre 1975 e 1979, antes do início do processo de abertura política.¹⁹

A autora corrobora a reflexão sobre a urgência construída em torno do fim da ditadura como causa central da minimização de outras pautas específicas. Nessa perspectiva é importante analisar outra questão: com o processo gradual para a redemocratização e a concessão da anistia política, as noções sobre o feminismo começaram a ser entendidas de outras formas.²⁰ Principalmente o fim do bipartidarismo, iniciou uma movimentação mais ampla do que se podia entender sobre o feminismo. De volta ao Brasil, diversas mulheres que foram exiladas durante a ditadura contribuíram de forma efetiva para a construção de novas noções sobre o feminismo, boa parte delas com experiências em movimentos políticos na Europa.²¹

Com o reflexo dos movimentos produzidos durante a década de 1970 no país, iniciou-se no Ceará uma movimentação feminista em prol da conscientização e reivindicação de direitos importantes para as mulheres no estado. A União das Mulheres Cearenses foi fundada em 1979, em plena concessão da anistia, estruturando-se em busca de desconstruir os padrões patriarcais presentes na sociedade, que produziam caracterizações pejorativas sobre as mulheres, inclinando-as exclusivamente ao âmbito privado. As autoras Sarah da Silva e Allana Santos analisam o surgimento da organização feminista cearense da seguinte forma:

O surgimento da União de Mulheres Cearenses, no final da década de 1970, mais especificamente, em 1979, representou uma consequência do processo, em curso, que o movimento de Segunda Onda do Feminismo trouxe ao Brasil.

19 MESQUITA, Cecília Chagas de. Moema Toscano: uma visão de feminismo no Centro da Mulher Brasileira (fins dos anos 70 início dos anos 80). **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Londrina, 2005, p. 5.

20 *Ibidem*, p. 4.

21 *Ibidem*, p. 7.

Com o ressurgimento do movimento, a partir de 1975, as ideias feministas passaram a circular, pelo país, nos chamados círculos feministas, que criaram redes de colaboração entre mulheres das diferentes regiões do Brasil. Foi nesse contexto de circulação das teses feministas, que a União de Mulheres se formou no Ceará.²²

Por meio de congressos, a UMC buscava discutir as pautas importantes no período, destacando uma relação intrínseca entre os objetivos do movimento, sendo eles específicos ou gerais. Para além das discussões realizadas, esses momentos eram essenciais para a inserção de novas integrantes, para que de maneira efetiva pudesse fomentar a luta contra o autoritarismo. Tal organização feminista buscava perpassar as fronteiras municipais do estado, tendo a objetivação de disseminar a importância da movimentação conjunta em prol da melhoria de vida e o fim do sistema, que cotidianamente acentuava as desigualdades sociais. Desse modo, a citação abaixo analisa o projeto expansionista da UMC:

A autora destaca a formação da União de Mulheres e sua expansão, na cidade de Fortaleza-CE, mas também, em outros municípios do estado, com o intuito de disseminar as ideias feministas e expandir, ainda mais, a luta de mulheres, não, apenas, no Ceará, mas fomentar, também, o circuito das teses feministas para outros estados e regiões do Brasil.²³

Assim como em outros movimentos em todo o Brasil, a União das Mulheres Cearenses contava com integrantes que estavam inseridas em organizações partidárias de esquerda e com ligação em seguimentos religiosos, produzidos pela Igreja Católica. Dentro desse processo de alianças, as mulheres sofriam exclusões no processo de reivindicação nas próprias organizações que representavam a resistência à ditadura. Pensando nisso, a autora Carolina Melania Ramkrapes analisa a conjuntura política do Ceará em vista a recepção e propagação das pautas feministas:

22 SILVA, Sarah Pinho da; SANTOS, Allana Letícia dos. União das Mulheres Cearenses: eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor. *Revista Em Perspectiva [On Line]*, v. 6, n. 1, 2020, p. 15.

23 *Ibidem*, p. 16.

Enquanto no Sudeste, feminismo e movimentos populares se enriquecem com suas trocas de experiências, na conjuntura política cearense, é possível afirmar que os debates feministas ocorreram “organicamente” às pautas gerais, se desenvolvendo junto aos movimentos populares e tencionando as reivindicações no interior dos partidos e grupos de esquerda.²⁴

Percebe-se a dicotomia presente na própria organização feminista, que em sua formação contava com integrantes de diversas regiões, sendo de locais periféricos ou do interior do estado.²⁵ Muitas críticas eram colocadas em torno da própria atuação do movimento feminista cearense, pois muitas mulheres questionaram o predomínio das pautas gerais que eram propostas por outros segmentos sociais, algo que efetivamente minimizava a luta por prioridades específicas do movimento. Essas questões podem ser associadas à própria recepção do conceito de feminismo no Ceará, tendo em vista sua forte inclinação a uma conotação burguesa e anti-feminina. As autoras Sarah Silva e Allana Santos analisam essa dicotomia da seguinte forma:

Apesar de a UMC ser fundada como organização feminista, em sua composição, havia diferentes mulheres e alguns assuntos, muitas vezes, eram vistos como tabu, quando o assunto era a discussão desses. Por exemplo, a discussão sobre a descriminalização do aborto, tema abordado pelos feminismos, tornava-se um assunto delicado para discussão, já que muitas mulheres, associadas à UMC, vinham de uma tradição católica, derivadas de grupos ligados à Igreja Católica, como a Juventude Universitária Católica e a Ação Popular, além disso, muitas delas tinham tido uma formação muita conversadora, dessa forma, algumas pautas dos feminismos, ainda, encontravam resistências para serem discutidas.²⁶

24 RAMKRAPES, Carolina Melania. **Histórias do movimento feminista no Ceará**: Célia Zanetti, Rosa da Fonseca e Maria Luiza Fontenele. 2017. recurso online (176 p.). Dissertação (mestrado em História Cultural) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP, 2017, p. 151.

25 SILVA; SANTOS, *Op. cit.*, p. 18.

26 *Ibidem*, p. 20.

Nessa perspectiva, com o forte teor religioso no movimento, as pautas específicas foram perdendo espaço dentro das reivindicações, possivelmente como uma forma de proteção sobre as críticas da Igreja e dos próprios movimentos de esquerda, que colocavam as pautas sobre o aborto e sexualidade como bases do divisionismo.²⁷ Mesmo com atuação tímida sobre as pautas específicas, a União das Mulheres Cearenses teve grande importância na propagação do feminismo no estado do Ceará,²⁸ representando no contexto uma das principais formas de resistência contra o sistema autoritário, que produzia desigualdades e acentuava a ideologia patriarcal.

Considerações finais

A ditadura civil-militar marcou de forma negativa a história do país, construindo marcas profundas na vida das pessoas que vivenciaram o sistema ditatorial. É de suma importância pensar sobre os impactos que foram construídos em prol da “salvação” do país, em vista ao temor comunista, pois as narrativas criadas não condiziam com a realidade, no regime em que uma das principais bandeiras levantadas, o “milagre econômico”, foi alicerçado pelo desemprego, por péssima condição de trabalho, pela baixa remuneração e por uma excessiva jornada de trabalho.

Os movimentos de resistência foram essenciais para o processo de redemocratização do Brasil, atuando de forma organizada, defendendo suas pautas e reivindicações, buscando para além de diversos fatores um novo sistema político, que pudesse ser menos desigual. O feminismo se caracterizou como uma forma de se pensar a realidade das mulheres e se tornou um movimento muito importante na reformulação social do país, trazendo para as discussões pautas que outrora não eram sequer levantadas.

As pautas feministas ao longo do tempo estão gradualmente sendo refletidas, sendo ilustradas no aumento significativo de produções científicas sobre o tema. Os feminismos buscam uma mudança sociopolítica, para que suas pautas específicas possam ser debatidas e solucionadas, projetando uma sociedade mais justa e com possibilidades iguais para toda a população.

27 PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 252.

28 SILVA; SANTOS, *Op. cit.*, p. 22.



Os movimentos femininos durante a ditadura civil-militar brasileira (1970-1985)

Maria Antonia Silva do Nascimento¹

Introdução

Este capítulo tem por finalidade principal discorrer de forma breve sobre as organizações femininas que surgiram e estiveram presentes durante o período da ditadura civil-militar brasileira, sendo estes movimentos considerados de certa forma um marco inicial para o que posteriormente viriam a ser considerados os movimentos feministas brasileiros. Diante disso, faz-se necessário destacar que essas manifestações femininas referentes ao período ditatorial tiveram maior destaque, principalmente, na década compreendida entre os anos de 1970 a 1980. Desta forma, destaco que esta pesquisa tem como objetivo pensar a formação e surgimento dos movimentos femininos brasileiros, e a partir disso destacar a atuação e o protagonismo das mulheres frente às discussões políticas da época. Assim, vale ressaltar também que essas manifestações nem sempre tinham perspectivas únicas, pois algo bem comum na época eram movimentos femininos com posicionamentos tanto a favor quanto contra a ditadura militar. Por fim, destacam-se aqui alguns dos autores utilizados para embasar a proposta deste texto: Sara Sarah Pinho da Silva e Allana Letticia dos Santos (2020), Maria Amélia Teles (1999), Celi Regina Jardim (2010), Larissa Pinto Mar-

1 Acadêmica do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. E-mail: maryaantoniasilva@gmail.com.

tins (2018), Ana Maria Colling (2004), Maria Elaene Rodrigues Alves (2021), Larissa Tomazoni (2016).

Para compreendermos melhor o que se propõe neste capítulo faz-se necessário destacar algumas questões que possibilitem o entendimento sobre o que foi a ditadura civil-militar brasileira, período escolhido como recorte temporal desta pesquisa. Assim, sobre esse momento histórico do Brasil, pode-se destacar que foi um período que teve seu início no ano de 1964 e se estendeu até o ano de 1985, marcando assim 21 anos de vigência de um governo extremamente autoritário liderado por militares. Diante disso, vale ressaltar que apesar desses militares serem oriundos de um mesmo grupo, cada presidente tinha sua própria forma de governar, e a partir disso é possível destacar que durante esses 21 anos de ditadura existiram diferenciações que são percebidas ao analisar o que era feito ao longo de cada mandato, assim é possível perceber momentos de maior repressão, iniciada com a aprovação do AI-5, que vetava os direitos políticos da população, sendo este um período conhecido como os “anos de chumbo”.² Contudo, em contrapartida também existiram períodos “menos tensos”, que por sua vez não minimizam as atrocidades ocorridas na época, pois esse regime ditatorial da história brasileira é marcado pela violência, censura, repressão, exílio e morte de seus opositores.

Desta forma, vale destacar que a ditadura civil-militar brasileira, assim como qualquer momento histórico, nesse sentido teve seus antecedentes, sendo um golpe realizado após as inúmeras tensões já vivenciadas na política, já que nesse período as discussões e discordâncias entre os ocupantes da presidência estavam em seu auge, por conta disso ocorre a renúncia do presidente Jânio Quadros, e seu vice, João Goulart, foi quem assumiu a presidência, valendo destacar a grande efervescência da população deste período, que se torna um importante ponto de análise, já que de forma

2 Para entender melhor a expressão é necessário destacar o que foram os atos institucionais no período da ditadura: eram decretos com poder de Constituição e foram utilizados pelos militares para darem legitimidade às violências e ilegalidades cometidas durante o período da Ditadura Militar. Ao todo, foram emitidos **17 atos institucionais**, entre 1964 a 1969. Sendo o ato de número 5 o mais conhecido, pois foi a partir dele que consolidou-se a institucionalização dos militares e estabeleceu um regime de opressão que garantiu a **ampliação dos aparatos de perseguição e repressão dos cidadãos brasileiros**. Ações ilegais, como a tortura, ganharam incentivo por meio do AI-5, assim marcando o período de maior repressão e “fechamento” do regime militar ditatorial brasileiro. SILVA, Daniel Neves. “Atos institucionais”; **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/atos-institucionais.htm>. Acesso em: 09 out. 2022.

inicial boa parte da população apoiava a derrubada do governo para a implantação da ditadura militar, o que leva a pensar sobre como a aprovação da população influenciou o início e a manutenção do regime militar por tanto tempo no país, assim sendo possível destacar tanto outro tópico, que é o marco inicial e de manutenção da ditadura, que seria o discurso da suposta ameaça comunista que na época ameaçava o país, utilizado como forma de justificar a necessidade da implantação da ditadura, já que esse discurso era voltado para perceber que a única possibilidade de “salvação” seria a partir dos militares e do regime ditatorial.

Assim, ao pensar em um período marcado por tantos processos, é necessário analisar e pensar como se davam as relações sociais entre homens e mulheres nesse período, bem como discorrer principalmente sobre a atuação delas, já que muitas vezes a atuação política é destinada mais aos homens, passando uma imagem de que as mulheres tiveram papel secundário quando se trata da vida pública. Desta forma, é importante pensar brevemente de que forma elas atuavam, quais eram suas principais reivindicações, quem eram essas mulheres e em que contexto social estavam inseridas.

A partir disso, conclui-se que apesar do período de repressão e censura, as mulheres conseguiram desenvolver e ocupar papéis importantes, atuando politicamente e assim ocupando espaços de protagonistas frente às discussões presentes na época, sendo este o intuito deste capítulo, propor uma análise da atuação feminina a fim de que a participação delas não seja vista e entendida como movimentos secundários ou como movimentos somente ligados à iniciativa masculina.

A situação feminina durante o período da ditadura

As questões apresentadas acima nos levam a pensar sobre como e em que momento as mulheres passam a atuar efetivamente dentro de organizações femininas, que por sua vez demonstravam posicionamentos contra e a favor da ditadura, mas durante esta discussão destacaremos com maior ênfase a atuação das mulheres feministas, que naquela época tinham manifestações contrárias às ações e propostas impostas pelo governo ditatorial.

A partir disso, vale destacar que também é nesse período em que essas mulheres iniciam um processo que é percebido até a atualidade, que seria uma ligação mais próxima entre o feminismo e aos ideais defendidos pela esquerda, sendo um dos pontos que contribuem até mesmo para a visão deturpada que se tinha e ainda se tem sobre as feministas e seus movimentos, já que é de conhecimento geral que a esquerda sempre teve esse local de “vilã” da ordem social, algo que durante a ditadura foi ainda mais intensificado e que na atualidade ainda está muito presente.

Desta forma, voltando a discussão para pensar a situação da mulher durante o período da ditadura, é importante destacar que assim como a maioria dos períodos da história, as mulheres nessa época eram submetidas aos papéis de submissão em relação aos homens, com isso é possível perceber a possibilidade de se entender de forma mais efetiva que todas as questões sociais estão associadas à questão de gênero, que consegue explicar de forma mais precisa como se dá a relação entre homens e mulheres e principalmente entender os locais destinados a cada grupo, essa divisão presente de forma mais efetiva nas divisões de trabalhos entre homens e mulheres.

Diante da questão apresentada acima, destaca-se que antes do período ditatorial as mulheres ocupavam um espaço mais restrito ao ambiente privado do lar, tendo uma vida dedicada à manutenção da sua família, cuidando dos filhos e do marido, além de ser bem comum que elas sempre estivessem associadas à figura de um homem que a representaria e seria responsável por suas ações, inicialmente essa figura masculina estaria associada ao seu pai ou um irmão e, posteriormente, ao marido.

Com isso, percebe-se que havia uma imagem da mulher que ia sendo construída a partir dessas situações que ocorriam na época, sendo essa imagem voltada para pensar a mulher como um ser limitado intelectual, financeira e politicamente, o que por sua vez possibilitava manter essas mulheres em casa, já que este seria o único ambiente em que elas conseguiam atuar e desenvolver alguma atividade, sendo curioso também questionar e pensar como muitas dessas mulheres realmente internalizavam o discurso que era apresentado sobre elas mesmas e como isso contribuía para que continuassem na mesma situação durante tanto tempo, mas diante dessa questão apresentada é de fundamental importância citar que:

Ninguém é oprimido, explorado e discriminado porque quer. Uma ideologia patriarcal e machista tem negado à mulher o seu desenvolvimento pleno, omitindo a sua contribuição histórica. A mulher não é apenas a metade da população e a mãe de toda a humanidade. É um ser social, criativo e inovador. Falar da mulher nesses termos é mais do que se deixar envolver pelas mulheres do mundo inteiro. É deixar extravasar a ansiedade, o inconformismo e a ternura de milhares de mulheres. É resgatar a memória, que, mesmo obscurecida pelos reacionários, iluminará o caminho, de todos os que buscam a justiça e a liberdade.³

Diante das questões apresentadas acima vale dar destaque para pensar sobre quem eram as principais atuantes dentro dessas organizações, assim, segundo a autora Larissa Pinto Martins:

A principal característica das mulheres que lutavam contra a ditadura, era a faixa-etária jovem intelectualizada, características que ao tratar deste período, início da década de 1960, também se enquadra como minoria perante a sociedade. Quando digo jovens intelectualizadas, me refiro a estudantes universitárias ou que já tinham algum formação, em sua maioria, professoras. Elas faziam parte de um grupo privilegiado, não por ser abastado de riqueza, mas por ter mais oportunidades culturais.⁴

Assim, podemos perceber que a atuação feminina nesse período ainda estava voltada para a minoria das mulheres, já que na época, boa parte dessas mulheres brasileiras não tinham uma condição financeira tão favorável, o que culmina na falta de acesso às informações e, conseqüentemente, raramente tinham a possibilidade de terem acesso à educação, assim resultando em uma participação somente de uma parte das mulheres dentro desses movimentos iniciais, sendo importante dizer que só após algum tempo es-

3 TELES, Maria Amélia. **Breve história do feminismo no Brasil**. Editora Brasiliense, 1º reimpressão: São Paulo, 1999, p. 9-10.

4 MARTINS, Larissa Pinto. A Atuação Política de Mulheres na Ditadura Civil-Militar Brasileira. **RELACult Revista Latinoamericana de Estudos em Cultura e Sociedade Revista Latinoamericana de Estudios en Cultura y Sociedad** | V. 04, ed. especial, fev., 2018, artigo nº 699 | relacult.claec.org | eISSN : 2525-7870, p. 2.

ses espaços também foram ocupados por mulheres que antes estavam à margem da sociedade, sendo condicionadas a estarem fora das discussões, inclusive dessas destinadas especificamente às mulheres.

Diante disso, dando continuidade à discussão da temática, destaca-se que com o início da década de 60 essa situação da mulher e da sociedade no geral passou por uma drástica mudança, uma nova forma de governo e toda a repressão presente fizeram com que as estruturas sociais se desfizessem, mesmo que de forma parcial (não sendo uma ruptura total e efetiva), o que contribuiu para que vários setores começassem a se manifestar de alguma forma. Assim, é possível afirmar que:

[...] Era um momento em que se reconfigurava o papel social da mulher, onde ela rompe com o seu papel de mãe e filha dedicada e invade o espaço público masculino, com atitudes de militante longe dos padrões esperados pela sociedade. Também nessa década, eclodiram os movimentos de luta contra as diferenças sociais, contra a subalternidade, exclusão do poder, por autonomia e direitos, e, no caso das mulheres, participar desses movimentos era uma forma de emancipação às relações de poder ao qual estavam submetidas.⁵

A partir dessa citação é notório que os movimentos feministas, além de serem voltados para a luta pelos direitos das mulheres, ainda podem ser entendido como uma certa oportunidade de emancipação, já que participando dessas organizações elas tinham possibilidade de atuar fora do ambiente privado e realizar suas manifestações, destacando seus posicionamentos políticos e sociais, dando a estas mulheres um papel de protagonismo, o que antes eram impossibilitado, pois como já relatado, a mulher não participava das discussões sociais, principalmente das discussões políticas, já que o espaço e a vida pública sempre foram voltados para a atuação do homem.

Desta forma, levando em conta esse ingresso da mulher nas atuações frente às discussões da época, devemos destacar que a proporção desses

5 TOMAZONI, Larissa. A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina. **CAD. ESC. DIR. REL. INT (UNIBRASIL)**, CURITIBA-PR| vol. 3, Nº 26, dez 2016, p. 57.

movimentos durante a ditadura militar brasileira foram de grande importância e estiveram presentes ao longo de todo o regime militar, assim sendo impossível deletar ou silenciar as manifestações realizadas na época, pois como já dito anteriormente ocorreram muitas mudanças. Juntamente com isso, foi a partir desse momento que foram formadas novas visões sobre as mulheres, que agora ocupavam outro espaço e estavam se manifestando contra a ditadura e contra as desigualdades de gênero, por conta disso, de início é importante deixar claro que:

[...] quando não há como deixar de registrar a participação das mulheres, o fazem como se estas agissem individualmente, como loucas, prostitutas, enfim, desajustadas. Tenho a impressão de que só chamam de heroínas, o que é raríssimo, aquelas que fizeram um ato corajoso ao lado dos seus maridos ou, num gesto extremo, deram a vida para salvar os homens.⁶

A partir dessa citação damos destaque ao pensamento sobre as mulheres da época em questão, que por conta da opressão presente no regime militar quase não tinham a possibilidade de realizar manifestações de forma legal, assim, acabavam na maioria das vezes participando das guerrilhas armadas junto aos homens (mas vale dizer que na maioria das vezes as próprias mulheres preferiam a militância nesses ambientes, ao invés de militância “tradicional” que as demais realizavam), sendo este um momento propício para associar as mulheres feministas à masculinidade. Assim surge o estereótipo das mulheres feministas como sendo as feias, lésbicas, prostitutas, entre outras associações que percebemos até a atualidade, sendo importante lembrar também que:

A mulher militante política nos partidos de oposição à ditadura militar cometia dois pecados aos olhos da repressão: de se insurgir contra a política golpista, fazendo-lhe oposição e de desconsiderar o lugar destinado à mulher, rompendo os padrões estabelecidos para os dois sexos. A repressão caracteriza a mulher militante como Puta Comunista. Ambas ca-

6 TELES, *Op. cit.*, p. 13.

tegorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade, que enclausura a mulher no mundo privado e doméstico.⁷

Deste modo, vale destacar que por conta desses estereótipos criados:

[...] foi muito difícil, para várias mulheres, assumir a militância feminista, visto que os rótulos, acerca dessa categoria, eram bastante estereotipados. Além disso, outras questões, também, foram relevantes para travar o embate acerca de discussões feministas no Ceará.⁸

Diante das questões apresentadas acima, nota-se que o período da ditadura militar brasileira realmente foi um momento de grandes modificações no âmbito social, principalmente quando se trata da atuação das mulheres, sendo possível perceber a transição de espaços e as modificações dos pensamentos e das imagens referente às mulheres, que ao longo desse período demonstram o quanto esses estereótipos sobre elas permaneceram e permanecem, muitas vezes sendo só “atualizados”, mas sempre tendo o mesmo intuito, que seria minimizar a participação das mulheres nos diferentes períodos históricos, além de descredibilizar as mobilizações feitas por elas, assim sendo possível entender que mesmo com as movimentações em novos espaços, novas formas de pensar e compreender as questões sociais, as desigualdades de gênero sempre estão enraizadas na sociedade.

As organizações femininas durante a ditadura civil-militar

Pensando sobre as organizações femininas e feministas brasileiras no período da ditadura militar, é importante frisar inicialmente o uso e a diferença entre os dois termos citados, ambos estão relacionados com as manifestações de mulheres, mas o primeiro diz respeito a qualquer organização feita por mulheres, que nem sempre terão ideais baseados no feminino, a partir disso sendo possível destacar que geralmente esse primeiro grupo têm seus preceitos ligados ao conservadorismo, dessa forma deixando claro

7 COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *Periodicos UFPEL*, 2004, p. 6.

8 SILVA, Sara Sarah Pinho da; SANTOS, Allana Letticia dos. União das mulheres cearenses: eu sozinha ando bem, mas com você ando melhor. *Revista Em Perspectiva-PPGH/UFC*. v. 6, n. 1, 2020, p. 10.

que não se enquadram nas lutas propostas pelas feministas e nem têm desejo de fazerem parte desses movimentos, já que se organizam em prol de outras propostas que elas buscam defender, geralmente o contrário do que é proposto pelo feminismo.

Ainda sobre os termos, destacamos a importância de entender um pouco mais sobre a conceituação do feminismo e dos movimentos femininos de modo geral, sendo estes abordados e conceituados por diferentes autoras. Dessa forma, sobre o feminismo podemos dizer que:

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, opressão e a exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade.⁹

Complementando a citação acima, vemos também a conceituação proposta pela autora Celi Regina Jardim, destacando que:

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias.¹⁰

9 TELES, *Op. cit.*, p. 10.

10 PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 16, jun. 2010.

Complementando a discussão, por fim com o conceito de movimentos femininos segundo Maria Teles:

A expressão ‘movimento de mulheres’ significa ações organizadas de grupos que reivindicam direitos ou melhores condições de vida e trabalho. Quanto ao ‘movimento feminista’ refere-se às ações de mulheres dispostas a combater a discriminação e subalternidade das mulheres e que buscam criar meios para que as próprias mulheres sejam protagonistas de sua vida e história.¹¹

Assim, a partir das citadas acima podemos afirmar que no período inicial de implantação do governo ditatorial e posteriormente da criação das instituições femininas, essas manifestações estariam mais enquadradas na ideia de movimento de mulheres, já que nesse momento inicial elas se organizavam mais com o intuito de atuarem contra a ditadura, não tendo tanto consciência das questões feministas, algo que só foi desenvolvido posteriormente, quando essas mulheres começam receber informações e assim passaram a ter consciência do que elas viviam, sendo a partir disso que esses movimentos femininos iniciaram uma nova fase, com dois principais objetivos, que estariam ligados aos novos propósitos das mulheres de aliar a luta feminista às lutas já desenvolvidas por elas contra a ditadura militar, sendo esse acontecimento desenvolvido principalmente nas décadas de 70 e 80.

Deste modo, resalto que já nessa época inicial dessas manifestações existiam inúmeros grupos de mulheres, sendo estes marcados por suas lutas específicas estabelecidas de acordo com suas necessidades. Assim, nota-se uma grande participação das mulheres dentro de lutas importantes que ocorreram no período do regime militar, sendo algumas dessas a campanha pela anistia, as campanhas contra a repressão e tortura, além de abordarem assuntos como direito ao corpo, aborto, sexualidade, trabalho e igualdade. Através disso, percebe-se a pluralidade de assuntos que eram debatidos por essas mulheres e as diversas pautas de manifestações que elas organizavam.

Assim como já citado anteriormente, boa parte dessas mulheres estavam dentro das organizações de esquerda, trazendo para esses ambientes

¹¹ TELES, *Op. cit.*, p. 12.

as discussões feministas, mas é importante destacar que nem sempre essas mulheres tinham êxito na exploração dessas temáticas, já que ainda sofriam com o machismo dentro desses locais, que em sua maioria eram compostos por homens. Desta forma, ressalto que outro papel desempenhado pelas mulheres durante esse período esteve ligado à luta armada, na qual várias mulheres encontraram uma forma de participar de forma mais efetiva, mas assim como as demais militantes, também se viam em um ambiente onde a discriminação ainda podia ser percebida.

Por fim, encerrando as discussões sobre a atuação da mulheres durante a ditadura militar brasileira, vale destacar que:

Durante a ditadura, as mulheres que militaram nas lutas de resistência não somente foram vítimas de uma violência estatal extrema; foram também vítimas do silenciamento de sua condição de mulher no ambiente de militância política. Engajadas na luta política de resistência à ditadura, as militantes de esquerda lutaram e resistiram aos vários preconceitos no âmbito público e privado. Uma reviravolta ocorre somente nos anos 1970, em especial, a partir da organização das que estavam no exílio e foram influenciadas pelo feminismo europeu. Elas procuraram construir proposta ideológica que revertisse a desigualdade e opressão masculina, a própria eliminação das hierarquias sexuais.¹²

As manifestações femininas no Ceará: União das mulheres cearenses (1979-1985)

Ao discorrer sobre os movimentos feministas brasileiros é possível perceber que, na maioria das vezes, as narrativas sobre essas organizações estão mais centradas no espaço do Sudeste do país, por conta disso, faz-se necessário destacar que nas demais regiões essas manifestações também aconteceram e tiveram importância tanto quanto nos locais de maior repercussão. Assim, é importante frisar que o Ceará não se manteve fora dessas discus-

12 ALVES, Maria Elaene Rodrigues. Feminismo, mulheres na resistência à ditadura militar brasileira de 1964-1985. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2021 - n. 47, v. 19, p. 63, Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

sões e manifestações políticas, as mulheres cearenses também fundaram organizações feministas, sendo uma delas a pioneira e mais conhecida: União das Mulheres Cearenses.

Logo de início, devemos dar destaque a uma questão bem pertinente quando se trata das organizações femininas e feministas no geral, mas principalmente quando se trata do estado do Ceará, que é marcado pela figura do homem como o chefe da família, a cultura do “cabra-macho”,¹³ sendo a partir dessa cultura que muitas vezes o papel de submissão seria designado para as mulheres, não sendo apenas uma questão privada ao ambiente do lar, mas também da atuação política das mulheres no âmbito público.

Diante disso, ressaltamos a atenção que se deve ter para a análise das questões específicas pelas quais as mulheres lutavam, pois diante das várias manifestações feministas percebemos diferentes abordagens e diversas formas de se posicionar diante de cada temática. Por conta disso, deve-se pensar sobre os contextos sociais, religiosos e econômicos nos quais essas mulheres estão inseridas, pois por sua vez estes aspectos influenciam diretamente as suas visões e posicionamentos frente aos diferentes debates da época.

Assim, analisando as questões anteriormente citadas, voltando para o contexto cearense, podemos perceber uma diferenciação vasta e complexa entre os movimentos feministas cearenses e os desenvolvidos no mesmo período em outras regiões do Brasil. Diante disso, vale ressaltar que na época da ditadura, durante o momento inicial dessas organizações femininas, as mulheres cearenses eram em sua maioria associadas aos costumes locais, as imposições sociais e a outras instituições, sendo estas principalmente relacionadas com os costumes da Igreja Católica, o que por sua vez afetava completamente as discussões sobre alguns ideais feministas que deveriam ser pauta nos grupos de mulheres, pois como ressaltam as autoras Sara Sarah Pinho da Silva e Allana Letticia dos Santos: “[...] essa organização de mulheres proporcionou debates acerca de questões que atingiam milhares

13 Expressão utilizada pelas autoras Allana Santos e Sara Silva em sua obra *União das mulheres cearenses*: “eu sozinha quando bem, mas com você ando melhor” (2020). Na obra, a expressão ganha destaque ao explicar sobre a “cultura do cabra-macho”, muito presente no Ceará, e que de certa forma influencia a situação em que as mulheres cearenses viviam, sem muitas oportunidades de se expressar, já que estavam inseridas em uma sociedade marcada pela perpetuação do patriarcado e da misoginia (p. 6).

de mulheres, a saber: a violência, a discriminação e a submissão, tanto no ambiente privado quanto no público”.¹⁴

Assim, a partir dessa citação pode-se afirmar que nesse período os movimentos feministas eram voltados para discutir algumas pautas específicas da luta feminina em diferentes âmbitos e aspectos, sendo questões como aborto, sexo, corpo e virgindade. Por sua vez, a discussão dessas temáticas era vista de forma totalmente negativa pela sociedade no geral e principalmente pela Igreja. Deste modo, levando em consideração as questões apresentadas acima,

[...] compreendemos que as construções sociais, de uma cultura marcada por uma dominação masculina, na qual a mulher era vista como uma propriedade, influenciaram a forma de atuação da UMC, visto que as mulheres, que se vincularam a essa entidade, no final dos anos 1970 e 1980, enfrentaram resistências, em diferentes ambientes, desde a esfera privada, em suas casas, até a pública.¹⁵

Dando continuidade à discussão, abordando sobre a principal organização feminista desenvolvida no Ceará durante a ditadura militar, destacamos inicialmente que a União das Mulheres Cearenses foi uma instituição criada em 1979, que assim como as demais organizações desse período, tinha como papel fundamental e foco principal a luta contra a opressão presente no governo militar, sendo importante frisar que juntamente com isso as mulheres aliaram suas questões específicas da luta feminista e também da luta de classes, sendo estes os pontos que fazem com que esses movimentos sejam caracterizados também como feministas, e não só como opositores ao regime ditatorial. Outra característica importante dessa instituição seria a sua diferença dentre a maioria das outras organizações feministas, já que na maioria, como retratado anteriormente, estava presente uma minoria das mulheres, sendo as mais privilegiadas socialmente. Mas em contrapartida, a UMC tinha o intuito de:

14 SILVA; SANTOS, *Op. cit.*, p. 5.

15 *Ibidem.*

[...] agregar diferentes mulheres em sua formação. De acordo com o estatuto da organização, a UMC (Artº1) “define-se como uma entidade que luta pelos direitos da mulher, por uma sociedade humana e justa, contra a submissão que foi forjada durante séculos”, [...] Dessa forma, podemos analisar e compreender que a composição da UMC aconteceu de forma plural e diversificada, dialogando com diversas mulheres, mas também, com diferentes pautas. Isso corroborou para que essa organização se diferenciasse de outros movimentos feministas do país.¹⁶

Assim, sendo possível destacar que a principal causa feminista defendida pela organização era voltada para tratar sobre a situação da mulher, fazendo com que estas tivessem consciência, entendessem e assim pudessem combater a submissão, exploração e discriminação na sociedade na qual eram submetidas.¹⁷

Deste modo, levando em conta o que era defendido pelas feministas da UMC, é importante frisar que por conta das influências das vivências específicas delas, muitas das vezes alguns assuntos que eram pautas do meio feminista para as mulheres cearenses ainda eram tabus, sendo inclusive um dos motivos pelos quais muitas delas acabaram não se sentindo representadas por esse movimento, o que leva a uma questão trabalhada pelas autoras Sara Silva e Allana Santos, que seria voltada para pensar as críticas feitas a essa associação, que apesar de ser criada como uma instituição feminista, ao longo de seu funcionamento era possível notar contradições quanto às discussões sobre as pautas feministas.

É importante frisar que essa afirmação citada não diminui a importância do movimento, mas sim nos possibilita analisar e perceber como o meio em que essas mulheres viviam influenciou totalmente suas discussões, mesmo após essa emancipação elas ainda se mantinham de certa forma presas às ideias e preceitos segundo os quais foram criadas e ensinadas a seguir.

Por fim, destacamos novamente a importância de perceber, pesquisar a atuação e participação das mulheres cearenses dentro das discussões locais ligadas ao que acontecia no âmbito nacional, além de notar a relevância da

16 *Ibidem*, p. 3.

17 *Ibid.* p. 4.

temática, visto que na maioria das vezes essas discussões são mais vistas e desenvolvidas a partir da análise de outros espaços, o que muitas vezes nos leva até mesmo a impressão de que as demais regiões não tiveram nenhuma manifestação feminista ou que estas seriam de menor relevância. Por isso ressalto a necessidade de se estudar e dar mais atenção a essas temáticas, que são de fundamental importância para a construção e ensino da história do estado Ceará, incluindo neste quesito as mulheres, que a partir da análise feita neste texto, podemos percebê-las como sujeitos ativos na sociedade, políticos e protagonistas frente às discussões sociais, políticas e econômicas da época.

Considerações finais

Para concluir este capítulo, destacamos como é de extrema importância trabalhar sobre a temática dos movimentos feministas durante a ditadura, já que a partir disso é possível perceber uma perspectiva diferente das lutas feministas, algo que contribui para compreender melhor diversas questões apresentadas na história das mulheres. Por outro lado, apesar do momento de repressão militar e também do contexto social de submissão e inferioridade impostas pelo patriarcado, em que elas quase sempre estiveram inseridas, essas mulheres perceberam a necessidade e possibilidade de se organizarem, e assim participarem das manifestações políticas contra a ditadura e outras injustiças específicas em suas vidas, destacando-se em diversas e diferentes vias de lutas presentes na época, como foi o caso do movimento pela anistia, associação de mães, entre outras tantas organizações presentes nesse período.

Desta forma, destaca-se especificamente a atuação também das mulheres cearenses, que desempenharam papéis importantes e possibilitaram uma inserção dos debates sobre diversos assuntos que antes não eram pautados na sociedade cearense e que deram início a uma possibilidade de discussão e inclusão das mulheres também nas lutas já desempenhadas em outros estados, assim podendo aproximar e situar a história do estado ao contexto dos acontecimentos nacionais.

Por fim, através dos estudos sobre os movimentos femininos e feministas percebemos o papel de protagonistas das mulheres frente às discussões

políticas e sociais da época, sendo vistos também como uma possibilidade de terem acesso ao âmbito público, saindo mais do ambiente privado do lar. Com isso, é possível afirmar que as lutas feitas pelas mulheres nesse período ditatorial tiveram grande impacto, importância e foram de certa forma o início do que seria desenvolvido posteriormente, até a atualidade.



O discurso literário e as representações do movimento guerrilheiro na ditadura civil-militar brasileira na obra *O Que É Isso Companheiro?*, de Fernando Gabeira

Leandro de Oliveira Félix¹

Introdução

Nas últimas décadas, a Literatura vem sendo integrada entre as fontes históricas pelos historiadores, sendo vista como uma linguagem que possibilita inúmeras reflexões acerca da cultura de uma sociedade. Dito isso, entendo a Literatura como uma linguagem dotada de uma considerável articulação entre o imaginário do autor e texto, mas que mesmo assim possui dentro do discurso narrativo um apontamento historiográfico sobre a memória de uma sociedade. Portanto, partindo da reflexão historiográfica e de uma leitura pessoal da obra *O que é isso companheiro?* (1979), este capítulo pretende analisar a representação da luta armada nessa obra de Fernando Gabeira, e ressaltar, a partir das reflexões historiográficas, como a ficção construía e representava um ideal de ‘*revolucionário*’ no período ditatorial brasileiro (1964-1985), refletindo sobre os imaginários postos em uma sociedade a partir do discurso literário.

É importante tecer algumas considerações entre História e Literatura, partindo de alguns autores que trabalham com essa linguagem e que desenvolvem suas pesquisas nesse campo de investigação. Com o surgimento

1 Graduando em Licenciatura em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).
E-mail: felix.oliveiraleandro@gmail.com.

de novas abordagens na escrita da Ciência Histórica, surgiu a necessidade de formular métodos e novas teorias que sustentariam essas pesquisas, pois outras linguagens entram para esse campo de pesquisas. Dito isso, a Música, Cinema, Imagem e a Literatura estão cada vez mais presentes nos estudos da Ciência Histórica, tais abordagens já citadas foram modificadas e pensadas para que essas linguagens não ficassem “soltas”. Dito isso, este estudo articula a Literatura como possibilidade de fonte Histórica, partindo da obra autobiográfica de Fernando Gabeira, “*O que é isso companheiro?*”.

Inicialmente percebemos que no final do século XIX e início do XX ocorre uma mudança de paradigma em relação à literatura. Oliveira contribui:

[...] Durante o século XIX, o lugar que a literatura ocupava era secundário e complementar. Secundário porque a prioridade dada ao historiador em relação aos registros deixados pelos indivíduos do passado estava nos documentos “confiáveis”. Mesmo se valendo da literatura o historiador via esta linguagem com certa desconfiança já que por ter um caráter essencialmente fictício, ela não continha a veracidade que tanto objetivava em suas evidências...”²

Conforme aponta a autora, no século XIX os documentos oficiais eram os únicos tidos como confiáveis pelos historiadores, de forma que a literatura estava descartada como possibilidade de fonte para um historiador dessa época. Mas é nessa mesma época que alguns historiadores começam a pensar sobre a escrita da História. A título de exemplo, a obra de Peter Burke, *A Escrita da História: Novas perspectivas*³ traz uma discussão realizada pela historiografia onde a noção de documento ganha outra perspectiva através da historiografia ocidental – Escola Francesa. Aqui o documento passa a ser tratado como um produto da sociedade que o fabricou, sendo que assim, ele não é neutro, contém uma série de valores, discursos e práticas que são acima de tudo socioculturais. Sendo assim, a Literatura entra nos estudos historiográficos a partir de um debate amplo em que está inserida - O da noção de documento histórico.

2 OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. História e Literatura. Relações de sentido e possibilidade. In: VASCONCELOS, José Gerardo; MAGALHÃES JUNIOR, Antonio Germando (Orgs.). **Linguagens da História**. Fortaleza: Impreco, 2003, p. 82.

3 BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História: Novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. – São Paulo Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

Portanto, adotar a obra literária como possibilidade de fonte para a pesquisa histórica é um exercício ativo de perceber essa linguagem como fruto de relações mais intrínsecas de uma cultura ou sociedade. Nesse sentido, contribui Nicolau Shevchenko: “[...] mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos”.⁴

Sendo assim, é importante ressaltar que a obra de Gabeira é uma biografia – cujo historiador mais conhecido por empreender pesquisas nessa linguagem foi Jacques Le Goff, com trabalhos como *São Luís e São Francisco de Assis*.⁵ Existem muitas biografias consideradas importantes, escritas por jornalistas, memorialistas e historiadores, porém, para que o discurso literário seja metodologicamente inserido aos estudos históricos precisamos levar em consideração outro aspecto: “[...] A análise de dados referente às vidas privadas dos autores é importante [...] mais insuficiente para uma abordagem que perceba nas obras literárias e no seu processo de criação um fenômeno cultural complexo”.⁶

A professora Adriana Fascina contribui para essa reflexão lembrando-nos que antes de adotarmos uma obra literária - aqui autobiografia - como fonte para o texto histórico, o pesquisador precisa perceber o compromisso ou não do autor em produzir sentidos, ou seja, perceber o texto para além da palavra, mas partir de quem escreve e que carrega consigo uma dinâmica entre o que está representado no texto e a realidade social e temporal ao qual ele, o autor, está inserido. Portanto, a partir dessa abordagem da professora Adriana Fascina de investigar a obra literária, iniciaremos falando sobre a vida do autor, que nos ajuda a contextualizar a obra.

“Certamente era de esquerda”

O autor Fernando Gabeira nasceu em 1941 no estado de Minas Gerais, aos 17 anos tornou-se jornalista. Após a instauração do golpe militar no Brasil, Gabeira participou ativamente dos movimentos de esquerda no

4 SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural da Primeira República**. – 2ª ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2003, p. 29.

5 LE GOFF, JACQUES. **São Francisco de Assis**. – 10ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.

6 FACINA, Adriana. **Literatura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004, p. 45.

país, com isso foi preso e exilado como tantos outros que resistiram aos excessos de violência cometidos pelos militares. Quando retornou ao Brasil do exílio na Suécia, em 1979, por meio da lei da anistia, publicou a obra *O que é isso companheiro?*, cujo recorte factual é o sequestro do embaixador Charles Burke Elbrick, que traz em seu discurso importantes reflexões sobre a luta armada no Brasil durante o regime ditatorial. Posteriormente, na década de 1980, o livro ganha um importante prêmio de literatura nacional, o Prêmio Jabuti,⁷ na classificação biografias e/ou Memórias.

Após a premiação, é possível encontrar alguns recortes que servem à reflexão historiográfica para compreendermos a aceitação da obra no país, a título de exemplo, a revista *Veja*, que em 1979 publicou uma reportagem sobre o autor e seu livro intitulada “o brilho voltou”.⁸ Esses dizeres poéticos se referiam não somente ao brilho e coloridos dos biquínis nas praias cariocas, como era uma alusão ao “brilho do momento”, o autor Fernando Gabeira, que voltou ao Brasil em 31 de agosto de 1979. Dois meses depois, em outubro, lançou a obra *O que é isso companheiro?*. Sobre o lançamento do livro, a revista diz: “esgotava-se uma edição a cada dez dias”.⁹

Segundo Gabeira diz na mesma reportagem, cada edição impressa possuía cinco mil exemplares, sendo que a obra teve 20 edições iniciais dentro de um ano e meio. Durante a reportagem fica clara a tentativa da revista de alocar o jornalista dentro de uma expectativa conjuntural maior, onde as discussões se voltavam para a redemocratização do país, sendo assim, sua obra era uma importante ferramenta do pensar político após anos de silêncio e repressão. Ainda outro apontamento importante da reportagem na revista *Veja* diz respeito ao público que lia a obra de Gabeira. Mesmo não dispondo de ferramentas que apontassem com precisão a idade e a classe social dos sujeitos históricos que liam a obra, a revista *Veja* expõe importantes questionamentos que nos aproximam do leitor da obra: “Gabeira despertava a curiosidade dos mais jovens, um fenômeno na mídia, pelo menos três gerações liam o livro [...] faz total sentido falar em um público variado”.¹⁰

7 *Revista Língua & Literatura* | FW | v. 16 | n. 26 | p. 1-227 | Ago. 2014.

8 *Revista Veja*, 7 de Novembro de 1979, p. 42.

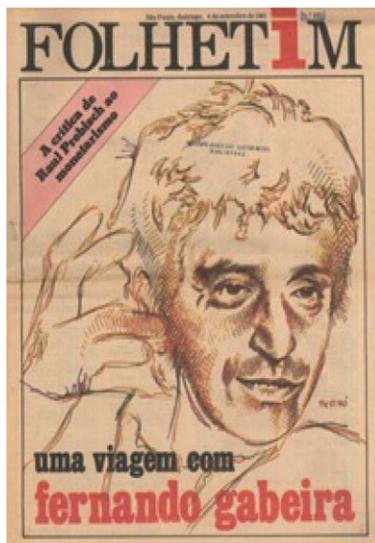
9 *Ibidem*, p. 57-65.

10 *Revista Veja*, 7 de Novembro de 1979, p. 122.

O público leitor da obra de Gabeira pode ser dividido em três, a geração do próprio autor, aqueles que participaram da resistência durante o regime ditatorial brasileiro; para outra parte, os seus relatos falavam de algo que até então lhes parecia desconhecido; e uma geração jovem de 1979-1980, com novas demandas políticas, porém curiosa sobre o “fenômeno” do momento. Sobre o sucesso da obra e o interesse da mídia pelo autor, um importante crítico da época, Davi Arrigucci Junior, acrescenta: “Gabeira se torna mais importante que suas obras”.¹¹ Sendo assim, o crítico aponta para o fato de uma obra literária da década de 1980 ser vendida não somente pelo seu conteúdo, mas também pelo que a revista *Veja* chama de “brilho”, ou seja, o próprio autor.

Um ano depois da publicação da obra e do destaque dado pela revista *Veja*, outro importante jornal, o *Folhetim* de São Paulo, contribui para a consolidação de Gabeira como uma importante fonte de aproximação com esse período ainda desconhecido para muitos. Assim como a revista *Veja*, o jornal destaca, em 9 de setembro de 1981, na matéria de capa, as “viagens” de Gabeira, se referindo ao período do exílio, conforme na imagem abaixo:

Figura 1 - Capa do *Folhetim*, 9 de Setembro de 1981



Fonte: <http://www.ijsn.es.gov.br/custom/download/biblioteca/jornais/FOLHETIM242.pdf>.

11 ARRIGUCCI JR., Davi. Gabeira em dois tempos. In: **Enigma e comentário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987, p. 138.

Apesar da receptividade da obra, a opinião e as interpretações em relação ao período ditatorial não eram homogêneas. Gabeira expõe na matéria publicada no *Folhetim* seu temor em relação à obra: “Acho que não me sacaram ainda”.¹² Gabeira expõe a falta de ações enérgicas que o envolveram na época do regime. No país, apesar da redemocratização, pautas importantes ainda precisavam ser integradas à política, como ele expõe:

[...] é como se a política fosse uma coisa que ocorresse num plano e a realidade de nossas vidas em outro. Os movimentos mais interessantes do mundo moderno acontecem fora dos partidos. O ecológico ...o das mulheres... as grandes revoluções atuais se deram, a maioria fora dos partidos políticos.¹³

Apesar da fama dada ao autor, o próprio Gabeira externava em sua fala acima a preocupação com sentido de revolução na redemocratização, até que ponto os movimentos sociais e o seu próprio leitor estavam integrados com os problemas sociais fora do pensamento cristalizado dos partidos e das instituições políticas.

“Sou uma vaca fardada”: cala-te!

Durante o contexto em que foi redigido o AI-5, as ações militares voltam-se para a censura em importantes veículos de informação nacional. A título de exemplo, o jornal o *Correio da Manhã*,¹⁴ que anteriormente apoiava os ideais progressistas, era agora uma ferramenta da oposição aos militares. Sobre as medidas para tentar calar o jornal, Gabeira diz: “*O Correio da Semana* foi asfixiado pelo corte da propaganda. Só com a venda avulsa não dava para se sustentar. *O Folha da Semana* foi fechado pelo CENIMAR e seus diretores processados...”.¹⁵ Esse órgão era o antigo SSM (Serviço Secreto da Marinha), criado em 1947, que mais tarde, em 1957, foi renomeado de CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), cujo

12 *Folhetim*, 9 de Setembro de 1981: Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/custom/download/biblioteca/jornais/FOLHETIM242.pdf>, p4. Acesso em: 12 out. 2022.

13 *Idem*.

14 MONTEIRO, Charles. **A pesquisa em História e Fotografia no Brasil**: notas bibliográficas. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 185-196, dez. 2008.

15 CENIMAR - CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA.

objetivo era obter “informações de interesse da Marinha do Brasil”,¹⁶ objetivo esse bem articulado com o ideário de segurança nacional de 1964, que encarava qualquer movimento revolucionário como uma possível ação subversiva, sendo assim, seus objetivos justificavam uma série de ações militares em diversos setores sociais por meio de atos coercitivos e violentos.

Os jornais citados logo perderam o interesse em apoiar os ideais conservadores quando a censura afetou consideravelmente sua liberdade de expressão, porém, alguns estudiosos apontam que também não formaram oposição logo nos meses iniciais da instauração do golpe. O professor Rodrigo Patto de Sá esclarece: “[...] a maior parte dos diários achava que a repressão poderia ser compatível com respeito às instituições e, em caso de supressão destas, que o período de exceção fosse breve”.¹⁷

Gabeira acrescenta: “Quando você é repórter e quer participar da oposição, não pode usar juízos de valor nem adjetivos como fazem os grandes articulistas que têm um espaço a sua disposição”.¹⁸

Nesse clima de censura, Gabeira relata um episódio em que pensava escrever sobre o General Mourão Filho,¹⁹ que sofreu um enfarte do miocárdio. Após semanas de intensa atividade em prol do governo militar, o “coração falhou”. Gabeira pensa em intitular a matéria com as próprias falas do general, que se autointitulava em reportagens como: “sou uma vaca fardada”, onde projetava para a nação as práticas esportivas e o corpo atlético dos militares.

Sobre esse momento de repressão à imprensa, o professor Bernardo Kucinski fala de uma imprensa alternativa que se desenvolve na conjuntura de censura:

A imprensa alternativa surgiu de articulações advindas de dois imaginários: o desejo da esquerda de tornar público a si-

16 Decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957, disponível em: <http://www.senado.gov.br/Legislacao/Listapublicacoes?action?id=172722>. Acesso em: 12 out. 2022.

17 MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. *Topoi*, v. 14, n. 26, jan./jul. 2013, p. 62-85 | www.revistatopoi.org.

18 GABEIRA, Fernando. *O que isso companheiro?* Rio de Janeiro. Estação Brasil, 2016, p. 36.

19 Ver: FGV CPDOC. *Olímpio Mourão Filho* nasceu em Diamantina (MG) no dia 9 de maio de 1900, filho de Olímpio Júlio de Oliveira Mourão e de Mariana Correia Rabelo Mourão. Seu pai, advogado, foi deputado e senador estadual em Minas Gerais durante a República Velha. Sua mãe era professora catedrática da Escola Normal de Diamantina.

tução real do país e o de jornalistas que gostaria de se expressar fora das regulamentações impostas aos grandes jornais”.²⁰

As matérias jornalísticas da época surgiriam de diferentes abordagens, desde a participação feminina, críticas à política, movimentos de resistência homossexual e outros temas culturais no contexto latino-americano.

Sangue e lágrimas

A obra de Gabeira é considerada de relevância histórica por tratar de um período importante na historiografia brasileira, nas décadas de 1960 e 1970, trazendo a experiência do próprio autor nos movimentos de guerrilha urbana e no sequestro do embaixador americano Burke Elbrick. Porém, a particular experiência, aponta para uma dinâmica social presente na conjuntura política e social após o golpe militar brasileiro. Gabeira já era participante do movimento comunista e jornalista no *Jornal do Brasil*. Logo que é instaurado o AI-5, o número de prisões e de expropriações militares aumenta consideravelmente. Nesse contexto, surge o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), grupo responsável pelo sequestro do embaixador americano Burke Elbrick, que sem levantar suspeitas conseguiu tamanha façanha no seio da ditadura militar.²¹ Esse grupo já era considerado extinto pelos militares, daí o sucesso da empreitada. São inúmeras as possibilidades do fazer historiográfico sobre essa obra, porém, para fins metodológicos apontaremos alguns. O primeiro apontamento historiográfico está presente logo no início da obra: “Certamente era de esquerda o cara parado na esquina. E, como nós, estava transtornado com o golpe militar, tentando reatar os inúmeros vínculos emocionais e políticos que se rompem num momento desses”.²²

Embora a obra seja categorizada como sendo proveniente de um discurso particular, essa fala apresenta um aspecto importante da configuração dos movimentos revolucionários – o conceito de coletivo. E sobre

20 KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

21 GABEIRA, *Op. cit.*

22 *Ibidem*, p. 11.

esse aspecto, o professor Renato Franco nos esclarece: “O texto de Gabeira apresenta e trata de reconstituir os vários aspectos implicados no itinerário dramático de todos aqueles que aderiram, pelas mais diversas razões, à guerrilha e à luta armada”.²³

Os movimentos de esquerda articulavam com várias siglas e importantes movimentos de base para que suas ações de resistência obtivessem sucesso. Era quase impossível agir isoladamente durante esse período, dado o complexo sistema de inteligência militar que estava presente em todas as camadas sociais.²⁴

Outro aspecto de relevância na obra é a configuração da luta armada, dos movimentos “de esquerda”.²⁵ Em um dado momento, o autor faz duras críticas à violência dos revolucionários:

O frequente despreparo dos membros da organização revolucionária; as condições materiais quase sempre precárias e o lento e terrível processo de fuga desses militantes, insulados, incapazes de conseguir apoio popular à guerrilha [...].²⁶

Desde o ano de 1961, com a oficialização de Cuba como um país socialista, esse aspecto da revolução parece ganhar força na América Latina, de que a revolução seria vitoriosa a partir de uma “vanguarda de guerrilheiros capazes de subverter a ordem e reorientar os rumos do país”, como assevera a historiadora Denise Rollemberg.²⁷ Aqui, Gabeira nos revela um contexto macro no qual a historiografia local está inserida - os ideais revolucionários cubanos, onde a vitória sobre o opressor só seria possível por meio da violência. Gabeira não diz apoiar nem repudiar essa configuração na

23 FRANCO, R. Política e cultura no Brasil: 1969-1979. (Des)figurações. **Perspectivas**. São Paulo, v. 17-18, 1994/1995, p. 59-74.

24 Nessa conjuntura, juntaram-se à luta armada várias organizações. Destacaram-se a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Comando de Libertação Nacional (COLINA), o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares).

25 Aqui, entendo esquerda no período estudado como todo movimento de resistência às ideias conservadores dos militares.

26 GABEIRA, *Op. cit.*

27 ROLLEMBERG, Denise. **O apoio a Cuba à luta armada no Brasil**. O treinamento guerrilheiro / Denise Rollemberg. Rio de Janeiro: MAUD, 2001.

mentalidade revolucionária, porém, para alguns estudiosos, trata de duras críticas ao movimento.

Ainda sobre os revolucionários, Gabeira fala do grupo de revoltados com a conjuntura, mesmo não tendo organização, como os estudantes, ainda assim eram interessantes para o movimento de resistência. Ele aponta:

[...] Duas línguas se falando, nenhuma entendendo a outra, exceto num ponto: estávamos todos contra o governo. O enterro do Edson Luis, no dia seguinte, ia mostrando com clareza essa identidade... Ficou evidente que o movimento estudantil não estava só. [...].²⁸

Nesse aspecto, o movimento estudantil era bastante articulado, Gabeira diz que faziam discursos com “começo, meio e fim”, diferente dos movimentos que “iam passando”, que não tinham e nem estavam inseridos em nenhum programa de militância, mas que mesmo assim eram pessoas que se sentiam “sufocadas”, pessoas que tinham suas queixas e que eram capazes de fazer ouvir suas vozes.²⁹ Assim, em 1968, as manifestações e os movimentos de resistência eram uma articulação de estudantes, intelectuais, artistas e importantes setores de bases nas diferentes regiões do Brasil, eram um movimento articulado com importantes setores da sociedade e todo aquele que de algum modo se sentia insatisfeito com a conjuntura política do país.

Considerações Finais

Após refletirmos um pouco sobre a abordagem literária como fonte para a pesquisa histórica, percebemos que diferentes metodologias podem ser usadas ao interagir com a fonte literária. Tais abordagens levam em consideração não somente o texto em si, mas toda a riqueza de informações conjunturais na qual a obra foi escrita.

Dito isso, a obra de Gabeira representa o desejo, o anseio de tornar eterna a memória não somente de quem escreveu para além disso, cuja sociedade foi silenciada pela violência militar e os esforços ativos e resilientes

28 GABEIRA, , *Op. cit.*, p. 69.

29 GABEIRA, *Op. cit.*

da guerrilha, que almejava a liberdade de ir e voltar, a liberdade de poder se expressar sem censuras.

Concluo que o presente capítulo não esgota as reflexões sobre a obra, que pode ser estudada em diferentes ciências, como a sociologia, antropologia, o próprio estudo e análise do discurso na Literatura e os processos históricos. Portanto, refletir sobre a obra de Gabeira nos faz pensar o ser revolucionário, para além das práticas de guerrilha armada, identificar os discursos e os imaginários que tornavam o ser um revolucionário.



Tô Feliz (Matei o Presidente): Crise no Governo Collor (1990-1992) e os reflexos de uma sociedade indignada

Denilson de Paula Silva¹

Introdução

Para alguns alunos, estudar História pode ser uma tarefa complicada, visto que são milhares de anos de história humana e a tarefa de memorizar todos os fatos relevantes estigmatizou a disciplina como enfadonha. Porém, não necessariamente queremos que decorem todos os nomes de cidades e batalhas que ocorreram, mas que olhem para um determinado recorte ou sociedade e compreendam como se deram as continuidades e rupturas da História. Para isto, repito, não é necessário decorar nomes, mas que entendam que existem bases de sustentação que são essenciais para que haja a chance de uma sociedade sobreviver. Podemos chamá-las de Estruturas Sociais.²

Essas “Estruturas” são em princípio: Sociedade, Cultura, Religião, Economia e Política, que são como as colunas de uma casa que impedem que o telhado venha abaixo. Toda sociedade tem essas colunas. Elas formam as características que as definem no tempo/espço e por meio delas podemos conhecer melhor a dinâmica dentro de uma civilização e sua relação com as outras. Por exemplo, um pesquisador escolhe o período da Ditadura Militar (1964-1985) como tema, assim opta pela Cultural para analisar o objeto.

1 Graduando em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

2 SE LIGA – ENEM E VESTIBULAR. Como Estudar História? Youtube, publicado em 10 nov. 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oPJTDP7hazY>. Acesso em: 27 set. 2014.

Ele verá nesses 21 anos de repressão obras de arte como o *Projeto: Coca-Cola e Cédulas*, do artista plástico Cildo Meireles,³ e músicas como “Cálice”, de Chico Buarque, considerado o hino da resistência contra a Ditadura.

Todas as estruturas mostram uma faceta do recorte escolhido, que juntas constroem o objeto histórico como um quebra-cabeça, que depois de encaixar todas as peças enxergamos a imagem que antes não mostravam, mas que cada parte descrevia um pouco da figura completa.

Neste capítulo, utilizaremos a estrutura social para compreender o período do governo Collor. Escolhemos assim para observar este recorte da História do Brasil, a Música Brasileira, que sempre esteve presente na vida dos brasileiros, sempre abordando problemas sociais, questões culturais e crises políticas. Mais que um entretenimento, a música informa, satiriza e critica o momento atual. Dentre as canções referente à época, podemos destacar *Tô feliz (matei o presidente)*, de Gabriel - O Pensador. Analisaremos neste capítulo como História e Música vêm se juntando para auxiliar a pesquisa histórica, formando novas ferramentas de análise. Depois compreenderemos como o estilo do Rap surgiu e se popularizou nos EUA e posteriormente no Brasil, influenciando grandes nomes como Os Racionais MC's e o próprio Gabriel. Passaremos brevemente pela trajetória do rapper e sua entrada para a indústria musical, já incomodando a sociedade da época a ponto de ser censurado alguns dias depois. Assim entenderemos como o rap “*Tô Feliz (matei o presidente)*” reflete a indignação da população, intercalando as passagens das estrofes com os eventos históricos.

História & Música

A música já é utilizada pelos historiadores há muito tempo, tanto pelos pesquisadores quanto pelos professores. É perceptível a eficácia desta fonte quando se busca auxílio na pesquisa ou para ilustrar o período ensinado na aula. Quem nunca teve uma aula de Ditadura Militar e não teve a oportunidade de ouvir a música “Cálice”, de Chico Buarque? De fato, esse

3 FALA UNIVERSIDADES. DA MPB ÀS ARTES PLÁSTICAS: A IRREVERÊNCIA DOS ARTISTAS NA DITADURA. Publicado em 17 jun. 2020. Disponível em: <https://falauniversidades.com.br/da-mpb-as-artes-plasticas-a-irreverencia-dos-artistas-na-ditadura/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

recurso é essencial para se compreender o objeto de estudo. Mas saindo um pouco do óbvio, o que os professores costumam fazer na grande parte das vezes é estudar com os alunos a “letra” da música ao invés da música em si. Não que essa prática esteja errada, pois “a canção, enquanto documento, tem a rica capacidade de tornar uma narrativa assimilável e, ao se valer de uma letra, debate diversos valores e questões que se constituem historicamente”.⁴

Outras escolhas que o artista faz para compor também são importantes, isto porque são – como dito agora – escolhas, pensadas para ter um determinado impacto no ouvinte. Pensemos em uma cena de filme de terror. Tudo é planejado para naquele momento fazer você pular da cadeira. Na música, o mesmo acontece: como o artista está cantando? Ele está usando efeitos sonoros de ambientação? Que melodia ele está usando? “Todos esses elementos são importantes e podem nos transportar para outro tempo e espaço, resgatar memórias e reacender emoções”.⁵

Além desses elementos, notamos uma visível ausência de propostas de ensino de história interessadas em pensar o significado das instrumentações e elementos sonoros presentes em canções. Contrariando noções calcadas no senso comum, os elementos sonoros de canção não podem ser vistos como naturais ou universais. Ao contrário disso, os instrumentos, timbre, notas e escalas são elementos que também podem ser pensados em termos históricos.⁶

Tendo em vista esses elementos, acredito que a compreensão da música e do recorte histórico que o professor deseja contemplar será satisfatória. Assim, indo ao encontro da análise que apresentamos na introdução sobre as estruturas, se quisermos estudar uma canção, a letra é apenas uma peça do quebra-cabeça. José D’Assunção Barros explica que “a boa História da Música seria aquela realizada por um historiador que possua simultanea-

4 SOUSA, Rainer Gonçalves. O uso de música no ensino de história. **Brasil Escola**, publicado em 20 jul. 2012. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/o-uso-musica-no-ensino-historia.htm>. Acesso em: 04 set. 2022.

5 AIDAR, Laura. História da Música. **TODA MATERIA**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/historia-da-musica/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

6 SOUSA, *Op. cit.*

mente conhecimentos de História e de Música”.⁷ O pesquisador que tiver essas ferramentas em mãos será capaz de unir as teorias e assim criar um novo conceito de análise histórica, o que D’Assunção Barros chama, por exemplo, de “acorde historiográfico”. Dessa forma, a música transcende do puro entretenimento para se tornar algo maior. Um caminho pelo qual a História flui.

Através das fontes musicais, podemos estudar não somente a música de uma dada sociedade (o que confluiria para uma história da música), mas também a própria sociedade como um todo, nos seus aspectos extramusicais. Nesse caso, ao invés de uma História da música, teremos uma História através da música.⁸

Por isto, acentuo que a música deve ser concebida, enquanto fonte historiográfica, pelos seus aspectos sonoros com o mesmo esmero que o estudo das letras. Tendo isto como objetivo, buscaremos neste pouco espaço de debate contemplar a análise da canção que traremos aqui, usando para isso o arcabouço teórico possibilitado pela análise da História & Música.

O que é o RAP?

O Rap é um estilo musical que une ritmo com poesia para criar uma canção, inclusive, vem daí o significado de RAP (*Rhythm And Poetry*), traduzindo grosseiramente como Ritmo e Poesia. Os primeiros sinais do movimento que amadureceria como Rap vieram da Jamaica pela década de 1960. Com o surgimento de amplificadores de som, os moradores dos guetos poderiam fazer festa em qualquer lugar, não precisando de ingresso ou palco. Nessas apresentações improvisadas tinha a figura do *Toasters*, que era um animador/organizador da festa conhecido também como DJ (Disc Jockey) ou “discotecário”, e contava com a presença de um MC (Mestre de Cerimônia), que era o responsável por fazer o som com o DJ. Para facilitar a vida dos cantores que quisessem acompanhamento nas letras e não dispunham de um equipamento de som, foi inventado o *Beatbox*, que consistia em uma pessoa produzindo sons e batidas pela boca.

7 BARROS, Jose D’Assunção. **História e Música**. Uberlândia (58); 25-39, jan./jun., 2018, p. 27.

8 *Ibidem*, p. 29.

Então em 1970 uma crise social e econômica caiu sobre os jamaicanos, que não viam solução a não ser migrar para os EUA, levando na bagagem suas expressões musicais. O DJ Kool Herc foi um dos responsáveis por levar e popularizar o ritmo nos guetos norte-americanos. Logo o estilo veio a se popularizar, ganhando as ruas e diversas pessoas começaram a produzir seus próprios Rap's. Na Jamaica, as letras eram dedicadas para a diversão e entretenimento, com apenas alguns usando esse espaço para criticar. Já nos EUA, temas sociais foram a matéria-prima para as rimas: miséria, descaso, desilusão política, recheavam as letras dos primeiros rappers que lutavam por reivindicações.

Com o tempo, os discos comuns não agradavam mais o público, então os MC 's começaram a misturar os estilos e criar novas músicas. “[...] Essa mixagem de sons é chamada de *sample*, em que trechos de canções já existentes são combinadas a outras”.⁹ O compositor cria a melodia adicionando trechos de outras músicas, podendo ou não ter conexão com o tema inicial. Podemos citar a música “*Palavras repetidas*”, de Gabriel o Pensador, onde ele costura sua canção com a música “*Pais e Filhos*”, do Legião Urbana. Então, na verdade, ao invés de “plagiar a música”, elas se complementam. Com o tempo, variações começaram a surgir do Rap, como o *Freestyle* (feito no improviso) e o *Gangsta rap* – este denuncia a desigualdade dos pobres e o massacre nos guetos.

Sobre o Rap Nacional, as fontes ora se complementam, ora se chocam. Para a origem (ou os primeiros vestígios do Rap ainda jovem), parece haver um consenso em eleger São Paulo como o estado brasileiro onde o Rap teve seu embrião e se desenvolveu na década de 80. “A cidade de São Paulo foi a primeira cidade a viver o rap nacional, o que faz dela o berço dessa cultura e estilo de vida”.¹⁰ E para o precursor, a honraria de divulgador é atribuída por consenso ao DJ Theo Werneck, se apresentando no Teatro Mambembe. No princípio, contudo, não foram flores. A canção que denunciava o que ninguém queria ouvir encontrou resistência no início do caminho. O Rap era produzido por gente “marginalizada”, logo a canção

9 DAMASCENO, Rafaela. Entre o ritmo e a poesia: um mergulho na história do rap. **LETRAS**, publicado em 29 jul. 2020. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/blog/historia-do-rap/>. Acesso em: 04 set. 2022.

10 Rap no Brasil, você sabe como começou?. **Revista RAP**. Publicado em 25 jun. 2018. Disponível em: <https://www.revistarap.com.br/rap-no-brasil/>. Acesso em: 04 set. 2022.

ganhou esse estereótipo de “coisa de bandido”, como acontece com o *funk* atualmente. Muitas foram as dificuldades encontradas pelos *rappers*, já que era taxada como música violenta e principalmente de periferia, o que era já o preconceito se mostrando para todos.¹¹

Depois de o Rap superar as primeiras barreiras sociais, a indústria começa a olhar para esses rappers. E aqui temos um choque de fontes. DJ Theo Werneck produziu os primeiros sons, mas quem ficou conhecido pela mídia e levou o nome Rap para o público Geral? Alguns afirmam que foram Thayde e Dj Hum.¹² E têm outros que já preferem afirmar que o grupo Racionais MC's teve essa honra quando lançou o disco Holocausto Urbano.¹³ Mesmo que não tenham sido eles a levar o Rap ao destaque, com certeza ajudaram na popularização da “poesia das ruas”.¹⁴

Independentemente de quem tenha espalhado o estilo, é fato que o Rap já faz parte da cultura musical brasileira e inúmeros outros artistas já conseguiram sucesso, como Projota, Emicida e Gabriel O Pensador. O Rap se afastou do estereótipo de “música de bandido”, se aproximando mais do movimento cultural que critica o sistema opressivo e alerta para os riscos do crime e violência. Além da sua importância musical, ele também tem relevância social. “Os rappers do nosso país inspiram e incentivam os jovens das favelas e das periferias a se afastar da criminalidade, com mensagens marcantes de luta e superação”.¹⁵

Quem é Gabriel, o Pensador?

Faremos um breve levantamento sobre o artista que escolhemos para trabalhar, contando sobre o seu trabalho como rapper, o álbum, a música em questão e sua relevância para a sociedade e historiadores. Gabriel Contino, assumindo o nome artístico de Gabriel O Pensador, nasceu no Rio de Janeiro do dia 04 de Março de 1974. Atualmente, além de cantor e compositor já publicou alguns livros, como “Diário Noturno”, que é uma

11 *Ibidem.*

12 *Ibidem.*

13 TUDO EM FOCO. História do Rap no Brasil. **Tudo Em Foco**. Disponível em: <https://www.tudoemfoco.com.br/historia-do-rap-no-brasil.html>. Acesso em: 04 set. 2022.

14 DAMASCENO, *Op. cit.*

15 *Ibidem.*

autobiografia lançada em 2001, “Um garoto chamado Roberto”, lançado em 2005 e ganhador do Prêmio Jabuti de melhor livro infantil em 2006, e “Meu pequeno Rubro-Negro”, em 2008.¹⁶

O início da sua carreira começa no final de 1992, ainda estudante de Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Enviou uma “fita demo” (fita de demonstração, equivalente ao currículo) da música “*Tô feliz (Matei o Presidente)*” para a hoje extinta Rádio RPC, que não demorou a ser a mais pedida da emissora. Porém, pelo conteúdo agressivo que incitava o assassinato do então Presidente Fernando Collor, a música foi censurada cinco dias depois.

Já no primeiro sucesso, “*Tô feliz (Matei o presidente)*”, **Gabriel o Pensador** mostra a que veio. Com ousadia e pé na porta, a música acabou por dar voz aos milhares que pediam o impeachment de **Fernando Collor de Mello**.¹⁷

Após surgir para a indústria musical, Gabriel procura assinar contrato com alguma gravadora. Tenta em São Paulo um acordo com a gravadora Kaskata, que era bem popular entre os amantes do estilo, e por isso Gabriel, que queria furar a bolha dos “catequizados pelo Rap”, não chega a um acordo.¹⁸ Gabriel volta para o Rio em busca de um selo maior, assina com a Sony Music e, em 1993, lança seu primeiro disco, “Gabriel O pensador”, no qual já mostra o quão diferente era, com um disco bastante autoral e com músicas críticas, divertidas e irônicas, dentre as quais “*Lôraburra*”, “*Retrato de um Playboy*” e “*Lavagem Cerebral*”.¹⁹ Vale também citar a primeira música que abre seu disco, “*Abalando*”, que comenta sobre a censura que ocorreu e expõe o caso para aqueles que acham que a censura acabou junto com a Ditadura Militar.

16 PENSADOR. Biografia de Gabriel O Pensador. **Pensador**. Disponível em: https://www.pensador.com/autor/gabriel_o_pensador/biografia/. Acesso em: 08 set. 2022.

17 A construção de Gabriel O Pensador. **Revista trip**, Spotify. Publicado em: 17 de out de 2017. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/documentario-spotify-a-historia-de-gabriel-o-pensador>. Acesso em: 08 set. 2022.

18 FLOW PODCAST. **Gabriel O Pensador**. YouTube, publicado em 24 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HKRNEPnS35A&t=7297s>. Acesso em: 09 set. 2022.

19 PENSADOR, *Op. cit.*

Na época a crítica especializada torcia o nariz para Gabriel, sobretudo pela origem abastada dele. As letras que ele escreveu, colocadas sobre as bases de Fonseca e Memê, constituem um material de alta qualidade, cheio de abrangência e com potencial para fornecer um retrato preciso do cotidiano daquele início de década de 1990.²⁰

Gabriel continuou gravando com a Sony Music e com ela vieram os álbuns *“Ainda é Só o Começo”* (1995), que não teve o mesmo sucesso e impacto do primeiro, muito pelas polêmicas causadas com as músicas *“Estudo Errado”* – criticando a forma de ensino nas escolas – e *“FDP”*; *“Quebra Cabeça”* (1997), que trouxe o rapper novamente para o centro das atenções com as músicas *“Cachimbo da Paz”* e *“Festa da Música”*, que estouraram, levando o CD a ultrapassar a marca do um milhão de cópias vendidas; *“Seja Você Mesmo (Mas Não Seja Sempre o Mesmo)”* (2001); *“Nádegas a Declarar”* (2002) e *“Cavaleiro Andante”* (2005), no qual *“Tudo na Mente”*, *“Sem Neurose”* e *“Tempestade”* são destaques do CD.²¹ Tempos depois, Gabriel deixa a gravadora e em 2012 lança o álbum *“Sem Crise”* de forma independente.²²

“Tô Feliz (Matei o Presidente)” e o Governo Collor

Analisaremos a música *“Tô Feliz”* e faremos as devidas considerações tentando, enquanto isso, contextualizar o período de Fernando Collor de Mello na presidência (1990-1992). A música de Gabriel, como um produto do seu tempo, tem acontecimentos do cotidiano que só quem estava vivendo, ou quem é conhecedor da época consegue identificar ao ouvir. Podemos dizer que está recheada de referências e *Easter eggs* (usando um termo familiar dos cinéfilos). O rapper usou para sua canção um *sample* da música do grupo *Imagination*, chamada *Just an illusion*.²³ O que é irônico, já que a música referenciada (Apenas uma ilusão, na tradução), logo na primeira estrofe fala

20 LIMA, Carlos Eduardo. **CADÊ** – O Primeiro Disco de Gabriel O Pensador (1993). Monkey Buzz. Publicado em 23 jun. 2014. Disponível em: <https://monkeybuzz.com.br/materias/cade-o-primeiro-disco-de-gabriel-o-pensador-1993/>. Visitado em: 08 set. 2022.

21 LETRAS. Biografia de Gabriel O Pensador. **Letras**. Disponível em: <https://www.lettras.com.br/gabriel-o-pensador/biografia>. Visitado em: 08 set. 2022.

22 PENSADOR, *Op. cit.*

23 WIKIPEDIA. Gabriel O Pensador (Álbum). Publicado em 1 mar. 2021. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_o_Pensador_\(%C3%A1lbum\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_o_Pensador_(%C3%A1lbum)). Visitado em: 08 set. 2022.

“buscando um futuro mais favorável/ que esteja em outro lugar, num outro momento/ [...] com a esperança de nunca ter que dizer:/ é só uma ilusão”.²⁴ Seria o governo de Collor uma ilusão, um surto coletivo?

Depois de muitos anos, o Brasil finalmente escolheria seu presidente diretamente pelo voto do povo, que desde o golpe civil-militar de 1964 não usufruía deste direito. Esse período é tão marcante que tudo o que veio depois se chamaria Nova República. E para inaugurar esse evento, Fernando Collor foi eleito o presidente que carregaria a responsabilidade de governar o país com os traumas que a ditadura deixou. Para alguns, era a primeira vez que votariam para Presidente da República e escolhas de candidatos não faltaram:

Nas eleições diretas para a presidência da República que ocorreriam em novembro de 1989, vários partidos políticos lançaram candidato. Entre eles estavam nomes tradicionais, como os de Leonel Brizola (PDT), Ulysses Guimarães (PMDB), Mário Covas (PSDB), Aureliano Chaves (PFL) e Paulo Maluf (PDS). Todavia, chegaram ao segundo turno das eleições dois nomes novos no cenário político nacional: Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio da Silva (PT).²⁵

Os dois últimos eram desconhecidos no cenário político e não eram nem os favoritos no primeiro momento, esse posto era de Leonel Brizola e Ulysses Guimarães, políticos já tradicionais. Contudo, Brizola e Ulysses Guimarães não obtiveram sucesso. Com isso, outros dois subiram em disparada ao topo: Lula e Collor.²⁶ A eleição de 1989 foi bipolarizada, pois Collor e Lula eram as novas caras da direita e da esquerda no Brasil, respectivamente, e as ideias de governo que eles tinham para o Brasil refletiam bem essas disparidades.²⁷

24 SCHEBLING, Raquel. **Imagination** – Just na illusion – legendado – tradução. You Tube, publicado em 12 de Out. de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ulOZxFCAS-c>. Acesso em: 20 set. 2022.

25 NOGUEIRA, Fausto. Capítulo 16. A redemocratização do Brasil – O Governo Collor de Mello. *In*: NOGUEIRA, Fausto Henrique Gomes; CAPELLARI, Marcos Alexandre (Orgs.). **HISTÓRIA**, 3º ano: ensino médio – 1. ed. – São Paulo: Edições SM, 2010. – (Coleção ser protagonista) p. 250-251.

26 SILVA, Daniel Neves. “Governo Collor”. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/governo-collor.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

27 NOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 250-251.

A disputa eleitoral entre esquerda e direita não ocorreu somente pelos posicionamentos dos candidatos, mas pelo que defendiam veementemente.

Collor apresentou-se como um político jovem e moderno que vinha para incentivar o desenvolvimento individual, defendendo a diminuição do Estado brasileiro. Lula, por sua vez, procurou desfazer a imagem de radical e defendia um desenvolvimento com leve distribuição de renda, de maneira a construir uma sociedade mais igual.²⁸

E aqui encontramos a primeira referência da música. Logo no início já temos uma mixagem do jingle da campanha de Collor, usado ainda no 1^a turno: “chegou a hora de acabar com os marajás, sou Collor”.²⁹ A música foi responsável por introduzir o verbo “collorir”, porém o que nos interessa no momento é outro termo que desde o início da campanha foi a marca registrada de Collor: Marajá, sendo até mesmo chamado pela imprensa de “o caçador de Marajás”.

Na época, Collor usou um discurso que é a “carta na manga” de qualquer político que queira ganhar adesão do povo indignado – discurso contra a corrupção e a promessa de acabar com ela. Foi daqui que ele vulgarizou o termo pejorativo “marajá”, do seu estado – Alagoas – para nomear os funcionários públicos que se beneficiavam com a burocracia estatal e que tinham influência política. Essa “caça aos marajás” rendeu a Collor o topo das pesquisas.^{30 31 32}

Depois da mixagem do jingle começa a história da música, onde o repórter entrevista o suspeito Gabriel O Pensador sobre o assassinato e ele conta como foi que ocorreu o crime – como se fosse um *Storytelling*. A narração da música é contada em primeira pessoa, interpretada pelo rapper

28 *Ibidem*.

29 POLITICAS & ELEIÇÕES. [RARIDADE] Jingle Completo de “Chegou A Hora de Acabar com os Marajás” Fernando Collor 1989. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GYz798IROak>. Acesso em: 16 set. 2022.

30 NOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 250-251.

31 FERNANDES, Cláudio. Governo Collor. **Mundo Educação**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/governo-collor-mello.htm>. Acesso em: 11 set. 2022.

32 RODRIGUES, Natália. Governo de Fernando Collor. **Infoescola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/governo-de-fernando-collor/>. Acesso em: 11 set. 2022.

que teria abordado, com um pedaço de pau, o presidente e sua esposa, Rosane Collor, enquanto passeavam. Aqui o rapper canta a melodia da canção infantil “atirei o pau no gato”, só que troca o gato pelo “rato”, símbolo da corrupção: “Atirei o pau no rato/ mas o rato não morreu/ dona Rosane, admirou-se do ferrão/ três-oitão que apareceu” matando o presidente com um tiro no olho.

Gabriel foge da cena do crime e, chegando em casa, assiste o noticiário sobre o crime. Respondendo à pergunta de Rosane, que questiona o “porquê” do homicídio, Gabriel desabafa sobre como o presidente Collor enganou o povo e prometeu e não cumpriu. Além disso, o rapper canta um verso que é um apanhado dos podres do governo até então:

É “podre sobre podre” essa novela
É **Magri**, é **Zélia**
É **Alceni** com bicicleta e guarda-chuva
LBA Previdência chega dessa indecência
Eu apertei o gatilho e agora você é viúva (grifos nosso).³³

Gabriel lista alguns casos emblemáticos na política de Collor: o ex-ministro do Trabalho e Previdência, Antônio Rogério Magri, foi acusado e condenado por corrupção. Ele teria recebido propina de US\$ 30 mil para desviar fundos do FGTS para uma obra no Acre.³⁴ A ex-ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, estava à frente do Plano Collor. Antes da posse, a ministra afirmava que não haveria confisco, o que veio a se contradizer após assumir o ministério com o lançamento do Plano³⁵ - falaremos disso mais a frente; o ex-ministro da Saúde, Alceni Guerra, que foi acusado pela compra de bicicletas superfaturadas, mas acabou inocentado tempos

33 ANÁLISE DE LETRAS. **Gabriel O Pensador Tô feliz (Matei o presidente)**. Disponível em: <https://analisedeletras.com.br/gabriel-o-pensador/hoje-eu-to-feliz-matei-o-presidente/>. Acesso em: 16 set. 2022.

34 MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Magri é afastado da pasta do trabalho. **Memorial da democracia**, publicado em 17 jan. 1992. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/magri-e-afastado-da-pasta-do-trabalho>. Acesso em: 18 set. 2022.

35 EXAME. Há 30 anos, brasileiro recebia o anúncio de confisco da poupança. Publicando em 15 mar. 2020. Disponível em: <https://exame.com/economia/ha-30-anos-brasileiro-recebia-o-anuncio-de-confisco-da-poupanca/>. Acesso em: 18 set. 2022.

depois;³⁶ e LBA (Legião Brasileira de Assistência), chefiada pela Rosane Collor, foi acusada de corrupção e desvio de dinheiro.

A música continua com uma multidão gritando o nome de Gabriel pelas ruas em uma festa generalizada com o fim da opressão do povo. Na letra, diz que o povo estava unindo “Corinthiano e palmeirense/ Flamenquista e vascaíno/ Todos juntos com a bandeira na mão cantando o hino”, enfim, uma felicidade como nunca houvera antes. E um pouco antes disso, ele faz alusão ao confisco das poupanças e contas correntes:

Tava bonito demais
Alegria e tudo em paz

E ninguém vai bloquear nosso dinheiro nunca mais (grifo nosso).³⁷

Collor assume dia 15 de Março de 1990 e, para a surpresa de todos, no dia seguinte é anunciado o **Plano Collor**, que confiscaria a poupança e contas correntes para barrar a inflação. Dois terços dos cinco trilhões de cruzados em circulação no país foram congelados, assim como as contas correntes de 60 milhões de brasileiros.³⁸ Após o comunicado, o pânico se instaurou e as pessoas correram para os bancos para sacar o seu dinheiro antes que fosse bloqueado e evitar perda.³⁹

Todos os depósitos bancários acima de 50 mil cruzados novos, um valor baixo, na época, incluindo contas correntes, cadernetas de poupança e aplicações financeiras, foram congelados por 18 meses. Depois desse período, o dinheiro foi devolvido em parcelas corrigias monetariamente. O objetivo era tirar o dinheiro de circulação para, assim, conter o consumo e reduzir a inflação.⁴⁰

36 FREIRE, Zelia Maria. O caso do superfaturamento de bicicletas e o erro dos jornalistas (deborahdelbart brasil, jornalismo). **Recanto das letras**, Publicado em: 12 dez. 2016. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/artigos/5851523>. Acesso em: 16 set. 2022.

37 ANALISE DE LETRAS, *Op. cit.*

38 ALVES, Alexandre. Capítulo 14. O Brasil contemporâneo – Tema 1 A Nova República. *In*: ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes de. **Conexões com a história**. – 2. ed. – São Paulo: Moderna, 2013, p. 230-231.

39 SILVA, *Op. cit.*

40 NOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 250-251.

Depois do choque inicial, as pessoas deram seu voto de confiança a Collor, crendo que a economia do Brasil seria restaurada novamente. E de fato a inflação baixou, mas voltou a subir nos meses seguintes e com isso é posto em prática, no dia 31 de janeiro de 1991, o **Plano Collor II**, que dessa vez congelou os preços e salários. Contudo, Collor tinha um grave problema depois que o primeiro plano fracassou: ele perdeu a confiança do povo, que já recebeu o segundo plano com descrença, o que se concretizaria, já que o plano não achatou a onda inflacionária.

Perto do final da canção temos o funeral de Collor no cemitério, onde o povo invade a cerimônia zombando do falecido “[...] Bonita camisa Ferdinandinho/ Você nessa roupa de madeira tá bonitinho”, além de um grupo exaltado ter degolado o morto e queimado o corpo enquanto joga bola com a cabeça do presidente. O clima é de festa generalizada. No último refrão há uma mixagem de áudio repetindo em *loop* “Collor, morreu”, ficando mais grave a cada repetição.

No lançamento da música em 1992, Collor estava passando por duras crises no seu governo, que desde 1990 vinha sofrendo com boatos de corrupção vindos a se confirmarem com a exposição dos ministros que afundam Collor ainda mais. Por fim, é citado um personagem chave na queda de Collor no final do rap:

E o velório vai ser chique
Sem falta eu tô lá
Ouvi dizer que é o **PC** que vai pagar (grifo nosso).⁴¹

Em maio de 1992, a situação se complicou para Collor após seu irmão, Pedro Collor, ter concedido uma entrevista para a revista *Veja* denunciando o caso e ligando o nome do presidente ao esquema de corrupção.⁴² O Rap encerra sem citar o *impeachment*, porém, na data de lançamento, as investigações da Polícia Federal já estavam em cima de Paulo César Farias – o PC Farias – tesoureiro da campanha de Collor e amigo íntimo, e já envolvia o presidente. O Rap de Gabriel O Pensador foi genial para a época, pois além de conseguir reunir todos os escândalos ele foi a voz de

41 ANALISE DE LETRAS, *Op. cit.*

42 SILVA, *Op. cit.*

indignação do povo. Fernando Collor de Mello não foi morto como na história do Rap de Gabriel, seu destino foi outro.⁴³

Com a denúncia, vários partidos se juntaram e convocaram uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que evoluiu para um *impeachment*. No segundo semestre de 1992, Collor buscou refúgio no povo e pediu que saísse às ruas de verde e amarelo para apoiá-lo. Contudo, ao invés das cores da bandeira os manifestantes foram de preto, luto pelo Brasil na corrupção. Essa manifestação ficou conhecida como “os caras pintadas”.⁴⁴

Com a iminência do *impeachment*, Collor, em 29 de Setembro de 1992, renuncia ao cargo de presidente, entretanto, o processo não é interrompido e no final Fernando Collor é julgado culpado e perde seus direitos políticos por oito anos. A renúncia antes do resultado tinha como objetivo preservar os direitos de Collor – uma derradeira e inútil tentativa.⁴⁵

Considerações Finais

O período do governo Collor, como outros na história, tem sua própria historicidade que o separa dos demais, e com a análise do Rap em questão, essas características foram postas à mesa. Analisando a música vimos como o personagem/cantor se sente indignado em relação ao presidente, sentimento que não é somente seu. Vários escândalos que ao fim chegaram até Collor revoltaram o país, que mal entrou na nova fase da República e já tropeçou. De fato, o governo carregou as crises socioeconômicas de outras gestões e as decisões tomadas – como o Plano Collor – não o favoreceram. Utilizando a música, conhecemos mais sobre esse momento – e preenchemos um pouco o quebra-cabeça. Com certeza, se usássemos outra estrutura de explicação como a Economia saberíamos ainda mais sobre (talvez se o Plano Collor foi eficaz, por exemplo).

Música e educação é uma junção tão natural quanto História e Geografia para a formação do aluno. Com a música, não só os professores de História se beneficiam, como também as demais disciplinas, como Inglês

43 FERNANDES, *Op. cit.*

44 SILVA, *Op. cit.*

45 NOGUEIRA, *Op. cit.*, p. 250-251.

(sendo bem comum para compreender a língua falada) e a Matemática (aqui me refiro ao conteúdo transformado em canção para melhorar a fixação), por exemplo. Claro que no caso desta música do Gabriel O Pensador o professor deve “poupar” algumas salas, já que o conteúdo, apesar de muito esclarecedor, contém linguajar e cenas violentas.

Os trabalhos feitos de História e Música já auxiliaram muito a disciplina nas escolas e só têm a aumentar a adesão da música como linguagem para desbravar os temas mais “enfadonhos” e trazer à luz a beleza de estudar História, que antes estavam envoltos no estigma, como o Governo Collor. Assim como “*Cálice*” carrega o peso do seu período, “*Tô feliz (Matei o Presidente)*” é indispensável para aqueles que querem compreender o início da Nova República ou para ilustrar o período em sala de aula.



Blues brasileiro: a história do blues cantada pelo Brasil

Filipe Gomes de Andrade¹

Introdução

A música, em geral, é reconhecida por pesquisadores como uma modalidade de arte que desenvolve a mente humana, promovendo equilíbrio, facilitando o raciocínio e reflexões voltadas para o pensamento. Ela também é composta por identidades e vivências de pessoas de diversas partes da história do mundo. A música é uma linguagem da arte e sua forma de usar essa linguagem é através de sons, instrumentos e melodias que nos permitem chegar aos mais diversos povos e tempos por onde ela foi usada. Músicas manifestam sentimentos e histórias humanas, é uma das formas de arte mais sublimes já criadas pelo homem.

A forma de se criar uma música depende do seu gênero musical e do seu contexto. Cada um desses gêneros expande um pouco mais a linguagem da música na nossa cultura, tendo a ideia de que cada gênero tem sua própria forma de expressão e fazendo uso de determinados ritmos e instrumentos musicais, sendo a música uma ferramenta importante da cultura humana. Com isso, ela pode e deve ser usada como objeto de estudo para ampliar ainda mais as fontes históricas que o historiador pode vir a utilizar. Este trabalho tem seu foco nas músicas de *blues* dos anos de 1980 e 1990, quando se tem o início do blues como um gênero primário de bandas e artistas no Brasil.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em História na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

A história do “blues”

O livro *Blues: da lama a fama*, de Roberto Muggiati, é iniciado com a frase: “O *blues* nasceu com o primeiro escravo na América”. O *blues* é um gênero musical que nasceu nos Estados Unidos, uma espécie de mistura de estilos, onde se tinha a identidade e a expressão da música africana misturada com os instrumentos europeus. Um gênero musical criado por homens e mulheres que foram tirados de sua terra para servirem como escravos nas plantações do Sul dos Estados Unidos, cantando suas dores e cantando suas histórias. Esse gênero ganhou o mundo e hoje é respeitado por muitos músicos e amantes da música como um dos principais precursores do *rock and roll*.

No ano de 1619, os navios começavam a chegar ao porto do estado americano da Virgínia,² nele estavam os primeiros escravos forçados a trabalhar até a morte, tirados de sua liberdade eles começaram a usar a voz para preservar sua cultura e aliviar um pouco o fardo do trabalho puxado, nessas cantorias pelas lavouras que surgiu o blues, ainda sem instrumentos e sem padronização, era apenas uma música cantada por todos ali presentes. Eric Hobsbawm descreve alguns elementos característicos da música africana que foi cantada pelos escravos nas lavouras dos Estados Unidos:

Entre os africanismos musicais que os escravos trouxeram consigo estavam a complexidade rítmica, certas escalas não clássicas – algumas delas, como a pentatônica comum, encontrável em músicas europeias não clássica – e certos padrões musicais. O mais característico deles é o padrão de “canto e resposta”, predominantes nos *blues* e que é preservado em sua forma mais arcaica na música das congregações de *gospel* negro. Certos tipos de canções funcionais foram, sem dúvida, também trazidos pelos escravos: canções de trabalho em geral, músicas satíricas e coisas do gênero. Tais práticas musicais africanas características, como polifonia vocal e rítmica e a improvisação onipresente também pertencem à herança musical dos escravos. Os únicos instrumentos que eles trouxeram consigo da África foram os rítmicos, ou os

2 É um dos 50 estados dos Estados Unidos. Foi a primeira área do país a ser colonizada pelos britânicos. Jamestown, uma de suas primeiras cidades, foi o primeiro assentamento britânico permanente nas Américas, fundado em 1607.

rítmico-melódicos, e suas vozes; porém os timbres e inflexões característicos da voz africana invadiram todos os instrumentos desde então (HOBSBAWM, 1990, p. 52).³

Algum tempo depois, com o fim da escravidão nos Estados Unidos, a língua inglesa já estava inserida na música; instrumentos como o violão, gaita e piano foram usados para completar a harmonia e assim o *blues* foi ganhando agora espaço nas casas de shows do país e com o tempo ganhou o mundo.

O *blues* é um gênero musical que apresenta características que estão presentes até hoje em muitos outros gêneros musicais, como o *Rock*, o *Gospel* e o *Pop*, por isso ele é tão influente no meio da música, é perceptível ouvir referências, progressões⁴ ou até mesmo propriedades do *blues*. Muggiati, em seu livro, nos mostra a criação do *blues* nos Estados Unidos e a sua passagem pelo mundo, influenciando e reinventando outros gêneros musicais:

Em seus cem anos de vida, o blues fez uma longa viagem, das margens lamacentas do Mississipi até neon das marquises nas grandes cidades. A blue note coloriu virtualmente todo tipo de música deste século, do bop à bossa, do rap ao rock, do clássico a discoteca (MUGGIATI, 1995, p. 216).⁵

As características do “blues”

O *blues* tem uma característica musical muito única e por muitas vezes considerada simples, musicalmente falando, “mas é na simplicidade que está a sua maior riqueza” (NORONHA, 2012).⁶ O *blues* é algo muito mais voltando para o sentimental, é algo com uma técnica mais básica, tendo seu foco na composição, tendo muitas vezes uma letra expressiva ou mesmo uma melodia musical que transmita algum tipo de sentimento.

3 HOBSBAWM, Eric J. **História Social do Jazz**. Paz e terra. 1990. São Paulo. Tradução: Ângela Noronha.

4 A sucessão de notas de forma repetida, em diferentes partes da música, é chamada de progressão.

5 MUGGIATI, Roberto. **Blues: da lama à fama**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 224p. Coleção Ouvido Musical).

6 Especial Blues – Fernando Noronha. Canal: Cifra Club, 2012. Site: Youtube.

Comumente o *blues* possui um andamento de 12 compassos de tempo⁷; contém alterações na escala⁸ maior, acrescentando nela a *blue note*, que também é chamada de nota de blues, que é usada como uma nota de passagem entre duas outras notas que estão nessa mesma escala musical.

A *blue note* é uma parte da cultura original da música africana que acabou se unindo com a cultura musical europeia com a criação do *blues*. Segundo Muggiati (1995), isso corresponde a uma certa resistência do homem negro ou até mesmo a recusa de aderir completamente aos moldes da música europeia, adaptando assim aspectos da música ocidental africana, sendo a *blue note* uma dessas adaptações.

Blues no Brasil

No Brasil também temos um gênero musical que surgiu com a vinda de homens e de mulheres do continente africano - o samba -, um gênero musical que surgiu no início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. Assim como o *blues* nos Estados Unidos, o samba era popular apenas nas comunidades afrodescendentes e só depois de um tempo começou a ganhar os holofotes e ficar popular não só no Brasil, mas sendo também um dos símbolos da cultura brasileira no exterior. A semelhança desses dois gêneros só acontece na sua criação, pois eles têm muitas diferenças em suas estéticas e suas formas, por exemplo, o samba é um gênero que tem mais batuques de tambores, no *blues*, por sua vez, utiliza mais os instrumentos de corda.

Um gênero musical muito parecido com o *blues* é o rock, considerado um dos filhos do *blues*. O *rock and roll* é um gênero musical também criado nos Estados Unidos, como uma mistura do *blues*, do *country*⁹ e do *R&B*.¹⁰ Seu instrumento mais popular é a guitarra elétrica, ele é um dos gêneros mais populares do mundo, tendo também diversos subgêneros. O rock é muito ligado à juventude, rebeldia e às drogas.

7 Na notação musical, um compasso é uma forma de dividir quantitativamente em grupos os sons de uma composição musical, com base nas batidas e pausas (pulsos). Os compassos facilitam a execução musical, ao definir a unidade de tempo, o pulso e o ritmo da composição ou de partes dela.

8 São seqüências ordenadas de notas musicais. Por exemplo: dó, ré, mi, fá, sol, lá, si, dó...

9 O *Country* é uma música popular criada no Sul dos Estados Unidos. Sua música consiste em baladas e melodias de dança, geralmente formas de harmonia simples acompanhadas de instrumentos de corda.

10 Também conhecido como *Rhythm and blues*, era um termo utilizado pela indústria fonográfica para identificar músicas de artistas afro-americanos, depois passou a ser um estilo próprio de música, tendo influências do blues, jazz e da música gospel.

Nos anos 1980, o rock já estava enraizado em todo o mundo, no Brasil não era diferente, existiam diversas tribos com estilos e gostos próprios e pode-se dizer que cada tribo gostava de um tipo de rock diferente. Existiam os Punks, os Metaleiros, os fãs de rock nacional entre outros. Todos esses grupos, em comum, protestavam contra a ditadura militar no país, vivida nesse período desde 1964. Ainda nesse período, mas agora nos anos 1980 no Brasil, o campo político era marcado pelo início da redemocratização, tendo criação de novos partidos, e uma pluralidade na política, coisa que não era possível os anos da ditadura, onde existiam apenas dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que era a base de sustentação do regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que era uma oposição tolerável ao regime militar.

Em 1985, ocorria pela primeira vez o *Rock in Rio*, evento que é reconhecido como um dos maiores festivais de música do mundo e tinha sua estreia na cidade do Rio de Janeiro. Em sua primeira edição, trouxe de fora bandas como o *Queen*, *Iron Maiden*, *AC/DC* e *Scorpions*; já do Brasil tivemos nomes como Erasmo Carlos, Blitz, Paralamas do Sucesso e Alceu Valença. O evento não era a única coisa importante acontecendo naquele ano, o Brasil também passava por um processo de redemocratização, acompanhando assim o início da liberdade das amarras da ditadura militar. Encarnação (2009) define isso em sua dissertação de mestrado:

Em janeiro de 1985, quando os olhares se fixavam no Congresso Nacional, em razão da possibilidade do país voltar a ter, após vinte e um anos de vigência do regime militar autoritário, um civil eleito à Presidência da República e, mais ainda, retomar o caminho da democracia, o Rock in Rio, evento musical que contava com a participação de bandas de rock estrangeiras e nacionais, bem como de alguns cantores da MPB e dos extintos Tropicalismo e a Jovem Guarda, se desenrolaria envolto num clima de festividade, engajamento político e civismo.¹¹

Com a popularização do Rock, por meio de eventos e de bandas novas surgindo, muitos músicos brasileiros também começaram a se interessar pelo *blues*. Grandes gravadoras reconhecidas no Brasil e no

11 ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. “**Brasil mostra tua cara**”: rock nacional, mídia e a redemocratização política (1982-1989). Assis, 2009. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade estadual Paulista, p. 34-35.

mundo, como a *Warner* e a *Atlantic Records*, focaram em lançar coleções de artistas consagrados do *blues* norte-americano, como Robert Johnson (1911-1938), Muddy Waters (1913-1983), Buddy Guy (1936), entre outros. Os brasileiros se identificavam com os temas cantados pelos cantores de blues dos Estados Unidos e a estética característica do *blues* (DEFFACI, 2016). O *blues* é um gênero muito expressivo e conhecido por ser melancólico, as composições eram diversificadas, onde muitas delas contavam a vida do próprio compositor ou até mesmo histórias de sua cultura. O próprio significado do nome “blues” vem do *blue*, que é a tradução de azul, que nos Estados Unidos é considerada a cor da tristeza e da depressão. A poesia simples e marcante, que tratava de amor, sexo, traição e trabalho, ganhou os músicos brasileiros que optaram por inserir o *blues* em suas composições. Em seu livro *Blues da lama a fama*, Roberto Muggiati comenta que no final dos anos 1980, o *blues* se firmava no Brasil, assim como aconteceu com o rock:

O interesse pelos blues no Brasil cresceu tanto que no final dos anos 80, começaram a acontecer por aqui festivais especializados. O 1º Festival de Blues reuniu em julho de 1989, em Ribeirão Preto, *cobras* como Buddy Guy, Junior Wells, Albert Collins, Magic Slim e Etta James, tendo ainda a participação de brasileiros como o Blues Etílicos e André Christovam (MUGGIATI, 1995, p. 191).¹²

Com toda essa influência nos anos 1980, alguns nomes de artistas brasileiros de *blues* foram surgindo, são eles *Celso Blues Boy* (1956-2012), *André Christovam* (1959) e a banda *Blues Etílicos*. Embora este ritmo já fosse uma influência na Bossa Nova e na Tropicália dos anos 1960, estes músicos dão os primeiros passos do blues no Brasil, influenciando toda uma nova geração de músicos a tocá-lo também.

Nos anos 1980, houve uma explosão do rock brasileiro e, com ele, do blues. Muitas bandas conhecidas como o Barão Vermelho (“Down em Mim”) e a Blitz (“Cruel, cruel Esquizofrênico Blues”), gravaram músicas deste gênero em seus

12 MUGGIATI, Roberto. **Blues:** da lama à fama. Rio de Janeiro. Ed. 34. 1995. 191p. Coleção Ouvindo Musical).

discos. No entanto, poucos artistas elevaram mais o blues no Brasil do que o cantor Celso Blues Boy.¹³

Em Fortaleza não foi diferente, o interesse pelo blues surgiu em meados dos anos 1980, criando na capital cearense uma cena musical que se desenvolveria tanto com bandas quanto em público. Uma matéria do jornal *O Povo* que data de 23 de fevereiro de 1989, sobre o blues em Fortaleza, exemplifica bem essa cena que se formava em Fortaleza:

BLUES

Essa onda vem pegando

No início, foram negros africanos entoando longos lamentos, em suas canções de trabalho, nas plantações de algodão, na nova terra: América. A mistura do grito primal às *work-songs*, mais os acordes dos hinos religiosos e as estruturas das baladas fez, segundo o crítico Roberto Muggiati, in “O que é o jazz” (Ed. Brasiliense) a fundir tudo e criar o blues. Este gênero se aperfeiçoou no final do século 19 e além de ser um dos mais importantes elementos do jazz conseguiu marcar toda a música popular deste século. Hoje no Brasil uma verdadeira onda de blues já toma conta do Sul do país, a ponto da imprensa dizer que 1989 será o ano do blues.

É em São Paulo que a febre vem atacando com mais força, embora o Rio não fique muito atrás. Como sempre acontece, a tendência é isso repercutir em outros centros urbanos e em Fortaleza isso já se faz sentir. Algumas casas noturnas já incluem jazz e por extensão o blues em suas programações, inclusive a o vivo.¹⁴

O blues se assemelha bastante à música nordestina, pois eles se utilizam dos mesmos acordes, os acordes com sétima. Assim, músicos nordestinos misturavam o blues com instrumentos característicos do Nordeste, como as frases de rabeca,¹⁵ sendo tocada na gaita harmôni-

13 PONTES, Márcio Miranda. Como o blues influenciou a música brasileira nos anos 90?. **Site SABRA: Sociedade Artística Brasileira**, 2021.

14 BLUES: Essa onda vem pegando. **O Povo**, Fortaleza, 23 fev. 1989, Vida & Arte, p. 1.

15 É um instrumento de arco, precursor do violino, tendo-se notícias de sua utilização desde a Idade Média.

ca e as levadas de zabumba tocadas na bateria, misturando elementos e saindo naturalmente algo novo e musicalmente interessante.

As misturas da música

Em um país como o Brasil é perceptível entender as diferenças de culturas de uma região para outra, de um estado para o outro e até mesmo de uma cidade para uma outra cidade vizinha. Os estilos de músicas do Brasil são bastante diversos e representam uma parte da cultura de seu lugar de origem. Alguns dos gêneros musicais mais famosos no Brasil são: o sertanejo, que tem sua origem voltada a moradores do interior do Brasil, em um período onde a maioria da população brasileira vivia no campo. E ele é comumente tocado com uma viola caipira.¹⁶ O forró é um estilo de música dançante que surgiu no Nordeste brasileiro, onde se utilizam muitos instrumentos, como a sanfona, o triângulo e a zabumba.¹⁷ Ele também é usado como um nome para descrever diversos estilos musicais do Nordeste, como o xaxado, o baião e o xote. Outro gênero musical presente na cultura brasileira é o funk carioca, que nasceu nas periferias da cidade do Rio de Janeiro e ganhou o mundo, mesclando o *Hip Hop* com a música eletrônica. Ele tem comumente letras explícitas e batidas com *sample*.¹⁸

Observando cada um desses gêneros musicais, é interessante notar como eles podem se mesclar e garantir novos sons vindos dessa mistura. O *blues* também passou por essa mescla ao chegar ao Brasil. Músicos de outros estilos musicais do país, principalmente músicos do rock nacional, mesclaram o estilo do blues nas suas composições. Bandas como Blitz, Barrão Vermelho e Cazuza, são alguns exemplos. Além desses artistas de rock, o *blues* também se mistura com outros gêneros musicais mais diversificados, como Deffaci conta em seu artigo:

16 A viola caipira é um instrumento musical de cordas dedilhadas e uma das variantes regionais da viola brasileira. É um instrumento muito popular, sobretudo no interior do Brasil, sendo um dos símbolos da música popular brasileira e especialmente da música sertaneja tradicional.

17 É um tipo de bumbo usado na música brasileira. O tocador usa o tambor em pé e usa as duas mãos enquanto toca.

18 É um fragmento de um trecho de uma música, onde pequenos trechos sonoros são recortados e utilizados em outras obras musicais, não necessariamente no mesmo contexto do original.

O blues no Brasil também interage na fusão com outros gêneros musicais, como o suingue ou samba-rock, que além dos subgêneros que constituem o próprio nome “Samba-Rock” – ainda mistura o blues e o funk. Também chamado de “balanço”, o suingue é um gênero musical identificado com a fusão de elementos da música brasileira e da música internacional.¹⁹

O compositor e a obra

Agora, nesta parte do trabalho usarei algumas músicas do blues brasileiro como fontes históricas. Onde é um consenso geral dos historiadores que tudo que é produzido pela humanidade pode ser usado como fonte histórica, usando a música como uma dessas fontes, é possível analisar o contexto da época e como funcionava o pensamento do compositor, e sua forma de ver a sociedade em que estava inserido. José D’Assunção Barros comenta que o historiador deve relacionar suas fontes com o contexto histórico, permitindo assim uma ampliação dessas fontes:

Os exemplos nos mostram que, se o “Problema” proposto pelo historiador permite que ele constitua suas fontes de determinada maneira, as próprias fontes históricas também devolvem algo ao historiador. Dito de outra forma, pode-se dizer que, na operação historiográfica, o sujeito que produz o conhecimento e os meios de que ele se utiliza interagem um sobre o outro, de modo que, no fim das contas, se o Historiador sempre escreve seu texto de um lugar no mundo social e no tempo, ao mesmo tempo ele mesmo pode se formar a partir da sua própria experiência com as fontes.²⁰

As músicas que serão analisadas não terão apenas a letra como foco da análise, é importante salientar que o uso de uma música como fonte

19 DEFFACI, Rafael Salib. Blues no país do samba: aspectos determinantes para a presença do blues como fazer música no Brasil. **XXVI Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música**. Belo Horizonte, 2016, p. 6.

20 BARROS, José D’ Assunção. Fontes Históricas: olhares sobre um caminho percorrido e perspectivas sobre os novos tempos. **Albuquerque** – Revista de História. Campo Grande. 2010, p. 72.

histórica é feita de maneira ampla, a música como um todo, usando sua letra, sua melodia e até mesmo o seu compositor. Aqui trabalharei músicas de bandas e artistas como Barão Vermelho, Blues Etílicos, Cazuza, Celso Blues Boy e André Christovam.

“Dente de ouro” – Blues etílicos

A primeira música analisada se chama *Dente de Ouro*, da banda Blues Etílicos, banda que foi formada no Rio de Janeiro voltada para o *blues*. Enquanto era muito comum as bandas de rock do país acrescentarem o *blues* às suas composições, o Blues Etílicos já tinha a ideia inicial de ser uma banda focada em tocar *blues*. E nesse quesito, a banda foi muito bem, pois ganhou um público fiel e amante do *blues* brasileiro. Com isso, participava de festivais como o Festival Internacional de Blues, na cidade de Ribeirão Preto-SP. A banda tocou ao lado de grandes nomes da música blues, como B. B. King²¹ e Buddy Guy.²²

Voltando para a música, percebemos a banda tocando um dos principais segmentos do *blues*, denominado de Chicago Blues,²³ com uma mistura do Baião, um estilo de forró muito comum no Nordeste do Brasil. Luiz Gonzaga é conhecido como “Rei do Baião” e foi o através dele que o gênero se popularizou no Brasil. *Dente de Ouro* é cantada no ritmo do Baião, mas são perceptíveis os solos de guitarra com *slide* ao fundo da música, o chamado *slide guitar*, nada mais é que uma técnica de tocar guitarra onde o músico desliza uma garrafa de vidro nas cordas do instrumento, alterando completamente o seu som. Esse tipo de técnica está presente em músicas do Delta Blues,²⁴ onde seus primeiros registros de uso são de 1923. E um dos principais nomes que usou essa técnica foi Robert Johnson.²⁵

21 Foi um guitarrista, cantor e compositor de *blues*. Foi considerado um dos melhores guitarristas do mundo.

22 É um guitarrista e cantor norte-americano de blues e rock. É considerado um dos expoentes do Chicago Blues. É considerado um dos guitarristas mais influentes do mundo.

23 É uma forma de blues criada em Chicago que adicionava instrumentos como bateria, baixo e algumas vezes saxofone que era tocado nos moldes da gaita do Delta blues.

24 É um dos estilos de blues mais antigos. Violão e gaita são os instrumentos predominantes e ele tem sua origem na região do Mississipi.

25 Johnson é um dos músicos mais influentes do Delta Blues. Ele revolucionou o jeito de tocar guitarra e é um dos principais nomes da criação do rock.

A letra da música fala sobre uma mulher que terminou o relacionamento com um homem, onde ele tinha dado de presente pra ela um dente de ouro. Colocar um dente de ouro é um símbolo de ostentação, muito comum na cultura dos ciganos, e hoje é muito utilizado por cantores do funk carioca, também como um símbolo de ostentação. A música passa a indignação do homem ao vê-la com esse dente de ouro.

Vou rogar nela uma praga
Prá esse dente se quebrar
Ela de mim não se lembra
Ora, meu Deus, nem dela vou me lembrar.

“Down em mim” – Barão Vermelho

Down em mim é uma música do primeiro disco da banda carioca Barão Vermelho. A banda tinha em seus vocais inicialmente o cantor Cazuza, que é aclamado como um dos principais poetas da música brasileira. *Down em mim* é uma música de *blues* em um disco de rock, isso era muito comum entre as bandas de rock do Brasil dos anos 80. A mistura do rock com outros estilos, sendo eles nacionais ou internacionais, dava ao rock brasileiro uma versatilidade que aumentava mais ainda o seu público.

Down em mim é uma mistura de influências dos músicos da banda, onde seu arranjo²⁶ lembra muito o da música *Down in The Hole*, da banda Rolling Stones, e o nome da música lembra muito o da música *Down on me*, da cantora Janes Joplin, dois grandes nomes do rock mundial que também bebiam da influência do blues.

A letra da música é bem reflexiva e traz um sentimento de tristeza. A palavra “Down” repetida no refrão tem um significado de melancolia característico do blues. A letra tem o papel de fazer uma reflexão sobre a vida, trazer à tona problemas que podem ou não ter acontecido com o compositor, dando ainda mais um sentido de proximidade com o público em geral, apresentando aqui uma mente vivendo de confusões e tristezas.

26 Arranjo é a preparação e uma composição musical para a execução por um grupo específico de vozes ou instrumentos.

É uma letra muito profunda e marcante, considerada por muitos fãs da banda, como um dos melhores *blues* do Brasil.

Eu não sei o que meu corpo abriga
 Nestas noites quentes de verão
 E nem me importa que mil raios partam
 Qualquer sentido vago de razão
 Eu ando tão down...

“Mississippi” – Celso Blues Boy

Mississippi foi lançada em 1996 no álbum *Indiana Blues* e conta com a participação de B. B. King. A música é uma homenagem a um dos maiores nomes do *blues*, Robert Johnson. Sua melodia²⁷ é fortemente inspirada nas músicas do Delta Blues, que é um dos estilos mais antigos de se tocar *blues*. O violão e a gaita harmônica são instrumentos predominantes nesse estilo e ele tem sua origem na região do Mississippi, estado localizado na região Sudeste dos Estados Unidos. As linhas e solos de guitarra dessa música também caracterizam bem o *blues* e como ela é o instrumento símbolo desse gênero. A guitarra elétrica foi um dos principais instrumentos para uma mudança na sonoridade do blues. Santiago explica os motivos para a criação do instrumento:

Sua origem está ligada às experiências realizadas no início do século XX para se desenvolver um violão que tivesse uma potência sonora maior. Na época, o jazz despontava como febre internacional, e seus instrumentos típicos (trompete, trombone, sax e clarinete) começavam a ganhar a preferência do consumidor por serem muito mais potentes se comparado aos instrumentos de corda.²⁸

Alguns anos depois da sua criação, a guitarra elétrica se consagraria como o instrumento primordial do blues e posteriormente do *rock and roll*,

27 É uma sequência linear de notas que o ouvinte ouve como uma entidade única. A melodia de uma música é o primeiro plano para os elementos de apoio e é uma combinação de tom e ritmo.

28 SANTIAGO, Emerson. **Guitarra Elétrica**. Site: Info Escola. Arquivado em: Música.

ganhando fama com grandes músicos como Jimi Hendrix, Eric Clapton e Keith Richards da banda Rolling Stones.

A letra da música, como dissemos antes, é uma homenagem ao cantor Robert Johnson. Por um preconceito racial causado pelos brancos norte-americanos, o *blues* foi chamado inicialmente de “música do diabo”, muitos músicos de *blues* aceitaram esse título e trabalharam letras em cima deste tema, como é o caso de Robert Johnson, onde até hoje, criam-se documentários, livros e filmes para falarem da lenda de que ele teria feito um pacto com o diabo para ser o maior *bluesman*²⁹ do mundo. Nunca saberemos se o pacto é real, mas o que se sabe é que Robert Johnson revolucionou o *blues* e é considerado uma influência para muitos artistas, inclusive para as primeiras bandas de rock que surgiram no começo da década de 60, como os Rolling Stones e o guitarrista Jimi Hendrix. A música Mississippi, de Celso Blues Boy, conta a história da lenda, mas muda seu final, dizendo que Robert Johnson não fez trato com o Diabo, e sim, que seu espírito está junto ao rio Mississippi, vivendo até hoje como o “Eterno rei do Blues”.

O velho Mississippi ficou desconfiado
Até que se enfureceu
O meu filho preferido não tem trato com o Diabo
O Corpo e a alma dele são meus
O Diabo não gostou, mas como água apaga o fogo
Teve mais é que se contentar
E no rio Mississippi, nosso herói vive até hoje
Como o eterno rei do blues

“Genuíno Pedaco de Cristo” – André Christovam

Essa música é uma das mais conhecidas do guitarrista, cantor e compositor André Christovam. *Genuíno pedaco de Cristo* foi composta em 1989 e foi lançada no álbum *Mandinga*, que é o primeiro de André, e por conter letras em português, o álbum é considerado o primeiro disco completo de *blues* do cenário musical do Brasil. A música tem o estilo conhecido nos Estados Unidos como Chicago Blues, no complemento de seu arranjo

29 No dicionário norte-americano, *bluesman* é o músico que toca blues.

temos um solo de saxofone, instrumento muito utilizado no Jazz,³⁰ outro gênero que se misturou ao longo do tempo com o blues. É perceptível a influência de músicas de reggae, outro gênero musical muito popular em algumas regiões do Brasil.

Sua letra conta a história do sumiço da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, que é uma das sete maravilhas do mundo moderno, sua idealização vinha de antes da primeira República, mas sua construção só foi começar em 1921, com preparativos para o centenário da independência do Brasil. A música de André passa uma crítica a religiosidade das pessoas, onde os valores estão tão distorcidos que elas não acreditariam nas palavras de Jesus se ele descesse dos céus, na música ele seria facilmente chamado de ladrão e seria preso.

Se Cristo descesse do morro
Trazendo consigo a salvação
Seria preso tal punquista barato
Jogado atrás de um mero camburão

“Blues da Piedade” – Cazuzza

Composta por Cazuzza e Frejat, *Blues da Piedade* é a décima música do álbum *Ideologia*, terceiro disco solo do compositor Cazuzza, é considerado um de seus melhores trabalhos na carreira solo. *Blues da Piedade* tem uma mistura interessante de MPB, rock e uma levada marcante de *blues*. Sua guitarra faz *bends*³¹ nos espaços onde a voz dá uma pausa, fazendo uma marcação e preenchendo o espaço na harmonia da música.

Sua letra é forte, reflexiva e faz uma crítica às pessoas egoístas, pessoas que fazem o mal para se sentirem bem, pois no contexto de sua letra, ele falava sobre as pessoas que criavam falsas afirmações sobre o seu estado de saúde, pois na época o cantor sofria de AIDS desde 1985, onde a doença se manifestou algumas vezes depois, fazendo com que ele se in-

30 Nascido em Nova Orleans nos EUA, o jazz tem como berço a cultura afro-americana. O jazz possui ritmo não linear e sua maior marca é a improvisação.

31 *Bend* é uma técnica utilizada na guitarra na qual levanta-se ou abaixa-se a corda do instrumento para chegar em outra nota.

ternasse em um hospital dos Estados Unidos. *Blues da piedade* tem um refrão marcante e mostra bem a crítica precisa que o compositor queria passar naquele momento.

Vamos pedir piedade,
Senhor, piedade
Pra essa gente careta e covarde
Vamos pedir piedade,
Senhor, piedade
Dê lhes grandeza e um pouco de coragem.

Considerações Finais

O legado do blues como musicalidade segue se desenvolvendo e evoluindo desde o seu surgimento nas plantações no Sul dos Estados Unidos. No Brasil, não é diferente, com as diferentes misturas, sendo elas culturais, regionais ou sociais, o *blues* vem se unindo cada vez mais com a música brasileira, por ser um gênero relativamente simples e de fácil encaixe na musicalidade brasileira, fazendo com que a música se expanda e aumente ainda mais seu público e sua longevidade, não só regional, mas também mundial.

A música blues ou a música no geral está muito ligada à cultura de cada povo, ou seja, aspectos culturais e muitas vezes regionais são encontrados em certos tipos de música, com isso, a pluralidade de gêneros musicais é bastante vasta, tendo elementos que transmitem a história da época em que foram criados, sendo assim, as canções são vestígios importantes.



A institucionalização da memória: uma análise comparativa entre a construção das Comissões da Verdade no Brasil e no Chile pós-ditadura militar

Fernanda Christina Marques Loiola¹

Introdução

Desde os processos de redemocratização, alguns países da América Latina têm sido palco de uma grande efervescência sociopolítica, com entraves entre partidos, ideologias e memórias. Neste caso, países como Brasil e Chile ainda sentem as marcas do seu passado ditatorial, espalhadas pelo corpo nacional através de falas de líderes políticos, como Jair Bolsonaro² e Antonio Kast,³ que apoiam torturadores, ou por meio de uma Constituição vigente desde a ditadura e que, somente nos últimos anos, está sendo alvo de mudança.⁴

1 Graduanda em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: fernanda.loiolach@gmail.com.

2 Para checar matérias disponíveis sobre o apoio de Bolsonaro à tortura, exaltação da ditadura chilena e mais, conferir: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021/05/18/interna_politica,1267678/veja-video-bolsonaro-defendeu-tortura-para-quem-fica-em-silencio-em-cpi.shtml. <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-exalta-ditadura-de-pinochet-no-chile-e-ataca-pai-de-bachelet/>.

3 Para checar matérias disponíveis sobre o posicionamento de Kast sobre Pinochet, conferir em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2021-12-09/investigacao-prova-que-o-pai-do-presidenciavel-chileno-jose-antonio-kast-foi-membro-do-partido-nazista.html>.

4 Sobre a proposta de uma nova Constituição e seus desdobramentos, conferir em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-62791155>.

É sabido que ambos os processos ditatoriais nos países supracitados aconteceram de maneira inconstitucional, por meio de um golpe militar.⁵ Em 31 de março de 1964, o exército brasileiro atuou na queda do presidente João Goulart, o “Jango”, sob acusação de uma ameaça comunista,⁶ além de outras motivações.⁷ Algo semelhante aconteceu anos depois, em 11 de setembro de 1973, no Chile, quando o exército articulou-se e atacou o Palácio La Moneda, onde estava o presidente Salvador Allende. Sendo posto em uma “encruzilhada histórica”, o presidente recusou sair sem lutar e morreu no mesmo dia.⁸ Ambos os períodos ditatoriais que se seguiram dispuseram de violência, repressão e crimes contra a humanidade, principalmente ao lidar com os opositores desses regimes.

Dessa forma, com o fim da ditadura nesses países, e como forma dos novos governos democráticos lidarem com a memória e esse passado — e, talvez, se distanciar e se consolidar no presente — ambos os países instauraram comissões responsáveis para investigar crimes de violações contra os direitos humanos que ocorreram durante os regimes ditatoriais.

No Chile, o primeiro presidente eleito democraticamente, após a ditadura, foi Patricio Aylwin Azócar e, em seu governo, foi instaurada a Comissão da Verdade e Reconciliação, em 1990, conhecida posteriormente como Comissão Rettig, tendo como resultado o Informe Rettig, levando o nome do presidente da Comissão, Don Raúl Rettig Guissen. Em 2004, foi a vez da criação da Comissão contra Prisão Política e Tortura, conhecida como Comissão Valech, que resultou no Informe Valech I, cujo nome vem do seu presidente encarregado, Monseñor Sergio Valech Aldenante. Mais tarde, em 2006, foi desenvolvido o Informe Valech II contemplando casos que ainda não constavam nas anteriores. Para o caso brasileiro, a criação de uma Comissão da Verdade demorou mais de 30 anos. Diferente de outros países que passaram por uma ditadura, a instauração da Comissão da Verdade não foi de imediato, somente em 2011, no governo da presidenta Dilma Rousseff, por meio da Lei nº12.528.

5 D'ARAUJO, Maria Celina; JOFFILY, Mariana. “Os dias seguintes ao golpe de 1964 e a construção da ditadura (1964-1968)”. In: FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Editora FGV, 2014, p. 12.

6 GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 58-59.

7 D'ARAUJO; JOFFILY, Op. cit., p. 13.

8 MUÑOZ, Heraldo. *A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010, p. 10-25.

A importância dessas Comissões se dá pela institucionalização das memórias sobre a ditadura, possibilitando a verdade e caminhos para a justiça. Conforme Jelin, a memória é um alicerce para a história, pois atua como um estímulo para sua investigação e escrita, bem como pode operar para dar sentido ao passado.⁹ Tendo isso em vista, o presente capítulo buscará analisar as Comissões da Verdade produzidas no Chile e no Brasil, traçando um comparativo acerca do tratamento da memória em ambos os documentos.

Dessa forma, serão analisados os processos de instauração e construção das Comissões Rettig e Valech I, e a Comissão brasileira, objetivando compreender como cada país lidou com as memórias sobre o passado ditatorial, as motivações indicadas para a criação desses documentos, bem como a análise do contexto histórico na qual foram instauradas, os antecedentes, quem apoiou ou não. É importante pontuar que os resultados das Comissões não são o enfoque deste capítulo, mas sim seus processos de instauração e a relação com a memória.

As fontes que auxiliarão a compor essa pesquisa são compostas pelos relatórios produzidos pelas Comissões, assim como os decretos e leis que as instauraram. Como suporte bibliográfico, utilizaremos autores como Elizabeth Jelin,¹⁰ Pollak¹¹ e Le Goff¹² para discutir sobre a memória ao longo do texto. Nesse caso, a memória será discutida como categoria social, refletindo as recordações e ações para a constituição desses documentos.

Para pensar o contexto histórico chileno, serão abordados autores como Sílvia Simões,¹³ Heraldo Muñoz¹⁴ e Ariel Dorfman;¹⁵ para discorrer sobre a ditadura civil-militar brasileira, autores já citados como Elio Gaspari,

9 JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI de España Editores S.A, 2002.

10 *Ibidem*.

11 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

12 LE GOFF, Jacques *et al.* **História e memória**, 2003.

13 SIMÕES, Sílvia Sônia. “O golpe de estado e a primeira fase da ditadura civil-militar no Chile”. **Espaço Plural**, v. 13, n. 27, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4459/445944369014.pdf>. Acesso em: 29 set. 2022.

14 MUÑOZ, Heraldo. **A sombra do ditador: memórias políticas do Chile sob Pinochet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

15 DORFMAN, Ariel. **O longo adeus a Pinochet**. Tradução: Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Adriano Codato, Maria Celina D'Araujo e Mariana Joffily; e autores como Stephen Ruderer,¹⁶ Arboleda-Ariza e Bravo,¹⁷ Hernán Ramírez¹⁸ e Marlon Weichert¹⁹ para analisar as Comissões da Verdade.

A busca pela verdade e reconciliação no Chile

No dia 11 de setembro de 1973, o presidente Salvador Allende, eleito democraticamente em 1970, foi alvo de um golpe organizado pela Junta Militar. De acordo com o *Bando N°1 de la Junta Militar*, o presidente deveria renunciar ao seu cargo em favor das Forças Armadas e aos Carabineros do Chile, que estariam justificados sob uma missão de luta pela libertação da Pátria contra o marxismo e pela restauração da ordem e da institucionalidade.²⁰ Uma das pessoas que assinou essa proclamação foi o Comandante-em-Chefe do Exército, Augusto Pinochet Ugarte, que havia sido nomeado para esse cargo poucos dias antes, em 23 de agosto de 1973, pelo próprio Allende.²¹

Mais tarde, Pinochet se converteria em chefe de Estado e, durante esse período ditatorial, o Chile presenciou uma forte repressão política coordenada pelo Estado, e diversos casos de violação aos Direitos Humanos contra os opositores do regime.²² No entanto, em 1988, a continuidade do governo de Pinochet foi recusada em um plebiscito. E assim, em 1989, Patricio Aylwin foi eleito presidente do Chile em uma eleição, pela primeira vez em quase 17 anos, realizada de forma democrática.

16 RUDERER, Stephan. LA POLÍTICA DEL PASADO EN CHILE 1990-2006: ¿UN MODELO CHILENO?. *Universum*, Talca, v. 25, n. 2, p. 161-177, 2010. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-23762010000200010&lng=es&nrm=iso.

17 ARBOLEDA-ARIZA, Juan Carlos; BRAVO, Gabriel Prosser. A dosagem do passado: A memória nas políticas oficiais de reparação do Chile. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, 2021.

18 RAMÍREZ, Hernán. Informes Rettig e Valech (1 e 2): reflexões sobre História, Memória, Verdade e Justiça no Chile recente. *Anais Eletrônicos do X Encontro Internacional da ANPHLAC*. São Paulo, 2012.

19 WEICHERT, Marlon Alberto. O relatório da Comissão Nacional da Verdade: conquistas e desafios. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 50, 2014.

20 Bando N°1 de la Junta Militar. Disponível para acesso em: <http://www.memoriachilena.gob.cl/602/w3-article-92134.html>.

21 DORFMAN, *Op. cit.*, p. 20.

22 SIMÕES, *Op. cit.*, p. 4.

Uma das medidas tomadas por Aylwin foi a instauração de uma Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR), por meio do *Decreto Supremo N° 355*, em 25 de abril do mesmo ano. Tal medida nos faz refletir sobre as ações tomadas, em tempos de transição de regimes políticos, para sinalizar uma ruptura com o passado, e novas interpretações.²³ O Decreto considera, primordialmente, que o esclarecimento da verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (11 de setembro de 1973 a 11 de março de 1990) era requerido pela consciência moral da nação. Em seguida, aponta que somente na base da verdade a justiça será satisfeita e serão criadas condições para uma reconciliação nacional.

É importante destacar o emprego de palavras como “nação” e “nacional”, pois oferecem uma ideia de coletividade, atrelados aos termos “verdade” e “reconciliação”. Ainda segundo Jelin, o século XIX foi marcado pela consolidação de Estados Nacionais na América Latina, que buscavam sua legitimidade através, por exemplo, de uma história nacional oficial.²⁴ Séculos depois, isso ocorreu durante o período ditatorial, onde as Forças Armadas possuíam os veículos de imprensa, censurando quaisquer opiniões contrárias ao regime, construindo uma narrativa própria para a nação e o estrangeiro. Não obstante, para complementar essa discussão a respeito do sentido coletivo, Pollak observa que

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis.²⁵

Com o processo de redemocratização, houve a reabertura, pouco a pouco, da liberdade de imprensa, pensamento e opinião, além da transição

23 JELIN, *Op. cit.*, p. 4.

24 *Ibidem*, p. 40.

25 POLLAK, *Op. cit.*, p. 7.

de um governo ditatorial para um governo democrático que, dentre suas realizações, propôs construir uma nova perspectiva sobre o passado, ainda não tão distante, da ditadura pinochetista. É possível, dessa forma, pensarmos que a utilização de termos como “consciência moral da nação” busca a legitimação desse recém governo democrático e delicado pois, sobre ele, ainda paira a sombra de Augusto Pinochet, além do sentimento de pertencimento do cidadão chileno, que volta a fazer parte de forma mais ativa do meio sociopolítico e, com isso, surgem novos testemunhos, narrativas e relatos que anteriormente não poderiam ser compartilhados.²⁶ Isso contribuiu para as disputas pela memória.

Em sequência, o Decreto deixa explícito, em seu primeiro artigo, como um de seus principais objetivos a contribuição “para o esclarecimento global da verdade sobre as mais graves violações aos direitos humanos cometidas nos últimos anos, seja no país ou no estrangeiro”, e visando “colaborar com a reconciliação de todos os chilenos e sem prejuízos dos procedimentos judiciais que tais eventos possam originar.”²⁷

Sendo assim, é possível perceber o compromisso firmado com a busca da verdade sobre as violações dos direitos humanos, tanto no interior ou exterior do país, a fim de promover uma reconciliação de todos os chilenos. Novamente, é colocada em destaque a concepção de coletividade social que une os chilenos e a proposta da Comissão com a consciência nacional. Essa concepção de coletividade, no 6º tópico do Artigo Primeiro, é apresentada junto com a problematização de uma demora para a construção de um conceito coletivo para designar um *fator de perturbação* à convivência nacional, que dificulta o reencontro pacífico dos chilenos.

Outro aspecto importante para ser analisado, ainda no Artigo Primeiro, diz respeito a quais situações de violação serão investigadas, compreendendo desaparecidos, executados e torturados resultando em óbitos, por ações de agentes do Estado ou pessoas a seu serviço, que agiram sob pretextos políticos e cometeram sequestros ou atentados contra a vida. À vista disso, se percebe que não foram todas as vítimas atendidas nessa Comissão pois, como apontam Arboleda-Ariza e Bravo, a Comissão deixou de lado as víti-

26 JELIN, *Op. cit.*, p. 42.

27 Artigo Nº1 do Decreto Supremo Nº 355. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/verdade/mundo/chile/nunca_mas_chile_a_5%20decreto.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

mas que “sobreviveram”, tais como torturados, presos políticos e exilados.²⁸ Além disso, cabe questionar até onde os termos “vítimas” e “sobreviventes” abarcam. Seriam os familiares daqueles que desapareceram, torturados, mortos durante a ditadura, vítimas também? Como bem questiona Jelin, “quem é o *outro* com legitimidade para recordar?”.²⁹

Apesar do curto prazo de seis meses para a atuação da Comissão, o Informe Rettig foi entregue para o presidente Aylwin e para a sociedade chilena, mas não sem encontrar dificuldades para seu desenvolvimento, como a reunião de materiais. A Comissão Rettig se dispôs a consultar — além dos testemunhos compartilhados por diversas pessoas —, durante o prazo estabelecido, diversos organismos, como o Arquivo Nacional, a Controladoria Geral da República, a Gendarmeria do Chile, bem como as Forças Armadas, o Exército do Chile e os Carabineros.³⁰ Vale a pena destacar que o Exército Chileno, os Carabineros e a Força Aérea alegaram que alguns antecedentes podem ter sido destruídos e/ou incinerados após um prazo legal, de acordo com a legislação correspondente à época. Seja como for, é importante recorrer a Le Goff e lembrar que é possível “fazer a história a partir de documentos e das ausências de documentos”.³¹

Além da dificuldade para a reunião de arquivos, a Comissão também encontrou empecilhos para reunir declarações de agentes militares que atuaram no período ditatorial. Houve, por exemplo, certa resistência por parte das Forças Armadas, tendo em vista a influência ainda tão presente de Augusto Pinochet que, mesmo fora da presidência, continuava a pairar sobre o corpo social e político chileno, se não como ex-ditador, como senador vitalício.³²

Algo importante a se destacar sobre a Comissão e o Informe Rettig é a possibilidade oferecida aos familiares das vítimas, os quais confiaram na proposta, encarada por muitos como o primeiro ato que o Estado Chileno realizava para reconhecer o passado ditatorial. A respeito disso, não é pos-

28 ARBOLEDA-ARIZA, BRAVO, *Op. cit.*, p. 2.

29 JELIN, *Op. cit.*, p. 60.

30 CORPORACIÓN Nacional de Reparación y Reconciliación. Reedición: Diciembre. PRIMERA PARTE, CAPÍTULO I, 1990, p. 5.

31 LE GOFF, *Op. cit.*, p. 90.

32 ARBOLEDA-ARIZA; BRAVO, *Op. cit.*, p. 2.

sível negar como essa Comissão contribuiu para abrir portas para o debate, análise, discussão sobre o regime ditatorial e, mais que isso, ofertou a escuta para narrativas que, por muito tempo, ficaram escondidas, não porque foram esquecidas, mas pelo medo. Ademais, como bem destaca Jelin,³³ assim como Pollak,³⁴ “encontrar outros com capacidade de escutar é central no processo de quebrar silêncios”. Somando-se a isso, o Informe como o início da construção de uma história oficial, apesar da pouca validação do público, por considerá-lo incompleto.³⁵

Com essas ausências, não contemplando todas as vítimas, o Informe Rettig deixou caminhos abertos para a criação da Comissão de Prisão Política e Tortura, em 2003, pelo presidente Ricardo Lagos, levando em conta seu projeto governamental na área dos direitos humanos *No hay mañana sin ayer*.³⁶ Portanto, através do Decreto Supremo N° 1.040, lançado em agosto de 2003, a Comissão Valech buscou esclarecer a verdade sobre as violações de direitos humanos que envolveram prisão e tortura por motivações políticas, cometidas por agentes do Estado ou de pessoas a seu serviço durante a ditadura.³⁷

A primeira frase que compõe o tópico de “Apresentação” do Informe Valech I é bem significativa, pois explicita que “consciente ou inconscientemente, uma conspiração de silêncio sobre a tortura foi se estendendo lentamente pelo país”.³⁸ As razões para tal afirmação levam em conta o curto prazo estabelecido pela Comissão Rettig, de seis meses, para apurar casos de violações de direitos humanos, e as qualificações destes, sendo postos para investigação somente aqueles mais graves, como já foi supracitado. Além disso, o próprio Informe Valech aponta que, para muitos, a tortura não teria sido tão massiva durante a ditadura. Enquanto isso, as vítimas torturadas guardavam para si suas dores e testemunhos pois, como também já discutido, para que haja testemunho é necessário que exista alguém para escutá-los.³⁹

33 JELIN, *Op. cit.*, p. 32.

34 POLLAK, *Op. cit.*

35 ARBOLEDA-ARIZA; BRAVO, *Op. cit.*, p. 2.

36 COMISIÓN Nacional sobre Prisión Política y Tortura, 2004, p. 15.

37 COMISIÓN Nacional sobre Prisión Política y Tortura, 2004, p. 16.

38 *Ibidem*, p. 9.

39 JELIN, *Op. cit.*, p. 32.

Outras pessoas também julgaram que os casos de vítimas de tortura e prisão política não eram de utilidade para fazer justiça, diferente dos “casos emblemáticos”, envolvendo desaparecimentos e mortes. Aliado a isso, o questionamento de serventia de mais um informe com o passar de tanto tempo do fato ocorrido. A respeito disso, o próprio Informe responde que, depois de ouvir tantos testemunhos, não restam dúvidas que

[...] esta parte de la verdad también nos era debida para completar, de la mejor manera posible, la reparación y la justicia que el país le debe a estos hermanos, para avanzar por la senda siempre difícil y necesaria del reencuentro y la reconciliación entre los chilenos.⁴⁰

Também é importante destacar que o *Informe* chama atenção para esse silêncio sobre a tortura ser motivado pelo medo, um ponto já discutido aqui. Em consonância a isso, o fato de que, trinta anos depois, as pessoas já não são as mesmas e, com isso, as memórias e narrativas estão sujeitas a mudanças, e levando em conta que, mesmo o país também já não sendo o mesmo, passado esse tempo, muitas vítimas ou familiares que guardavam as memórias já não estão mais vivos para compartilhá-las.⁴¹ Tal problemática também será encontrada na realização da Comissão da Verdade brasileira, como veremos a seguir.

É importante frisar, sobretudo, que a criação dessa Comissão não se deu apenas como uma extensão do projeto político do Estado, mas principalmente pelo esforço das vítimas e de familiares que, desde a prisão de Pinochet em 1998, começaram a se articular para solicitar a prisão no exterior do ex-ditador acusado de genocídio.⁴² Ainda no que tange à construção da ideia de vítima e suas memórias, é importante a reflexão levantada por Ramírez

Sin embargo, la memoria de las víctimas, asimilada por el Estado, es incorporada a un relato negociado que oscurece información y presenta una verdad factual basada en testigos y

40 COMISIÓN, *Op. cit.*, p. 9.

41 COMISIÓN Nacional sobre Prisión Política y Tortura, 2004, p. 9.

42 ARBOLEDA-ARIZA; BRAVO, *Op. cit.*, p. 3.

registros reconocidos por la comunidad internacional de los derechos humanos, a fin de resistir posibles interpelaciones. Más aún, los propios declarantes disputan el nivel de agencia que el informe les reconoce: “descubrimos que nos costaba tener voz propia porque entre otras cosas se nos consideraba víctimas, ya no éramos luchadores sociales, ya no éramos personas que habían sido perseguidas por sus ideas”.⁴³

Ao pensar nisso, recorda a problematização de Todorov sobre os abusos da memória e seu caráter literal, limitado a si mesmo, pensando a vítima e os crimes como únicos e irrepetíveis. Ao contrário disso, propõe uma memória com uso exemplar, funcionando como modelo para novas compreensões, com diferentes atores e agentes, buscando ações para o presente.⁴⁴ Assim, ao passo que os objetivos do Informe Rettig e Valech I sejam estabelecer a verdade e propor medidas de reconciliação e novas interpretações sobre o passado ditatorial, há uma problemática no que concerne à vítima, e suas memórias, serem reduzidas a uma categoria passiva, e não sujeitos ativos em lutas políticas para a transformação social.

A CNV brasileira: antecedentes, obstáculos e o tempo

O presidente Jair Bolsonaro, em uma transmissão virtual realizada em outubro de 2021, opinou sobre o relatório final da CPI da Covid-19, que buscou investigar erros cometidos no combate à pandemia no Brasil. Em sua fala, Bolsonaro disse que não iria “discutir uma historinha de fantasia desses caras, parece até a Comissão da Verdade do PT, que fez no passado”.⁴⁵ A Comissão a qual se refere foi, de fato, criada durante o governo da presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), mas engana-se ao qualificar a Comissão da Verdade como algo pertencente ao partido, quando, na realidade, é o resultado de muitas pressões de ativistas sociais, vítimas diretas ou não da ditadura. No entanto, antes de refletir a respeito das articulações sobre a memória presentes na CNV brasileira, é

43 RAMÍREZ, *Op. cit.*, p. 42.

44 JELIN, *Op. cit.*, p. 33.

45 UOL. Bolsonaro compara CPI à Comissão da Verdade: ‘Historinha de fantasia’... - Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/10/21/bolsonaro-compara-cpi-a-comissao-da-verdade-historinha-de-fantasia.htm?cmpid=copiaecola>.

necessário realizar uma contextualização histórica sobre a postura do Estado brasileiro ante às violações de direitos humanos durante a ditadura civil-militar brasileira.

Em 23 de outubro de 1975, durante a ditadura militar, foi realizado um abaixo-assinado, conhecido como *Bagulhão*, feito por 35 presos políticos e entregue a Caio Mário da Silva Pereira, presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a fim de destacar todas as violações de direitos humanos sofridas ou presenciadas por estes, nos últimos seis anos, e que o Estado brasileiro se negava a reconhecer.⁴⁶ Ainda nesse ano, foi criada a Liga Feminina pela Anistia, liderada por Therezinha Zerbini e, três anos depois, o Comitê Brasileiro pela Anistia foi desenvolvido e promovido em vários estados do país e até mesmo internacionalmente.⁴⁷

No início da década de 1980, houve a campanha pelas “Diretas Já”, propondo uma eleição direta, possibilitando ao corpo cidadão brasileiro escolher o próximo presidente.⁴⁸ A campanha não venceu no Parlamento e, em janeiro de 1985, o civil mineiro Tancredo Neves foi eleito, de forma indireta, pelo Colégio Eleitoral, assim como José Sarney foi eleito vice-presidente. Apesar disso, com uma reviravolta por questões de saúde, Tancredo Neves morre antes de sua posse e Sarney assume o cargo de presidente.

Dez anos depois da eleição indireta e do destino mudar o jogo para Tancredo, Sarney e todo o país, a luta pela memória e a verdade ganha mais destaque, pois foi publicado o *Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*, moldado, principalmente, sobre os esforços de familiares, apurando 339 casos de assassinatos e desaparecimentos, dentro e fora do país, por causa de perseguição política.⁴⁹ Em 2007, foi lançado o livro *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*, reconhecendo que esses brasileiros, opositores políticos do regime, não eram terroristas como pregava o regime na época, traçando sua própria versão da história. Era mais um passo no caminho para a reparação e o direito à verdade.⁵⁰ E em 2010, os caminhos para a verdade continua-

46 COMISSÃO Nacional da Verdade – Relatório – Volume I – Dezembro de 2014, p. 23.

47 *Ibidem*, p. 24.

48 *Ibidem*, p. 24.

49 *Ibidem*, p. 24.

50 *Ibidem*, p. 26.

ram a se expandir por conta do caso Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) Vs. Brasil, em 2010, que determinou que a interpretação da Lei de Anistia de 1979 é incompatível com o vínculo assumido pelo Brasil com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos.⁵¹ É válido destacar que a Lei de Anistia se difere da “luta por uma anistia ampla, geral e irrestrita ocorrida no final dos anos 1970 – que ocupa posição central no processo de ‘justiça de transição’ brasileiro.”⁵²

A demora do Estado brasileiro para oferecer uma verdade aos familiares dos desaparecidos na região do Araguaia, entre 1974 e 1976, motivou a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, em conjunto com o grupo Tortura Nunca Mais e o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) a apresentarem uma denúncia sobre violações do direito à verdade, para a Comissão Internacional de Direitos Humanos (CIDH), em 1995. Apesar disso, a CIDH, em 2008, fez recomendações que não foram cumpridas e, dessa forma, o caso passou para a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).⁵³

A partir disso, a Corte IDH propôs o estabelecimento de uma comissão da verdade no país. No documento, são bem destacados os objetivos de uma comissão da verdade, ou seja, a garantia do direito ao conhecimento da verdade, promovendo bases para a construção e preservação da memória histórica, esclarecendo fatos e propondo responsabilizações no âmbito institucional, social e político. Mas o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, no Brasil, encontraria empecilhos e resistência de alguns setores estatais, até mesmo jurídicos, como a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em abril de 2010, contra a revisão da Lei da Anistia.⁵⁴

Percebe-se que, enquanto o Brasil, em 2010, enfrentava dificuldades para a instauração da CNV, o Chile já produzia a Valech II, no governo de Michelle Bachelet. As Comissões da Verdade chilenas, tanto a Rettig e a Valech, são citadas no documento de apresentação da Comissão Brasileira como “instrumentos que facilitaram a transição de regimes ditatoriais para

51 *Ibidem*, p. 29-30.

52 SILVA, João Batista Teófilo. A Comissão Nacional da Verdade e os desafios e limites para a “justiça de transição” no Brasil. **USP** – Ano VII, n. 12, 2016, p. 88.

53 COMISSÃO Nacional da Verdade – Relatório – Volume I – Dezembro de 2014, p. 29.

54 *Ibidem*, p. 30.

a democracia”.⁵⁵ A respeito desse tempo, é possível lembrar os questionamentos levantados sobre a serventia da Comissão Valech, após o Informe Rettig, mesmo trinta anos depois do fim da ditadura. Eis que, para o caso brasileiro, cuja ditadura encerrou cinco anos antes do fim da ditadura chilena, em 1985, seria a primeira experiência com o estabelecimento de uma comissão da verdade.

Assim, através da Lei nº12.528/2011, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, cria a Comissão Nacional da Verdade, cujo artigo nº1 explicita sua finalidade de “examinar as graves violações de direitos humanos” praticadas durante o período ditatorial, buscando “efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional”.⁵⁶

Enquanto a Comissão Rettig e Valech I dispuseram de um prazo de seis meses, a Comissão Nacional da Verdade, no início, teria o prazo de dois anos, desde a data de sua criação, em 18 de novembro de 2011, para a realização das investigações, encerrando, dessa forma, em 2013. No entanto, em 2013 o prazo foi prorrogado para 16 de dezembro de 2014, através da Lei nº 12.998/2014. Por último, a lei destaca que “todo o acervo documental e de multimídia resultante da conclusão dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade deverá ser encaminhado ao Arquivo Nacional para integrar o Projeto Memórias Reveladas”.⁵⁷

Com isso, a CNV procurou esclarecer os casos de “detenções ilegais e arbitrárias, torturas, mortes, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, compreendidos todos como graves violações de direitos humanos”.⁵⁸ Assim, diferentemente das qualificações específicas da primeira Comissão chilena, a Comissão brasileira buscou enquadrar além dos casos que resultaram em mortes.

Destarte, a Comissão buscou efetivar o direito à memória, em uma dimensão coletiva, apresentando uma reconstrução histórica de diversos casos de violações de direitos humanos. Para isso, utilizou diversos orga-

55 *Ibidem*, p. 31.

56 Lei Nº 12.528. CRIA A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO ÂMBITO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 18 de Novembro de 2011.

57 Lei Nº12.528. CRIA A COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE NO ÂMBITO DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. 18 de Novembro de 2011.

58 COMISSÃO Nacional da Verdade – Relatório – Volume I – Dezembro de 2014, p. 38.

nismos para consulta de fontes e teve o assessoramento e representação de outros, como a Advocacia-Geral da União.⁵⁹ Para a pesquisa de materiais, a CNV teve auxílio do Arquivo Nacional, oferecendo acesso a documentos e outras demandas, além de outros Arquivos de âmbito estadual, como o Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Pernambuco, além de acervos das polícias políticas de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Distrito Federal.⁶⁰

Somando-se a isso, a CNV obteve ajuda, e atuou em conjunto, com outras Comissões, como a Comissão da Anistia, criada pela Lei nº 10.599/2002, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela Lei nº 9.140/1995, além do Departamento da Polícia Federal, que ofereceu equipes de apoio para assegurar a segurança nas audiências públicas e a prestação de depoimentos de seus agentes, o Ministério das Relações Exteriores, que disponibilizou gravações e outros acervos documentais.⁶¹ Também auxiliaram o trabalho da CNV o Ministério Público Federal e a Secretaria de Comunicação Social. Mas a relação mais importante da CNV se deu com o Ministério da Defesa e as Forças Armadas.⁶² E, assim como a Comissão Rettig, a CNV também encontrou dificuldades para receber o que foi pedido para as Forças Armadas. Ainda de acordo com o documento, é informado que “um quarto do total de ofícios enviados pela CNV foi objeto de atendimento por parte do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, e ainda assim em caráter parcial”.⁶³

Com os antecedentes e os arquivos utilizados, brevemente explanados, torna-se necessário problematizar as implicações do intervalo de tempo para a instauração de uma Comissão da Verdade no Brasil.

Conforme supracitado, a Comissão Rettig foi implantada em um breve intervalo de tempo do fim da ditadura chilena. Essa implementação pode ter funcionado não só como uma forma de busca pela verdade e preservação da memória, mas para legitimar o governo eleito democraticamente. No caso brasileiro, no momento de sanção da lei que criou a CNV, o país

59 *Ibidem*, p. 50.

60 *Ibidem*, p. 58-60.

61 *Ibidem*, p. 60-61.

62 *Ibidem*, p. 62.

63 *Ibidem*, p. 64.

já estava em seu quinto presidente eleito diretamente pelo povo brasileiro, uma mulher que foi militante durante a ditadura e torturada. Assim, já não parece necessário utilizar a CNV como maneira de consolidar a democracia brasileira. A respeito disso, é possível lembrar a reflexão de Pollak sobre o resgate da memória em tempos de crise e em tempos de paz. No primeiro caso, há uma certa urgência para essa ação de reinterpretção, gerando crises de identidade, no sentido coletivo ou individual. Já em períodos de paz, como é o caso brasileiro, os questionamentos são feitos sem urgência, e existe, de alguma maneira, coerência e unidade.⁶⁴

No entanto, se a demora para sua instauração não afetou a democracia, o recolhimento de testemunhos, narrativas e memórias saiu prejudicado. Conforme aponta Weichert, houve dificuldade para recolher evidências, testemunhos, além de localizar restos mortais de pessoas que desapareceram. Em consonância a isso, a memória de muitos familiares e outras testemunhas foi se esvaindo, além de muitos sujeitos terem morrido sem compartilhar suas histórias ou as de outros.⁶⁵ É válido lembrar também que, assim como alguns documentos foram destruídos e/ou incinerados no Chile, o mesmo aconteceu em 1982, no Brasil, com a queima de documentos do DOPS do Rio Grande do Sul.⁶⁶ Apesar disso, mesmo com essa distância e obstáculos encontrados para a investigação sobre o passado, a luta para dar destaque a essas memórias não cessou, como já observado por meio dos antecedentes à instauração da Comissão. E, se já existiam debates e discussões culturais e políticas acerca do tema, com a CNV novos caminhos foram apresentados.

Considerações Finais

Allende, em um discurso para a *Rádio Magalhães* no dia do golpe, profereu que “mais cedo do que tarde, novamente se abrirão as grandes alamedas por onde passará o homem livre para construir uma sociedade melhor”.⁶⁷

64 POLLAK, *Op. cit.*, p. 207.

65 WEICHERT, *Op. cit.*, p. 89.

66 MEMORIAL DA DEMOCRACIA. REPRESSÃO COMEÇA A QUEIMAR ARQUIVOS. 25 maio de 1982. Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/card/repressao-comeca-a-queimar-arquivos>. Acesso em: 29 set. 2022.

67 MUÑOZ, *Op. cit.*, p. 17.

João Goulart, no dia 13 de março de 1964, expressou para os trabalhadores brasileiros que o lema é o “progresso com a justiça, e desenvolvimento com igualdade”.⁶⁸ Anos depois de ambos serem destituídos de seus cargos por forças militares, em outros governos, eleitos democraticamente pós-ditadura, foram instauradas Comissões com objetivos de esclarecimento de uma verdade global, resgate da memória e investigação de crimes contra a humanidade durante o período ditatorial.

É possível notar, dessa forma, que a instauração das Comissões da Verdade, tanto no Chile quanto no Brasil, se configuraram como uma urgência ética e moral. Pensar a memória, nesse caso, vai muito além de encaixá-la como instrumento para compor a historiografia, mas como meio de lutas políticas, identitárias e um mecanismo para angariar formas de justiça.

Ao buscar a superação do esquecimento e do silêncio, a constituição desses relatórios oferece uma chance para aqueles que foram sujeitos políticos ativos contra os regimes ditatoriais, e que sofreram alguma violação de seus direitos humanos, bem como aqueles que, de alguma forma, possuíam ligações com aqueles que morreram, foram torturados e/ou exilados, desapareceram, e de quaisquer outras formas sofreram algum crime contra a humanidade, de compartilhar essas memórias. É mister, no entanto, notar que suas construções possuem diferenças significativas, desde o tempo de sua implementação aos casos qualificados para investigação.

Ainda que muitas fontes, testemunhos, narrativas e memórias tenham sido destruídas, pelo fogo ou pelo tempo, a importância da ação desses relatos é de grande significado, pois, de acordo com Le Goff, “o passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história”.⁶⁹ Com isso, a memória trabalha para transformar a sociedade, e sua institucionalização funciona como meio para que exista o reconhecimento, a reconciliação e novas possibilidades de lidar com esse período da história.

68 MARCELINO, Wanielle Brito (Org.). “Discurso do Presidente João Goulart na Central do Brasil.” In: **Discursos Selecionados do Presidente João Goulart**. Brasil, 2010, p. 82.

69 LE GOFF, *Op. cit.*, p. 25.



OS IMPACTOS DA PANDEMIA - CORONAVÍRUS (COVID - 19) NA EDUCAÇÃO NOS ANOS (2020/2021)

Milena Rodrigues Costa¹

Introdução

Partindo de um cenário atípico, causado pela pandemia – Coronavírus (Covid-19) muitas coisas mudaram, na educação não foi diferente, houveram mudanças, e é justamente dessas mudanças, mais especificamente no ensino de História que o presente texto irá falar, tendo como recorte temporal dois anos pandêmicos seguidos: 2020 e 2021. Em suma, iniciará com um estudo voltado para a pandemia – Coronavírus (Covid-19), a fim de entender como aconteceu a pandemia do Covid-19, bem como a transição de aulas presenciais para aulas remotas, para entender como aconteceu a adaptação ao novo modelo de ensino remoto e de que forma impactou no ensino de História. Por fim, sobre a vacina.

Nesse contexto, destaca-se a música de Raul Seixas *O dia em que a Terra parou*, lançada em 1977, que resume bem os primeiros dias dessa crise. Vejamos alguns trechos dessa música:

[...] Foi assim

No dia em que todas as pessoas do planeta inteiro
Resolveram que ninguém ia sair de casa
Como que se fosse combinado, em todo o planeta
Naquele dia ninguém saiu de casa

¹ Acadêmica do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

Ninguém

[...] No dia em que a Terra parou
 E o aluno não saiu para estudar
 Pois sabia, o professor também não tava lá
 E o professor não saiu pra lecionar
 Pois sabia que não tinha mais nada pra ensinar [...]
 (RAUL SEIXAS, 1977)²

Nota-se que por mais que seja uma música de 1977, ela consegue se encaixar muito bem com a realidade da pandemia – Coronavírus (Covid-19), pois, com essa pandemia muitas pessoas tiveram que mudar sua rotina, em alguns casos deixaram de fazer suas obrigações, ficaram desempregadas, em outros casos, tiveram que conciliar suas atividades de forma remota, em suas próprias casas. É possível perceber na música a dependência que há entre tudo e todas as pessoas na sociedade, e o isolamento social consequentemente afetou diretamente a vida de todos. Em um dos trechos da música fala sobre a Educação, em paralelo com a pandemia do Covid-19, vale frisar que o sistema educacional no Brasil e no mundo, tiveram, inicialmente, que parar com suas atividades de ensino e com o passar dos dias, ir se adaptando ao novo modelo de ensino remoto.

Pandemia – Corona vírus (covid-19) na Educação

Vivermos em um mundo que está em constantes mudanças e isso vem desde o princípio da humanidade, mudanças sempre aconteceram e sempre irão acontecer, porém, nem sempre estamos preparados para lidar com o “novo”, um exemplo disso foi o assunto em questão: a pandemia – Coronavírus (COVID – 19), de repente uma crise sanitária que abalou o Brasil e o mundo, junto dela a necessidade de novos hábitos e medidas preventivas para o combate a este vírus, atingindo em diferentes segmentos sociais a vida da população mundial.

A educação é um processo de aprendizagem contínuo necessário para o desenvolvimento dos indivíduos, auxilia-os no fortalecimento das alteridades sociais e na renovação da

² Trechos da música **O dia em que a Terra parou**, de Raul Seixas, 1977.

sociedade. Portanto, é um canal de transmissão da cultura e dos valores constitutivos dos seres humanos. Deste modo, a história exerce um papel importante na construção e formação do caráter dos indivíduos, cuja influência se expande para a sociedade. Nesse tempo de pandemia a história nos ajudar a recordar e a recontar outros momentos em que a humanidade sofreu drásticas consequências com outras situações semelhantes, a exemplo a gripe espanhola em 1918 que causou em torno de 50 milhões de morte, mas aqui no Brasil 35 mil.³

Como já dito, a sociedade está em constantes mudanças e essas mudanças vem desde muito tempo, assim como a pandemia – Coronavírus (Covid-19) foi um surto inesperado que pegou a humanidade de surpresa, já tiveram outros momentos drásticos que também deixou marcas na vida de antepassados. É através, inclusive, dos estudos realizados por historiadores que é possível trazer esse passado para o presente.

Por ter sido um período atípico, o sistema educacional teve que se reinventar, lidar com as consequências naturais impostas pelo distanciamento e isolamento social. Na Educação, tanto alunos, como professores, núcleos gestores, as famílias e a sociedade como um todo tiveram que se adaptar a uma nova rotina, um cotidiano diferente do que estavam vivenciando antes.

Cristiano Nicoli e Kênia Érica Gusmão Medeiros em um estudo sobre Aprendizagem histórica em tempos de pandemia, afirmam:

Para a educação, foi um desafio particular, por lidar com milhões de estudantes das mais variadas modalidades e de diferentes níveis de ensino, da educação infantil ao superior. O distanciamento social, apesar das propostas de educação a distância que já vinham sendo desenvolvidas antes da pandemia, transformou-se em um grande desafio em função das transformações e adaptações exigidas em tão curto espaço de tempo.⁴

3 MASS, Olmaro Paulo; DA SILVA, Pedro Almeida. O ensino de história para desenvolvimento crítico em tempos de pandemia. *Revista Opinião Filosófica*, v. 12, p. 4.

4 NICOLINI, Cristiano; MEDEIROS, Kênia Érica Gusmão. **Aprendizagem histórica em tempos de pandemia**. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 34, 2021, p. 284.

Como mencionado, a educação durante a pandemia do Covid-19 passou por um desafio muito grande, por lidar com milhões de estudantes dos mais diversos níveis de ensino, atingindo todas as classes sociais, logo, as classes baixas foram as mais atingidas. E para não parar as atividades de ensino, tiveram então que se adaptar ao novo modelo de ensino remoto, em curto espaço de tempo, mas as exigências por resultados continuaram.

A pandemia – Coronavírus (Covid-19), por ter sido um período conturbado e muitos queiram esquecer, é fato que sempre restarão as memórias mesmo com todos os impactos proporcionados. Segundo Paoli Rossi:

O entrelaçamento de memória - esquecimento é muito profundo. Mesmo quando se teorizam rupturas totais e irreparáveis e transformações radicais. Nas situações histórico-culturais em que predominam a cólera e o espírito de rebelião, a exigência de um passado é frequentemente tão forte quanto diz respeito ao futuro.⁵

Como citado, memória e esquecimento estão ligados entre si, e por mais conturbado que tenha sido a pandemia – Coronavírus (Covid-19), sempre terão as memórias que não deixarão ser esquecida, dessa forma, o historiador é uma peça fundamental para isto acontecer.

Transição de aulas presenciais para aulas remotas

A pandemia - Coronavírus (Covid-19) trouxe uma ressignificação para a educação, com a impossibilidade de ter encontros presenciais entre alunos e professores, surgiu então, as aulas remotas como forma de dar continuidade a escolarização por meio de recursos tecnológicos, recursos tecnológicos esses que foram um aliado importante para a educação nesse período de pandemia. As aulas remotas surgiram como resposta imediata ao momento atual que se encontrava a educação em tempos de pandemia.

No Brasil as instituições de ensino das redes públicas e privadas tiveram que se adaptar a esta nova realidade, compreendendo

5 ROSSI, Paoli. **O passado, a memória, o esquecimento**: seis ensaios da história das ideias. São Paulo: UNESP, 2010, p. 25.

de-se que os professores e alunos não estavam preparados para lidar com esse novo cenário e com as dificuldades que apareceram devido ao ensino remoto, ou seja, os docentes e discentes tiveram que se readaptarem a este novo formato de aula em plena a pandemia do Covid-19.⁶

Diante do exposto, por ter sido algo inesperado, nem professores, nem alunos estavam acostumados com as aulas remotas, tendo em vista que estavam acostumados com o ensino presencial. Esta adaptação foi de forma gradual, com mudança total do ambiente de ensino, contribuindo assim para o lento resultado final das atividades educacionais.

O professor Danilo Alves da Silva, em sua dissertação de mestrado “Letramento Histórico Digital: Ensino de História e Tecnologias Digitais” já defendia que “Nesse contexto da era digital, a educação precisa ser reestruturada e, conseqüentemente, o ensino de História carece de ser repensado.”

A formação histórica de um estudante não deveria, na era digital, estar separada da formação digital. Usar as tecnologias digitais no processo de compreensão da realidade e na produção do conhecimento histórico exige dos sujeitos envolvidos habilidades específicas para lidar com questões próprias desse contexto, como, por exemplo, as fontes digitais, elementos fundamentais para a História.⁷

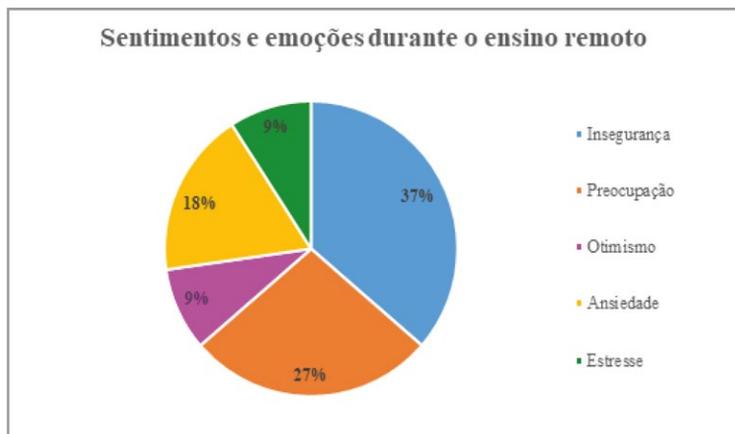
Sob esse viés, a tecnologia é uma ferramenta que vem facilitando o cotidiano da sociedade em vários aspectos, porém, é de extrema importância que se tenha preparo, ainda mais na educação, em um período de pandemia. Tanto para alunos, quanto professores, o uso de tecnologias digitais foi inicialmente um dos grandes problemas durante o ensino remoto, por mais que já tivesse presente no cotidiano das pessoas, era usada mais em forma de entretenimento e não de fato educacional, mas essa foi a opção encontrada para que as aulas continuassem funcionando, e por mais difícil que tenha sido no início, foi essencial, assim também como é importante

6 SILVA, Estefany Pereira da *et al.* **O ensino de história em tempos de pandemia: o cenário de Alvarães/AM (2020-2021)**. 2021, p. 17.

7 SILVA, Danilo Alves da. **Letramento Histórico Digital: Ensino de História e Tecnologias Digitais**. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). 2018. 102 f. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2018, p. 40.

continuar utilizando durante as aulas no pós-pandemia, nas aulas de História principalmente.

Durante a pandemia – Coronavírus (Covid-19) a dor causada pela perda de pessoas, juntamente com os sentimentos e emoções durante o isolamento social, causaram uma desestruturação no sistema de ensino, partilhando responsabilidades entre famílias e educadores. Em complemento, foi feita uma pesquisa com alguns estudantes de uma escola no município de Pires Ferreira-CE (caso precise colocar o nome da escola, é E. E. F. Antonio Silvano Balacó). Com o propósito de preservar a identificação dos estudantes que foram entrevistados, os cinco estudantes foram denominados de E1,⁸ E2,⁹ E3,¹⁰ E4¹¹ e E5.¹² Quanto aos sentimentos e emoções durante esses dois anos pandêmicos – 2020 e 2021, os estudantes E1, E2, E3, E4 e E5 destacam o seguinte:



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota-se que dentre os sentimentos e emoções apresentados, Insegurança apresentou o maior porcentual, Insegurança esteve presente tanto na educação como nas demais áreas, a Insegurança sobre nossas vidas e de quem amamos em uma pandemia sem previsão acabar. Salienta-se também que por mais que existissem sentimentos e emoções negativas, tam-

8 Estudante, 13 anos, entrevista concedida em jun. de 2022.

9 Estudante, 13 anos, entrevista concedida em jun. de 2022.

10 Estudante, 13 anos, entrevista concedida em jun. de 2022.

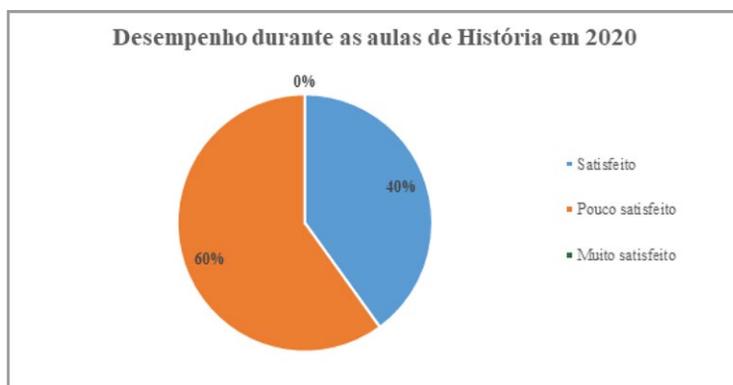
11 Estudante, 13 anos, entrevista concedida em jun. de 2022.

12 Estudante, 13 anos, entrevista concedida em jun. de 2022.

bém teve o otimismo, o pensamento positivo que a vacina iria surgir e cada dia mais tudo voltaria ao normal.

Tendo recorte temporal de dois anos pandêmicos seguidos, 2020 e 2021, com as respectivas séries: 6º ano e 7º ano, as tabelas a seguir irão apresentar o desempenho durante as aulas de História nos anos 2020 e 2021, segundo os estudantes entrevistados.

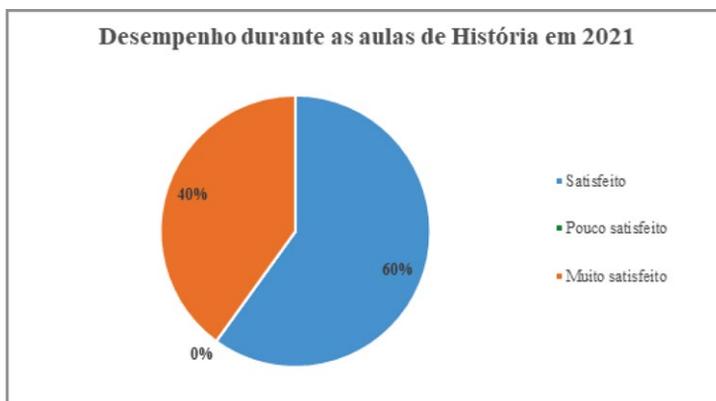
Em relação ao desempenho durante as aulas de História em 2020, E1 se considera pouco satisfeita, o E2 se considera satisfeito, E3 se considera pouco satisfeita, E4 se considera satisfeita e E5 se considera pouco satisfeito. A seguir, têm-se uma tabela que apresenta os dados referentes ao desempenho dos estudantes durante as aulas de História no ano de 2020:



Fonte: Arquivo pessoal.

Observa-se o grande percentual de “Pouco satisfeito”, contudo, vale ressaltar que foi o primeiro ano de pandemia e conseqüentemente, o primeiro ano de ensino remoto, uma realidade muito diferente do ensino presencial, por isso impactou tanto e não obteve tanta satisfação nesse primeiro ano.

Em relação ao desempenho durante as aulas de História em 2021, E1 se considera muito satisfeita, o E2 se considera muito satisfeito, E3 se considera satisfeita, E4 se considera satisfeita e E5 se considera satisfeito. A seguir, têm-se uma tabela que apresenta os dados referentes ao desempenho dos estudantes durante as aulas de História no ano de 2021:



Fonte: Arquivo pessoal.

Ao compararmos os dois gráficos de desempenho dos estudantes durante as aulas de História nos anos de 2020 e 2021, percebe-se a diferença dos percentuais, enquanto em 2020 predominava 60% de “Pouco satisfeito”, em 2021, predominou 60% de “Satisfeito”, mostrando assim a evolução recorrente da adaptação e experiência ao novo modelo de ensino, por 2020 ser o primeiro ano pandêmico e ter sido mais difícil a adaptação, consequentemente, foi melhorando no ano seguinte, no ano de 2021.

Vacina

Em meados 2021 surgiram as primeiras vacinas, trazendo assim a esperança para a população, porém, não foi aceito por todos, existiam pessoas inseguras, que não queriam tomar a vacina, somando-se a isto, o presidente da época, Jair Messias Bolsonaro, em suas falas problematizava e muitas vezes o incentivava a não tomarem a vacina.

Quem deveria cuidar e conscientizar a população sobre os perigos da desinformação nem sempre o fez. Em diversos momentos, o presidente Jair Bolsonaro foi na contramão das entidades e órgãos sanitários. A aposta em medicamentos sem comprovação científica, a posição contra medidas de distanciamento social e o uso de máscara, além de discursos inflamando a sociedade para que não respeitasse tais medidas e a promoção de aglomerações em diversos locais do país foram algumas das ações desencadeadas pelo presi-

dente. Além disso, usou as redes sociais para negar a gravidade da pandemia e disseminar desinformação sobre o vírus e sobre a vacina.¹³

Ainda falando sobre a vacina, salienta-se que muitas pessoas infelizmente morreram, por não terem tido a oportunidade de se vacinar, pois eram poucas vacinas para muita demanda.

Por falar em vacina, vale lembrar a Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, no Rio de Janeiro:

O povo se revolta durante uma semana inteira contra a lei que, segundo o governo, era destinada a protegê-lo. A população enfrentou a polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros. Ocorreram grandes conglomerados no centro da cidade. O governo utilizou-se de meios violentos para impor a medida e realizar o ato da vacinação ao ponto de invadir domicílios para aplicar a vacina. A polícia reagiu com violência usando tiros e a ação da cavalaria. Barricadas e combates transformaram os bairros da Gamboa e da Saúde em praça de guerra. Segundo relatos 30 mortos, mais de cem feridos, quase mil presos – a metade deles deportada para o Acre, e sete estrangeiros banidos do país; segundo outros, centenas e talvez milhares de mortos.¹⁴

É importante ressaltar que o assunto - vacina é o mesmo, porém são contextos e situações diferentes.

Considerações finais

A pandemia – Coronavírus (Covid-19) é um assunto que repercutiu e continua repercutindo no Brasil e no mundo, e está diretamente ligado à sociedade como um todo. Por ter sido algo inesperado, um cenário atípico

13 SOUZA, K. A. C. de; REIS, R. **Desinformação e negacionismo: estratégia discursiva de Jair Bolsonaro contra a vacina da covid-19.** Anais do Seminário Comunicação e Territorialidades, 1(7). 2021, p. 2.

14 ASANUM, Eduardo Seide; NAIWERTH, Rafaela Vieira. **O processo de formação territorial brasileiro a partir da Revolta da Vacina–Rio de Janeiro/RJ (1904) associado com o movimento antivacina atual (COVID-19).** 2006, p. 11.

do que estávamos acostumados, provocou mudanças em diferentes segmentos sociais de forma emergencial e não planejada, sendo assim, muitos desafios surgiram juntamente com a necessidade de se reinventar e adaptar ao novo cenário que o mundo se encontrava.

Como futura historiadora, em um período marcante que foi a pandemia do Covid-19, resolvi pesquisar e aprofundar ainda mais meus conhecimentos acerca deste tema. Procurei entender ainda mais sobre esta pandemia que tanto repercutiu e continua sendo pauta nos dias atuais, por conseguinte, por se tratar de Educação e ser uma área do meu interesse.

Em vista disso, Costa nos afirma que:

Moral da história: o bom historiador deve sempre estar seguro das informações factuais que utiliza. Assim é o nosso ofício: conhecer e compreender o passado da humanidade, não reinventá-lo de acordo com nossas convicções pessoais ou políticas, muito menos distorcê-lo apenas para criar uma discordância vazia para se auto-afirmar e/ou provocar um tolo debate...¹⁵

Portanto, nós historiadores precisamos estar atentos aos acontecimentos que nos cercam, dar respostas precisas à sociedade, embora nem sempre sejamos ouvidos e reconhecidos por outras áreas, como já enfatizava Eric Hobsbawm, em 1984, na conferência “O que a história tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea?”:

É tarefa dos historiadores saber consideravelmente mais sobre o passado do que as outras pessoas, e não podem ser bons historiadores a menos que tenham aprendido, com ou sem teoria, a reconhecer semelhanças e diferenças. [...] Infelizmente, uma coisa que a experiência histórica também ensinou aos historiadores é que ninguém jamais parece aprender com ela, no entanto, temos que continuar tentando.¹⁶

15 COSTA, Ricardo da. Para que serve a História? Para nada... In: **SINAIS** - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, Edição n. 03, v. 1, Junho. 2008. p. 58.

16 HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013, p. 58-59.

Nesse contexto, a categoria de docentes desta área precisa, mais do que nunca, se unir para enfrentar possíveis desmonte da educação, maior ainda do que já vinha sendo colocado em prática nos últimos anos. É necessário, portanto, estarmos atentos e conscientes em tudo e todos que acontece tanto perto, quanto longe de nós mesmo.



Processo de ensino-aprendizagem de História do Ceará no Período Republicano (1887 a 2022) no Ensino Básico

Francisco Joelson de Jesus Cosmo¹

Introdução

Este capítulo busca pontuar o processo de ensino-aprendizagem de História no estado do Ceará, levando em consideração suas experiências no período republicano de 1887 a 2022, e como este assunto vem sendo tratado no sistema de educação básica (ensino fundamental e médio), lembrando todo o processo educativo da disciplina de História, suas bases e conteúdos e como esta trata a temática da história do seu próprio estado no sistema educacional, reconhecendo a importância da inserção deste conteúdo no campo educacional cearense pelo Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (IHGC),² evidenciando dessa forma o conteúdo.

Nas escolas, a disciplina de História foi por muito tempo e continua sendo vista, por alguns alunos, como uma disciplina majoritariamente de memorização de conteúdos, ou seja, uma matéria que não serviria para nada além de decorar datas, nomes de pessoas que foram importantes e fatos que não fariam diferença em seu cotidiano. Esse processo de deslegitimação da disciplina fez com que a disciplina sofresse constantes questionamentos em relação ao seu espaço no currículo escolar. A História, por um grande período, tem sido compreendida como uma disciplina que

1 Acadêmico do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

2 Conhecido hoje como Instituto do Ceará, é uma instituição de estudos de caráter científico sobre diversos temas, em especial História, Geografia e Antropologia.

estuda o passado, os povos do passado ou um campo do conhecimento destinado a ficar aprisionado em acontecimentos e de outras épocas. Mas, com o esforço dos profissionais da História e dos profissionais da educação que lecionam História, essa concepção vem sendo transformada, para uma área do conhecimento que estuda os seres humanos, suas relações sociais, ou seja, preocupada e que estuda também o presente.

O objetivo de uma aula de História é a produção de saberes de natureza histórica que façam sentido aos alunos, que sirvam para que eles se indaguem acerca de sua vida social e familiar, de seus relacionamentos, de seus valores, de sua história enfim. Podemos dizer que o objetivo de uma aula de História é a realização de aprendizagens significativas para os alunos, entendidas aqui como aprendizagens de conteúdos, conceitos, métodos e tradições que lhes sirvam para entender de modo mais denso o mundo em que vivem. Em vez de denso, poder-se-ia mesmo dizer que temos como objetivo que os alunos tenham uma compreensão crítica do mundo em que vivem.³

Porém, essa realidade começou a se modificar por volta, do início dos anos 80, quando em um esforço múltiplo, tanto dos professores de ensino fundamental e médio e professores universitários, houve um processo de revalorização dessa área do conhecimento, trazendo novos conceitos, autores e reconquistando o seu espaço nas escolas, nos currículos escolares, na área acadêmica e como um importante instrumento de construção do pensamento crítico.

As décadas de 80 e 90 do Século XX foram muito importantes para o ensino da História, pelo empenho e esforço dos profissionais nas universidades cujo objetivo era a (re) valorização da disciplina como conhecimento fundamental na formação do pensamento crítico do cidadão. Um desses caminhos pode ser percebido com a divulgação das correntes historiográficas, tanto na Academia quanto nas reformas

3 SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do ensino de História. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011, p. 213.

curriculares, que colocaram em evidência novos temas e novos objetos para o conhecimento histórico.⁴

Mas apesar de todas essas conquistas, a História ainda tem muito pelo que lutar, por exemplo, por mais espaço na formação dos indivíduos em relação à educação básica, em relação ao ensino-aprendizagem e um maior reconhecimento dos profissionais da área da História. Alguns professores identificam a História como sendo, resumidamente, um campo do conhecimento que se preocupa em estudar e analisar os indivíduos em determinadas sociedades, em determinado tempo e espaço, isso para estabelecer relações entre passado e presente, fazendo com que a História seja uma área não apenas que estuda o passado, mas que também analisa fatos do presente, perdendo a perspectiva de ser uma disciplina apenas de memorização.

Para o historiador Eric Hobsbawm (1998), a análise do passado é importante como referência, jamais para vivermos nele. No entanto, os nossos professores e professoras (e aqui incluímos os recém-saídos da Universidade) do ensino fundamental e médio, via de regra, mantêm-se como construções de concepções do ensino de História ainda ligadas a um passado distante, periodizada de forma linear, divididas em momentos estanques. Não obstante, essa tradição/lógica curricular positivista também permanece orientando as concepções de ensino e aprendizagem nas instituições formadoras, quando não é o próprio currículo que assim a reproduz. Essas compreensões da História, mais arraigadas às concepções positivistas de ensino, ou ainda vinculadas às tradições não renova das do materialismo histórico, reduzem o campo de apropriação dos sujeitos em sala de aula em relação ao seu estudo e atribuição de sentidos.⁵

Essa relação da História com a temporalidade, já mencionada acima, seria um mecanismo de ensino, para que os estudantes possam fazer conexões entre os tempos e sua contemporaneidade, dessa forma, seria muito mais fácil tratar de tempos mais remotos, quando o estudante compreende

4 SANTOS, Fabrício; GUERRA FILHO, Sérgio. Ensino de História e a Reforma do Ensino médio. In: **Ensinar História no século XXI: dilemas e perspectivas**, 2010, p. 35.

5 *Ibidem*, p. 41.

que é um sujeito em um tempo-espaço e possível de ser historicizado. Ou seja, o professor é uma espécie de reconstrutor do passado, lembrando que este não é estático e pode ser modificado de acordo com o espaço-tempo. Tal processo de reconstrução de fatos históricos é dinâmico, dessa forma, pode se modificar de acordo com as sociedades. Então, podemos compreender a História como um campo do conhecimento que estuda as sociedades, suas particularidades, seus costumes, seu dia a dia. Segundo Fabrício Santos e Sérgio Guerra, quando citam Hobsbawm, os professores de História, tanto os que são formados há muito tempo, quanto os que ainda estão em formação, e ainda aqueles que fazem a formação, ou seja, os professores que fazem parte da academia, encontram-se em uma formação positivista, e períodos que não fazem muito sentido para os dias de hoje, o que pode estagnar o conhecimento histórico.

Ensino-aprendizagem de História do Ceará no período republicano

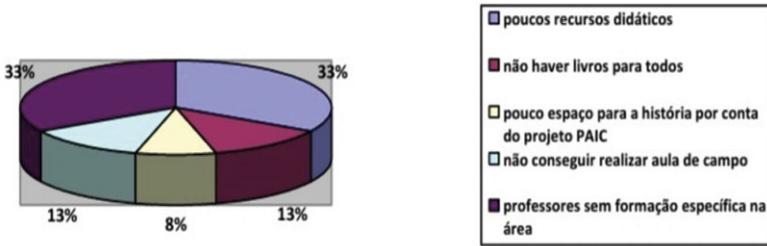
O que nos leva a questionar a nós mesmos sobre qual seria a relação dos discentes com a disciplina de História, mais especificamente a História do seu próprio estado, e para iniciar esta discussão é importante lembrarmos o processo educativo e como ele trata esta disciplina escolar. Fabrício Santos e Sérgio Guerra acreditam que:

Em nossa prática pedagógica, no cotidiano da sala de aula, têm a ideia, a qual ganhou corpo e cristalizou se ao longo desses anos, de que a História é uma disciplina que em nada ou quase nada acrescenta para o seu processo de conhecimento, servindo apenas para a memorização dos fatos, nomes de heróis e datas, com o agravante de trazer para o estudo conteúdos distantes da sua realidade, deslocados, portanto, do seu universo. Esta visão contribui para que o ensino de História pouco desperte o aluno para a apreensão do conhecimento, pois, para eles, este ensino não tem utilidade. A suposta “inutilidade” da História, compartilhada em alguma medida por alunos e professores, tem aberto precedentes para que o seu lugar nos currículos escolares venha a ser constantemente questionado.⁶

6 SANTOS; GUERRA FILHO, *Op. cit.*, p. 35.

Isso se levamos em consideração que, ao ingressamos no ensino básico, seja no ensino fundamental ou médio, estudamos a disciplina de História e vemos temas e sociedades diversas, passamos por temáticas como: História Antiga, Idade Média, Moderna e Contemporânea, Processo de colonização do Brasil, Brasil Colônia, Império, República, entre outras temáticas, e sociedades como grega, romana e até mesmo, mais recentemente, a sociedade indígena; damos ênfase durante todo o nosso processo educativo a temáticas que vão desde as mais gerais a temas que dizem respeito à história do nosso país e até de outros, porém, o ensino sobre a História do nosso estado (que aqui darei ênfase ao Ceará) ainda é uma temática bastante negligenciada, durante todo o processo educativo da educação básica (ensino fundamental e médio), e quando muito, se tem uma aula resumida sobre esse tema, quase que excluindo o período para o qual aqui daremos maior ênfase, o Ceará no período da República (de 1889 a 2022).

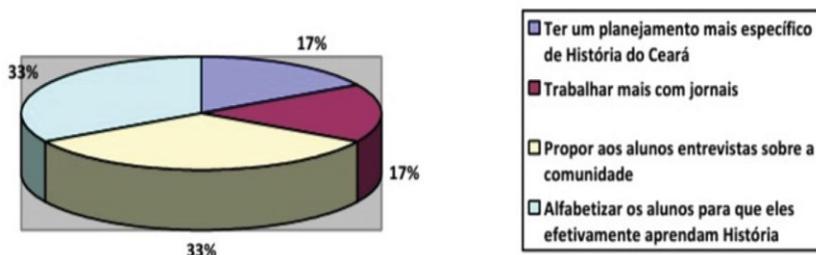
Gráfico 1 - Principais dificuldades apresentadas para se trabalhar História do Ceará pelos professores entrevistados:



O ensino de História do Ceará enfrenta vários desafios, seja a falta de fontes para trabalhar essa temática (como por exemplo a escassez de livros didáticos sobre a temática), seja pela não formação/especialização dos professores nesse assunto, como podemos perceber nos gráficos abaixo, retirados de um artigo que trata especificamente sobre livro didático de História do Ceará.⁷

7 ALMEIDA, Geyska Brito; FERNANDES, L. M. P.; SILVA, I. B. Cotidiano Escolar e o Livro Didático de História do Ceará: Desafios, Dificuldades e Perspectivas de Professores Quixadaenses. **XI Semana de História da FECLESC**, 2013 (Encontro), p. 5 e 7.

Gráfico 2 - Desafios apresentados pelos professores entrevistados para o ensino de História do Ceará mais eficaz.



O ensino de História do Ceará é deixado bastante de lado, seja pela questão do tempo de aula, seja pelo próprio desinteresse em relação ao assunto. Por exemplo, o ensino da disciplina de História como um todo no ensino fundamental, em sua maior parte tem o tempo cedido a disciplinas como Português e Matemática (não desvalorizando aqui a importância destas, mas que acabam prejudicando a aprendizagem dos alunos em relação a outras disciplinas). A História por si, enquanto disciplina escolar, no pouco tempo que tem, num primeiro momento ajuda o indivíduo a compreender-se enquanto membro da sociedade, identificando sua própria História. E recordando como citam os autores Fabrício Santos e Sérgio Guerra:

O ensino de História tem um papel preponderante no estabelecimento das conexões entre os tempos (presente e passado), para que os estudantes possam formar o conceito de temporalidade e assim compreender a dimensão histórica da realidade em que vivem. É preciso haver uma relação significativa entre o sujeito que vai estudar o passado e esse passado (objeto de estudo). Nesse sentido, o passado é algo que acontece, que não está pronto e deverá ser construído pelo historiador. Essa reconstrução é muito dinâmica e modificasse, tanto espacial quanto temporalmente, responsabilizando-se o professor de História por inserir os alunos na dinâmica histórica das sociedades, estimulando elaboração dos na e problemáticas e articulações com as experiências humanas. Contudo, falta-nos em sala de aula a sensibilidade para planejarmos propostas de aprendizagem em consonância com estas experiências humanas, compreendendo articulação entre os s as como espaços de sujeitos e suas temporalidades. Levando os estudantes a entenderem que a

História não trabalha necessariamente com o passado (campo demasiadamente abstrato), mas que o seu estudo é, sobretudo, um esforço de compreensão das trajetórias humanas, historicamente constituídas e espacialmente definidas. Estuda instância, a vida dos outros.⁸

Sem deixarmos de lado que o ensino de História, a didática usada nesse ensino, a formação no ensino fundamental, médio e acadêmico do professor de História, influencia positivamente ou não, no modo como esse leciona, pois as nossas vivências e experiências acabam refletindo na prática docente, esse gostar ou não da História, algumas vezes pode ser influenciado pelo modo como esse profissional leciona, ou seja, cabe (em alguns casos) ao professor instigar os discentes com metodologias diversificadas e na sua própria preparação e formação para uma melhor aprendizagem da disciplina e aperfeiçoamento do próprio docente, o que interfere diretamente na aprendizagem dos discentes.

Posteriormente, esse campo do conhecimento adentra em temas gerais, como alguns dos quais, citados acima, no ensino médio, parecido com o que acontece no fundamental, as disciplinas de Português e Matemática que já tomavam bastante tempo, agora para que os alunos tenham um bom desempenho em testes nacionais e internacionais, vestibulares e outros, tomam ainda mais tempo e o ensino de História, que já era negligenciado, é deixando ainda mais de lado, tendo pouquíssimas aulas semanais e sofrendo remanejamento sempre que as reuniões ou quando essas disciplinas precisam de ainda mais tempo, ele é retirado ou cedido da História. No entanto, esses mesmos vestibulares e testes cobram como conteúdo a história do nosso estado, ficando a critério do aluno estudar esse conteúdo de forma autodidata.

O ensino de História local, ou seja, aquele que diz respeito ao seu estado e município, deve ser visto/estudado, pelo menos teoricamente, por volta do final do ensino fundamental, 9º ano. Para caráter de exemplificação, trago aqui o livro *História.doc, 9º ano*, de Ronaldo Vainfas *et al.*,⁹ um livro didático utilizado por várias escolas do estado do Ceará. Analisando

8 SANTOS; GUERRA FILHO, *Op. cit.*, p. 39.

9 VAINFAS, Ronaldo *et al.* **História.doc, 9º ano**: ensino fundamental, anos finais. 2. Ed. –São Paulo: Saraiva, 2018.

seu sumário e o conteúdo do livro em si, podemos perceber que não há sequer menção à História do Ceará. O que acaba alienando os/as discentes em relação à História que está mais próxima dele(a).

Ou seja, há um prejuízo profundamente evidente relacionado à quantidade e duração das aulas de História em relação a outras disciplinas, e para tratar temas que são de uma História mais local, como a do seu estado, é necessário um certo malabarismo, sendo indispensável fazer uma espécie de link entre temas mais gerais e a história local para que haja condição para tratar tais assuntos. Por esses motivos, há um prejuízo em relação a estudar o contexto do Ceará no período da República e História do Ceará como um todo, e não só para os alunos, mas também em relação aos docentes, como relata a professora Adelaide:

Dentre os principais desafios mencionados pelos professores, percebemos que um planejamento mais específico para a História do Ceará, pois como salienta a professora Adelaide da Escola Terra dos Monólitos na sede de Quixadá não existe assim um plano específico para se trabalhar História do Ceará, o que acaba sendo um desafio a ser enfrentado pelos professores, já que a mesma professora salienta que a gente tem um plano anual muito voltado para a História Geral. Essa consciência em relação à importância da História do Ceará aparece muito provavelmente devido a formação da professora, que é em História, e a torna mais sensível a perceber a importância da História local para a construção da consciência histórica dos alunos.¹⁰

Porém, essa é uma problemática que se arrasta há muito tempo e que já se tentou resolver, por exemplo em 1887, quando o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará (IHGC), percebendo essa discrepância e tentando inserir-se no cenário nacional, deu início à inserção desse tema em debates nacionais e à produção de conteúdos mais didáticos, voltados para a educação básica, influenciando a escrita escolar da História.

Dessa forma, a criação do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará constituiu marco na configuração da historiogra-

10 ALMEIDA; FERNANDES; SILVA, *Op. cit.*, p. 7.

fia cearense, promovendo a inserção do Ceará nos debates nacionais ao tempo em que forjava a identidade local. Financando suas bases no positivismo e no fervor nacionalista, os membros do Instituto do Ceará passam a consolidar o ideal de “pátria cearense”.¹¹

Dessa forma, é bastante perceptível o papel e o interesse dos membros do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará ao buscar adentrar em ambientes distintos dos ambientes mais acadêmicos, pois entendiam que ao deixar o conteúdo de História do Ceará de uma forma mais didática, além do cenário nacional, influenciaram, como acabaram influenciando por um período, também a escrita de caráter escolar, incentivando uma espécie de sentimento de valorização pelo estado que buscava e incentivava uma maior identificação dos indivíduos com sua terra, cenário esse bem diferente do encontrado hoje em dia, onde mal há tempo para se estudar a História de caráter geral.

Como os saberes produzidos no Instituto se faziam presentes em outros espaços sociais, em particular, nas instituições escolares, buscamos compreender as abordagens sobre História do Ceará nos manuais didáticos do período em foco nesta pesquisa, entendendo que o pensamento do Instituto do Ceará exerceu influência decisiva na escrita escolar de história.¹²

Como já dito acima, pouco se trata sobre o estado do Ceará no período da República nas escolas, mas já se resolver esse problema antes, e só começou a se diferenciar a partir do momento em que o Instituto Histórico e Geográfico do Ceará buscou evidenciar nos materiais didáticos o contexto de mudanças político-sociais enfrentados pelo estado e pelo Brasil:

Ellegendo a temática do livro didático, buscamos adentrar uma realidade específica, o Ceará, no contexto de efervescentes mudanças políticas e sociais. O advento republicano propiciara a necessidade de mudanças de atitudes e de ações

11 ARAÚJO, F. M. L. A história do e no Ceará: uma reflexão metodológica sobre os livros didáticos. (1889-1940). In: **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 39-57, jul./dez. 2013, p. 42.

12 *Ibidem*, p. 42.

que visavam a consolidação do ideário do novo regime brasileiro. A despeito da laicização, o predomínio da ideologia católica reforça a cristalização da educação nos moldes da Igreja católica. Na história escolar há, portanto, a persistência da indispensável presença da “história sagrada”, que em sintonia com o ideal republicano de sociedade, enfatizam a importância da família e da pátria.¹³

Considerações finais

Na perspectiva atual, ainda pouco se estuda ou leciona na educação básica sobre a temática do período do Ceará republicano, mesmo com tentativas desde 1887 em evidenciar ou no mínimo dar mais legitimidade ao conteúdo, por parte do IHGC e tentativas posteriores, ainda não há nas escolas de ensino básico uma base pedagógica para lecionar sobre o assunto.

Levando em consideração que não há tantas fontes para tratar de forma pedagógica e no mínimo didática esse tema, seja pela falta de materiais didáticos (livros, apostilas ou algo do tipo), ou mesmo a ausência de uma preparação ou especialização específica para o professor do ensino básico para com essa temática, todos esses problemas acabam dificultando muito o processo de ensino-aprendizagem tanto para os alunos, quanto para os professores. Vale mencionar que com a reforma do ensino médio, o que pouquíssimo se estudava sobre História do Ceará, esse assunto é agora quase que inexistente, já que o pouco tempo que se tinha para aulas de História em geral, agora é ainda mais escasso.

13 *Ibidem*, p. 41.



A luta das periferias sobralenses por visibilidade, reconhecimento e pela ruptura do autoritarismo (2017-2022)

Francisca Valquíria de Vasconcelos¹

Introdução

O capítulo em questão busca analisar a ação político-social do projeto *Virando o Jogo* nas periferias sobralenses. Para uma melhor compreensão do contexto em que o projeto foi criado, por quem e para quem, será necessário nos remetermos ao autoritarismo, conceito este do qual o Governo do Estado do Ceará busca se desvencilhar através de políticas públicas desenvolvidas com o auxílio da comunicação, da educação e ressocialização de jovens moradores periféricos em parceria com a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV), da Secretaria dos Direitos Humanos; a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV), da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SEDHAS).

As periferias representam a camada social que ajuda a movimentar a economia sobralense, portanto, são parte de um todo. Motoristas de aplicativos, entregadores, costureiras, proprietários de pequenos comércios e empreendedores de variadas áreas têm seu sustento retirado da oferta de seus serviços. Para uma dimensão dessa força motriz, o G10,² o bloco de

1 Acadêmica do curso de História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Pesquisadora da Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências do Município de Sobral (UGP-PV) valquiria_vasconcelos@uvanet.br.

2 O G10 das Favelas é um bloco de Líderes e Empreendedores de Impacto Social das Favelas que, assim como os países ricos (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino

líderes empreendedores de impacto social nas favelas, criou um banco que oferece crédito entre mil e quinze mil reais para pessoas que visam desenvolver um negócio próprio com uma reduzida taxa de 0,90% ao mês. O G10 Bank³ atingiu uma surpreendente marca de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) investidos em empréstimos para quem deseja empreender na comunidade. Em outra esfera e tão importante quanto, na nova geração empreendedora se encontra quem também movimenta a economia enquanto força de trabalho e consumidores. Isto é, o senhor Francisco acorda às cinco horas para trabalhar como padeiro no Centro da cidade e a dona Maria levanta antes disso para, além de fazer as tarefas rotineiras do seu lar, chegar a tempo de servir a mesa farta do café da manhã de sua patroa, moradora de bairro nobre. Ambos são moradores de bairros periféricos, pertencem à mesma realidade socioeconômica e são negros. Isso nos remete a qual período histórico?

A periferia, apesar de muito discriminada e pouco respeitada, é uma problemática de cunho social e político. Atentando-se a este fator, é necessário falar de como se deu a divisão da cidade, porque ocorreu e os processos resultantes disso. A separação de bairros não foi um processo natural, inicialmente, surgiu a necessidade da classe alta e dos que se encontravam presentes no poder político de “embelezar” o centro da cidade, onde se estabeleciam as instituições em maior evidência. Para isso, era necessário retirar do local, composto em sua maior parte pela burguesia, as famílias de baixa renda que não tinham estilos de vida condizentes com o padrão estabelecido no bairro central. Em síntese, é assim que se deu início à procura por moradias afastadas do centro, onde o padrão e o custo de vida eram considerados baixos, fazendo surgir, então, a favela. Os historiadores sobralenses Germana Maria Lopes Florêncio e Edilberto Florêncio dos Santos retratam as periferias como processo resultante também da modernização, refletindo sobre as transformações estéticas e ideológicas da cidade de Sobral.

Compondo também esse enredo, Sobral já ensaiava os primeiros passos da modernidade usufruídos pela elite sobralense que vivia de forma pomposa, ao som de pianos, em

Unido) do G-7, uniu forças em prol do desenvolvimento econômico e protagonismo das Comunidades, visando o desenvolvimento econômico e social dessas áreas urbanas.

3 O G10 Bank se trata de um banco criado para fomentar o desenvolvimento de negócios nas comunidades do Brasil.

belos casarões, banqueteadando-se com muita fartura em suas casas e no Palace Club. Nesse período Sobral já ensaiavam os primeiros passos da esplendorosa Belle Époque, através da marcha crescente do progresso, através das construções de suas fábricas, pela inserção de bondes, luz elétrica, theatros, periódicos, a visita da Comissão Científica, e o transitar dos primeiros carros, que a princípio causa aos mais pobres estranhamento e medo para outros. Era o pulsar da modernidade chegando à cidade.⁴

A periferia fica às margens da parte central e é por esse motivo que os favelados passaram a ser chamados de “marginalizados”, conceito este bem distorcido pela sociedade. Apesar dos 500 anos que separam a construção do Estado-Nação Brasil da Contemporaneidade, a violência e o preconceito enraizado ainda presentes neste lado da cidade são heranças negativas de um sistema colonialista escravocrata, que embora tenham findado enquanto processo atuante, se configuram como fatores estruturantes para a sociedade atual.

Para uma melhor compreensão do processo estruturante da segurança pública na contemporaneidade, levando em consideração o tráfico nos bairros periféricos, é preciso nos remeter ao ano de 1985, quando se restabeleceram as eleições diretas para a Presidência da República. Historicamente, o modelo de segurança pública que tem prevalecido é marcado pelo autoritarismo, no entanto, em outra vertente, com a redemocratização surge a segurança cidadã, requerendo a reformulação da segurança pública e propondo a constituição dos direitos humanos na formação dos policiais. Mesmo com significativas mudanças no atual cenário da segurança pública, ainda existem fortes traços da herança autoritária.

Partindo do viés da continuidade autoritária e segurança cidadã, pretende-se demonstrar a importância de uma política de segurança pública, dos direitos humanos e do fortalecimento da cidadania. Quanto às classes sociais, é importante refletir sobre o quanto o autoritarismo se faz presente des-

4 SILVA, Germana Maria Lopes. Entre Clío e Calíope no romance *Cassacos*: O trem fugia sempre, com medo do destino que persegue as coisas paradas. Monografia de graduação em História. Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Sobral: 2015, p. 28. In: ARAÚJO, Raimundo Alves de; ARAÚJO, Reginaldo Alves de. **Nas trilhas do sertão**: Escritos de cultura e política nos interiores do Ceará. 1. ed. Sobral: Editora SertãoCult, 2019, p. 58.

de o Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República, tornando de extrema urgência a revitalização através de políticas públicas de questões sociais como desemprego, fome e pobreza, que assolam as camadas que tentam sobreviver aos persistentes resíduos autoritários e resquícios do coronelismo.

Segundo Yamamoto, “o novo surge pela mediação do passado, transformando e recriando em novas formas os processos sociais do presente”.⁵ É a partir do velho que se caminha para o novo, traçando novas estratégias de política pública visando melhorias e reconhecimento para a história e identidade dos jovens que historicamente tiveram seus direitos diariamente negados e desrespeitados. Na fala da socióloga Lícia do Prado Valladares, compreende-se melhor sobre como os *modus operandi* dos primeiros governos republicanos atuavam em relação à figura do negro.

[...] estereótipo do negro, pobre, desempregado, vagabundo e morador dos cortiços das periferias urbanas. É a partir desse ideário que os primeiros governos republicanos suscitam o movimento higienista no Brasil, preconizando uma série de reformas das cidades com o fim de torná-las mais salubres, limpas e livres das imagens caóticas representadas pelos cortiços, localidades que, conforme discursos das elites urbanas, eram o berço da vadiagem, da imoralidade, do não-trabalho, dos vícios, da criminalidade e da pobreza. Essa suspeição generalizada em torno dos negros, pobres e habitantes das periferias, presente no *modus operandi* dos primeiros governos republicanos no Brasil, se torna a essência da expressão classes perigosas, e resulta na dicotomização dos espaços urbanos em que, de um lado, se encontravam os segmentos virtuosos da sociedade, compostos pelos bons e trabalhadores, e, de outro, os segmentos que viviam os meandros do não-trabalho. Sendo assim, não somente nas primeiras décadas após a abolição da escravatura e proclamação da república, como também na atualidade, verifica-se a construção de uma cultura que legitima a defesa de políticas de controle que, advindas de um ideário segregacionista e autoritário, se ancoram na noção de classes perigosas.⁶

5 IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 128.

6 VALLADARES, L. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI, R. R. (Org.). **Corporativismo e desigualdade**: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: IUPERJ/Vértice, 1991.

Como um exemplo da invisibilidade do negro perante a justiça em determinadas situações, temos a série produzida pela Netflix que está conquistando o público. Com estreia no dia 21 de setembro do ano de 2022 e baseada em fatos reais, o enredo da produção “Dahmer: Um Canibal Americano”, dirigida por Ryan Murphy, narra a história de Jeffrey Dahmer, um assassino em série que matou dezessete pessoas nos EUA entre os anos de 1978 e 1991. As suas vítimas eram homens negros, LGBTQIA+ ou indígenas e pertenciam às minorias sociais socioeconomicamente vulneráveis. Apesar de ocupar o lugar da produção mais assistida desde o seu lançamento e ter o sucesso atribuído à brutalidade de seus crimes, o que deveria chamar mais atenção e ser alvo de críticas é o que diz a sinopse oficial da série: “Como ele conseguiu evitar a prisão por tanto tempo?” Em especial, três cenas saltam aos olhos de quem entende o mínimo sobre racismo estrutural. Na primeira, uma das vítimas tenta denunciar o assédio e a tentativa de assassinato que sofreu para um policial, que mesmo diante da ficha criminal de Dahmer em mãos, desacredita. “Você prefere acreditar em um branco com ficha criminal do que em um negro sem ficha?”, o jovem negro pergunta. Na segunda, quando o *serial killer* está em julgamento, o juiz o comparando com seu neto, diz: “Jovem, branco e inconsequente” e resolve dar uma segunda chance para o assassino, que segue livre e impune na sociedade. Por conseguinte, Cassandra, a vizinha negra que foi ignorada pela polícia em todas as vezes que tentou alertar para o que ocorria no apartamento onde inúmeras vítimas foram mortas ao mesmo tempo em que ela tentava desesperadamente denunciar o ocorrido.

Uma nova maneira de fazer políticas públicas nas periferias sobralenses

De acordo com a Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências do Município de Sobral (UGP-PV), criada por meio do Decreto 1.950, de 19 de outubro de 2017, como parte integrante da, na época, Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social, o homicídio tem cor, idade e CEP. Os bairros periféricos da cidade de Sobral são divididos em dois territórios, o que torna mais prático o desenvolvimento de políticas públicas no seu interior, sendo eles, Vila União, Cidade Dr. José Euclides e Residencial Nova Caiçara como parte do Território I,

e Território II, integrado pelos bairros Dom José, Sumaré, Padre Palhano e parte do Centro. Existe uma relação conflituosa entre as forças policiais controladas pelo Estado e os moradores influenciados e, de certa forma, regulados pelos indivíduos denominados traficantes. No Brasil existem políticas de segurança caracterizadas pelo uso da força letal, políticas essas que no governo atual ganharam maior visibilidade pela mídia. Um discurso radical e hierarquizado que distorce a realidade, onde o bem é representado pelas forças policiais e o mal pela figura do jovem, negro e em vulnerabilidade socioeconômica. Essa vertente é consequência direta da violência que atravessa várias camadas da sociedade e remonta ao período colonial, quando o extermínio era a solução para os que de alguma forma afrontavam quem detinha o poder. Os militares são formados com valores escravocratas, cujo objetivo se concentra no controle, e não na proteção. Os profissionais que atuam nessa área quase que inconscientemente são levados a seguir essa lógica hierarquizante e colonial.

No ano de 2014, o Ceará apresentou números estarrecedores de violência, ficando em segundo plano apenas para o estado de Alagoas. A pesquisa *Cada Vida Importa*, de 2016,⁷ apontou o fato de que “os níveis acima de 10 assassinatos por 100 mil pessoas são considerados convencionalmente como cenário de epidemia”, apontando para o crítico cenário em que o estado se encontrava junto a outras regiões do Nordeste. Diante deste contexto, foram desenvolvidos dois projetos, o *Pacto por um Ceará Pacífico*,⁸ administrado pelo governo do Estado do Ceará por meio do Decreto 31.787, de 21 de setembro de 2015, cuja finalidade é “atuação articulada entre órgãos Públicos Estaduais, Municipais e Federais, e instituições da sociedade civil, objetivando a construção de uma cultura de paz, com políticas interinstitucionais de prevenção social e de segurança pública”, e a

7 A pesquisa *Cada Vida Importa* auxilia no monitoramento de homicídios. Instaurado em 2016, na Assembleia Legislativa do Ceará, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) liderou uma pesquisa de campo em parceria com o governo estado fundado nas Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e instituições de poder público e da sociedade civil - que mapeou as famílias que tiveram adolescentes assassinados em 2015 em sete cidades cearenses: Fortaleza, Juazeiro do Norte, Sobral, Maracanaú, Caucaia, Horizonte e Eusébio.

8 O Pacto por um Ceará Pacífico, instituído pelo Decreto estadual nº 31.787, de 21 de setembro de 2015, objetiva a construção da Cultura de Paz no Ceará, através da definição, da implantação, do monitoramento e da avaliação contínua de políticas públicas interinstitucionais de prevenção social e segurança pública, para a melhoria do contexto urbano, acolhimento às populações mais vulneráveis e enfrentamento à violência, com atuação articulada, integrada e compartilhada dos órgãos e entidades públicas estaduais, municipais e federais, e da sociedade civil.

Instituição do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios na Adolescência, vinculado à Assembleia Legislativa do estado do Ceará. A pesquisa foi realizada quando o atual prefeito, Ivo Gomes, era o presidente do Comitê e evidenciou que Sobral precisava de políticas públicas focalizadas em adolescentes e jovens. Ao assumir o comando da Prefeitura da cidade de Sobral em 2017, Ivo Gomes teve como prioridade exatamente as políticas públicas de prevenção de violências na juventude.

Tratando-se da estrutura da governança do *Pacto por um Ceará Pacífico*, torna-se necessário explicitar as instâncias e atribuições. Divididas em três níveis, sendo eles o **nível estratégico**, responsável por: monitorar e avaliar, pela decisão, normatização, articulação intergovernamental, comunicação e divulgação. **Nível gerencial**, onde acontecem: discussão especializada, quadro lógico, articulação entre iniciativas, proposição de implementação e avaliação dos projetos do pacto. Por fim, o **nível operacional**: ênfase territorial, controle social, participação social, articulação intersetorial, acompanhamento de iniciativas, todos focados nos fluxos de decisões e informações.

A Unidade de Gerenciamento de Projetos de Prevenção de Violências (UGP-PV) do município de Sobral, vinculada à Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social, apresenta um caráter inovador do que se costuma encontrar nos prédios que compõem as prefeituras. Existem dois eixos que, apesar de separados, atuam de forma conjunta: Eixo do Observatório da Violência e Eixo de Gestão de Ações Territoriais. Enquanto no primeiro eixo se busca coletar dados sistematizados e compartilhados de homicídios e estudadas as trajetórias de vida dos adolescentes e jovens assassinados para criar estratégias com o intuito de evitar futuras mortes, no segundo articulam-se vários atuantes que buscam fazer com que as políticas públicas adentrem nos bairros que apresentam maior índice de criminalidade. Essa inovadora forma de aplicação da política pública viabiliza a ruptura de um contexto brasileiro de construções histórico-sociais racistas, colonizadoras, escravocratas e patriarcais, no qual a administração pública esteve por tanto tempo apoiada em vertentes coronelistas e autoritaristas.

Ao mencionar o autoritarismo, logo se pensa em símbolos como ditadura, censura, uso da força, repressão ou ausência de liberdade de expressão, mas, na realidade, onde o capitalismo é quem impera, a autoridade é definida pelo modo de produção. Levando em consideração que os in-

divíduos têm suas identidades moldadas pelo meio em que vivem a partir do lugar em que ocupam na sociedade, torna-se necessário mencionar a importância e poder do conhecimento no exercício da dominação das classes elitizadas. Onde o visível torna-se legitimado pelo saber das classes dominantes sobre as classes que mais sofrem com a desigualdade social, fato este que torna real a relação de hierarquia de ordem e obediência. Segundo Max Weber, a sociedade representa uma totalidade constituída de uma multiplicidade de interações sociais. Partindo desse pressuposto, as políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura de Sobral possuem um vigor tanto de controle quanto de prevenção contra a violência, baseadas na educação e na ressocialização dos jovens que são acometidos de forma brusca pela desigualdade social.

Virando o jogo

Com o objetivo definido e focalizado na gravidade das vulnerabilidades sociais e suas implicações nas vidas dos moradores de bairros periféricos, bem como a urgência no fortalecimento das políticas públicas voltadas para as juventudes da periferia sobralense, o Governo do Estado do Ceará lançou no município, em 28 de setembro de 2021, o projeto *Virando o Jogo*. O projeto é uma iniciativa que atendeu na sua primeira edição 172 jovens do Território 1, do Pacto por um Ceará Pacífico, moradores dos bairros Cidade José Euclides Ferreira Gomes (Terrenos Novos), Nova Caiçara e Vila União. Instituído pelo Decreto Estadual nº 33.377, o projeto é uma política pública do Governo do Ceará, no âmbito do “Programa de Superação: uma nova geração de políticas para a juventude”. Para que este trabalho se torne possível, na coordenação se encontram a Vice-Governadoria e a Secretaria da Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e Direitos Humanos (SPS). O projeto é executado em Sobral por meio da Unidade de Gerenciamento de Projetos de prevenção de Violências (UGPPV), da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social (SEDHAS).

As ações desenvolvidas pelo projeto têm o foco voltado para adolescentes com idade entre quinze e dezenove anos que não estudam e não trabalham. O objetivo é inseri-los novamente na sala de aula e promover a

qualificação profissional. A linha de ações é dividida em três fases. A primeira visando a formação cidadã, com duração de dois meses, a segunda busca, em cinco meses, a reinserção na escola, qualificação profissional, ação comunitária, atividades de esporte e lazer, e a terceira promove conhecimentos sobre empreendedorismo e prestação de serviço à comunidade durante dois meses.

No encontro realizado em 05 de fevereiro de 2020 no Theatro José de Alencar, em Fortaleza, a vice-governadora na época e atual governadora, Izolda Cela, comemorou a conclusão da primeira etapa do projeto *Virando o Jogo* com o alcance de 658 jovens beneficiados: “Eles passaram por situações na vida que os levaram a se descolar da escola, e muitos estão sem perspectiva de trabalho. Jovem fora da escola é sempre uma luz vermelha piscando e, por onde andamos, vemos essa demanda forte de oportunidades para a juventude”. É importante ressaltar que esse modelo de ação utiliza os dados indicadores de violência em bairros periféricos para problematizar a estrutura da periferia.

Considerações Finais

As inquietações presentes neste capítulo emergem das experiências vividas no meu cotidiano, mais precisamente no Residencial Nova Caiçara. Nesse tipo de espaço geopolítico nos deparamos com discursos preconceituosos e pejorativos que quase sempre resultam em práticas violentas de extermínio.

Marcada por um estigma e pela diferença de tratamento, essa parte da cidade é destinada a apenas dois tipos de sentença: cadeia ou morte. Ressalto ainda o contraste entre as diferentes formas que a mídia dá visibilidade às periferias. É importante refletir enquanto interlocutores sobre de que lugar de fala da sociedade, qual contexto político e cultural falam os profissionais que ocupam o espaço de opinião na mídia.

Desse modo, em variadas colocações e posicionamentos, o que tem se afirmado se resume a um olhar classificador de inadequação e imoralidade. Tenta se provar a todo custo que as periferias colocam em risco a ordem política e social, isso faz com que esse lado da cidade seja sempre vigiado. É de extrema urgência a assistência e aplicação de políticas públicas que fomentem o conhecimento, construção identitária, formação profissional

e ressocialização dos jovens periféricos. A dualidade de pensamentos existente entre bem e mal, poder e obediência, cadeia ou morte e lados opostos da cidade devem ser extintos.

Adianto ainda que, para uma melhor compreensão dos fatos, efetivação da carência e importância do projeto *Virando o Jogo*, se faz necessária a sustentação em comprovações. Em um futuro bem próximo, é de meu interesse demonstrar a partir de dados quantitativos e anonimizados o número de alcançados, além disso, quais as melhorias e o que pode ser melhorado. Sabendo da magnitude que a educação enquanto fator identitário, motivador e transformador possui, evidenciar os casos de ingressos no nível superior também será uma vertente abordada. Para os evadidos, será realizado um estudo de caso, possibilitando a identificação dos motivos que os levaram à desistência e o aprestamento das próximas aplicações.

Editora
**SER
TÃO
CULT**

Este livro foi composto em fonte Adobe Garamond Pro, impresso no formato 15x 22 cm em offset 75g/m², com 276 páginas e em e-book formato pdf.
Janeiro de 2023.



Eleitores e representação política: o alistamento eleitoral do município de Camocim-CE, 1898

Carlos Augusto Pereira dos Santos

“A terra cearense era nota de contraste”: as crises sociais como retrato do descaso dos governos com o Ceará

Maria Samily Vieira Ribeiro

Do espaço religioso ao espaço biológico: a beata Maria de Araújo e “O Milagre de Juazeiro”

Bruna Karina Ferreira de Lima Melo

Entre a Literatura e a História: a Primeira República Brasileira sob o olhar de Lima Barreto, na obra “Os Bruzundangas”

Ana Kayane Melo da Ponte

A mulher, o casamento e a perversão: a sociedade brasileira na obra O Cortiço, de Aluísio Azevedo

Ana Sara Melo Rocha do Nascimento

O advento do sistema republicano e os movimentos feministas de primeira onda no Brasil (1889-1930)

Francisca Gomes da Silva

Lutas e conquistas das mulheres no período republicano brasileiro

Thais Alves da Silva

As bodas de prata do Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos de São José em Fortaleza

Mônica Gomes Paiva

Diversidade religiosa no distrito de Amanaiara – Reriutaba-CE

Francisca Andressa da Silva Rodrigues

Apropriação e recepção das ideias feministas como forma possível de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1975-1980)

Francisco Guilherme Silva Oliveira

Os movimentos femininos durante a ditadura civil-militar brasileira (1970-1985)

Maria Antonia Silva do Nascimento

O discurso literário e as representações do movimento guerrilheiro na ditadura civil-militar brasileira na obra O Que É Isso Companheiro?, de Fernando Gabeira

Leandro de Oliveira Félix

Tô Feliz (Matei o Presidente): Crise no Governo Collor (1990-1992) e os reflexos de uma sociedade indignada

Denilson de Paula Silva

Blues brasileiro: a história do blues cantada pelo Brasil

Filipe Gomes de Andrade

A institucionalização da memória: uma análise comparativa entre a construção das Comissões da Verdade no Brasil e no Chile pós-ditadura militar

Fernanda Christina Marques Loiola

Os impactos da pandemia - Coronavírus (Covid – 19) na educação nos anos (2020/2021)

Milena Rodrigues Costa

Processo de ensino-aprendizagem de História do Ceará no Período Republicano (1887 a 2022) no Ensino Básico

Francisco Joelson de Jesus Cosmo

A luta das periferias sobralenses por visibilidade, reconhecimento e pela ruptura do autoritarismo (2017-2022).

Francisca Valquíria de Vasconcelos

ISBN 978-655421048-5



9

786554

210485

Editora

SERTÃO CULT